



**SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO
CULTURAL E AS CAPELAS RURAIS DO
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA**

A Capela da Saudade de Uberlândia (MG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ALINE SOARES CÔRTEZ

SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL E AS CAPELAS RURAIS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA:
A CAPELA DA SAUDADE DE UBERLÂNDIA MG

UBERLÂNDIA
2020

ALINE SOARES CÔRTEZ

A SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS CAPELAS RURAIS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA:
A CAPELA DA SAUDADE DE UBERLÂNDIA MG

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia (PPGAU/UFU), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Projeto, Espaço e Cultura

Linha de Pesquisa 1: “Arquitetura e Cidade: teoria, história e conservação”.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marília M. B. T. Vale

Coorientadora: Eugenia M. A. Salomão

UBERLÂNDIA
2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C882 Côrtes, Aline Soares, 1990-
2019 Sustentabilidade do patrimônio cultural e as capelas rurais do
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba [recurso eletrônico] : A Capela
da Saudade de Uberlândia (MG) / Aline Soares Côrtes. - 2019.

Orientadora: Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale.
Coorientadora: Eugenia Maria Azevedo Salomão.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2276>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Arquitetura. I. Brasileiro Teixeira Vale, Marília Maria, 1956-,
(Orient.). II. Azevedo Salomão, Eugenia Maria, 1956-, (Coorient.).
III. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo. IV. Título.

CDU: 72

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Arquitetura e Urbanismo				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico PPGAU				
Data:	quatro de outubro de 2019	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	11722ARQ001				
Nome do Discente:	Aline Soares Cortês				
Título do Trabalho:	Sustentabilidade do Patrimônio Cultural e as capelas rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: A Capela da Saudade de Uberlândia MG				
Área de concentração:	Projeto, Espaço e Cultura				
Linha de pesquisa:	Arquitetura e cidade: teoria, história e conservação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Trajetos da patrimonialização: políticas públicas, conceitos e práticas na preservação do patrimônio cultural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba				

Reuniu-se na sala 01, bloco 5M do Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, assim composta: Professores Doutores: Silvia Helena Zanirato - USP; Giovanna Teixeira Damis Vital - PPGAU/UFU; Eugenia Maria Azevedo Salomão - UMSNH (Co-orientadora) e Marília Brasileiro Teixeira Vale - PPGAU/UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Marília Brasileiro Teixeira Vale, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanna Teixeira Damis Vital, Professor(a) do Magistério Superior**, em 11/10/2019, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale, Membro de Comissão**, em 15/10/2019, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sílvia Helena Zanirato, Usuário Externo**, em 24/10/2019, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eugenia Maria Azevedo Salomão, Usuário Externo**, em 25/10/2019, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Soares Côrtes, Usuário Externo**, em 11/11/2019, às 08:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1472713** e o código CRC **0BA72101**.

Ao meu pai José.
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

À força maior que rege a existência da vida por ter gentilmente me conduzido ao caminho da ciência.
À Prof^a. Dr^a Marília M. B. T. Vale, pelas orientações no âmbito acadêmico e na vida. À minha família, grande incentivadora de sonhos e projetos. Aos meus amigos, que não arrisco a citar nomes por medo de esquecer algum, por serem sustento e auxílio.
À FAPEMIG pela bolsa de estudos concedida.

RESUMO

Os recursos do planeta têm se mostrado insuficientes para sustentar os meios de produção e consumo da sociedade contemporânea. Essa constatação tem estimulado debates em diversas áreas do conhecimento na busca por soluções urgentes para o enfrentamento de uma multifacetada crise global. No entanto, o modelo de pesquisa predominante, baseado na visão mecanicista, tem atrapalhado a construção e análise de relações inter e transdisciplinares capazes de chegar à uma solução prática comum. Enquanto isso, a perspectiva do desenvolvimento sustentável teve uma tímida interlocução com as mais variadas áreas, dentre as quais figura a conservação do patrimônio cultural, apesar de tratarem-se de estudos que abarcam, geralmente, apenas a sua vertente ambiental. Com relação aos bens culturais de forma geral, as dificuldades enfrentadas para sua conservação são semelhantes às aquelas impostas ao desenvolvimento sustentável, quais sejam: os modos de produção e consumo, a falta de políticas públicas mais eficazes e a exclusão social, especialmente quando se trata da interpretação e preservação dos bens culturais pertencentes ao meio rural. A zona rural da região do Triângulo Mineiro (TM) e Alto Paranaíba (AP) ainda preserva uma extensa gama de recursos patrimoniais dos séculos XIX e XX, contudo, enfrenta dificuldades de preservação advindas da modificação dos modos de vida no campo após a modernização do sistema agrícola nos anos 1970, em que muitos bens patrimoniais, principalmente os arquitetônicos, estão em estado de abandono e vários outros já desapareceram e nem sequer puderam ser documentados. Tal processo de modernização agrícola acarretou uma mudança na paisagem e no modo de vida rural que dificultou o processo de salvaguarda do patrimônio e pôs em risco as práticas de socialização e diversas expressões culturais, tanto materiais quanto imateriais. A presente dissertação tem como objetivo geral refletir sobre as possíveis inflexões entre a conservação do patrimônio cultural e a sustentabilidade em todas as suas esferas e a aplicação dos resultados na análise de um estudo de caso: a Capela da Saudade de Uberlândia (MG). A fim de compreender o contexto cultural em que essa capela se insere, foi elaborado um inventário exploratório das capelas rurais católicas de toda a região englobada pelo Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no estado de Minas Gerais, buscando identificar este universo e analisar os desafios e perspectivas de sua preservação, prospectando a sustentabilidade. Os resultados alertam para a necessidade de uma quebra de paradigmas capaz de frear a busca por um crescimento econômico ilimitado e gerar equilíbrio e igualdade social. Somente assim é viável falarmos sobre sustentabilidade no âmbito da conservação do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável; Patrimônio Cultural; Capelas Rurais

ABSTRACT

The resources of the planet have been insufficient to sustain the means of production and consumption of contemporary society. This finding has stimulated debate in several areas of knowledge in search of urgent solutions to confront a multifaceted global crisis. However, the predominant research model, based on the mechanistic view, has cluttered the construction and analysis of inter and transdisciplinary relationships capable of reaching a common practical solution. Meanwhile, the perspective of sustainable development had a modest interlocution with the most varied areas, including the conservation of cultural heritage, although these studies generally cover only its environmental aspect. With regard to cultural goods in general, the difficulties faced in their conservation are similar to those imposed on sustainable development, namely: modes of production and consumption, insufficiency of more effective public policies and social exclusion, especially when it comes to interpretation and preservation of cultural goods belonging to the rural environment. The rural area of the Triângulo Mineiro (TM) and Alto Paranaíba (AP) region still preserves a wide range of heritage resources from the 19th and 20th centuries, yet faces preservation difficulties arising from the modification of rural livelihoods after the modernization of the region agricultural system in the 1970s, in which many heritage goods, especially architectural ones, are in a state of neglect and many others have disappeared and could not even be documented. This process of agricultural modernization led to a change in the landscape and rural way of life that hampered the process of safeguarding heritage and endangered socialization practices and various cultural expressions, both material and immaterial. This dissertation aims to reflect on the possible inflections between the conservation of cultural heritage and sustainability in all its spheres and the application of the results in the analysis of a case study: the Chapel of Saudade of Uberlândia (MG). In order to understand the cultural context in which this chapel is inserted, an exploratory inventory of the catholic rural chapels of the whole region encompassed by the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba, in the state of Minas Gerais, was elaborated, seeking to identify this universe and to analyze the challenges and preservation perspectives, prospecting sustainability. The results warn of the need for a paradigm break that can curb the search for unlimited economic growth and generate balance and social equality. Only in this way is it possible to talk about sustainability in the context of the conservation of cultural heritage.

Keywords: Sustainability; Sustainable development; Cultural heritage; Rural Chapels

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	33
Figura 2 - Modelo de origem das cidades do TM e AP	35
Figura 3 - Capelas rurais localizadas em Distritos	42
Figura 4 - Capela São Jerônimo - Comunidade São Jerônimo em Campos Altos	44
Figura 5 - Capela São João - Comunidade São João em Rio Paranaíba	44
Figura 6 - Capela de São José - Angico/ Indianópolis	44
Figura 7 - Igreja de Nossa Senhora do Desterro em Desemboque	47
Figura 8 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Desemboque	47
Figura 9 - Capelas rurais - Tipologia 01	49
Figura 10 - Capelas rurais - Tipologia 02	52
Figura 11 - Localização da cidade de Uberlândia	62
Figura 12 - Localização da capela da Saudade com relação à cidade de Uberlândia	63
Figura 13 - Cruzeiro da Capela da Saudade	64
Figura 14 - Capela da Saudade na década de 1960	65
Figura 15 - Capela da Saudade na década de 1960	65
Figura 16 - Capela da Saudade: Festa da Santa Cruz de 2019	66
Figura 17 - Capela da Saudade: Entrada de acesso à Festa da Santa Cruz de 2018	66
Figura 18 - Capela da Saudade de Uberlândia	66
Figura 19 - Vista posterior da Capela da Saudade	67
Figura 20 - Implantação da Capela da Saudade e seus anexos	68
Figura 21 - Capela da Saudade: Vista do coreto	69
Figura 22 - Capela da Saudade: Vista dos dois pátios cobertos	69
Figura 23 - Interior da Capela da Saudade	69
Figura 24 - Capela da Saudade: Óculo e cruz de ferro	70
Figura 25 - Interior da capela da Saudade	70
Figura 26 - Capela da Saudade: Forro adesivado	70
Figura 27 - Capela da Saudade: Festas da Santa Cruz de 2018 e 2019	72
Figura 28 - Perímetro de tombamento e entorno da Capela da Saudade	77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Localização das capelas rurais do TM e AP	41
Gráfico 2 - Relação tombamento x localização das capelas estudadas	45
Gráfico 3 - As festas religiosas	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP: Alto Paranaíba

CNUDS: Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável

CNUMA: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente

CNUMAD: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o desenvolvimento

COMPHAC - Uberlândia: Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Uberlândia

IEPHA-MG: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TM: Triângulo Mineiro

ONU: Organização das Nações Unidas

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVAS	01
1 PATRIMÔNIO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: A BUSCA POR INFLEXÕES	07
1.1 O percurso da sustentabilidade	07
1.2 O conceito de patrimônio cultural e suas ampliações contemporâneas	12
1.3 As inflexões: desafios e perspectivas	13
1.4 As inflexões entre sustentabilidade e patrimônio cultural	18
1.4.1 Sustentabilidade Social	19
1.4.2 Sustentabilidade Cultural	21
1.4.3 Sustentabilidade Ecológica	22
1.4.4 Sustentabilidade Ambiental	25
1.4.5 Sustentabilidade Territorial	26
1.4.6 Sustentabilidade Econômica	28
1.4.7 Sustentabilidade Política (nacional)	29
1.4.8 Sustentabilidade Política (internacional)	30
2 AS CAPELAS RURAIS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA E A SUSTENTABILIDADE DO SEU PATRIMÔNIO CULTURAL	32
2.1 As capelas no processo de ocupação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	33
2.2 A documentação das capelas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	37
2.2.1 O ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais e o incentivo à documentação e salvaguarda do patrimônio cultural mineiro	37
2.2.2 Inventário exploratório das capelas rurais católicas do TM e AP	38
2.2.3 A relação localização versus a institucionalização do patrimônio cultural rural	40
2.2.4 Quanto às tipologias arquitetônicas	48
2.2.5 As festas religiosas das capelas rurais	54
2.3 A sustentabilidade do patrimônio cultural das capelas rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - desafios e perspectivas	57

3	ESTUDO DE CASO: A CAPELA DA SAUDADE DE UBERLÂNDIA MG	60
3.1	Origem e história da Capela da Saudade	62
3.2	Configuração arquitetônica atual	63
3.3	A Festa de Santa Cruz	71
3.4	O processo de tombamento	73
3.5	A sustentabilidade da Capela da Saudade	79
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS	88
	APÊNDICES	94
	ANEXOS	190



- Introdução -

Os recursos do planeta são finitos. Essa constatação, que nos parece bastante óbvia, somente começou a mostrar-se como uma preocupação muito recentemente, mais precisamente na década de 1960. Segundo autores como Fritjof Capra e Pier Luigi Luisi (2014), Ignacy Sachs (2002) e Lester Brown (2009), desde a Revolução Industrial, a civilização humana tem ignorado os padrões e processos ecológicos que permitem aos ecossistemas a sustentação da vida, em favor de um crescimento econômico ilimitado visto como objetivo possível. E esta é uma das causas da nossa multifacetada crise global.

Os mesmos autores indicam que temos o desafio e o dever de construir e nutrir comunidades e sociedades sustentáveis, planejadas de tal forma que as gerações futuras possam gozar dos mesmos direitos à natureza e à cidadania que temos hoje. A sustentabilidade surge, então, como única alternativa possível e é rapidamente inserida nos discursos de todas as esferas de estudo. Porém, de acordo com Fritjof Capra e Pier Luigi Luisi (2014), na prática, a maioria das nossas áreas de conhecimento permanecem

relativamente inertes no que concerne às ações pautadas pelo desenvolvimento sustentável ou utilizam-se de um conceito equivocado de sustentabilidade afim de justificar suas próprias ambições, conforme apontado por Zanirato (2016a), Valdebenito (2005) e Prats (2006). Cada profissional, ou área de conhecimento, tem adotado uma maneira particular de enxergar o desenvolvimento sustentável, agarrando-se apenas às vertentes que lhe são convenientes para argumentar a favor de seus próprios interesses. Essa característica advém do que Fritjof Capra e Pier Luigi Luisi (2014) denominam visão mecanicista da vida¹, uma visão cartesiana que dissecar e explora detalhadamente um considerado “todo” em suas menores partes constituintes sem levar em conta as relações entre elas.

1 A visão mecanicista é pautada no racionalismo científico de Descartes que concebe uma realidade objetiva e governada pelas leis da física e pelas matemáticas exatas, vendo o mundo e as organizações como máquinas. Nessa visão, a razão mecânica exclui os produtos do inconsciente humano, as emoções. Não existe espaço para valores e princípios éticos. Desde o século XVII, a metáfora mecanicista tem sido dominante. As leis de Newton legitimaram o mecanicismo e suas implicações: linearidade, monocausalidade, determinismo, reducionismo e imediatismo.

A arquitetura e o urbanismo, hoje, enfrentam essa empreitada da consciência sustentável na resolução dos seus projetos, inserindo alternativas que priorizam, na grande maioria dos casos, apenas a sua vertente ecológica, ao adotar, por exemplo, instrumentos para a economia de energia; para o conforto térmico e acústico utilizando da adequada exposição solar; para o planejamento de cidades compactas que encurtem as distâncias a serem percorridas diariamente e para o consumo de combustíveis fósseis, dentre outras estratégias. Com relação ao patrimônio cultural, percebe-se que as políticas relativas à conservação do mesmo continuam realizando seus procedimentos de reconhecimento e salvaguarda à parte dos processos sustentáveis e com uma visão linear e cronológica dos processos de degradação, manutenção e revitalização. Vê-se uma dificuldade em inserir principalmente as esferas social e econômica da sustentabilidade nos estudos e atividades relativas à área, característica advinda do modo de se enxergar o patrimônio cultural, ainda muito arraigado na dicotomia entre patrimônio material e patrimônio intangível. A aplicação da visão mecanicista da vida para

trabalhar problemas que são sistêmicos, dentro do âmbito da sustentabilidade e da conservação do patrimônio cultural, criou categorias distintas de conceitos que são indissociáveis. No mundo ocidental, segundo Machado e Braga (2010), a atuação do IPHAN consagrou a prática da salvaguarda do patrimônio em distintas categorias de conceitos dialéticos como material e imaterial, natural e cultural, categorias estas que deveriam ser indissociáveis e compreendidas numa perspectiva de pensamento holístico. Castriota et al (2012) ressalta que o necessário pensamento holístico para as políticas, teorias e práticas da conservação do patrimônio deve atender à trans e a interdisciplinaridade que lhe convém, desde a definição dos conceitos adotados nas classificações e instrumentos de salvaguarda, perpassando até mesmo na escolha dos profissionais responsáveis e sua relação com comunidade, que cria, vivencia e mantém o bem patrimonial.

Segundo Gauzin e Muller (2011), nosso país, por seu passado colonial, nunca demonstrou uma cultura de providência para com os seus recursos naturais, circunstância ocasionada pela ideia da provisão de um estoque infinito de matérias primas. Tal

fato colabora para uma perspectiva simplista na discussão das questões sustentáveis no país, e a não interligação entre patrimônio cultural e sustentabilidade gerou uma série de desafios para as duas áreas.

Para a sustentabilidade, a preservação do patrimônio ficou subordinada à indústria da construção que, por sua vez, não está alheia à especulação do mercado imobiliário e enxerga o desenvolvimento como modernidade, como atualidade das construções e suas tecnologias, levando a uma perda da longevidade, não apenas do bem arquitetônico, mas de sítios históricos inteiros, paisagens culturais e bens imateriais. A indústria da construção civil, conforme explicitado por Córias (2007), é, na atualidade, a atividade de maior impacto ambiental em nível global, sendo a indústria menos sustentável do planeta, pois consome 50% dos recursos mundiais disponíveis e o uso de combustíveis fósseis para aquecimento, iluminação e condicionamento de ar de edificações é responsável por 50% do aquecimento global. Além disso, a baixa longevidade dos edifícios cria grandes espaços urbanos em estado de abandono ou sucateamento, num looping infinito no qual as novas construções

incrementam a expansão urbana, o gasto energético dos transportes e pioram as condições de vida da população, dentre outros problemas que, por sua vez, sugerem resolução através da tecnologia adotada para novas construções. Para o patrimônio cultural, sua não-associação com os processos sustentáveis gerou o distanciamento da comunidade e a mercantilização do bem patrimonial que ocasiona a perda de identidade e autenticidade, conforme apontado por Sílvia Helena Zanirato (2016a e 2016b).

A ideia de “um bem comum que deve ser preservado e levado até as gerações futuras” é o eixo central dos conceitos tanto de sustentabilidade quanto de patrimônio cultural. Os estudos que correlacionam os dois temas são bastante recentes, embora tenha acontecido um incremento notável de investigações que abordam a temática da sustentabilidade nas pesquisas apresentadas em eventos acadêmicos relativos ao patrimônio cultural no Brasil nos últimos anos. Temos visto também novas iniciativas de grupos de pós-graduação em arquitetura e urbanismo, de incrementarem as questões sustentáveis em suas linhas de pesquisa, como é o caso da linha “Ambiente construído e Patrimônio susten-

tável do programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)². Apesar disso, em uma análise do estado da arte, percebe-se que poucos têm se ocupado da investigação da existência das possíveis correlações entre os dois referidos conceitos, aferindo a sua viabilidade e estabelecendo as condições necessárias para tal fim. Estudos feitos por Silva Helena Zanirato (2016a), Leonardo Barci Castriota (2012) e Luiz Philipe Peres Torelly (2015) ressaltam a importância de uma mudança de paradigmas para que as inflexões possam existir, alegando que os riscos da perda dos bens patrimoniais advêm da insustentabilidade do modelo de desenvolvimento baseado na produção capitalista e no consumo irrestrito de objetos, pessoas e lugares.

Da mesma forma, apesar da urgente necessidade de incluir a visão da sustentabilidade em todos os processos da vida, sua discussão ainda não está presente em grande parte dos processos de ativação patrimonial e planos de gestão dos bens

culturais. Na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, merece um destaque especial a dificuldade na preservação do patrimônio cultural da zona rural, que são tratados de modo distinto daqueles bens da zona urbana pelo poder público que sanciona a sua ativação patrimonial e sua salvaguarda. É comum encontrar em um passeio pela zona rural da região, imóveis abandonados ou em ruínas que datam de períodos mais remotos do que bens tombados na zona urbana por valores históricos, principalmente quando trata-se do patrimônio religioso católico, pois seu abandono decorre, geralmente, da migração da comunidade que o mantém para a área urbana por inúmeros motivos que serão apresentados no decorrer deste trabalho.

As capelas rurais tiveram grande notoriedade histórica nos processos de ocupação do território da região, conforme ressaltado por Vale (1998) e, ao longo dos anos, constituiu-se em significativo vínculo afetivo e religioso na criação e manutenção de tradições como festas e modos de fazer da vida no campo, além de serem motores de sociabilidades importantes no âmbito rural, em especial para os municípios de menor porte, onde a separação entre mun-

do rural e mundo urbano são mais tênues. A documentação dessas capelas é um instrumento que garante a memória dessas tradições e, por esse motivo, este trabalho objetiva a realização de uma primeira catalogação das mesmas, afim de compreender sua expressividade no contexto regional. Para tal fim buscou-se conhecer o número de capelas rurais na região e das festas sacras que elas promovem, através de uma pesquisa exploratória efetuada a partir de entrevistas nas dioceses, paróquias e Secretarias de Cultura das 66 cidades da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Vale (2017) aponta que problemas advindos do modelo insustentável de produção que se estabeleceu na região, principalmente a partir da década de 1970, têm afetado a salvaguarda do patrimônio cultural, tanto da arquitetura quanto dos modos de vida e expressões religiosas. São exemplos destas adversidades: a expansão da monocultura e a instalação de centrais hidrelétricas e condomínios de lazer que ocasionaram o êxodo rural, a perda das tradições da vida no campo e alterações significativas na paisagem; e a proximidade dos limites urbanos que mesclam as tradições rurais às cidades.

2 Mais informações sobre o programa podem ser adquiridas através do endereço: <http://www.arq.ufmg.br/pos/ambienteconstruido/>, acesso em 31 de julho de 2019.

Acredita-se que a dificuldade de preservação das capelas rurais poderia ser resolvida atentando-se às demandas feitas pelos critérios de desenvolvimento sustentável em todas as suas esferas, aqui definidas de acordo com as oito dimensões estabelecidas por Ignacy Sachs (2002): social, ambiental, ecológica, econômica, cultural, territorial, política nacional e internacional.

Dessa forma, interessa a este trabalho, como objetivo geral, refletir sobre as relações entre patrimônio cultural e sustentabilidade numa visão mais abrangente e integradora dos dois conceitos, privilegiando de modo igualitário as oito dimensões do desenvolvimento sustentável, através de revisão bibliográfica afim de estabelecer uma base teórica. Para tanto, buscou-se definir critérios para a avaliação de um bem patrimonial tendo em vista a perspectiva da sustentabilidade e aplicá-los na análise do processo de patrimonialização da Capela da Saudade de Uberlândia, como um estudo de caso. Afim de compreender o contexto regional a que esse patrimônio cultural se insere, fez-se necessária a identificação das capelas rurais da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em concordância com seus bens materiais e imateriais através de um inventário ex-

ploratório que deu-se de forma qualitativa, de natureza descritiva, e quantitativa, que foi de notória importância para ampliar a compreensão sobre a significância deste patrimônio cultural.

Esta dissertação está organizada em três capítulos, de modo a contemplar os objetivos traçados por meio de aproximações gradativas quanto às correlações e reflexões pretendidas. O Capítulo 1, intitulado “Patrimônio Cultural e sustentabilidade: a busca por inflexões” trata das convergências entre os dois conceitos de um modo mais geral e amplo, compreendendo o patrimônio da humanidade e a sustentabilidade em todas as suas dimensões. Busca um estudo holístico e transdisciplinar, percorrendo o estado da arte das duas disciplinas na tentativa de estabelecer o melhor uso dos conceitos e abarcar todas as correlações possíveis. O Capítulo 2, intitulado “As capelas rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e a sustentabilidade de seu patrimônio cultural” aproxima a discussão do primeiro capítulo de um objeto de estudo mais palpável: as capelas rurais da região. Esses bens culturais nunca foram documentados e, muitas vezes, nem mesmo são vistos como passíveis de tornarem-se um patrimônio cultural legalmente

protegido. Afim de compreender melhor esse universo, apresenta-se os resultados de um inventário exploratório sobre as capelas rurais católicas das regiões do TM e AP, concretizado por meio de entrevistas presenciais ou através de contatos telefônicos, e-mails ou aplicativos de mensagens de texto, a partir de um roteiro pré-determinado. Seguem-se considerações que refletem sobre a significância cultural das capelas rurais, que se caracterizam como um patrimônio vivido, que não é institucionalizado, mas que é sustentável e sustentado por comunidades rurais e sobre como a relação com a sustentabilidade pode auxiliar nas questões referentes à sua salvaguarda. O Capítulo 3, intitulado “Estudo de caso: a Capela da Saudade de Uberlândia - MG” busca a delimitação de um estudo de caso para a discussão, analisando o processo de tombamento da Capela da Saudade da cidade de Uberlândia. A Capela da Saudade é um objeto de investigação relevante pois, além de enfrentar as dificuldades já mencionadas no Capítulo 2, como as consequências impostas pelo modo de produção capitalista, tais como o êxodo rural promovido pela monocultura e a implantação das estações hidrelétricas Capim Branco I e II, apresen-

ta particularidades referentes ao seu processo de tombamento em nível municipal que favorecem a elucubração sobre a sustentabilidade do patrimônio cultural rural no que tange, principalmente, à participação da comunidade nestes processos e na resiliência das tradições imateriais e da materialidade que lhe é intrínseca.

A metodologia de pesquisa envolveu três etapas de trabalho, a primeira, de cunho teórico e qualitativo, foi realizada através de uma análise bibliográfica objetivando a reflexão sobre as inflexões entre a sustentabilidade e a conservação do patrimônio cultural e deu origem ao primeiro capítulo. A segunda, de tipo documental, fundamentou-se nos pressupostos da pesquisa quantitativa e qualitativa, através de uma pesquisa documental e levantamentos feitos nas dioceses e paróquias da região, objetivando o conhecimento e a documentação das capelas rurais e suas festas religiosas em todo o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, gerando um inventário exploratório das mesmas, explicitado no segundo capítulo. A terceira e última etapa, condensa as duas primeiras - revisão bibliográfica e pesquisa exploratória - e aplica os resultados em um estudo de caso: a Capela da Saudade de Uberlândia, analisando a

sustentabilidade da sua salvaguarda e o seu complexo processo de ativação patrimonial.

- Capítulo 01 -

-Patrimônio Cultural e Sustentabilidade: a busca por inflexões -



1 PATRIMÔNIO CULTURAL E SUSTENTABILIDADE: A BUSCA POR INFLEXÕES

1.1 O percurso da sustentabilidade

Neste ano, de 2019, o planeta Terra atingiu o chamado *Overshoot Day*¹ ou “Dia da sobrecarga da Terra” no dia 29 de julho, dois dias antes que no ano anterior, numa perspectiva sempre decrescente desde que começou a ser contabilizado nos anos de 1970. A constatação de que os recursos do planeta são finitos, hoje nos parece óbvia, mas somente começou a mostrar-se como uma preocupação nos discursos políticos e acadêmicos do mundo todo muito recentemente. De acordo com Feil e Schreiber (2017, p 669), a ideia inédita de *nachhaltend* ou *nachhaltig*, (“sustentável” na tradução dos autores) foi apresentada em 1713 por Hans Carl Von Carlowitz no livro *Sylvicultura Oeconomica oder Anweisung zur wilden Baumzucht*, compreendendo os pilares ecologia-natureza, econômico e ética social. Apesar disso, a consciência do poder destrutivo que a hu-

1 O Overshoot Day é uma data, calculada anualmente, que marca o esgotamento dos recursos naturais que o planeta é capaz de renovar no ano corrente, ou seja, a capacidade de regeneração dos ecossistemas para o ano em questão.

manidade seria capaz de exercer sobre o planeta somente começou a apresentar-se na década de 1960, com o surgimento do Movimento Ambientalista nos Estados Unidos. Tal movimento derivou-se do *Environmental Defense Fund*, criado em 1966 por membros da sociedade civil após a publicação do livro *Silent Spring*², escrito pela bióloga marinha Rachel Carson em 1948, que ressaltava as consequências potencialmente devastadoras do acúmulo de defensivos agrícolas tóxicos em animais e plantas. O livro de Carson levantou, pela primeira vez, questionamentos importantes sobre saúde ambiental, em uma época em que, aparentemente, governo, indústria e sociedade estavam de acordo sobre a necessidade de se produzir e utilizar substâncias químicas para melhorar a produção de alimentos, mesmo impossibilitados de prever as consequências do uso das mesmas. Segundo Pisani (2006),

2 O livro serviu de ponto de partida para a implementação de várias políticas governamentais nos EUA, como a criação da Environmental Protection Agency em 1970, a publicação do Clean Water Act em 1972 e do Endangered Species Act em 1973. A obra dividiu opiniões na sociedade americana, entre aqueles que acreditavam ser absolutamente necessário o uso de defensivos agrícolas tóxicos e os que pediam a regulamentação severa, e até mesmo o abandono, do uso de vários agrotóxicos extremamente nocivos.

o sucesso do surgimento do movimento ambientalista deveu-se, ao menos em parte, à participação da população mais simples que vivia nos subúrbios das cidades e que, alertados pelas considerações do livro, perceberam que o ambiente e seus problemas estavam diretamente relacionados às suas vidas.

Após 277 anos de lançamento da obra de Carlowitz, foi publicado *Silent Spring*, que impulsionou uma fusão entre as ideias de progresso, crescimento e desenvolvimento, apontando uma nova direção para o desenvolvimento sustentável (PISANI, 2006). A consolidação dessas bases conceituais se realizaram na premissa de que a sociedade deveria ser estável e indefinidamente sustentável para melhorar a condição humana (GOLDSMITH et al., 1972); de uma estabilidade ecológica e econômica sustentável em longo prazo, capaz de satisfazer as condições básicas da humanidade; e da abrangência do aspecto ambiental, social e econômico. (FEIL e SCHREIBER, 2017, p.669).

Sachs (2002, p.48) ressalta que essa onda de conscientização ambiental pode ser ainda parcialmente atribuída ao choque ocasionado pelo lançamento da bomba atômica em Hiroshima, em 1945, e à descoberta de que a humanidade havia alcançado poder técnico para destruir, eventualmente, toda a vida no nosso planeta. Além

disso, a aterrissagem na Lua em 1969 despertou a reflexão sobre a finitude do que chamamos Terra, tornando-nos conscientes da limitação do capital da natureza e dos perigos decorrentes das agressões ao meio ambiente quando utilizado como depósito.

Capra e Luisi (2014), sugerem que, desde a Revolução Industrial, a civilização humana tem ignorado os padrões e processos ecológicos que permitem aos ecossistemas a sustentação da vida. Além disso, a obsessão pelo crescimento econômico ilimitado³, objetivo de quase todas as economias nacionais, é uma das causas originais da nossa multifacetada crise global. Segundo os mesmos autores, o grande desafio dos nossos tempos é o de construir e nutrir comunidades e sociedades sustentáveis, planejadas de tal forma que nossas atividades não interfiram na capacidade inerente da natureza para sustentar a vida. Tal desafio deve constituir-se na ponte que interliga todas as diversas áreas de estudo, sendo a arquitetura, o urbanis-

3 Apesar de se apresentar como característica fundante de todos os sistemas econômicos dos países da atualidade, de acordo com Capra e Luisi (2014), a ideia de um crescimento perpétuo em um planeta limitado de recursos naturais é completamente insustentável.

mo e o patrimônio cultural, algumas dessas bases. Feil e Schreiber (2017, p 669) sugerem que no período Pós Revolução Industrial, mais precisamente entre 1750 e 1900, o progresso da civilização ocidental atingiu o seu auge e a ciência exerceu o domínio sobre a natureza. Porém, já em 1798, começavam a aparecer os efeitos maléficos da industrialização, como, por exemplo, o desemprego, a pobreza e as epidemias.

O primeiro grande passo global no âmbito da sustentabilidade foi a realização, no ano de 1972, na cidade de Estocolmo, da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano* (CNUMA), tendo como tema: “Produção, a principal causa da degradação.” O evento foi centrado na expectativa de alavancar o que seria chamado, posteriormente, de desenvolvimento sustentável, ou seja, demonstrar que seria possível alcançar o crescimento econômico e industrial sem agredir o meio ambiente, debatendo sobre como o crescimento econômico, o desenvolvimento e o estilo de vida das nações industriais atormentam o equilíbrio ecológico, a estabilidade econômica e a segurança do planeta. Essa conferência gerou o livro *The Limits to Growth* de Meadows et al. (1973)

que versa sobre a aceleração industrial, o crescimento populacional, a desnutrição, o esgotamento de recursos não renováveis e a degradação ambiental. O conceito de sustentabilidade surge, então, na década de 1980, introduzido por Lester Brown, analista do ambiente e fundador da *Earth Policy Institute* e do *Worldwatch Institute*⁴. Mikhailova (2004) ressalta a forma como o conceito é percebido nos dias de hoje:

Em seu sentido lógico sustentabilidade é a capacidade de se sustentar, de se manter. Uma atividade sustentável é aquela que pode ser mantida para sempre. Em outras palavras: uma exploração de um recurso natural exercida de forma sustentável durará para sempre, não se esgotará nunca. Uma sociedade sustentável é aquela que não coloca em risco os elementos do meio ambiente. Desenvolvimento sustentável é aquele que melhora a qualidade da vida do homem na Terra ao mesmo tempo em que respeita a capacidade de produção dos ecossistemas nos quais vivemos. (MIKHAILOVA, 2004, p.26)

Em 1987, a *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (WCED ou Comissão de Brundtland) apresentou o relatório *Our Common Future*, desenvolvi-

4 O Earth Policy Institute e o Wordlwatch, ambos com sede em Washington, são institutos que visam a promoção de uma sociedade ambientalmente sustentável através de pesquisas interdisciplinares e apolíticas.

do pela Organização das Nações Unidas (ONU), centrado nas necessidades e nos interesses da humanidade, na segurança do patrimônio global para as gerações futuras e na redistribuição dos recursos às nações mais pobres. O relatório definiu o que chamamos “desenvolvimento sustentável”, termo amplamente popularizado e utilizado a partir das décadas de 1980 e 1990 (PISANI, 2006), e descreveu-o da seguinte forma: “Desenvolvimento sustentável é aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1978, p.43, tradução nossa) em outras palavras, o desenvolvimento sustentável precisa ser endógeno, capaz de autos-satisfazer as necessidades fundamentais materiais e imateriais de todos os envolvidos em harmonia com o meio ambiente.

O relatório da Comissão de Brundtland incitou uma expansão da qualidade e do volume de legislações ambientais e acordos internacionais, mapeando o perfil das alterações ambientais e impulsionando uma mudança política global. Por tal motivo, a conferência seguinte, denominada *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*

(CNUMAD), de 1992, conhecida ainda como *Eco-92* ou *Rio-92*, objetivou conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação do meio ambiente. Na *Rio-92*, foram elaboradas a *Declaração do Rio*, que estabelece acordos internacionais para proteger e respeitar a integridade da ecologia e do desenvolvimento global, começando pela gestão ambiental e do desenvolvimento sustentável; e a *Agenda 21*, que se centra na implantação de programas e políticas ambientais.

Após a tentativa de conciliação socioeconômica em relação à conservação do meio ambiente ocorrida na *Rio-92*, percebeu-se que o conceito de sustentabilidade deveria ser ampliado para além da sua perspectiva ecológica, de conservação de recursos naturais. Assim, em 2002, a *Declaração de Joanesburgo*, também conhecida como *Rio+10*, prescreveu um tripé, elaborado pelo economista Ignacy Sachs, para o desenvolvimento sustentável (*Triple Bottom Line*) pautado nos âmbitos: ecológico, social e econômico e centrando-se na aniquilação da pobreza.

A *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* (CNUDS), ocorrida em 2012 no Rio de Janeiro, co-

nhecida como *Rio +20*, teve como foco a renovação do compromisso sobre o desenvolvimento sustentável formalizado em diversos países em conferências anteriores, promovendo a aceitação do termo e da ideia. Ríos-Osório et al. (2013 apud Feil e Schreiber 2017) comenta que houve um esforço no sentido do compartilhamento das responsabilidades os impactos negativos sobre os recursos naturais. Dessa conferência surgiu o documento intitulado *The future we want*, com foco principalmente nas questões da utilização de recursos naturais e em questões sociais como a falta de moradia. Tanto a *Rio+10* quanto a *Rio+20* centraram-se em reforçar as discussões e os compromissos assumidos frente à questão da sustentabilidade pelos setores privado e público e o direcionamento voltava-se à pobreza, à justiça social e ao crescimento e desenvolvimento econômico.

Ignacy Sachs, economista responsável pela elaboração do *Triple Bottom Line* para o desenvolvimento sustentável na *Declaração de Joanesburgo*, publicou em 2002, o livro *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, no qual apresenta a Teoria das Dimensões do Desenvolvimento Sustentável com oito dimensões distin-

tas, sendo elas: social, cultural, ecológica, ambiental, econômica, territorial, política nacional e internacional. Segundo o autor, a dimensão primordial, que deve preceder todas as outras é a sustentabilidade social, porque ela é a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a possibilidade de que um colapso social ocorra antes da catástrofe ambiental.

Inúmeros autores ressaltam que o entendimento do termo sustentável é propenso a diversos significados em razão das diferentes perspectivas, motivações e aspirações dos pesquisadores ou grupos sociais sobre o tema. Kidd (1992) e Adams (2006) (apud Feil e Schreiber 2017) defendem que o termo é sobrecarregado de ideias potencialmente conflitantes, objetivando, assim, explicar os diversos significados. Estes, surgiram da integração de diferentes correntes intelectuais e políticas, tais como a biologia - voltada à defesa da correta exploração dos recursos naturais num rendimento constante e perpétuo - a ecologia - voltada à preservação de espécies individuais - a economia - que defende o crescimento econômico sem comprometer os recursos naturais - e a sociologia - que se vincula a uma forma de desenvolvimento que preserve a sociedade, mantendo as

relações sociais.

Feil e Schreiber (2017) ressaltam ainda que a noção de sustentável está diretamente correlacionada a sistemas dinâmicos complexos, portanto, não será estática, ao passo que os sistemas naturais humanos estão em constante evolução. O termo sustentável está ligado à viabilidade e à capacidade adaptativa dos sistemas e envolve limites na habilidade dos recursos naturais de absorverem o impacto causado pelo ser humano e também no contexto de abrangência de desenvolvimento.

Os termos sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, embora muito utilizados na literatura científica, no setor privado e nas políticas públicas, ainda não apresentam um consenso em termos de conceito, variando em virtude do número de perspectivas e vinculações ao contexto e ao campo de atuação. Vários autores contestam a abrangência do conceito e tentam preencher as lacunas existentes. O termo é ambíguo e polissêmico e, segundo Mori e Christodoulou (2012), apresenta uma incompreensão dos problemas relacionados à pobreza, degradação ambiental e o papel do crescimento econômico, sendo confundidos constante-

mente com os ideais de crescimento, progresso, evolução ou riqueza. Essa deficiência é explicada pela falta de clareza dos mesmos, o que também ocasiona um ponto de convergência das várias áreas epistemológicas. Assim, os estudos sobre esses termos devem reconhecer a existência de várias formas de sua utilização, sendo esta dependente da orientação cognitiva.

Apesar da ausência de consenso sobre o conceito destes termos, existe a aceitação geral em relação à busca do equilíbrio entre as necessidades do ser humano e o meio ambiente, e em entender suas complexas dinâmicas de interação, para aprofundar e ampliar seu significado (BARBOSA, DRACH e CORBELL, 2014). Outro aspecto de consenso sobre os termos é que representam algo positivo e bom (BAÑON GOMIS et al., 2011). As diversas discussões atreladas aos termos sustentável, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável ocorreram visando à obtenção do bem-estar humano em longo prazo por meio da gestão do sistema ambiental humano (Feil e Schreiber, 2017, p 667).

Tais conceitos, hoje, têm sido incorporados em vários discursos de todas as esferas de estudo e/ou práticas cotidianamente. Apesar da importância de se apresentar esses ideais em todas as esferas da vida, isso tem sido feito, na grande maioria dos casos, apenas com uma vertente ecológica dos termos, quando na verdade se trata

não apenas de preservar os recursos naturais não-renováveis do planeta e conter o aquecimento global, mas das crises mundiais em geral, sejam elas políticas, sociais, os sistemas de produção, comércio, a pobreza e a desigualdade, as epidemias, ou seja, trata-se de restaurar o equilíbrio da civilização, de toda a condição humana no planeta.

O conceito atual de desenvolvimento sustentável, que foi expresso *na Cúpula de Joanesburgo*, em 2002, envolve a definição mais concreta do objetivo de desenvolvimento atual - a melhoria da qualidade de vida de todas as habitantes - e ao mesmo tempo distingue o fator que limita tal desenvolvimento e pode prejudicar as gerações futuras: o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra. O texto ressalta os ideais de crescimento com equidade econômica, da conservação de recursos naturais e do meio ambiente, mas também do desenvolvimento social, em termos de emprego, alimento, educação, energia, serviço de saúde, água e saneamento. A comunidade mundial deve assegurar ainda que a rica matriz de diversidade cultural e social e os direitos trabalhistas sejam respeitados, e que todos os membros da sociedade estejam capacita-

dos a participar na determinação de seus futuros. Silva conceitua o desenvolvimento sustentável como o:

(...) resultado da interação social em um determinado espaço, com bases culturais “cultivadas” no decorrer do tempo, com finalidades econômicas e obedecendo às instituições reconhecidas naquela sociedade e considerando a manutenção do estoque ambiental existente (SILVA, 2006, p.17)

1.2 O conceito de patrimônio cultural e suas ampliações contemporâneas

O conceito de patrimônio, por sua vez, configurava-se até o início do século XX, como uma significava herança coletiva vinculada à dimensão material de bens de excepcional qualidade artística e/ou histórica cujos bens deveriam ser conservados pelo poder público em função da arte, da história e da memória nele circunscrita.

Num processo semelhante à trajetória da sustentabilidade, na década de 1960 ocorreu uma resignificação do conceito de cultura e, por conseguinte, também do conceito de patrimônio, que passou a abranger uma vertente mais antropológica e menos elitista do termo, saindo dos

critérios de excepcionalidade e adotando, segundo Torelly (2015, s.p), “a transversalidade como princípio e as leituras territoriais como meio, onde os aspectos naturais e culturais se entrelaçam, tornando as abordagens mais complexas e múltiplas de modo a refletir com maior intensidade a diversidade”, nas várias identidades formadoras das nações, povos e etnias. Incorporou, desse modo, os chamados bens imateriais, bens de valores abstratos, simbólicos, afetivos, dentre outros, apontando para uma indissociabilidade entre as dimensões materiais e imateriais de um mesmo bem, abrangendo a questão cultural e social da identidade e da memória. Integrou ainda à noção de patrimônio - chamado agora patrimônio cultural - grupos de edificações históricas, espaços públicos, centros históricos inteiros e paisagens naturais e culturais.

Em 1964, a *Recomendação de Paris*, organizada durante a *Conferência geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*, expressou uma preocupação com as ameaças de destruição ao patrimônio mundial, cultural e natural da humanidade e definiu como patrimônio cultural, aquele antrópico, que tem valor universal excepcional do ponto

de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico e, como patrimônio natural, aquele representado por formações físicas, biológicas, geológicas e fisiográficas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico. Ao longo do século XX, o termo patrimônio cultural passou a ter outros sentidos, chegando a ouvir-se, no início do século XXI, que “não existe patrimônio em si, mas sim certas categorizações e qualificações que são construídas socialmente” (VAL-DEBENITO, 2005, p.289 apud ZANIRATO, 2016a, p.202). Todavia, a patrimonialização evidencia que tanto o conceito quanto as medidas para a efetivação do patrimônio nasceram para expressar e sacralizar não as identidades, mas os discursos identitários (PRATS, 2006), sendo fruto de uma construção social, tão ambígua e polissêmica quanto o conceito da sustentabilidade.

No artigo 216 da Constituição Federal de 1988 (2003), o patrimônio brasileiro se configura como:

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I. As formas de expressão

II. os modos de criar, fazer e viver

III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas

IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais

V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2003)

Ou seja, patrimônio cultural é o conjunto dos bens culturais referente às identidades coletivas, manifestações ou testemunho significativo da cultura humana. Porém, cabe lembrar que:

o patrimônio (...) é uma construção social, resultado de um processo histórico que surgiu no início da Modernidade, “uma categoria eminentemente ocidental e que acompanha a história dessa civilização” (HARTOG, 2003, p. 163-206). Não é algo natural, nem eterno, nem estático. Essa significa-

ção foi produzida paulatinamente na configuração dos Estados modernos, ao defender a existência de uma herança pública a ser preservada para o futuro. (ZANIRATO, 2018, p.10)

1.3 As inflexões: desafios e perspectivas

Vários autores como Zanirato (2016a), Ascerald e Leroy (1999) e Castriota et al. (2012) atentam para o fato de que o conceito “sustentabilidade” é uma construção social, uma noção a que se pode recorrer para tornar objetivas diferentes representações e ideias, visto que é polissêmico. Zanirato (2016a) e Prats (2006) ressaltam ainda a semelhança entre o conceito de sustentabilidade e patrimônio cultural, indicando que este último também trata-se de uma construção social com vários sentidos possíveis, de acordo com a situação ou com quem o emprega. Llorenç Prats (2006) argumenta que o patrimônio é um conceito relativo, que se constrói mediante um complexo processo de atribuição de valores que sacraliza discursos em torno da identidade.

A ideia de “um bem comum que deve ser preservado e levado até as gerações fu-

turas” é o eixo central dos conceitos tanto de sustentabilidade quanto de patrimônio cultural. A diferença principal está no cerne da matéria a ser preservada: enquanto a sustentabilidade está ligada à preservação dos recursos naturais imprescindíveis à existência da vida biológica ou ao equilíbrio da civilização, a preservação do patrimônio cultural está ligada à continuidade da nossa cultura e da nossa identidade, à existência das questões relativas à nossa capacidade cognitiva e consciente. A ampliação do conceito de patrimônio aproxima ainda mais os dois termos, pois passa a abranger bens que são, inevitavelmente e constantemente, mutáveis, como o patrimônio imaterial, o natural e as paisagens culturais. A ideia da conservação do patrimônio cultural para as gerações futuras, requer a compreensão de que o bem é inconstante, ou seja, é imprescindível considerar as evoluções dinâmicas temporais que ele vivenciará e de que, tanto sua vertente material quanto aquela imaterial, são flexíveis e esgotáveis.

Enquanto a ampliação do conceito de patrimônio teve consequências positivas, a expansão do termo sustentabilidade não, conforme ressaltado por Mikhailova (2004). As várias visões da sustentabili-

dade elaboradas para sustentar discursos das mais distintas áreas levaram a uma ampliação excessiva de seu significado. Apesar disso, a opinião dominante é de que o conceito da sustentabilidade pode e tem que ser considerado a luz da abordagem transdisciplinar.

Ao mesmo tempo que os campos foram se ampliando, foram unindo diversas áreas de estudo. Castriota et al (2012) aponta para o fato que, nos fins do século XX, ao criar a categoria patrimônio ambiental urbano, aproximaram-se três campos: o da preservação do patrimônio, o do planejamento do território e o da preservação ambiental que, até então, pouco se comunicavam. Fato possível através das alterações internas que cada uma das áreas vem sofrendo. Este fato, nas palavras dos autores, desafia a perspectiva disciplinar tradicional, por não poder ser visado isoladamente a partir de uma disciplina remota qualquer; dessa forma, devemos caminhar para a interdisciplinaridade.

Por um lado, as pesquisas na área de conservação de bens culturais tem apontado cada vez mais na direção da necessidade de uma visão holística para a diminuição de custos e efetivação de uma restauração e conservação de qualidade; por outro, as necessidades de melhoria da qualidade ambiental urbana têm mostrado que somente uma abordagem interdisciplinar (tecnologia + ciências humanas + arte) é capaz de aprender e, conseqüentemente, criar práticas efetivas nessa área de conhecimento e gestão. (CASTRIOTA et al 2012, p.18)

Segundo Capra e Luisi (2014), as dificuldades em tentar resolver os impasses conceituais derivam da problemática de que todas disciplinas, de todas as áreas acadêmicas, foram (e ainda são nos dias atuais) dirigidas por um pensamento linear e analítico, não condizente com a natureza sistêmica dos campos envolvidos. Essa visão mecanicista⁵, formulada por René Descartes no século XVII, trouxe muitos progressos para a ciência com seu método analítico, porém, a retaliação dos

5 O método cartesiano foi extremamente útil para o desenvolvimento de teorias científicas mas, por outro lado, levou ao reducionismo na ciência - crença em que todos os aspectos complexos podem ser entendidos reduzindo-os às suas menores partes constituintes. Para Descartes o universo material era uma máquina e nada mais que uma máquina, não há propósito, nem vida, nem espiritualidade na matéria. A natureza funciona de acordo com leis mecânicas e tudo pode ser explicado em função do arranjo e do movimento de suas partes.

sistemas em suas mínimas partes constituintes, embora gere conhecimentos aprofundados sobre as mesmas, impossibilita entender as relações que se estabelecem entre as partes de um todo maior. Capra e Luisi (2014) postularam essa teoria na célebre expressão “o todo é maior que a soma de suas partes”. Não seria diferente no campo da arquitetura e urbanismo e, muito menos, no campo da salvaguarda do patrimônio cultural, que apresenta características essencialmente cartesianas em toda a sua teoria, produção e prática. Os autores ressaltam que enxergar sistemas sociais como máquinas acarretou no nosso modo de produção e consumo dos dias atuais, no surgimento do capitalismo e da industrialização desenfreada que, juntos, perseveraram os ideais de um crescimento ilimitado que, por sua vez, são a maior causa da crise ambiental que vivemos. Zanirato (2016a) aponta para o fato de que a insustentabilidade do nosso modelo de desenvolvimento e consumo acarreta em riscos de perda de elementos culturais e concorda que precisamos caminhar rumo à uma visão holística:

Se a preocupação é com a sustentabilidade do patrimônio, precisamos caminhar em direção a uma visão holística que não separe natureza e sociedade, que não considere que a felicidade se encontra no consumo, que não separe a condição material e imaterial como realidades distintas. Nessa perspectiva há que se compreender que a proteção deve ocorrer pela dimensão social e intangível dos elementos; pelos múltiplos valores que o patrimônio detém (entre esses, os valores de existência e de opção); pelos efeitos sociais consubstanciais ao processo de desaparecimento de tais bens; pelas possibilidades de deter o ritmo alucinado das transformações sociais. (ZANIRATO, 2016a, p.209)

Segundo Capra e Luisi (2014), faz-se necessária, então, uma nova maneira de pensar, uma nova visão, que os autores denominam “visão sistêmica da vida”, que deve reger todas as ciências que tratam de sistemas. Dessa forma, a sustentabilidade deve integrar a área da conservação do patrimônio e vice-versa, garantindo o respeito pelas suas inter-relações em um esforço para a compreensão das suas totalidades.

Enfim, a proteção do patrimônio deve ter clara a perspectiva da sustentabilidade em garantir para as gerações futuras ao menos o que foi legado à geração atual. Todavia “esse futuro não é mais um horizonte luminoso para o qual marchamos, mas uma linha de sombra que colocamos em movimento em direção a nós, enquanto parecemos marcar passo no presente a ruminar um passado que não passa” (HARTOG, 2006, p. 273). Sem essas condições, a sustentabilidade no patrimônio, a meu ver, é retórica. (ZANIRATO, 2016, p.209)

Segundo Vale (2017), embora seja, ainda hoje, amplamente discutido e resignificado, o termo sustentabilidade continua sendo atribuído, no âmbito da conservação do patrimônio cultural, prevalentemente ao seu sentido mais restrito e tradicional vinculado a uma perspectiva ecológica que almeja o equilíbrio entre a agressão humana à natureza e sua capacidade de renovação, objetivando a manutenção a longo prazo de recursos através do planejamento, economia e obrigações de conduta e de resultado visando não ultrapassar quantitativa e qualitativamente a capacidade de regeneração dos meios físicos e ambientais; e que a medida temporal das agressões humanas esteja numa relação equilibrada com o processo de renovação

temporal. Na arquitetura e urbanismo, em geral, vemos que existe uma preocupação no que concerne a essa empreitada da consciência ecológica na resolução dos seus projetos, inserindo alternativas que priorizem, por exemplo, a economia de energia, o conforto térmico e acústico utilizando da adequada exposição solar, o planejamento de cidades compactas que encurtem as distâncias a serem percorridas diariamente e o consumo de combustíveis fósseis, dentre outras estratégias. Porém, quando se trata das outras dimensões da sustentabilidade, vemos simples ações pontuais, desconectadas de outras disciplinas que integram o mesmo escopo de trabalho e que surtem resultados parciais e nem sempre satisfatórios. Machado e Braga (2010) ressaltam que existe uma total ausência das questões culturais em geral nos debates relativos à sustentabilidade, excluindo, portanto, também a questão patrimonial.

A atividade do IPHAN, desde sua criação em 1937, consagrou a prática da ativação do patrimônio cultural em distintas categorias, seguindo a mesma linha adotada mundialmente. Ao longo dos anos de atuação, foi adotada a distinção de esferas de valores dialéticos como material e

imaterial, natural e cultural, categorias que deveriam ser indissociáveis e compreendidas numa perspectiva de pensamento holístico pois, os valores da materialidade não se realizam na inexistência de valores simbólicos e afetivos a ele atribuídos e vice-versa, bem como não é possível estabelecer uma separação rígida entre o patrimônio natural e o cultural (atentando-se ao fato de que natural e cultural não são conceitos antagônicos). Ao estabelecer estas distintas categorias, o órgão levou à dissociação do caráter imaterial dos bens tombados pela sua excepcional materialidade ou o caráter ambiental e ecológico contido nos sítios históricos, por exemplo, enaltecendo alguns valores em detrimento de outros. Este processo de categorização dificulta ainda a agregação destes bens a todas as dimensões da sustentabilidade, levando, novamente a uma visão linear e incompleta das associações possíveis.

Quando trata-se de sustentabilidade nesse âmbito, o bem cultural é avaliado segundo o seu critério de valor, gerando simplificações nas relações possíveis. No caso de bens tombados por valor histórico ou artístico, por exemplo, ao relacioná-los às dimensões da sustentabilidade é comum que a discussão seja guiada pelo viés eco-

nômico, ressaltando a grande dificuldade encontrada pela maioria das políticas de conservação em garantir recursos para a sua onerosa manutenção. Os estudos sobre a sustentabilidade financeira do patrimônio mostram que as dificuldades orçamentárias não são exclusivas dos bens que não tem grande atratividade turística, conforme explicitado no livro *Economia do patrimônio cultural* de Françoise Benhamou (2016), mesmo os grandes feitos detentores de excepcionalidade histórica e artística, como o Louvre em Paris, não conseguiriam se autossustentar sem um massivo investimento governamental. Em contrapartida, pequenas comunidades, de poucos recursos econômicos, mantém patrimônios culturais de grande valor sem qualquer auxílio externo, como é o caso das comunidades rurais que analisaremos nos próximos capítulos. Da mesma forma, somente a dimensão ecológica do desenvolvimento sustentável é, correntemente, associada aos estudos da conservação de paisagens culturais ou do patrimônio natural e, no caminho inverso, apenas nos estudos relativos a estes bens - naturais e paisagens culturais - a dimensão ecológica é retratada.

Luiz Fernando de Almeida (2017) comenta que a política patrimonial no Brasil nasceu no seio do movimento moderno e, por esse motivo, era, e ainda é, capaz de, simultaneamente, preservar o passado e construir o futuro. Além disso, o movimento de preservação do patrimônio no país iniciou-se com uma visão muito ampla do que é patrimônio cultural, incluindo o patrimônio arqueológico, paisagístico, o patrimônio das artes aplicadas, ou seja, uma visão mais generalista e ampla do que aquela corrente em outros países. Segundo o mesmo autor, a prática saiu um pouco fora do esperado devido à não legitimidade para uma política de Estado que trabalhasse com as artes populares, mas essa visão ampla permaneceu como um princípio geral da formação e organização do IPHAN e possibilitou uma aproximação da temática sustentável. “Acho que é nesse ponto que se encontra a primeira noção de sustentabilidade dentro da aplicação da política de patrimônio” (ALMEIDA, 2017, p.7).

Em uma análise do estado da arte, percebe-se que alguns estudos recentes ocuparam-se da verificação da existência das possíveis correlações entre os dois referidos temas, aferindo a sua viabilidade e, alguns deles, chegando a estabelecer

as condições necessárias para tal fim. Um deles foi realizado por Zanirato (2016a), no qual a autora explicita a importância da precisão conceitual, visto que são dois vocábulos polissêmicos, e das conjunturas que disseminaram os sentidos dos conceitos.

A partir da década de 1980, as reflexões sobre o desenvolvimento sustentável ganharam tímida correspondência no campo do patrimônio cultural, mas tornaram evidente a indissociabilidade entre as estratégias de conservação e desenvolvimento no nosso modelo de sociedade. Por sua vez, o conceito de desenvolvimento ultrapassou a estrita noção de crescimento econômico, passando a abranger os valores da equidade, desenvolvimento social, respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e à diversidade cultural. O binômio patrimônio cultural/ desenvolvimento sustentável foi incorporado pela primeira vez em um programa governamental em 1973, no Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH). Após esta experiência, foi adicionado ainda de forma mais madura e ampliada, nos programas Monumenta do Ministério da Cultura e do IPHAN em 2000 e no PAC - Cidades Históricas.

O último esforço, ocorrido nas últimas décadas, no sentido da integração entre ambiente natural e cultura na tentativa de resolução dos problemas impostos pelas intervenções urbanas, produção agrícola, atividades turísticas e mudanças climáticas foi a criação do conceito de paisagem cultural.

Segundo Stigliano et al (2011), o estudo da paisagem cultural tem suas origens no clássico *A Morfologia da Paisagem* (1925), escrito por Carl Sauer, fundando a Escola de Berkeley. Sauer acreditava na força da diversidade cultural, na ênfase no passado, na valorização da contingência e no primado da compreensão, com uma certa postura anti-urbana e o privilégio de sociedades tradicionais. Seu método é dedutivo e histórico, determinando as sucessões culturais que ocorrem em uma determinada área.

Ainda de acordo com Stigliano et al (2011) com a ampliação do conceito de cultura ocorrido na década de 1960, constatou-se que as realidades que refletem as organizações sociais, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais seriam puramente materiais, mas tem uma dimensão psicológica e sociopsicológica. O surgimento

da geografia cultural se faz em um “contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo” (CORRÊA,1999).

Nesse cenário, o lugar é tido como um conceito-chave e temáticas como religião, percepção ambiental e identidade foram retomados, englobados num espaço urbano complexo de aspectos ambientais e antrópicos ricos em significados, considerados como paisagens culturais numa amplitude de abordagens não positivistas.

A *United Nations, Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), definiu o conceito de paisagem cultural durante a *Convenção de 1972* como:

Ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sob a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas, que nelas interferem. Elas devem ser selecionadas pelo seu valor universal e pela sua representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida e também pela sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais típicos dessa região. [...]

O termo ‘paisagem cultural’ envolve uma diversidade de manifestações da interação entre a humanidade e seu ambiente natural(UNESCO, 1999, p.36-37).

E assim, instituiu a paisagem cultural como categoria para inscrição de bens na lista de patrimônio mundial, e deliberou a intenção de se libertar da imposição dos critérios existentes para a inscrição dos bens naturais ou culturais.

O conceito de paisagem cultural, dessa forma, vêm responder às exigências contemporâneas da atividade de conservação, assim como das próprias transformações ocorridas nas sociedades, ao acabar com a distinção entre material x imaterial, natural x cultural do patrimônio cultural. Neste sentido, cabe ressaltar que tais revisões conceituais favorecem o estabelecimento de uma política de conservação mais abrangente e democrática, oferecendo uma perspectiva mais sustentável para esta atividade.

1.4 As inflexões entre sustentabilidade e patrimônio cultural

Diversas matrizes discursivas têm sido associadas à noção de sustentabilidade desde que o *Relatório Brundtland* a lançou no debate público internacional em 1987. Entre elas, podem-se destacar as matrizes da eficiência, da escala, da equidade, da autossuficiência e da ética. Contudo, os discursos a favor de um projeto de conservação para o planeta, estão pautados, na grande maioria dos casos, nos três pilares estabelecidos no mesmo relatório: social, ambiental e econômico. Tais pilares foram reelaborados, pelo próprio autor: Ignacy Sachs, duas décadas mais tarde e deram origem a oito novas dimensões do desenvolvimento sustentável. Afim de clarificar, da melhor maneira possível, as inflexões existentes entre a sustentabilidade e o patrimônio cultural, descreveremos essas relações a partir das oito dimensões da sustentabilidade estabelecidas por Sachs em 2002, indicadas pelos termos: social, cultural, ambiental, ecológica, territorial, econômica, política nacional e política internacional. É necessário salientar que as relações estabelecidas por essas dimen-

sões são interdependentes, apresentando o mesmo problema e/ou a mesma solução em inúmeros casos.

1.4.1 Sustentabilidade Social

A Sustentabilidade Social, nas palavras de Sachs (2002), refere-se à equidade e ao bem estar, a alcançar um patamar razoável de homogeneidade social com distribuição de renda justa e de bens, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres. Os direitos dos povos à vida têm prioridade máxima e faz-se necessário reconceituar o desenvolvimento como a apropriação efetiva de todos os direitos humanos, sejam eles políticos, sociais, econômicos e culturais, incluindo-se o direito coletivo ao meio ambiente.

Rattner (1999) cita que durante muito tempo acreditou-se que a pobreza seria a causadora da agressão à natureza, devido à falta de recursos para as práticas preservacionistas. No entanto, o autor ressalta que a pobreza e o desemprego não são as causas, mas sim consequências no que concerne à preservação do meio ambien-

te.

Já foi reconhecido que tanto a pobreza como a riqueza extremas pressionam o meio ambiente. Portanto, ao se falar em desenvolvimento sustentável, deve-se considerar também o desenvolvimento social, afinal, é plenamente possível que o crescimento econômico coexista com a pobreza disseminada. Ademais, com o desenvolvimento social as pressões sobre o meio ambiente diminuem, na medida em que o uso sustentável dos recursos naturais auxilia a realização da equidade social. (TARREGA, 2007, p. 21)

Poderia também ser incluída nesta definição a distribuição equânime dos benefícios por todo o grupo social envolvido, não apenas globalmente, mas numa esfera nacional e local.

Franco (1999) entende que

desenvolvimento local integrado e sustentável é a única maneira de extinguir as diferenças sociais a fome, a miséria e a pobreza. Tal combate, frente à complexidade brasileira, só seria possível com o desenvolvimento, que não necessariamente necessita de crescimento econômico, apesar de ser desejável. Para que isso ocorra, há que se considerar a vulnerabilidade e exclusão, heranças históricas de desigualdades sociais e regionais brasileiras e características de concentração de renda, riqueza, conhecimento e poder. A concepção de que a pobreza é causa e/ou consequência de degradação ambiental perdeu

força a partir da segunda metade dos anos 90 do século XX a partir do reconhecimento de outros aspectos que conduzem à degradação, por exemplo, os baixos investimentos governamentais. (FRANCO, 1999, apud AS DIMENSÕES, 2018)

Sen (2000) ressalta que, a fim de atingir a sustentabilidade social, é necessário não só a aniquilação da pobreza, mas também da tirania, da corrupção, da carência de oportunidades econômicas e o fim da negligência dos serviços públicos, da intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Nos processos culturais, a desigualdade social é sentida ainda na eleição da cultura que, apesar da ampliação do termo ter em vista um viés antropológico, ainda privilegia a chamada “cultura erudita” em relação à “cultura popular”. De forma semelhante, Zanirato (2016a) aponta que a elitização dos bens de caráter excepcional, característica dos processos de salvaguarda do patrimônio cultural antes da década de 1960, ainda está presente nas nossas políticas e práticas de conservação e resulta no esvaziamento dos usos sociais dos elementos, pois a população não é capaz de se reconhecer neles, aumentando o risco de perda do bem e o distanciamento da

população das normas e condições para a salvaguarda. Atenção especial deve ser dada àqueles que, por estarem vinculados a agrupamentos sociais restritos, muitas vezes marginalizados e de limitada expressão demográfica e econômica, apresentam riscos elevados de desaparecimento. A ampliação do conceito de patrimônio cultural propiciou a democratização do procedimento de escolha dos bens a serem salvaguardados e a reaproximação das comunidades destes processos.

Zanirato (2016a) argumenta ainda que a proteção deve ocorrer pela dimensão social e intangível dos elementos, pelos múltiplos valores que o patrimônio detém e pelos efeitos sociais consubstanciais ao processo de desaparecimento de tais bens, pelas possibilidades de deter o ritmo alucinado das transformações sociais. A dimensão social da sustentabilidade requer, desta maneira, a imprescindível participação social a legitimar as ações públicas em prol de uma conservação integrada, que articule as políticas de proteção do patrimônio com as demais políticas públicas. Nessa perspectiva está a ampliação dos usos do patrimônio, uma condição para a identidade e a participação social na proteção do bem, de forma que o uso cotidiano

seja mais importante que o mercado e seja possível conter a gentrificação ocasionada pela especulação do valor cultural e econômico dos bens atrelados à mercadorização da cultura e ao turismo. Segundo a autora, o homem moderno constrói sua individualidade guiado pelo efêmero, por meio do consumo, enquanto a sociedade moderna tem como característica marcante a constante promoção de novas necessidades. O progresso converteu-se em condição para o bem estar material e o desenvolvimento passou a ser considerado como “crescimento dos meios de produção, acumulação, inovação técnica, aumento da produtividade”. A insustentabilidade do modelo de desenvolvimento, de consumo de objetos, pessoas e lugares acarreta o risco da perda dos elementos no patrimônio cultural.

Huyssen (2000), reavalia a crítica que Adorno faz ao capitalismo e aponta para uma mercadorização da memória resultante do seu modelo de consumo. O autor argumenta que ela gera uma obsessão pelo passado, tornando o patrimônio uma mercadoria vendida através do turismo, na busca de espetacularização e retorno financeiro. O patrimônio tornou-se um bem plausível de salvaguarda para entrar

na cadeia de consumo, o que, somado ao alto valor dado, por exemplo, aos centros históricos que expulsa a população tradicional para a periferia, não poderia acarretar algo mais que a falta de identidade e o esquecimento.

Marques e Brandão (2015) demonstram que, até mesmo a vertente imaterial do patrimônio cultural pode ser vendida como mercadoria. No caso das festividades, sejam elas profanas ou religiosas, as atividades comerciais capitalistas têm cada dia mais lugar, visando comercializar bens e serviços. Dessa forma, verifica-se que as relações de trocas econômicas destoam do significado principal da grande maioria das festas populares, principalmente aquelas que tem o eixo central marcado por práticas religiosas, tradicionalmente embasadas nas relações de trocas de favores e/ou na caridade. Para os autores, esse fato dá uma nova caracterização para essas festas que passam do sagrado ao sacro-profano com a instalação de parques de diversões, vendas de souvenirs de santos padroeiros, bebidas alcoólicas e outros tipos de bens no mesmo espaço em que o evento acontece desde suas origens. Nestes casos, os empresários se apropriam do lugar da festa e o utilizam

como espaço para a reprodução do capital. Até mesmo a própria igreja pode ser vetor dessa comercialização do sagrado, tendo o lucro sempre revertido para obras dentro da comunidade de oração.

1.4.2 Sustentabilidade Cultural

A Sustentabilidade Cultural, segundo Sachs (2002), refere-se às mudanças necessárias no interior da continuidade, num equilíbrio entre o respeito à tradição *versus* a inovação. Baseia-se na capacidade de autonomia do Estados para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno, que seja capaz de refletir e manter a cultura da própria comunidade que o realiza, em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas, e na autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

A dimensão cultural, por sua vez, é a promoção, preservação e divulgação da história, das tradições e dos valores regionais, bem como acompanhamento de suas transformações. Para que essa dimensão seja atingida, mister valorizar culturas tradicionais, divulgar a história da cidade, garantir oportunidades de acesso a informação e ao conhecimento a todos e investir na construção, reforma ou restauração de equipamentos culturais. Demais disso, esta dimensão da sustentabilidade direciona-se às raízes dos modelos de modernização e dos

sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural e traduzindo o conceito normativo de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, cultura e local (RATTNER, 1999).

A definição da dimensão cultural conforme a definição acima, representa, por si só, a principal inflexão em relação ao patrimônio cultural. Visa o respeito e o orgulho das comunidades locais, frente à homogeneização promovida pela globalização e à inovação tecnológica, que pode ameaçar o saber tradicional. O fenômeno da globalização, que acarretou a promulgação de um modo de consumo baseado no crescimento econômico ilimitado, incentivou ainda a criação e a publicidade de um patrimônio mundial, pertencente a todos os povos e, em contrapartida, de responsabilidade de todos os povos. A partir da constatação de que os países do norte mais rico são detentores de uma lista infinitamente maior de bens patrimoniais do que os países pobres, houve o favorecimento da implementação de modelos exógenos (ou alienígenas nas palavras de Sachs) para a conservação do patrimônio cultural

nos países em desenvolvimento.

De modo semelhante, a globalização favoreceu a mídia e as redes sociais da internet em nível global, propiciando o acesso fácil a um acervo ilimitado de memória. Huyssen (2000) argumenta que a facilidade de acesso ao acervo mundial e a implementação de modelos exógenos de conservação, acarretam a perda de identidade e o esquecimento. O autor afirma que a identidade se firma na memória e não é possível se lembrar e se reconhecer naquilo que não se viveu, não se pode pertencer a algo que não se teve contato real. A digitalização da memória, promovida pela internet cria um enorme acervo disponível, mas a virtualidade desse conteúdo não gera outro produto a não ser amnésia. Assim como a imagem já muito difundida do índio que perde sua cultura em favor do colonizador, Pires (2011) sugere que a globalização é a grande propiciadora do maior intercâmbio de bens, pessoas e valores já visto. Estruturam-se redes complexas que permitem um amplo acesso à informação e atuam como um poderoso instrumento de exportação de padrões comportamentais e valorativos, similares às tradicionais relações de oferta e demanda. O choque entre esses bens imateriais resulta no pa-

decimento daqueles valores desguarnecidos e ainda não consolidados por sua sociedade de origem, ou simplesmente na quebra da autonomia, da liberdade e da igualdade que devem ser reciprocamente reconhecidos a todos os membros de uma comunidade em conjunto ou solidariamente. É um quadro de “colonialismo intelectual” de consequências graves como a alienação cultural (PIRES, 2011, p.2). A mídia é capaz de promover uma comercialização e espetacularização da memória. Muitas vezes a espetacularização do cinema e de outros meios banaliza o evento histórico dependendo de sua representação, mercadorização e conceito ou apenas promove uma encenação da história que acarreta a falsa memória. Alguns passados comercializados simplesmente nunca existiram. Essa ideia fantasiosa da mercadorização da memória gerou ainda uma cultura da cópia, que pode ser expandida inclusive aos critérios de conservação de bens patrimoniais materiais, criando simulacros de um passado que já não existe mais, afetando diretamente a autenticidade dos bens.

Aqui nos defrontamos com o maior desafio entre as inflexões possíveis entre patrimônio cultural e sustentabilidade. A sustenta-

bilidade cultural no patrimônio requer uma quebra de paradigma dos nossos próprios modos de produção e consumo capitalistas, porém alterar a cultura do consumo na sociedade pós-moderna parece um tanto quanto utópico. Além disso, de acordo com Souza e Schutel (2011), a sustentabilidade cultural é a responsável pela formação cultural ontopsicológica⁶, formando cidadãos protagonistas responsáveis, ou seja, faz-se necessária a introdução de novos conceitos com respeito às especificidades de cada ecossistema ou comunidade, a partir de um processo local participativo onde a eleição e valoração dos bens culturais sejam realizados pela comunidade atuante e não por profissionais completamente alheios à vivência dos mesmos. Porém, a novidade da introdução desses novos conceitos deve ser capaz de respeitar as tradições destas comunidades. Isso só pode ser possível partindo de uma visão de patrimônio em constante evolução, que seja capaz de conceber os mesmos valores à matrizes mutáveis no tempo e no espaço. Para Sachs (1993), a sustentabili-

⁶ A Ontopiscologia é a última das ciências modernas contemporâneas e significa “o estudo dos comportamentos psíquicos em primeira atualidade, incluída a compreensão do ser” (MENEGETTI, 2001, p. 165)

dade somente será possível se os marcos de referência para a atividade humana, os paradigmas culturais, forem mudados. Para tanto, torna-se necessário gerar novas propostas para a ciência e tecnologia, a administração, e para a organização social e ideológica. Tal processo deve incluir a procura de raízes endógenas de processos de modernização, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema e a cultura.

1.4.3 Sustentabilidade Ecológica

A Sustentabilidade Ecológica é a mais conhecida e difundida desde as conferências ambientais da década de 1970. É aquela que visa a preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis e a limitação do uso dos recursos não-renováveis, respeitando as dinâmicas do meio ambiente. Refere-se, portanto, ao equilíbrio e à manutenção dos ecossistemas, à conservação e manutenção genética, incluindo também, a conservação dos recursos abióticos e a integridade climática. Segundo Capra e

Luisi (2014), a Terra e seus ecossistemas são autossustentáveis e quanto menor a intervenção humana, melhor, em outras palavras, a sustentabilidade ecológica requer a compreensão de que o progresso não pode estar acima da capacidade de recuperação intrínseca à natureza. Exige a reflexão de que o meio ambiente não é propriedade do homem, mas sim que o homem é parte integrante e dependente do meio ambiente.

Inúmeros autores como Foladori (2002), Rattner (1999) e Sachs (1993) prescreveram mecanismos para que esse objetivo fosse atingido, intensificando a utilização dos recursos naturais com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida, baseando-se na limitação do consumo de recursos não renováveis, como os combustíveis fósseis, e daqueles facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por matérias-primas ou produtos que a natureza consiga repor em tempo hábil e/ou que sejam abundantes e ambientalmente inofensivos. Alguns dos mecanismos previstos concentram-se ainda na redução do volume de resíduos e de poluição, seja por meio da conservação ou da reciclagem de energia e recursos. Para tal fim, Sachs (2002) indica

a necessidade da intensificação da pesquisa de tecnologias limpas, com eficiente utilização dos recursos para promoção do desenvolvimento urbano, rural e industrial e a completa divulgação do patrimônio tecnológico dos países por todo o globo. É necessário ressaltar que a crença na ampliação da capacidade de carga da Terra através da criatividade e do progresso tecnológico, intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida não é compartilhada por todos os estudiosos do tema. É nesta dimensão que ocorre a indicação para a definição de leis, normas e regras para uma adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos legais e administrativos necessários para seu cumprimento. Sachs (2002) aconselha que tais leis devem promover a autolimitação no consumo de materiais principalmente por parte dos países ricos, mas também pelos indivíduos em todo o planeta.

O Relatório de Brundtland ressaltou a indústria da construção civil como altamente poluidora e consumidora dos recursos naturais, sendo responsável por grande

parte da demanda de energia nas matrizes energéticas dos países. De fato, a construção civil é a atividade de maior impacto ambiental em nível global, sendo a indústria menos sustentável do planeta de acordo com Cóias (2007), pois consome 50% dos recursos mundiais disponíveis; e o uso de combustíveis fósseis para aquecimento, iluminação e condicionamento de ar de edificações é responsável por 50% do aquecimento global. Estes impactos estão, sobretudo, associados às novas construções e resultam do consumo de enormes quantidades de materiais, de matérias-primas e de energia, além das emissões de gases poluentes com o sistema de transporte. Além disso, a exploração de minérios para extração de inertes constitui uma das principais formas de degradação da componente geológica da qualidade do ambiente. Entre esses impactos podem salientar-se os que incidem sobre a qualidade do ar e da água, e os que envolvem ruídos e vibrações, perda de solo vegetal, contaminação de solos e a destruição de fauna e flora. A extração de areias e outros inertes dos rios origina alterações do regime de escoamento e perturba o equilíbrio aquático, destruindo os habitats e ecossistemas de que dependem espécies amea-

çadas, aumentando a erosão costeira e o recuo geral da linha de costa e destruindo frequentemente valores do patrimônio biológico e ecológico, e comprometendo a proteção de zonas agrícolas interiores e até mesmo a segurança de populações. O fabrico industrial de materiais como o cimento, além da extração da pedra em pedreiras, obriga ao consumo de grandes quantidades de energia, proveniente de combustíveis fósseis. As cidades produzem um conjunto de impactos que geram uma cadeia longa, profunda e crescente de resíduos, em grande parte resultantes do setor da construção. Os sítios onde os despejos são realizados geram prejuízos para a paisagem suburbana e rural, deterioração e inquinação dos terrenos, lençóis freáticos e cursos de água.

Mas a indústria da construção tem, também, um enorme impacto sobre o ambiente construído e o património arquitectónico. De facto, a demolição dos edifícios dos antigos centros urbanos para novas construções contribui para a sua progressiva descaracterização e desvalorização. É, não só, a “alma” desses centros que se perde e, com ela, um conjunto de referências essenciais para a nossa identidade, mas também um significativo recurso económico, dada a importância crescente do turismo cultural. (CÓIAS, 2007, p.9)

Segundo o mesmo autor, todas as fases da construção podem beneficiar-se substancialmente ao primar-se pela reabilitação de edifícios e sítios históricos ao invés de optar por novas construções. A reabilitação possibilita uma utilização mais racional da energia - sendo a forma mais eficaz de reduzir o impacto na sua produção - e a extensão da vida útil das edificações (EVU) é a forma mais racional de reduzir o impacto da construção de maneira geral. A extração das matérias-primas para a construção é substancialmente reduzida, bem como a produção de materiais de construção e de elementos estruturais e as atividades a realizar em obra são geralmente de pequeno porte. Os canteiros de obra são menores e a necessidade de transportes de materiais de e para a obra é substancialmente menor. A perturbação causada na vizinhança imediata, bem como os riscos envolvidos para pessoas e bens são, também, substancialmente reduzidos, e os resíduos sólidos provenientes das demolições parciais são menores do que o desperdício de novas construções. Os impactos provenientes da seleção de um novo local e da instalação são, por inerência, totalmente eliminados. A reabilitação das fachadas e das instalações e sistemas

dos edifícios tem, em regra, por objetivo, a redução dos consumos de energia e a melhoria da qualidade do ar interior, permitindo a redução dos encargos e o impacto ambiental da manutenção e gestão dos edifícios, em particular se forem elaborados planos de manutenção. A utilização de tecnologias limpas tem se tornado cada dia mais comum e mais barata.

Castriota (2007) explicita que existem hoje três diferentes modelos de intervenção sobre o património cultural, três posturas diferenciadas, sendo elas: a preservação, a conservação e a reabilitação (ou revitalização). Apesar disso, vários discursos de salvaguarda ainda permanecem sem definição e continuam, por exemplo, a incorporar novidades e modismos em alta no exterior. A decorrente indefinição acerca do tipo de intervenção a ser exercida sobre os bens culturais, acarreta graves falhas nos processos de salvaguarda dos bens culturais.

A Reabilitação tem como base as noções de utilidade e função, favorecendo o desenvolvimento económico e social das áreas conservadas, sendo eixo de integração às duas dimensões da sustentabilidade assim nomeadas. As políticas de patrimô-

nio não se limitam mais a apenas formular estratégias de controle para as áreas a serem preservadas, mas passam a traçar planos de gestão, estratégias amplas para o seu desenvolvimento, que partem exatamente de seu caráter de áreas conservadas. Reconhece-se explicita e programaticamente a importância da manutenção e incremento da função econômica das áreas protegidas, de modo que a comunidade possa ser beneficiada pelo incremento do comércio e do turismo e permaneça no local, reduzindo a gentrificação verificada em vários casos após o tombamento de sítios históricos.

A reabilitação pode ser entendida em vários âmbitos, sendo os mais correntes o da cidade e o do edifício. No âmbito da cidade tem-se em vista a reabilitação urbana, que, segundo José Aguiar, se pode definir como o conjunto de “estratégias e ações destinadas a potenciar os valores sócioeconômicos, ambientais e funcionais de determinadas áreas urbanas para elevar a qualidade de vida das populações residentes, melhorando as condições físicas do parque edificado, os níveis de habitabilidade e equipamentos comunitários, infraestruturas, instalações e espaços livres”; quanto à reabilitação

no âmbito do edifício, (...) acto ou processo de possibilitar um uso eficiente e compatível de uma propriedade através de reparações, alterações e acrescentos, preservando, ao mesmo tempo, as partes ou características que transmitem os seus valores histórico, cultural e arquitectónico (CÓIAS, 2007, p.2).

1.4.4 Sustentabilidade Ambiental

A Sustentabilidade Ambiental é aquela capaz de respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais. Sachs (2002) afirma que é necessário transformar o conhecimento dos povos dos ecossistemas, decodificando-o e recodificando-o a luz das etnociências, além de universalizar e baratear as inovações tecnológicas.

Essa é a dimensão mais difundida no meio da construção civil, na qual apresentam-se novas tecnologias em favor do consumo de energia nas edificações; nos projetos arquitetônicos que priorizem a iluminação e a ventilação naturais; nos geradores de energia limpa como os painéis solares que têm se popularizado a cada dia; na gestão do desperdício de materiais e índices de desconstrução e reconstrução; no reuso de águas pluviais; na escolha de materiais

locais. Segundo Azevedo (2015) esse é o papel da Economia Circular, centrada na eficiência de recursos, prevenção de resíduos, energia limpa, criação de emprego e o papel da inovação, ao defender a extensão de vida útil dos bens, substituindo o conceito de “fim-de-vida” pela restauração. A Economia Circular se insere na salvaguarda do patrimônio cultural de maneira mais prática que teórica, podendo ser parte integrante dos partidos de projetos de restauração ou dos planos de gestão. Torelly (2015) afirma que são necessários investimentos públicos e privados voltados à eficiência e à eficácia construtivas.

Dessa forma, percebe-se que, quanto à sua relação com a conservação do patrimônio, a sustentabilidade ambiental exhibe grandes confluências de objetivos e estratégias, apresentados anteriormente na discussão sobre a dimensão ecológica do desenvolvimento sustentável.

1.4.5 Sustentabilidade Territorial

A Sustentabilidade Territorial refere-se à obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas; à combater o de-

sequilíbrio provocado pela concentração das pessoas nos centros urbanos e está intimamente ligada à dimensão espacial. Leva em conta a descentralização, procurando evitar o inchaço das grandes cidades e suas periferias insustentáveis para recuperar a escala humana em seus bairros e núcleos urbanos. A sustentabilidade espacial abrange a organização do espaço e obedece a critérios superpostos de ocupação territorial entrelaçados em uma rede natural duradoura para tentar recuperar, com esta complexa e diversificada trama, a qualidade de vida, a biodiversidade e a escala humana em cada fragmento, em cada bairro do sistema.

Vital (2012) ressalta que o inchaço das cidades acarretam a perda da qualidade de vida da população devido ao incremento das demandas em todas as áreas da vida urbana, causando, por exemplo, a insuficiência no abastecimento de água e energia, a ineficácia dos sistemas de gestão de resíduos, do esgotamento sanitário, a ausência ou precariedade dos espaços públicos, a ineficiência do sistema de mobilidade e o incremento de automóveis motorizados, a formação de ilhas de calor, a baixa qualidade do ar, inundações frequentes devido à impermeabilização dos solos, aumento

de pragas, aprofundamento das diferenças econômicas entre as classes sociais e da pobreza. A segregação espacial evidencia desigualdades sociais e exclusão das classes mais desfavorecidas, ampliando as correlações entre os problemas urbanos e as dimensões social, ambiental e territorial do desenvolvimento sustentável.

A formação das megalópoles tem origem nos crescentes índices de urbanização, consequência do êxodo rural ocasionado pela industrialização e pela era da informação (PESCI, 2003). O *relatório de Brundtland* referenciou as dimensões da problemática dos ambientes construídos e dos modelos vigentes de urbanização, destacou o crescimento urbano em direção as periferias e detectou o processo de esvaziamento dos centros urbanos dotados de infraestrutura e edifícios abandonados e ineficientes (Castriota, 2012, p.37). A dimensão territorial da sustentabilidade busca a melhoria do ambiente urbano e a diminuição dos efeitos progressivos causados pelo espraiamento das cidades. O inchaço das cidades é agravado pelas deficiências ou obsolescência dos edifícios e das suas instalações e pelos transportes urbanos, cada vez mais indispensáveis para percorrer as longas distâncias gera-

das pelo excessivo e desordenado crescimento urbano, promovido fortemente pela especulação imobiliária, envolvendo a degradação de solos de grande qualidade, o aumento do risco de enchentes catastróficas e uma pressão exagerada sobre a orla costeira nas cidades litorâneas. A situação de abandono dos edifícios e até de centros históricos inteiros afeta grandemente no crescimento da mancha urbana que, por sua vez, compromete diretamente a qualidade de vida. As distâncias cada vez maiores a serem percorridas afetam os níveis de poluição oriunda da queima de combustíveis fósseis, aumentam o efeito estufa e as ilhas de calor nos grandes centros urbanos, elevam os gastos energéticos e financeiros e são causa de doenças relacionadas ao estresse e à ansiedade.

Para Ferraz et al. (2004), embora a maioria dos autores se refiram ao desenvolvimento sustentável como uma necessidade de uma equidade intergeracional, para os países periféricos, a sustentabilidade crítica é a sustentabilidade intrageracional, ou seja, como fazer o uso equitativo do ambiente agora, como enfrentar o problema da pobreza e desigualdade no presente. Além disso, faz-se necessária a superação das disparidades inter-regionais, freando a

destruição de ecossistemas frágeis, mas de importância vital, através de processos de colonização sem controle, ou da herança colonial dos países mais pobres.

A dimensão territorial do desenvolvimento sustentável visa criar uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade através do ecodesenvolvimento. Busca promover a agricultura e a exploração agrícola das florestas através de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, notadamente através do uso de pacotes tecnológicos adequados, do crédito e do acesso a mercados em oposição às técnicas devastadoras que fazemos uso hoje e à monocultura industrial, interligando-se às dimensões cultural e política nacional. Busca explorar o potencial da industrialização descentralizada, acoplada à nova geração de tecnologias, com referência especial às indústrias de biomassa e do seu papel na criação de oportunidades de emprego não-agrícolas nas áreas rurais. Além de configurações urbanas e rurais balanceadas, com a eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público.

Ferraz (2003) ressalta que a chamada Revolução Verde, ocorrida no Brasil duran-

te o período da ditadura militar - entre as décadas de 1960 e 1970 - provocou um aumento grotesco da produção e produtividade agrícola, notadamente nos produtos de exportação, mas também ocasionou a degradação de grandes superfícies - muitas delas abandonadas após poucos anos de cultivo - o desmatamento para o cultivo, o surgimento de pragas, a utilização banalizada de agrotóxicos e outros insumos agrícolas através da mecanização e da expansão de monocultivos. O quadro agravou-se ainda mais após a intensificação da produção em áreas não aptas ou acima da capacidade de suporte das mesmas, provocando a dependência do aporte de energia externa e reduzindo sua capacidade produtiva, além de erosão e contaminação do solo e água com agroquímicos. Através de um modelo industrial-produtivista de apropriação da natureza, favoreceu a substituição dos modelos de produção das culturas locais por modelos industriais, o que acelerou de forma alarmante a degradação ambiental e social do espaço rural. A autora aponta que nos modelos tradicionais os valores de uso prevalecem sobre os valores de troca. De acordo com Vale (2017), o incremento da monocultura extensiva intensifi-

ca a concentração fundiária e desarranja atividades produtivas locais importantes, causando a sazonalidade da demanda de mão de obra ainda presente em muitas lavouras e a mecanização do trabalho rural, além da diminuição da segurança alimentar, a aceleração do desflorestamento e o agravamento da depredação ecológica do modelo de agricultura industrial devido ao uso de grande quantidade de insumos agroquímicos – herbicidas e fertilizantes nitrogenados – que provocam graves consequências ambientais, trazendo novos problemas econômicos, ambientais e sociais. Desse modo, a paisagem muda drasticamente e o incentivo ao arrendamento de terras e à mecanização do trabalho expulsam o trabalhador rural para as cidades, o que acarreta no abandono do patrimônio cultural rural. Ocorre ainda uma alteração no modo de vida destas comunidades, que perdem as tradições rurais em favor das facilidades da vida urbana.

A sustentabilidade territorial requer, desta maneira, uma legislação territorial igualitária, capaz de executar a melhor distribuição possível de recursos entre as áreas urbanas e rurais e de frear o espraiamento das cidades; mas também que tenha inclinação a servir para a proteção do patrimô-

nio cultural tanto quanto os instrumentos dos tradicionais institutos de salvaguarda, ao consideramos, por exemplo, o plano diretor e a lei de uso e ocupação do solo.

1.4.6 Sustentabilidade Econômica

A Sustentabilidade Econômica se traduz por uma rentabilidade estável no tempo, baseando-se num desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, na segurança alimentar, na capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção e num razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica para a inserção soberana na economia internacional. Essa dimensão realiza-se por meio da alocação e gestão mais efetiva dos recursos e por uma regularidade do investimento, seja ele público ou privado, nos quais a eficiência econômica deve objetivar diminuir a dicotomia entre os critérios microeconômicos e macroeconômicos.

Rattner (1999) afirma que a sustentabilidade econômica busca a eficiência no consumo dos recursos naturais inserida num contexto de mercado competitivo, buscando a internacionalização dos custos ambientais e/ou reformas fiscais. É alcan-

çada a partir da racionalização econômica local, nacional e planetária. Alguns autores acreditam que o crescimento sustentável é algo impossível, argumentando que a sustentabilidade prescinde de uma economia estacionária, de crescimento nulo. Sachs (1993) e Rattner (1999) defendem a ideia de uma escala ótima de crescimento, com exploração parcimoniosa dos recursos finitos e na substituição dos recursos não-renováveis por recursos renováveis, o que integra as dimensões econômica e ecológica. De acordo com Sachs (1993), uma condição importante é a avaliação da sustentabilidade econômica em termos macrossociais e não apenas através da rentabilidade empresarial. Faz-se necessário, superar as configurações externas negativas resultantes do ônus do serviço da dívida externa e da saída líquida de recursos financeiros do sul, dos termos de troca desfavoráveis, das barreiras protecionistas ainda existentes no Norte e do acesso limitado à ciência e tecnologia.

À medida que o conceito de patrimônio cultural foi sendo ampliado para áreas inteiras que passaram a ser valorizadas como uma totalidade urbana, a questão do financiamento e da sustentabilidade (financeira, no caso) veio à tona com toda a

intensidade. Tais custos não poderiam ser financiados apenas pelo poder público, trazendo a questão do uso como solução principal.

Neste momento a questão do uso dessas áreas torna-se central para as políticas de patrimônio: o fato é que nem todas essas edificações protegidas podiam se transformar em museus ou centros culturais, e nem todas as áreas conservadas, em destinos turísticos privilegiados. Aqui cabe lembrar uma observação arguta de Burtenshaw, que aponta que o fracasso em encontrar novos usos para edificações preservadas – que se tornam cada vez mais numerosas – condena a cidade a uma existência de museu a céu aberto (CASTRIOTA, 2007, p.22).

O IPHAN recomenda a reabilitação dos sítios antigos, desde que não altere o modo de viver da comunidade que vive nestes espaços e que essa alteração possa lhe surtir algum benefício:

A reabilitação de bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos (IPHAN, 1995).

Torelly (2015) ressalta que a mercadorização e a globalização ampliam a assimetria norte/sul, aumentando o poder das empresas transnacionais e do capital financeiro e reduzindo o papel regulador dos estados nacionais, gerando concentração de renda em escala mundial.

1.4.7 Sustentabilidade Política nacional

A Sustentabilidade Política em nível nacional relaciona-se à um nível razoável de coesão social e na defesa da democracia, definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, e no desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores. Envolve a participação social nas tomadas de decisão, buscando sensibilizar, motivar e mobilizar a participação da comunidade e favorecer a transparência, o acesso fácil às informações, a fim de que os cidadãos possam conseguir maior compreensão dos problemas e oportunidades enfrentados e sejam capazes de lutar contra práticas insustentáveis. Para tal fim, faz-se necessário e urgente superar as práticas e políticas exclusivas.

(...) deve ter contribuição não só da comunidade local, mas é preciso mobilizar a sociedade como um todo englobando o papel do governo das instituições e do empresariado e abrangendo o que muitos autores chamam de sustentabilidade institucional nesta dimensão (SACHS, 1993).

O modelo de desenvolvimento sustentável baseia-se na concepção da parceria e da colaboração efetiva entre os setores público, privado, voluntário e comunitário, buscando o consenso e a solidariedade nas decisões coletivas que devem transcender aos interesses particulares. Torna-se, portanto, imprescindível um Estado que seja ativo e facilitador numa perspectiva democrática em que os governos adequem atitudes e estratégias em prol do bem comum.

Cabe em particular aos municípios estimular a participação e o engajamento cívico, sendo este imprescindível para avançar no fortalecimento da consciência ecológica, e promover a implementação de um outro modelo de desenvolvimento consentâneo com as necessidades de uma sociedade sustentável (FREY, 2002).

Para Sachs (2002), o poder de adaptação da nossa sociedade deveria ser capaz de criar uma economia de permanência, onde a satisfação das genuínas necessidades humanas, autolimitadas por princípios que evitam a ganância, caminha junto com a conservação da biodiversidade, alcançando a simbiose.

Para Torelly (2015), a inflexão entre patrimônio cultural e sustentabilidade só acontecerá quando fizer parte da pauta e do esforço de planejamento governamental e das ações do poder público e da iniciativa privada. Será necessário regulamentar, impor restrições, promover incentivos e subsídios, distribuir renda e combater a supressão de liberdades. O planejamento e gestão dos processos são ferramentas indispensáveis para as estratégias de desenvolvimento sustentável que deve ser local e participativo, no nível micro, e os planos de conservação e gestão devem ser capazes de cultivar a conscientização da comunidade, autoridades locais e associações de cidadãos quanto ao valor e à necessidade de proteção da área. Uma condição importante é garantir que a população local receba uma fatia dos benefícios resultantes do aproveitamento dos seus saberes e dos recursos por ela cole-

tados. A construção de políticas públicas amplas que considerem a diversidade de manifestações culturais e seu patrimônio, é parte importante e imprescindível do desenvolvimento de uma sociedade que se deseja sustentável.

1.4.8 Sustentabilidade Política internacional

A Sustentabilidade Política em nível internacional tem estreita relação com o trabalho da Organização das Nações Unidas – ONU. Tal dimensão objetiva a eficácia do sistema de defesa e prevenção de guerras, em busca da paz e na promoção da cooperação científica e tecnológica entre os países, assim como a manutenção do sistema internacional financeiro e de negócios. Sachs (2002) defende um pacote norte-sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade de direitos e deveres e no compartilhamento de responsabilidades e do favorecimento do parceiro mais fraco. Argumenta em favor do controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, na prevenção das mudanças globais negativas e na proteção da diversidade biológica e

cultural e na gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade. Sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também com propriedade da herança comum da humanidade.

Os problemas que envolvem a capacidade de recuperação do planeta são sistêmicos, necessitando a compreensão das relações que se estabelecem entre todas as partes e entre a totalidade do sistema, mas o método que rege nossos modelos acadêmicos, políticos e econômicos são pautados no mecanicismo de Descartes, um pensamento linear e analítico. Enxergar sistemas sociais ou sistemas biológicos como máquinas acarretou no nosso modo de produção e consumo dos dias atuais, no surgimento do capitalismo e da industrialização desenfreada que, juntos, perseveraram os ideais de um crescimento econômico ilimitado, da dominação da natureza e na crença ilimitada nas virtudes do progresso técnico, causas da nossa multifacetada crise global.

De acordo com Sachs (2002), deve ser combatida a concentração de renda, a pobreza, a desigualdade e as diferenças

substanciais entre as nações pois, não pode haver desenvolvimento com supressão de direitos ou liberdades instrumentais. Deve-se garantir a sobrevivência da diversidade biológica, bem como da diversidade cultural e social, entendendo que a qualidade de vida nem sempre melhora com o avanço da riqueza material.

Para Sachs (2002) e Torelly (2015), a gestão dos bens internacionais e do patrimônio comum da humanidade merecem alta prioridade, e deve ser evitada a atribuição de valores comerciais a esses recursos e o escopo de *res communis* deve ser ampliado para incluir os grandes blocos do conhecimento tecnológico. A valoração de bens culturais mundiais precisa igualitária, bem como há a necessidade de estreitar e intensificar a cooperação internacional norte/sul e sul/sul, não apenas com assistência técnica, mas também com investimentos intergovernamentais e privados com efetiva transferência de renda. Isso exigirá de todos os países e organismos internacionais uma nova postura ética, política e cultural. O desafio hoje é agir e pensar localmente e globalmente, pois o caráter inevitável da globalização deve respeitar as especificidades das culturas locais e não ocidentais. Obviamente pre-

cisamos mudar os padrões de consumo, principalmente no norte mais abastado e adotar medidas restritivas ao mesmo. É possível o estabelecimento de pactos globais que permitam o controle e a redução das formas de poluição e degradação tanto de recursos naturais como culturais bem como a diminuição do risco de conflitos multinacionais.

Alguns autores como Jacobi (2003) admitem ainda a possibilidade de se inserir uma dimensão psicológica⁷ da sustentabilidade, pautada na afetividade que, embora seja particular, permite que uma comunidade partilhe de um mesmo ambiente de forma pacífica com as outras pessoas e com as outras dimensões da sustentabilidade. Para o patrimônio cultural trata-se do caráter de identificação com o bem, conceito chave dos processos de valorização.

7 A dimensão psicológica engloba a sensação de felicidade que transcende o aspecto social, pois a emoção é um atributo que faz parte do inconsciente de cada pessoa. A sensação é intrínseca a cada indivíduo e inerente a ele permitindo a cada um tomar conhecimento da realidade que o cerca, por meio das diferentes experiências, expectativas, motivações e emoções individuais. Embora ocorram dentro do indivíduo, essas sensibilidades diferentes que permitem partilhar o mesmo meio ambiente de forma pacífica com outras pessoas e com as outras dimensões da sustentabilidade (JACOBI, 2003 apud AS DIMENSÕES, 2018, p.11)

- Capítulo 02 -

*- As Capelas Rurais do Triângulo Mineiro e
Alto Paranaíba e a sustentabilidade do seu
patrimônio cultural -*



2 - AS CAPELAS RURAIS DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA E A SUSTENTABILIDADE DO SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

2.1 As capelas no processo de ocupação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é uma mesorregião¹, uma das 12 regiões de planejamento do estado de Minas Gerais, no sudeste do Brasil. É circundada pelos rios Grande e Paranaíba e formada pela união de 66 municípios distribuídos entre as microrregiões de Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Uberaba e Araxá. Conta com cerca de 2.838.877 habitantes, conforme estimativa do IBGE/2016, e uma área de 90.545 km², equivalente a 15,4% do território mineiro. Em comparação com as outras 11 mesorregiões do estado, dispõe do terceiro maior

contingente populacional, sendo que 7 de seus municípios estão entre os mais populosos do estado: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Araguari, Ituiutaba, Araxá e Patrocínio. Dispõe da segunda maior economia de Minas Gerais, voltada para a agropecuária, para a extração mineral e a distribuição atacadista.

A região corresponde, basicamente ao território que era identificado, até o início do Século XX, por “Sertão da Farinha Podre”, um extenso território que teve sua origem ligada ao Ciclo do Ouro nos estados de Minas Gerais e Goiás. Segundo Vale (1998), o Sertão da Farinha Podre era uma unidade sociopolítica, assim identificada por ter sofrido um mesmo processo de desbravamento e povoamento, sendo um dentre tantos sertões que constituíam o território nacional e que foram explorados pelo colonizador branco no decorrer do século XIX.

Desde o final do século 16, bandeirantes paulistas já demandavam os sertões de Goiás e Mato Grosso, em busca de índios, pedras e metais preciosos, não deixando, entretanto, registros precisos sobre os caminhos percorridos. Era prática comum aproveitarem-se de trilhas indígenas já existentes. Possivelmente, essas bandeiras também percorreram a região entre os Rios Paranaíba e Grande, situada como uma área intermediária entre São Paulo e Goiás, portanto, um caminho natural. (Vale, 1998, p.7)



Figura 1 - Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_Triângulo_Mineiro_e_Alto_Paranaíba

¹ Divisão geográfica do IBGE vigente entre 1989 e 2017. Em 2017 o instituto extinguiu a divisão em mesorregiões e microrregiões, criando um novo quadro regional brasileiro, com novas divisões geográficas denominadas, respectivamente, regiões geográficas intermediárias e imediatas. Segundo a nova divisão, a antiga mesorregião corresponde às regiões geográficas intermediárias de Uberlândia e Uberaba e, parcialmente, a de Patos de Minas.

De acordo com Cunha e Vale (2016), a fase inicial de desbravamento e ocupação da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba está diretamente relacionada à exploração do centro oeste da Colônia, constituindo-se em uma rota de ligação para o comércio entre São Paulo e as áreas mineradoras de Goiás e Mato Grosso, através da “Estrada do Anhanguera” aberta em 1722, ou seja, até a terceira década do setecentos era apenas uma rota de passagem. Mas, devido à decadência do ouro de Goiás e Mato Grosso ocorrida por estes tempos, a Estrada do Anhanguera perdeu importância e o antigo território da Farinha Podre permaneceria praticamente desconhecido pelos colonizadores brancos até a última década do século XVIII, sendo habitado somente pelos índios Caiapós, pelos negros dos quilombos e algumas tribos semi-civilizadas assentadas pela Capitania de Goiás ao longo da referida estrada. A efetiva conquista e ocupação da região pelo colonizador branco se daria a partir da última década do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, após a decadência da mineração e com crescimento agrário do Oeste Paulista, a partir da introdução da grande lavoura de cana-de-açúcar que chamou a atenção de

entrantes oriundos do Oeste de Minas e da antiga Comarca do Rio da Mortes, para o estabelecimento de fazendas. Estas causaram o incremento e a expansão das atividades agro-pastoris - favorecidas pela topografia plana e pela abundância de águas - e promoveram uma redistribuição demográfica, papel primordial para a ocupação da região pelo colonizador branco, que se fez “paulatinamente, sem arrancos e convulsões”, diferentemente do processo violento que se deu nas primeiras ocupações pelo país.

Segundo Prado Júnior (1969, apud VALE, 1998, p.16), em Minas Gerais, o movimento demográfico foi centrífugo, do centro para a periferia da própria capitania. Na parte oriental, estabeleceu-se a sua principal área agrícola paralelamente ao desenvolvimento da lavoura de subsistência e pecuária na região sul. É nessa fase que se dá a efetiva ocupação e povoamento do Sertão da Farinha Podre, modificando o perfil populacional da área e incorporando-a efetivamente ao contexto colonial depois de 1822. Durante a primeira metade do século XIX, a região fragmentou-se em arraiais e freguesias que dariam origem à quase totalidade de suas cidades.

Em Minas Gerais, desenvolveu-se também uma agricultura voltada inteiramente para a produção de gêneros de consumo local, que adquiriu níveis mais elevados que as outras regiões e pôde-se nela encontrar grandes fazendas unicamente ocupadas com o abastecimento do mercado interno (PRADO JR., 1969, p. 162 apud VALE, 1998, p.16)

Em um processo paralelo ao estabelecimento das atividades agropastoris, têm-se a formação dos primeiros arraiais que surgiram, invariavelmente, nos topos ou meias encostas de um vale, onde a proximidade de um rio ou riacho garantia o abastecimento de água para a população.

Santos e Alves (2005) ressaltam que no século XVIII surgiram três núcleos de povoamento com origem nos assentamentos dos colonizadores: Desemboque (1750), Araxá (1782) e Patrocínio (1793). Apenas no século seguinte é que novos fluxos migratórios deram origem à novas formações urbanas, que hoje são os municípios de Uberaba, Prata, Campo Florido, Ibiá, Araguari e Uberlândia.

Historicamente, a origem de todos os municípios constituídos na região até o início

do século XX, está vinculada à construção de uma pequena capela rural, constituindo-se centros de poder, tanto físico quanto cultural. Esta, eventualmente, seria erigida em capela curada e, posteriormente, em sede de paróquia, momento em que a instituição de um patrimônio religioso – invariavelmente formado por terras - era uma das exigências por parte das autoridades eclesiásticas e administrativas para sua sacramentoção.

A capela, que mais tarde poderia tornar-se matriz, era construída sempre situada na parte mais alta da encosta, geralmente, com a fachada principal voltada para um rio e seu adro era, usualmente, ocupado pelo cemitério.

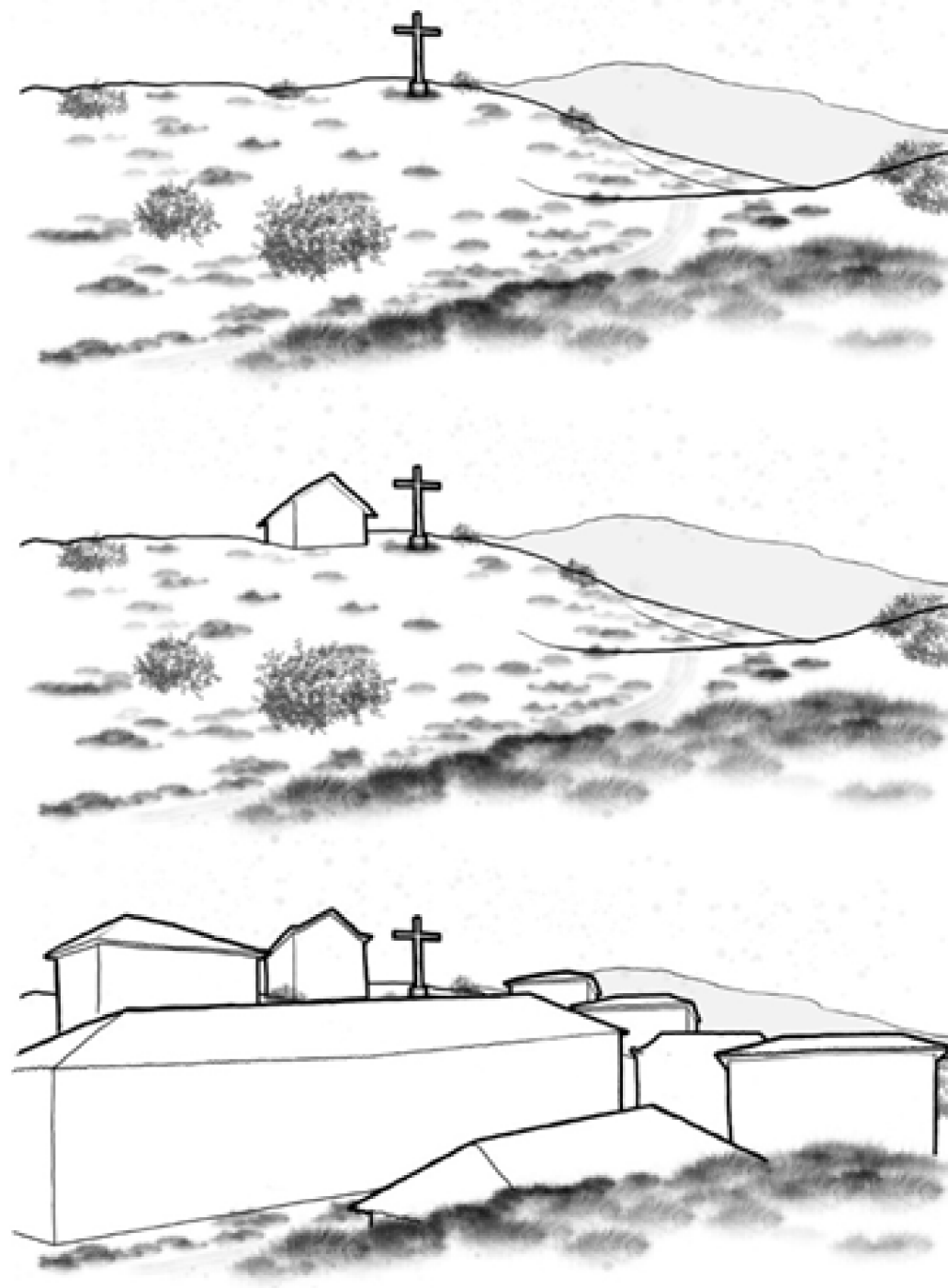


Figura 2 - Modelo de origem das cidades do TM e AP
Autor: Aline Soares Côrtes/ Desenho: Victor Resende (2019)

De acordo com Vale (1998), o espaço à volta, quase sempre aberto e desvencilhado de casas, constituía um grande vazio - o largo da matriz. Delimitando esse espaço, eram situadas as casas, dispostas em alinhamento, criando uma praça de formato, geralmente, retangular. Segundo Murilo Marx (1989), nesse contexto, quando da elevação do povoado à vila, o aforamento do patrimônio religioso se colocava como o espaço possível para acomodação de parte da população enquanto a capela se constituía no primeiro elemento organizador do espaço urbano, sendo o ponto de referência para o traçado das primeiras vias e marco do desenvolvimento das atividades cotidianas e de convívio, convergindo em seu espaço os aspectos mais importantes da história da comunidade. O largo da matriz permanecia como o ponto central, simbólica e espacialmente o ponto mais importante do povoado. Invariavelmente, no largo da matriz, eram instalados os outros edifícios de importância, como as Casas de Câmara e Cadeia, quando a freguesia era constituída em Vila. Era ao redor dessa praça que as famílias mais abastadas construía suas residências, usufruindo e reforçando seu prestígio. À medida que o arraial crescia, frequente-

mente, essa construção inicial era substituída por outra, maior e de melhor técnica construtiva.

Até o final do Século XIX, a Igreja esteve atrelada ao Estado pela instância do Padroado. Por esta instância, o reconhecimento oficial da comunidade perante o Estado era antecedido pela instalação de uma vida religiosa local, simbolizada pela oficialização da capela erguida e benzida, com a necessária autorização do governo. Assim, a construção de uma capela - que poderia eventualmente ser elevada à condição de matriz - foi, frequentemente durante o período colonial e do Império, o embrião de um novo núcleo urbano, sendo o motivo para a fixação de moradores em seu entorno. A elevação de uma capela à condição de sede de paróquia significava, não só a proximidade de uma assistência religiosa e acesso a rituais litúrgicos, mas também a garantia do usufruto de uma formalidade civil com todo o direito e segurança, oferecidos apenas pela instituição religiosa, exemplificados no registro de nascimento, matrimônio, óbito e registros oficiais (CUNHA e VALE, 2016, p.5)

A Constituição do Império de 1824 tornou ainda a paróquia a célula básica do sistema eleitoral, que elegiam os deputados às assembleias provinciais e estas elegiam os deputados gerais, isto é, os deputados da Assembleia Legislativa do Império. O próximo passo seria obter a elevação da capela à paróquia, com o que arraial pas-

sava a ter uma nova importância, um novo status. O requisito necessário para a sacramento da capela era a existência de um patrimônio religioso que pudesse garantir a sua manutenção. Esses patrimônios eram constituídos, em geral, por porções de terras cedidas por um proprietário mais abastado ou por vários vizinhos, doados nominalmente a um santo padroeiro e poderia servir de moradia e meio de subsistência a outras famílias que não possuísem terras. Os grandes proprietários tinham interesse em, eventualmente, desfazerem-se de pequena parte do que detinham para atender à população não possuidora de chão, para se valer-se de sua instalação próxima, produtiva e consumidora (MARX, 1991, p. 38).

No processo de adensamento populacional e formação dos primeiros núcleos urbanos do antigo Sertão da Farinha Podre, de acordo com o inventário realizado por Vale (1998), dentre os 85 templos construídos nos últimos anos do século XVIII e durante o século XIX, apenas 7 adquiriram a prerrogativa de paróquias: Indianópolis (1758, como vigararia perpétua), Desemboque (1768), Araxá (1871), Uberaba (1820), Patrocínio (1839), Prata (1840) e Monte Alegre de Minas (1843). Na segun-

da metade do século XIX, este processo se intensificou com a elevação de mais 26 capelas em sedes de paróquias. Algumas capelas construídas durante o século XIX, no entanto, só seriam erigidas em matrizes no decorrer do século XX, enquanto outras permanecem até hoje como comunidades¹ localizadas nos distritos e fazendas de diversos municípios.

Durante o século XIX, a agricultura na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba era apenas de subsistência devido à dificuldade nos transportes. Por essa razão, a pecuária é que possibilitou a abertura, formação e desenvolvimento das fazendas que iam se espalhando, possibilitando a conquista e o enriquecimento do sertão, mas que gerou um povoamento ralo, embora espacialmente contínuo, que não criou núcleos urbanos expressivos. Durante o século XIX, surgiram inúmeros arraiais e povoados na região, mas as fazendas permaneceram como o principal núcleo das atividades socioeconômicas. Estas, quase sempre auto-suficientes, eram os pólos onde se desdobrava, onde acontecia a vida. Deste modo, a ruralização foi

1 Nome dado atualmente às igrejas e capelas pertencentes a uma paróquia.

a principal característica sócio-econômica do Sertão da Farinha Podre, durante todo o século XIX. Nos arraiais, permaneciam apenas os artesãos, as pessoas sem profissão, pequenos comerciantes e prostitutas. Eram poucos os fazendeiros que possuíam casas na cidade, as quais permaneciam fechadas, sendo utilizadas somente esporadicamente, geralmente em dias de festas religiosas. As idas às vilas e aos povoados eram também esporádicas, a permanência do fazendeiro e sua família na cidade só se difundiu a partir do início do século XIX.

No Sertão da Farinha Podre, a partir do início do século XIX, foi mantido o catolicismo de caráter essencialmente leigo, herdado do século XVIII, em que a população assumia as iniciativas e as responsabilidades pela construção e manutenção dos espaços religiosos. A construção das capelas rurais manteve-se como uma tradição ao longo de todo o século XX e faz-se presente na contemporaneidade. Tal tradição tem favorecido a conservação destes espaços mesmo frente às dificuldades impostas pelas mudanças nos modos de produção e vida nas áreas rurais trazidas pela modernidade, como a introdução da monocultura extensiva a partir de meados do século

passado, a consequente mecanização do trabalho e migração do trabalhador rural para as cidades, que tem provocado uma substancial transformação da paisagem e dos modos de vida, bem como a expansão dos limites urbanos.

2.2 A documentação das capelas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

2.2.1 O ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais e o incentivo à documentação e salvaguarda do patrimônio cultural mineiro

A partir da ampliação do termo de patrimônio cultural ocorrido na década de 1960 e da Constituição de 1988, houve uma descentralização das políticas de salvaguarda, que

Ainda baseadas nas práticas de tombamento, coincidiram com o contexto de valorização das ações locais e do avanço do espaço das identidades locais em detrimento da memória nacional una e sólida (BOTELHO, 2006, p.476).

Assim, a conservação e o processo de valoração do patrimônio cultural passou

a ser realizado também por instâncias estatais e, em 1995, o governo de Minas Gerais destinou o repasse de recursos do Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), do Estado para os municípios, objetivando financiar projetos culturais, criando, dessa forma, o *ICMS Patrimônio Cultural*, um programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural mineiro, a fim de conservar seus bens e suas referências culturais através de políticas públicas relevantes. O objetivo primordial do programa é estimular as ações de salvaguarda dos bens culturais dos municípios por meio de associações entre os conselhos e as comunidades locais, ou seja, promovendo uma descentralização ainda maior dessas políticas, abrangendo as municipalidades. Além do repasse de recursos, os municípios passaram a receber orientações diretas do IEPHA sobre as políticas de preservação e seus instrumentos. Assim, o governo de Minas deliberou, através da *Lei Estadual n. 12.040*, apelidada *Lei Robin Hood*, os critérios para a distribuição da quota-parte do ICMS que cabe aos municípios, considerando itens como meio ambiente, saúde e patrimônio cultural. Foi estabelecido um sistema de pontos, definidos pelo governo

estadual e ficou a cargo do IEPHA elaborar os critérios de verificação da existência de políticas locais de proteção ao patrimônio cultural e apurar a pontuação de cada município, anualmente. Os critérios adotados privilegiam sobretudo o tombamento, a elaboração e análise de inventários e a intervenção em conjuntos urbanos, incentivando a adoção de diretrizes urbanísticas pelos diversos municípios interessados na proteção patrimonial.

A partir do ICMS Patrimônio Cultural, os municípios implantaram conselhos patrimoniais, a fim de organizar inventários de seus bens e fazer a tutela dos mesmos. Passados quase vinte e cinco anos da promulgação da lei, percebe-se o ICMS Patrimônio Cultural como uma medida efetiva para o reconhecimento de tais bens e para a gestão e a definição das políticas de proteção do patrimônio cultural inerentes dos gestores públicos municipais. O resultado desta política, segundo o IEPHA, mostra que mais de 80% dos municípios mineiros contam, hoje, com um Conselho Municipal de Patrimônio Cultural atuante e, portanto, efetivam a gestão de seus bens culturais. As atividades desenvolvidas no ano base devem ser documentadas (comprovações diversos, declarações, cópias xerox,

fichas de inventário, laudos do estado de conservação dos bens protegidos, relatórios diversos, fotografias, filmagens etc.) e apresentadas para análise.

Apesar disso, existe uma tendência maior à preservação dos bens dos núcleos urbanos, sendo o patrimônio cultural rural ainda pouco discutido e inventariado. Por esse motivo, um dos objetivos deste trabalho é a documentação e divulgação do patrimônio cultural rural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

2.2.2 Inventário exploratório das capelas rurais católicas do TM e AP

O patrimônio cultural rural pode ser definido como:

o conjunto de registros materiais e imateriais decorrentes das práticas, dos costumes e das iniciativas produtivas que se estabelecem, historicamente e territorialmente, na área rural (TOGNON et al (2010, p.1)

Para Pretto e Monastirsk (2014), é um conjunto indissociável composto pelos bens material - as edificações, equipamentos e demais artefatos ligados ao campo e ao modo de produção - e os bens imateriais

ligados ao conhecimento e modos de produção bem como as relações sociais entre seus usuários e as comunidades rurais, que estruturam a vida no campo.

A zona rural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba preserva uma extensa gama de bens patrimoniais dos séculos XIX e XX, principalmente aqueles ligados à religiosidade, à produção agrícola e à atividade ferroviária, com expressiva variedade tipológica e diversidade de materiais, técnicas e soluções construtivas que, entretanto, não tem recebido a devida atenção por parte da pela historiografia especializada, seja através dos meios acadêmicos ou pelo poder público.

As capelas rurais que permaneceram até a atualidade, constituem espaços significativos de sociabilidades e mantêm vivas as tradições e a religiosidade, em especial para os municípios de menor porte, onde a separação entre mundo rural e mundo urbano são mais tênues. A documentação dessas capelas é um instrumento que garante a memória dessas tradições e, por esse motivo, realizou-se uma primeira catalogação das mesmas, afim de compreender sua expressividade no contexto regional. Para tal fim buscou-se conhecer o

número de capelas rurais na região e das festas sacras que elas promovem, através de uma pesquisa exploratória efetuada a partir de entrevistas nas Dioceses, Paróquias e Secretarias de Cultura das 66 cidades da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Essa pesquisa foi realizada por meio de visitas presenciais ou entrevistas através de contatos telefônicos, e-mails ou aplicativos de mensagens de texto, a partir de um roteiro pré-determinado para o preenchimento de uma ficha para cada capela (ver APENDICE I) . A catalogação contou com itens como: nome da capela, localização, data de construção, se possui ativação patrimonial através de instrumentos de proteção em nível municipal ou estadual (geralmente através do tombamento), tipologia arquitetônica, se realiza alguma festa religiosa e iconografia - do espaço da capela, das festas religiosas e da localização por meio de fotografia de satélite.

Essa catalogação originou um inventário exploratório objetivando a documentação dos aspectos físicos e imateriais, memórias e tradições, entendendo as relações de identidade e pertencimento dos indivíduos que as utilizam e mantêm. O inventário reuniu as informações de cada ficha em particular, numa síntese da situação das

capelas rurais católicas da região, de modo a facilitar a pesquisa (APÊNDICE II). Algumas fichas não puderam ser completadas perante a dificuldade de comunicação e, conseqüentemente, em se conseguir informações à distância, principalmente nas menores cidades do referido estudo como, por exemplo, a cidade de Veríssimo. De modo semelhante, a pesquisa enfrentou dificuldades na obtenção da iconografia. Objetivando a complementação dessas fichas e a facilidade de visualização da comunidade destas cidades - na intenção de criar um projeto participativo de coleta de dados e auxiliar na educação patrimonial nestes municípios - optou-se por criar o Mapa Interativo das Capelas Rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, disponível no link:

<https://drive.google.com/open?id=1XI5SZWwkU8rdgWF4tTNr9CmNiv2s8VjK&usp=sharing>

O mapa interativo apresenta todas as informações obtidas no inventário investigativo e tem sido divulgado através das redes sociais, sendo ferramenta interessante na coleta de novas informações. Dessa maneira, a investigação foi realizada nos 66

municípios da região, por meio das Dioceses de Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba, Luz e Patos de Minas e as 193 paróquias pertencentes a elas e foi atestada a existência de 458 comunidades rurais religiosas até o momento. Destas, 319 promovem festas religiosas regularmente. Além destas, existem outros 9 casos em que ocorrem festas em comunidades que não contêm uma capela em seu território, mas realizam-se nas casas de fazenda e que não foram contabilizadas nesse estudo. Em uma análise quantitativa, esse número foi uma grande surpresa para nós e já reflete, por si só, a importância e a abrangência deste patrimônio cultural. Vale ressaltar ainda, que este inventário foi realizado apenas para as capelas rurais católicas e, mesmo dentre elas, existem outras capelas rurais que não fazem parte da lista de locais atendidos pelas paróquias consultadas pelos mais diversos motivos como, por exemplo, por estarem em um estado de degradação que não permite que as celebrações religiosas ocorram, por estarem em propriedades particulares que realizam cerimônias apenas para a própria família, pela venda dos terrenos para empresas particulares, pelo abandono promovido pela migração da comunidade para os

núcleos urbanos, entre outros fatores. Ou seja, um número muito maior de capelas rurais pode ser encontrado ainda.

2.2.3 A relação localização versus a institucionalização do patrimônio cultural rural

A análise da localização no inventário exploratório foi descrita qualificando as localidades como Distrito, Comunidade ou Propriedade privada, e exibindo uma imagem de satélite do local afim de elucidar as informações sobre as características intrínsecas a estes locais. A grande maioria das capelas encontradas, 372 em números exatos, estão situadas em fazendas, ou seja, em propriedades rurais privadas. Por esse motivo, geralmente são geridas por uma família ou grupos de famílias, que organizam a sua manutenção e as suas festas religiosas. Porém, a zona de influência das capelas é maior que o território ocupado por estas famílias, espalhando-se para grandes áreas rurais vizinhas e até núcleos urbanos, principalmente na ocasião das festas religiosas.

Faz-se necessário considerar que a igreja católica categoriza as capelas de distritos

como capelas rurais. Porém, nosso estudo considera que elas estejam em um ambiente urbano, ou seja, apresentam uma configuração distinta daquelas inseridas em um ambiente rural. Por esse motivo, considera-se capelas rurais aquelas de propriedade particular ou de comunidades rurais que apresentam-se fora da mancha urbana do município que lhes correspondem.

Um distrito rural é uma subdivisão do município, ocorrida geralmente quando dentro do mesmo existem povoados expressivos em termos populacionais, mas que estão afastados da área urbana principal. Em geral, estes distritos tendem a buscar sua autonomia administrativa, constituindo novas sedes de municípios ou, aqueles mais próximas das manchas urbanas, podem ser integrados a ela à medida que os limites da cidade são expandidos. Apesar de apresentarem características muito similares às cidades, usufruindo dos mesmos sistemas de comércio, mobilidade e infra-estrutura similar às das cidades de pequeno porte, estão intimamente ligados ao modo de viver do campo e os núcleos familiares que habitam as fazendas localizadas nas suas proximidades.

As 55 capelas que integram essa categoria são, com poucas exceções, as mais antigas de todas as capelas rurais encontradas, datando desde o século XVIII até início do século XX. Quanto aos aspectos materiais, distinguem-se das capelas rurais em tamanho e qualidade formal, apresentando um maior esforço decorativo e uma melhor qualidade técnica, com maior investimento de recursos. Quanto aos aspectos imateriais, as festas dos distritos recebem uma quantidade maior de expectadores se comparadas às capelas das fazendas. Esse fato deve-se à visitação por parte dos moradores dos núcleos urbanos, atraídos principalmente pela espetacularização da festa promovida pelas mídias. É comum o patrocínio de figuras políticas e/ou empresas e prestadores de serviço da zona urbana, que também são, muitas vezes, os responsáveis pelas barracas de serviços alimentares ou de *souvenirs*.

Localização das capelas rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

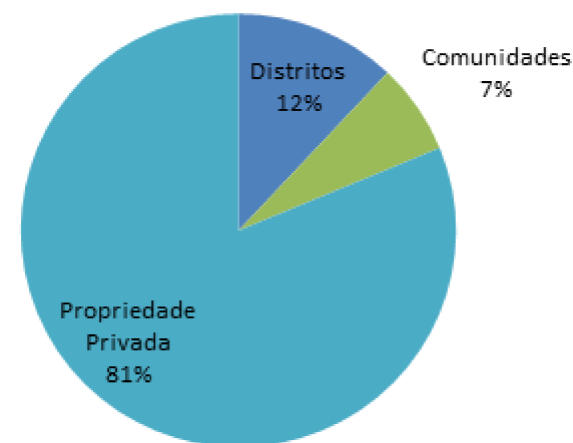


Gráfico 1 - Localização das capelas rurais do TM e AP
Elaboração: Aline Soares Côrtes



Figura 3 - Capelas rurais localizadas em Distritos

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
Capela Santa Luzia - Piracaiá (Araguari) Fonte: Catálogo de Igrejas da Diocese de Uberlândia MG	Capela Nossa Senhora Aparecida e Santo Antônio - Povoador do Brilhante (Araporã) Fonte: Catálogo de Igrejas da Diocese de Uberlândia MG	Capela São Francisco de Assis - Distrito de Jubai (Conquista) Fonte: https://www.ferias.tur.br/cidade/3313/jubai-mg.html	Capela Nossa Senhora da Abadia - Tapuira (Uberlândia) Fonte: Catálogo de Igrejas da Diocese de Uberlândia MG
Capela Nossa Senhora Aparecida - Distrito de Amanhece (Araguari) Fonte: Catálogo de Igrejas da Diocese de Uberlândia MG	Sem nome - Quintinos (Carmo do Paranaíba) Fonte: www.google.com.br/maps/4WQ7+WF Quintinos, Carmo do Paranaíba - MG	Capela São José - Distrito de Guaxima (Conquista) Fonte: http://familiarorato.blogspot.com/2012/06/minas-gerais.html	Capela São Sebastião - Capela do Fundão (Araguari) Fonte: http://patrimoniohistoricoaraguari.blogspot.com
Capela Nossa Senhora da Abadia - Distrito de Patrona - Rodovia MG223 (Araguari) Fonte: Catálogo de Igrejas da Diocese de Uberlândia MG	Capela Senhor Bom Jesus da Lapa - Distrito dos Poncianos (Conceição das Alagoas) Fonte: www.google.com.br/maps/4Q7R+HP Poncianos, Conceição das Alagoas - MG	Sem nome - Santa Rosa (Coromandel) Fonte: https://www.ferias.tur.br/cidade/3768/santa-rosa-dos-dourados-mg.html	Capela Nossa Senhora do Rosário - Distrito de Monjolinho (Prata) Fonte: https://www.facebook.com/guiadomunicipio

Um total de 31 capelas rurais estão localizadas no que as prefeituras comumente denominam comunidades rurais ou povoados rurais. Algumas comunidades rurais apresentam estruturas similares às aquelas oferecidas pelos distritos, porém, ainda não obtiveram autonomia administrativa devido às suas diminutas dimensões. São, geralmente, de formação mais recente e de origens várias, do assentamento de comunidades de oração, comunidades terapêuticas ou do estabelecimento, pelas administrações municipais, de locais de apoio e prestação de serviços para as famílias que vivem na zona rural de determinada região, podendo atender até dezenas de famílias. Em geral, apresentam uma estrutura básica de serviços como um posto de saúde, uma escola, algum comércio ou bar e a capela que, em muitos casos, foi erigida concomitantemente às outras construções, ou seja, estas comunidades caracterizam-se por uma forma distinta de organização desde a sua origem. Não raro, podemos perceber comunidades rurais que não apresentam residências dentro de seus limites, porém, elas preservam as mesmas tradições religiosas do âmbito rural: todas as comunidades apresentam um calendário de missas, ritos, festas do

padroeiro, quermesses, etc. As capelas situadas nestas comunidades são mais recentes – a maioria data das décadas de 1960/70 até os dias atuais - e, geralmente, são construídas pela própria comunidade em regime de mutirão. Por esse motivo apresentam arquitetura muito simples e mais contemporânea, com linhas retas, materiais acessíveis e sem ornamentações, sendo erigidas por estrutura de concreto armado, alvenaria de tijolos e cobertura em fibrocimento, com planta retangular que, geralmente, apresenta uma única subdivisão para abrigar a sacristia. Frequentemente não apresentam praça ou adro delimitados ao seu redor; as outras construções são dispostas aleatoriamente no terreno. Para as festividades, apresentam comumente galpões permanentes feitos em estrutura metálica no entorno da capela.

Figura 4 - Capela São Jerônimo - Comunidade São Jerônimo em Campos Altos
Fonte: <https://diocesedeluz.org.br/>

Figura 5 - Capela São João - Comunidade São João em Rio Paranaíba
Fonte: Diocese de Patos de Minas

Figura 6 - Capela de São José - Angico/ Indianópolis
Fonte: Aline Soares Côrtes



A questão da salvaguarda através dos instrumentos de ativação do patrimônio cultural rural na região reflete os ideais de excepcionalidade a que esteve submetido desde o início da política de preservação no Brasil. É interessante ressaltar que, considerando o total de 458 capelas identificadas, temos apenas 10 capelas tombadas como patrimônio cultural na região, sendo que 8 estão em distritos, e as únicas exceções são a Capela N. S. do Aparecida na Serra do Tatu, no município de Santa Vitória, e a Capela da Saudade na cidade de Uberlândia, ambas localizadas em propriedades particulares. O único instrumento utilizado tanto pelas municipalidades quanto pelo IEPHA para a salvaguarda destes bens é o tombamento.

Destas 10 capelas, 8 são resguardadas por tombamentos municipais: Capela do Fundão e Capela Nossa Senhora do Rosário de Florestina, ambas em Araguari; Capela de Nossa Senhora Aparecida na Serra do Tatu em Santa Vitória; Capela de Nossa Senhora Aparecida de Água Santa em Frutal; Capela São Lázaro de Santana de Patos em Patos de Minas; Capela de Nossa Senhora Aparecida do Povoado dos Inácios em Pedrinópolis; e Capela da Saudade e Capela Nossa Senhora do Rosário

em Uberlândia, esta última no distrito de Miraporanga), e 2 em nível estadual (Nossa Senhora do Desterro e Nossa Senhora do Rosário, ambas situadas no distrito de Desemboque em Sacramento). Este fato pode apontar que, embora os dossiês de tombamento destas capelas incluam valores afetivos e religiosos, a patrimonialização somente ocorreu naquelas capelas que tinham melhor qualidade arquitetônica e/ou pressupostos históricos correspondentes à formação dos núcleos urbanos ou até mesmo ao processo de ocupação da região como é o caso dos tombamentos estaduais.

Relação tombamento x localização

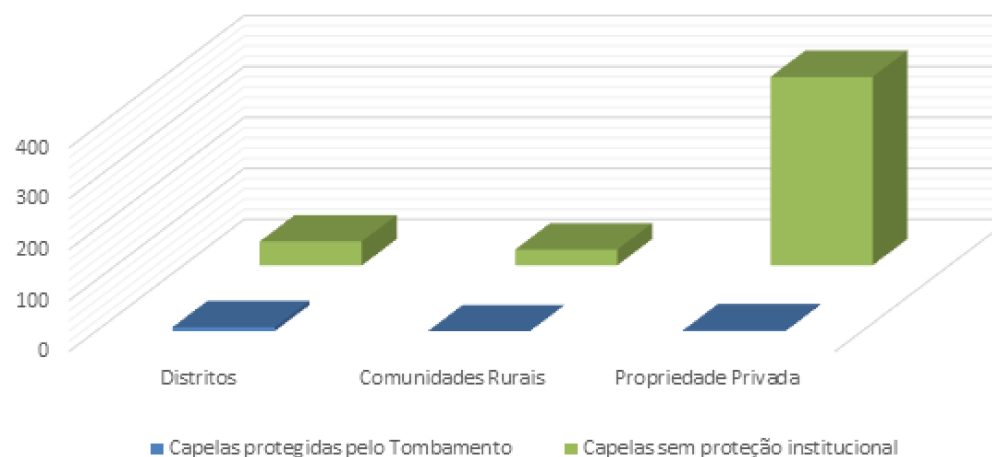


Gráfico 2 - Relação tombamento x localização das capelas estudadas
Elaboração: Aline Soares Côrtes

Os aspectos imateriais relativos à religiosidade, às festas e confraternizações religiosas e aos espaços de sociabilidades não foram levados em consideração nestes processos de salvaguarda - embora o registro da Folia de Reis e do Congado possam ter contribuído para alguns desses processos. A única exceção é o caso da Capela da Saudade de Uberlândia, que teve um processo de tombamento bastante conturbado, que será assunto do próximo capítulo. Os procedimentos de preservação ocorridos até o momento, buscam o reconhecimento em nível municipal, na sua maioria, de valores afetivos e/ou históricos relativos à materialidade. Não atentaram-se à grandiosidade das especificidades imateriais, sejam elas das vivências, modos de produção, celebrações e festividades rurais quando vistas em conjunto, como uma tradição presente em todo o território do Triângulo Mineiro e Alto Paraíba e talvez até mesmo em todo o país.

Importa destacar no estudo das capelas rurais da região o caso particular do distrito de Desemboque no município de Sacramento. Suas duas igrejas, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro e a Capela de Nossa Senhora do Rosário, constituem-se uma especial particularidade

de neste inventário, seja por sua datação (séculos XVIII e meados do século XIX), por sua importância histórica na origem dos primeiros povoados da região ou ainda por serem os únicos casos de tombamento em nível estadual de capelas rurais em todo o Triângulo Mineiro e Alto Paraíba. As duas capelas foram tombadas em 1984, escritas no Livro de Tombo nº III - Livro do Tombo Histórico, das Obras de Artes Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos.

De acordo com o Guia de Bens Tombados do IEPHA-MG (2014, p.205), o Desemboque foi o arraial mais antigo da região, surgido na primeira fase do desbravamento e ocupação da região do Sertão da Farinha Podre e teve sua origem ligada ao garimpo do ouro no Rio das Velhas. Criado entre 1736 e 1740 por aventureiros vindos de Tamanduá e Pitangui, denominou-se primeiramente Tabuleiro e foi destruído pela ação dos índios Caiapós. Por volta de 1750, um novo povoado foi criado três léguas abaixo do povoado extinto, ainda às margens do Rio das Velhas (hoje Rio Araguari), com o nome Nossa Senhora do Desterro das Cabeceiras do Rio das Velhas do Desemboque. O arraial prosperou com a exploração do ouro e uma fiscalização mais branda,

além de ser ponto estratégico nas rotas de comércio. Em 1766 foi criado o Julgado de Nossa Senhora do Desterro do Rio das Velhas com sede no Desemboque. O arraial entrou em decadência no último quartel do século XVIII, com o esgotamento do ouro na região e o declínio da atividade aurífera levou ao incremento da atividade agrícola e ao estabelecimento de fazendas na região, e à perda progressiva de sua população localizada na área urbana. Hoje, o Distrito de Desemboque se restringe a poucas residências dispostas em torno a suas duas igrejas.



Apesar do merecido destaque dado à salvaguarda do patrimônio dessas capelas rurais promovido pelos instrumentos de preservação dos governos municipal e estadual que visa, além da manutenção do bem físico e imaterial, a visibilidade e educação patrimonial do cidadão leigo, Zanirato (2018) ressalta a distinção entre dois tipos de patrimônio cultural: um primeiro que é ativado pelo poder público, uma patrimonialização institucional que altera o status de objetos e lugares sobre o qual se associam argumentos em prol da identidade e outro um que é sentido, vivido, que se entende como patrimônio por regimes de ação. É a este último que nos referimos neste estudo. Um bem “assim considerado por apropriação social, valorado por sentimentos, por significações construídas na relação com o tempo, com a continuidade” (ZANIRATO, 2018 p.12). Dessa forma, ressalta-se que o patrimônio ativado está presente em apenas 2,2% dos casos estudados e visa a conservação de aspectos distintos dos pretendidos neste estudo.

Figuras 7 e 8 -Igreja de Nossa Senhora do Desterro e Capela Nossa Senhora do Rosário em Desemboque - primeiro núcleo de ocupação no TM e AP

Fonte: Guia dos Bens Tombados do IEPHA

2.2.4 Quanto às tipologias arquitetônicas

Objetivando elucidar as formas arquitetônicas, métodos construtivos e materialidades, buscou-se realizar um estudo tipológico, crendo ser um auxílio à compreensão dos bens e, conseqüentemente, aos seus processos de conservação. Com relação à tipologia, não é possível precisar um estilo arquitetônico para essas capelas, mas elas apresentam características bastante similares. Por essa razão, estabelecemos a divisão de 2 tipologias distintas e algumas exceções:

Tipologia 01:

Sendo a mais comum entre todas as capelas, essa tipologia caracteriza-se primeiramente, por suas diminutas dimensões. Apresenta planta retangular com nenhuma ou com pequena variedade de espaços internos, geralmente uma nave única e a capela mor com distinção de ambientes somente pelo uso, pelo mobiliário ou pela elevação do piso na região do altar. Algumas apresentam uma divisão para a sacristia e outras adicionaram um anexo posterior ou em uma das fachadas laterais para

tal fim. Usualmente tem construção em alvenaria de tijolos com estrutura autônoma de madeira ou concreto. O telhado é, invariavelmente, executado em duas águas, com estrutura, geralmente, em madeira e telha cerâmica capa e canal ou fibrocimento; poucos exemplares exibem telhas francesas. Apresentam frontão simples, sem adornos, coroados por cruz de ferro ou madeira. O frontão pode receber recortes escalados como na Capela da Fazenda Morada de Abadia dos Dourados e Nossa Senhora de Fátima na Fazenda Quilombo de Araguari; ou simulando torres, como na Capela São João Batista no Alto São João em Araguari. Muitas conservam o cruzeiro e algumas nota-se a presença de coretos para a realização dos leilões na ocasião das festividades. A implantação é geralmente de forma isolada no terreno, porém vários exemplares apresentam galpões ou varandas para o abrigo das festas religiosas e poucas apresentam cercas ou outro tipo de delimitação. A fachada apresenta porta central e, na maioria dos casos, duas janelas iguais simetricamente dispostas ao lado da porta. As capelas mais antigas geralmente não apresentam janelas e a porta é feita de madeira. Nas mais recentes, é comum a presença de janelas tanto na

fachada frontal quanto nas laterais e, tanto as janelas quanto a porta central apresentam, geralmente, esquadria metálica e vidro liso, colorido ou não. As janelas nas fachadas laterais se dão em ritmos pares: duas ou quatro.



Figura 9 - Capelas rurais de Tipologia 01

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
<p>Igreja das Benções - Córrego Fundo (Abadia dos Dourados)</p> <p>Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados</p>	<p>Sem nome - Rio Bonito (Tupaciguara)</p> <p>Fonte: Glaucio Henrique Chaves</p>	<p>Capela São João Batista - Alto São João (Araguari)</p> <p>Fonte: Catálogo de Igrejas da Diocese de Uberlândia MG</p>	<p>Capela São Sebastião - Capão do Ouro (Abadia dos Dourados)</p> <p>Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados</p>
<p>Capela Nossa Senhora Aparecida - Barreiro dos Limas (Coromandel)</p> <p>Fonte: Aline Soares Côrtes</p>	<p>Igreja Cruz do Menino - BR352 (Abadia dos Dourados)</p> <p>Fonte: Aline Soares Côrtes</p>	<p>Capela do Pasto - (Indianópolis)</p> <p>Fonte: http://historiaspe-lastrilhastrilhos.blogspot.com/2014/04/igrejinha-do-pasto-de-indianopolis.html</p>	<p>Sem nome - Penedo (Monte Carmelo)</p> <p>Fonte: Padre Marcelo Marins</p>
<p>Capela São José - Fazenda Faleiros (Monte Carmelo)</p> <p>https://www.expressodocerrado.com.br/2017/03/20/capela-de-sao-jose/</p>	<p>Capela Nossa Senhora Aparecida - Fazenda das Flores (Araguari)</p> <p>Fonte: Catálogo de Igrejas da Diocese de Uberlândia MG</p>	<p>Capela Nossa Senhora da Conceição - Buracão (Araguari)</p> <p>Fonte: Glaucio Henrique Chaves</p>	<p>Capela Divino Pai Eterno - Faz. Corrêgo do Queixada (Capinópolis)</p> <p>Fonte: https://www.tudoemdia.com</p>

Tipologia 02:

Esta tipologia apresenta capelas de maiores dimensões em relação à primeira. São caracterizadas por espaços que ainda desenvolvem-se a partir de uma planta retangular, porém com maior variedade de espaços internos, podendo exibir nave central, coro, corredores laterais, capela-mor e sacristias.

A característica mais marcante que a define é o movimento do frontispício ocasionado pela adição de uma torre ao volume central da fachada ou em uma das laterais, sempre unitária. O volume da torre pode ser incluso dentro do limite retangular da planta ou ser anexado de forma adjacente a este perímetro, tanto na lateral quanto no centro da elevação principal.

As fachadas ostentam ornamentação com um nível maior de detalhamento, especialmente a fachada principal que apresenta porta central e várias janelas, em ritmos pares marcando a simetria em relação à porta ou em números ímpares, quando localizadas nas torres centrais. As fachadas laterais recebem uma grande quantidade de janelas, sem ritmo definido. Exibem, invariavelmente, além da porta central - de

maior dimensão - um ou mais acessos em alguma das fachadas laterais ou em ambas.

A implantação ainda acontece de forma isolada no terreno, porém com maior quantidade de estruturas de apoio presentes como coretos, galpões para festas e até centros para catequese. Muitos apresentam uma delimitação do terreno com cercas de madeira ou alambrado de arame liso, mesmo que estejam fora da área urbana.

Os interiores apresentam pé direito bastante elevado, acabamentos em materiais nobres nos pisos e altares e nota-se o uso de técnicas profissionais de pintura e ornamentação. Não raro exibem mais de um retábulo, todos executados com grande detalhamento e qualidade técnica. As mais antigas apresentam arco cruzeiro e a capela mor é sempre elevada em relação ao piso da nave. O telhado continua sendo executado em duas águas, com estrutura, geralmente, em madeira e telha cerâmica capa e canal e, frequentemente apresentam forro de madeira ou outro material de qualidade similar.

Os espaços para as festas religiosas desta tipologia, geralmente são feitos com estru-

tura de madeira ou aço da mesma forma que na tipologia 01, porém há o fechamento dos espaços com alvenaria de tijolos. Por esse motivo, dispensam o uso do coreto.

Por apresentar capelas de maiores dimensões e com maior rigor técnico, essa tipologia engloba a maioria das capelas dos distritos. Porém, apresenta-se também em propriedades privadas no meio rural.



Figura 10 - Capelas rurais de Tipologia 02

Coluna 1	Coluna 2	Coluna 3	Coluna 4
Capela Divino Pai Eterno - Alto Alegre (Monte Alegre) Fonte: Catálogo de Igrejas da Diocese de Uberlândia MG	Capela Nossa Senhora das Dores - Jardinésia (Prata) Fonte: https://mapio.net/pic/p-9640882/	Capela São José Operário - Ararapira (Araguari) Fonte: Catálogo de Igrejas da Diocese de Uberlândia MG	Sem nome - Quintinos (Carmo do Paranaíba) Fonte: www.google.com.br/maps/4WQ7+WF Quintinos, Carmo do Paranaíba - MG
Capela São José - Matinha (Carmo do Paranaíba) Fonte: http://www.pnscarmo.org.br/	Capela Santa Luzia - Porto Barreiro (Araguari) Fonte: Catálogo de Igrejas da Diocese de Uberlândia MG	Sem nome - Douradinho (Coromandel) Fonte: www.google.com.br/maps FQ3R+8W Douradinho, Coromandel - MG	Igreja Nossa Senhora das Graças - Barreiro (Araxá) Fonte: http://jornalinteracao.com.br/?p=21539
Capela São Sebastião - Fazenda Salto (Araguari) Fonte: www.google.com.br/maps 6VFJ+X3 Uberlândia, MG	Sem nome - Mata do Brejo (Patos de Minas) Fonte: www.google.com.br/maps 6VFJ+X3 Patos de Minas, MG	Capela São Sebastião - Alagoas (Patos de Minas) Fonte: https://www.patos1.com.br/noticia/alagoas-e-elevado-a-distrito-de-patos-de-minas	Capela Nossa Senhora Auxiliadora - Usina Tamanduá (Araxá) Fonte: www.google.com.br/maps G37R+WP Araxá, MG

2.2.5 As festas religiosas das capelas rurais

As festas religiosas, em um conjunto geral, estão relacionadas às celebrações e homenagens feitas às divindades cultuadas em diversos seguimentos religiosos. D'Abadia (2010) explicita que a cultura brasileira de festas religiosas acontece desde os tempos da colônia e, apesar da maior popularidade das festas católicas, a autora recorda o fato de que as celebrações e homenagens de culto à divindades são realizadas em qualquer segmento religioso.

No Brasil, ocorre, numa visão diacrônica, desde a estruturação primordial da colônia e da gênese de nossa formação múltipla e heterogênea, um significativo número de festas, sem contar aquelas desenvolvidas pelos primeiros habitantes dessa terra, haja vista que já possuíam uma diversidade de eventos ligados à sua cultura específica. É possível, por meio de pesquisas, verificar e identificar os diversos tipos de festas em nosso país: festas das colheitas, festas cívicas, folclóricas, agropecuárias; comemorativas, festas religiosas, de santos, de orixás para se ter uma pequena exemplificação (D'Abadia, 2010, p. 16).

As festas religiosas católicas são manifestações que dinamizam o espaço, revelando, em sua organização, uma identidade religiosa expressa no território (D'ABADIA, 2010, p. 08). O espaço das festas materializa-se na paisagem, no território e na construção de territorialidades.

De modo geral, os fundamentos históricos que explicam essas celebrações religiosas nestes espaços indicam a devoção a um padroeiro e várias delas apresentam ritos diversos que recordam manifestações divinas ocorridas naquele lugar, como curas de doenças, pedidos de chuva atendidos, quebra de maldições, etc; ou ainda podem ser uma simples instituição espontânea das rezas que aproximam pessoas devotas em um mesmo ambiente.

O padroeiro é a centralidade da fé, do território e da festa. O território é construído e doado para o padroeiro, cujo domínio é efetivo com a posse e com o poder como protetor das localidades citadas. A identidade territorial é colocada como uma identidade religiosa atribuída a esse padroeiro. (D'Abadia, 2010, p. 08)

Essas festas se constituíram como um triunfo legítimo do povo na sua formação histórica, como destaca a autora:

Para essa dinâmica dentro do contexto histórico, é possível salientar como marca identitária de festas religiosas mais comuns e difundidas no Brasil, aquelas proporcionadas pela Igreja Católica; instituição que acompanhou o governo português e estabeleceu, na então colônia, o culto aos santos como peça chave na doutrinação dos indígenas, africanos e demais habitantes locais, no avanço da colonização brasileira. (D'Abadia, 2010, p. 18).

As festas dos padroeiros têm seus primórdios relacionados à instância do Padroado, ou seja, ao poder do governo português e sua intrínseca ligação com a Igreja Católica, que criou um calendário anual de festividades de santos e padroeiros capaz de interligar a sua influência às práticas auríferas, agrícolas e pastoris. Mesmo os arraiais e vilas já nasciam protegidos por um santo de culto católico e, para homenagear esse santo, cada localidade promovia, a seu modo, festas em louvor àquele que tinha o poder de proteger o povoado e atender aos pedidos dos devotos. A religiosidade e as festas demonstram uma estreita dependência da divindade cultuada para com as questões do cotidiano dos devotos. Pressupõe-se que a identidade religiosa liga-se à identidade territorial e,

nesse caso, é submetida posteriormente ao credo religioso católico, sendo a festa uma estrutura base da identidade territorial simbólica nos locais estudados.

D'Abadia (2010) ressalta que a identidade religiosa nas áreas rurais sustenta-se na prática da devoção ao santo que acontece primeiramente pela ausência do clero. A comunidade organiza-se para devotar pois, a “noção de espaço sagrado implica a ideia da repetição da hierofania primordial que consagrou este espaço, transfigurando-o, singularizando-o; em resumo, isolando-o do espaço profano a sua volta” (ELIADE, 1998, p.296 apud D'ABADIA, 2010, p. 31). Toda e qualquer festa religiosa representa a atualização, a revivência de um acontecimento sagrado ocorrido em um passado mítico e a participação nestes eventos significa sair do tempo ordinário (profano) e reintegrar-se a esse tempo mítico sagrado. Deste modo, surgem ainda as romarias, as procissões, as cavalgadas, que acontecem e ajustam-se pela vontade e fé dos indivíduos leigos.

As festas religiosas de tradição rural foram resignificadas sobretudo pelo movimento imbricado do profano e do sagrado. Durante a festa, ocorrem os mais variados

ritos: celebrações religiosas, procissões, cavalgadas, momentos ligados ao seu sentido de veneração ao santo padroeiro, mas é recorrente também a apresentação de shows de vertentes religiosas à música sertaneja, leilões, bingos, barraquinhas e bailes dançantes - num discurso recorrente da garantia do financiamento econômico para a manutenção do templo. Algumas festas religiosas têm tamanho suficiente para intensificar as atividades comerciais dos núcleos urbanos próximos, principalmente nas boates e bares, o comércio dinamiza-se para atender às romarias.

Perante as mudanças na sociedade atual, as festas religiosas podem ser vistas como fator de resignificação, ou seja, na perpetuação de uma tradição presente nos diversos municípios brasileiros. Elas resistem e permanecem diante dos diversos cenários da contemporaneidade, embora já venham marcadas pelo estigma comercial e pelo apelo logístico evidenciados, mesmo nos lugares mais distantes. (D'Abadia, 2010, p. 19).

Apesar disso e das variadas dimensões dessas festas e dos povoados que as executam, a festividade, geralmente, emana-se de um elemento familiar ou de grupos de famílias que variam a cada ano, os

chamados “festeiros”. Esse torna-se o seu componente da organização espacial, visualizado nas dinâmicas locais nos dias da festa. Os povoados expressam com maior intensidade a identidade territorial construída pela própria festividade. Algumas delas tomaram proporções tamanhas que incorporaram as romarias em escala local, regional e até nacional como é o caso do Santuário de Nossa Senhora Aparecida em Campos Altos. São festas distintas, vivenciadas de maneiras diferenciadas.

D'Abadia (2010) explica que essas festas possuem uma configuração própria, um jeito ímpar de se manifestar em cada local, recebendo diferentes influências, inclusive dos centros urbanos próximos:

Na maioria dos casos, quanto mais perto está a romaria de um grande centro urbano, mais se percebe ali que suas práticas socioespaciais decorrem do fluxo e refluxo de influências que esse centro comanda e ordena para o território. (D'Abadia, 2010, p.26)

Correa (2006, p. 32 apud D'Abadia, 2010) apresenta o espaço vivido - configurado por meio de representações alegóricas vistas numa estruturação de comportamentos - como rico em simbolismos que

expressam “em sinais visíveis não só o projeto vital de toda a sociedade, subsistir, proteger-se, sobreviver, mas, também as suas aspirações, crenças, o mais íntimo de sua cultura”, examinando o espaço vivido como uma dimensão da cultura humana. Seu desdobramento é o resgate da tradição, que é a base material e imaterial das festas e via interpretativa das suas dinâmicas. É a tradição que nos permite entender que a festa é parte do espaço da vida, da manutenção de hábitos, costumes e modismos, elementos da dimensão do vivido.

Em termos quantitativos, das 458 comunidades rurais religiosas encontradas na região pesquisada, 319 promovem festas e 9 comunidades rurais, embora não possuam o espaço religioso da capela, promovem festas para sua integração social e veneração do seu padroeiro. O grande número dessas festas, bem como do seu público, ressaltam a resiliência desses processos sociais e religiosos na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e constituem uma expressão do patrimônio cultural inseparável da sua dimensão material. Uma das grandes problemáticas envolvidas nos procedimentos de salvaguarda desses bens na região está no fato de que essa

vertente imaterial não é sequer considerada ou mencionada nesses processos. Essas festas, por si só, já deveriam consistir justificativa suficiente para garantir a salvaguarda do patrimônio cultural, como algo muito maior que as capelas quando vistas em particular.

Festas religiosas

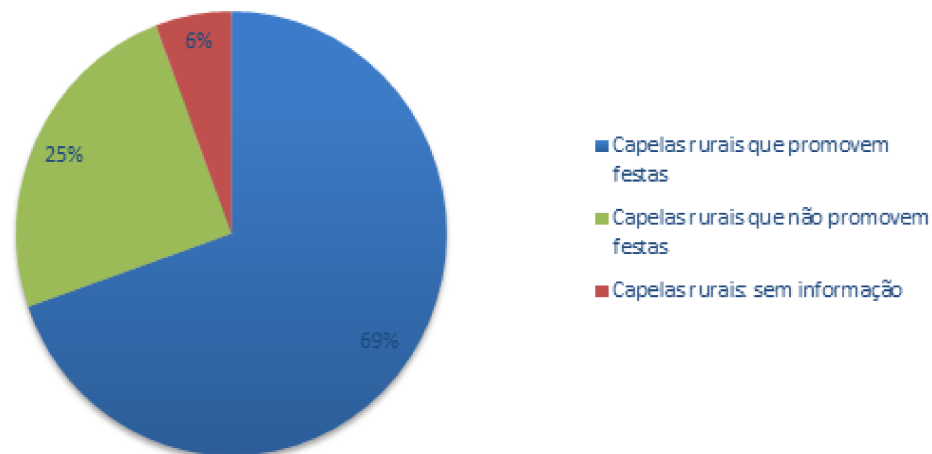


Gráfico 3 - As festas religiosas
Elaboração: Aline Soares Côrtes

2.3 A sustentabilidade do patrimônio cultural das capelas rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - desafios e perspectivas

Nos tempos atuais, não obstante o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba possuírem uma importante diversificação produtiva, as atividades agropecuárias ainda se apresentam como a mais importante e expressiva para a maior parte da população. A região possui papel de destaque no contexto nacional com referência à produção de grãos, cana de açúcar e criação de gado voltada para o mercado externo, o que a posiciona hoje como uma região estratégica na expansão do agronegócio brasileiro.

GODOY (2002) aponta que durante o Século XIX e início da centúria seguinte, Minas Gerais se tornaria o mais importante espaço canavieiro do Brasil, superando em número e produção os engenhos do Nordeste, Rio de Janeiro e São Paulo que produziam para o mercado externo. Em 1836, o Triângulo possuía um total de 143 engenhos para produção de açúcar mascavo, rapadura e aguardente e esse número cresceria nos anos seguintes, chegando a

2.820 unidades na década de 1920, ocupando o quarto lugar no Estado. No entanto, até a década de 1960, o cerrado - que caracteriza a paisagem desta região - era considerado de solo pobre e inadequado para a agricultura e apresentava reduzido valor econômico. O processo de modernização agrícola e a consequente evolução tecnológica agrária ocorridos nesta década é que possibilitaram a melhoria do solo pelo uso de produtos químicos e a mecanização da lavoura. Na década seguinte, o cerrado passou a ser alvo de grandes projetos de incorporação produtiva agropecuária fortemente estimulados por diversos programas governamentais disponibilizando recursos e empréstimos, bem como o aparato técnico através da criação de órgãos especializados afim de promover a expansão da fronteira agrícola, o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias voltadas à exportação.

De 1970 a meados da década de 1990 houve um aumento dos níveis de produtividade e o estabelecimento do agronegócio na região. A paisagem do cerrado passou a ser ocupada por extensas áreas de monocultura, inicialmente com a soja e café; mas partir da década de 1990, a implantação de usinas sucroalcooleiras consolidou

a produção de cana de açúcar. As áreas de descanso e/ou áreas produtivas que não estavam sendo utilizadas sofreram uma redução bastante acentuada nesse período. Minas Gerais, atualmente, é o segundo maior produtor nacional de açúcar e terceiro em cana e etanol e destaca-se que das 42 usinas instaladas no Estado, 27 se localizam no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A partir de 2000 verifica-se, um aumento progressivo da área destinada ao cultivo da cana na região, em função dos projetos federais, vinculados a parcerias efetuadas com outros países para a exportação do produto e, sobretudo, devido à instalação de novas usinas. De acordo com Vale (2017), o incremento da monocultura extensiva na região, intensificou a concentração fundiária, desarranjou atividades produtivas locais importantes bem como a prestação de serviços municipais; causou a sazonalidade da demanda de mão de obra ainda presente em muitas lavouras canavieiras (mas que estão em fase final de extinção pelo uso da colheita mecanizada) e a mecanização do trabalho rural e consequente perda dos modos-de-fazer tradicionais, além da diminuição da segurança alimentar.

Por outro viés, a produção da indústria canaveira, de modo geral, tem se apresentado vinculada a um forte discurso de sustentabilidade, destacando sua preocupação em relação à área ambiental, sempre ligado à produção de etanol como combustível alternativo para fornecimento de energia limpa e renovável viável e de energia elétrica através da biomassa, ambos em substituição aos combustíveis fósseis ou ainda com outros índices relacionados ao consumo hídrico e controle de emissões de poluentes e a adoção de planos para redução dos impactos ambientais gerados pelas unidades produtoras. Esse discurso, no entanto, se liga a seu sentido mais restrito ou à sua dimensão ecológica, isto é, de acordo com Menezes e Gregori (2015), aquele que tem como objetivo a proteção/manutenção a longo prazo de recursos através do planejamento, a racionalização e obrigações de condutas e de resultados, visando não ultrapassar quantitativa e qualitativamente a capacidade de regeneração dos meios físicos e ambientais, e que a medida temporal das agressões humanas esteja numa relação equilibrada com o processo de renovação temporal. Além disso, existem prejuízos claros até mesmo para a vertente ecológica da

sustentabilidade como o esgotamento dos solos, a aceleração do desflorestamento e o agravamento da depredação ecológica do modelo de agricultura industrial devido ao uso de grande quantidade de insumos agroquímicos – herbicidas e fertilizantes nitrogenados – que provocam graves consequências ambientais, trazendo novos problemas econômicos, ambientais e sociais; a poluição gerada pela queima da palhada durante a colheita e o grande consumo de água necessário para a produção canaveira. Mesmo a dimensão ecológica da sustentabilidade, julga necessária a conciliação do desenvolvimento econômico com a manutenção do meio ambiente, por meio do uso racional de seus recursos naturais, de acordo com a capacidade de suporte da biosfera, ou seja, o discurso da geração de energia limpa através do etanol oriundo da monocultura de cana-de-açúcar não se sustenta.

Um grande prejuízo é notado também nas vertentes social e cultural, causado pelo predomínio do modelo de parcerias no qual os proprietários arrendam suas propriedades agrícolas em vez de desenvolverem sua própria plantação, o que tem agravado a condição de precarização do patrimônio arquitetônico rural cuja conser-

vação se torna desnecessária e dispendiosa, pois os donos da fazenda migram para as cidades em busca de conforto e outras oportunidades de trabalho e o trabalhador da indústria canaveira não utiliza a fazenda como moradia, deixando-a em estado de abandono. CLeps Jr. (2009) ressalta que a introdução dos capitais industriais e financeiros associados ao agronegócio tem induzido inúmeras transformações nos espaços agrícolas, bem como nos centros urbanos regionais que passam a receber novos contingentes populacionais. A nova forma de produção também implica no rompimento com o modelo de produção tradicional e uma diferenciação na forma de uso e ocupação do solo na região, com o aumento gradativo de áreas de plantação, provocando alterações na paisagem e nos modos de sua apropriação e vivência.

Neste sentido, o avanço das plantações de cana-de-açúcar, ao promover a concentração de capital nas mãos de proprietários de usinas e de grandes fornecedores, e eliminar os pequenos produtores locais e/ou determinar sua adesão ao processo de expansão do setor – em especial através dos arrendamentos - promove também uma ruptura nas relações culturais das

comunidades rurais. Vale (2017) ressalta que as terras arrendadas, visando o melhor aproveitamento da terra e aumento da produtividade, promovem a remoção das cercas, ocasionando, não raro, alterações nos acessos e nos caminhos vicinais e a circulação entre as propriedades. O fluxo de caminhões também altera o movimento anteriormente restrito aos moradores e visitantes esporádicos. O resultado é uma drástica alteração na paisagem e sua percepção, além da perda do rico patrimônio arquitetônico e paisagístico, que nem sequer foi, até o momento, devidamente documentado. A expansão canavieira na região, vem substituindo áreas de plantio de soja, milho, laranja e mandioca, além das áreas de criação anteriormente destinadas à pecuária leiteira. Os imóveis que resistiram a esse processo, adquirem significados profundos por possuírem a força de revelar a história do processo construtivo, dos modos de morar e de apropriar-se do espaço, característicos daquele lugar onde se insere. Passam a constituir-se bens culturais, formando parte do patrimônio cultural comunitário. Sua abrangência simbólica pode ampliar-se para além do local, sendo depositário da identidade do grupo social.

De modo similar, outro empreendimento que afetou as relações de produção e os modos de vida na região, foi a implantação das usinas hidrelétricas Capim Branco I e II. As usinas são empreendimentos industriais envolvidos em uma argumentação em favor da sustentabilidade através da geração de energia limpa, feita através da força motriz dos cursos d'água. Porém, a instalação das mesmas geram um grandioso impacto para o ecossistema aquático, além de novas e diferentes relações com seu entorno. Não raro, os alagamentos afastam os moradores habituais, nelas permanecendo os funcionários durante o período de trabalho, mas não são moradores rurais. Os conjuntos arquitetônicos são negligenciados, quando não abandonados ou até mesmo demolidos, pois já não são mais necessários. Falaremos especificamente do caso das usinas no próximo capítulo.

Na contramão dos discursos equivocados relativos à sustentabilidade realizados por estes empreendimentos, a construção de políticas públicas amplas que considerem a diversidade de manifestações culturais e seu patrimônio, é parte importante e imprescindível do desenvolvimento de uma sociedade que se deseja sustentável.

Enfrentar o desafio de buscar o ponto de equilíbrio entre os interesses econômicos e a preservação do patrimônio cultural é questão que se coloca e, embora desafiadora, os valores solidários, simbólicos e transculturais ancorados em práticas participativas podem oferecer uma possibilidade de maior respeito e equidade nos processos de reconhecimento, valorização e conservação do patrimônio cultural. Se a preocupação é com a salvaguarda do patrimônio cultural das capelas rurais, é necessário garantir o desenvolvimento sustentável afim de barrar a exploração desmedida da terra e a migração da população rural tradicional.

As políticas públicas devem ser capazes de interferir nos modos de ocupação do território rural, assim como nos planejamentos de uso e ocupação dos núcleos urbanos. Faz-se necessário superar as disparidades urbano-rurais nos investimentos públicos, acarretando uma distribuição igualitária dos benefícios.

Investimento na pesquisa de inovação, tendo como base o modelo de produção tradicional destas pequenas comunidades autossustentáveis através dos tempos, que promovem a melhor adequação ao

meio de acordo com as características locais, abandonando os modelos exógenos.

A superação das disparidades entre o setor urbano e o rural deve compreender ainda a eleição do patrimônio cultural, principalmente em nível municipal, valorando de maneira igualitária os bens culturais independente da sua localização e distribuindo os recursos, como os do ICMS Cultural, proporcionalmente. Da mesma forma, a população rural deve ser capaz de participar dos processos de eleição, valoração e gestão do patrimônio cultural, fazendo parte dos Conselhos Municipais.

- Capítulo 03 -

*- Estudo de caso: a Capela da
Saúde de Uberlândia MG -*



3 ESTUDO DE CASO: A CAPELA DA SAUDADE DE UBERLÂNDIA MG

Uberlândia é o primeiro município mais populoso da mesorregião do Triângulo Mineiro e o segundo do estado de Minas Gerais, com cerca de 683 247 habitantes conforme o censo do IBGE de 2018, sendo que apenas cerca de 2,5% da população reside na área rural. Apresenta uma área de 4115,206 Km², sendo que 135,3 quilômetros quadrados estão em perímetro urbano. Apesar da sua forte estrutura urbana que caracteriza-o como um intenso centro de atividades industriais e atacadistas, Uberlândia conta com uma importante tradição cultural, que vai desde o seu artesanato até o teatro, a música, a arquitetura, o esporte e as tradições advindas do meio rural como a folia de reis, as festas religiosas e a gastronomia.

Segundo Prefeitura de Uberlândia (s/d), Uberlândia é uma cidade que como muitas nasceu no entorno de uma capela. Como símbolo de uma comunidade que se pretendia organizada e civilizada, os moradores pediram ao Bispado a permissão para a construção de uma Capela Curada, a ser dedicada à Nossa Senhora do Car-

mo. Desta forma, em 1846 foi idealizada a primeira capela do município e construída, logo após, em adobe e barro em uma condição formal e arquitetônica bastante simples.

Concomitantemente ao crescimento do núcleo urbano, as fazendas da região desenvolviam-se e a forte religiosidade católica das comunidades rurais deu origem a várias outras capelas na zona rural do município. Algumas delas deram origem a outros núcleos urbanos como é o caso dos distritos de Miraporanga, Tapuirama, Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos. Outras, ainda hoje são capelas inseridas em um contexto estritamente rural, sendo, em sua grande maioria, de propriedade particular como a Capela dos Martins, a Capela Santo Antônio e a Capela Nossa Senhora dos Bons Olhos.

A Capela da Saudade é um templo religioso católico de propriedade particular, localizado na Comunidade de Cruz Branca, nas terras da família Pereira, também conhecidas como “Fazenda da Saudade”, zona rural do município de Uberlândia MG, na Estrada Municipal 371, quilômetro 30.



Figura 11 - Localização da cidade de Uberlândia
Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Uberl%C3%A2ndia>

3.1 Origem e história da Capela da Saudade

De acordo com Santos e Alves (2005, p.20), a cidade de Uberlândia surgiu da fazenda de João Pereira da Rocha, colonizador branco que chegou a estas terras no ano de 1818, recebendo a sua carta de sesmeiro em 1821. Quando da sua morte, em 1845, as terras da sesmaria foram divididas entre seus numerosos herdeiros, originando fazendas que passaram de geração em geração e que, em alguns casos, continuam ainda hoje em posse de seus descendentes, como as denominadas Estiva, Letreiro, Pombo, Veadinho, Campestre, Desengano, Barra Grande, Alagoa, Boa Vista, Soledade e a Fazenda da Saudade.

Segundo o Dossiê de Tombamento da Capela da Saudade (2016), em meados do século XIX, as terras pertencentes à família Pereira foram subdivididas em fazendas menores, dentre as quais, surgiu a chamada “Fazenda da Saudade”. Neste local, no início do século XIX foi construído um cruzeiro no ponto mais alto do terreno como uma manifestação de devoção à Santa Cruz.

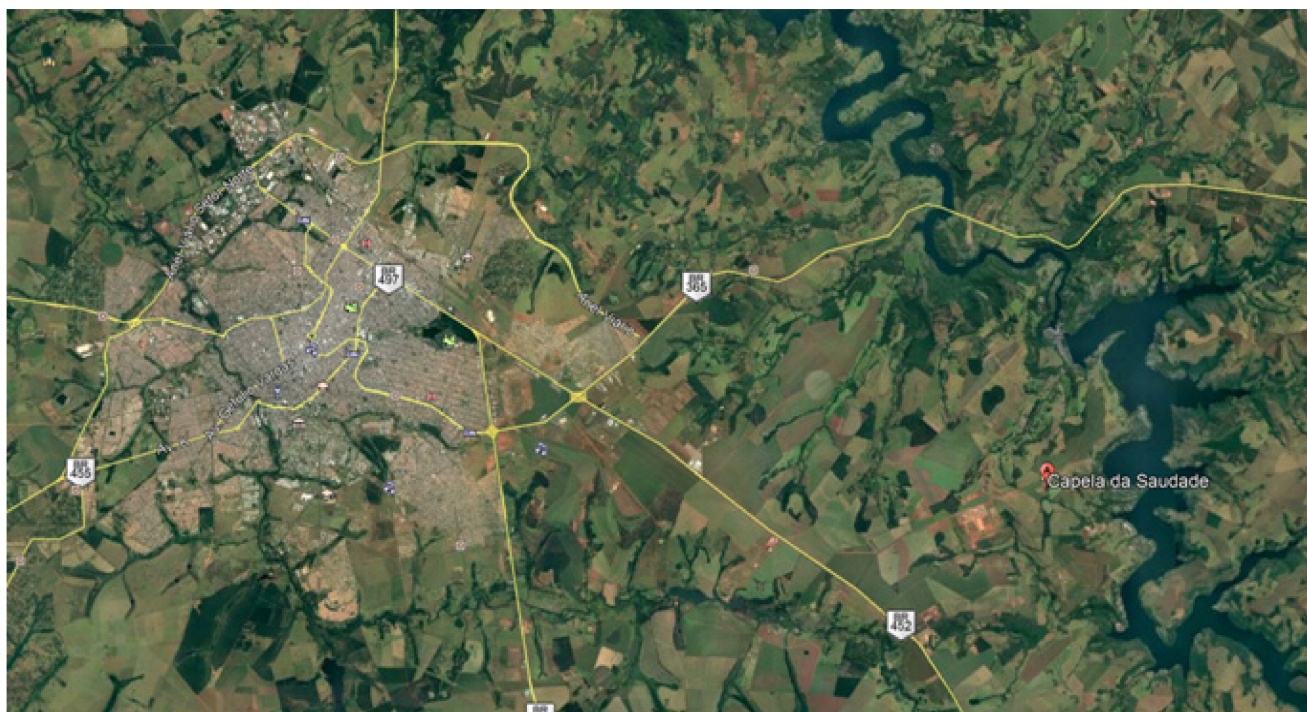


Figura 12 - Localização da capela da Saudade com relação à cidade de Uberlândia
Fonte: Google Earth

Uma das manifestações mais comuns de devoção trazida pelos portugueses para o Brasil foi a cruz. Chantar cruzeiros com a finalidade de formalizar a conquista do espaço, de sacralização, de invocação da proteção celeste, de demarcação de local de culto, de convocação do povo e de catequese. A cruz, portanto, se estabelece como uma forma de devoção popular e, além do povo, as autoridades civis e militares se encarregam de semear cruzeiros em todo o território nacional. A partir do marco inicial, lugar de encontros, catequese e cultos, surgem ermidas, depois capelas, igrejas e cidades. As cidades tradicionais mineiras têm como referência geográfica, política e social principais as suas igrejas (MOREIRA, 2013, p.4).

Ainda segundo o mesmo dossiê, nas histórias relatadas pelos herdeiros da capela, a construção do cruzeiro tem várias versões. Uma delas é que o monjolo¹ da fazenda, misteriosamente, costumava socar à noite ainda que ninguém viesse a acionar o seu funcionamento. Por esse motivo, o Sr. Joaquim Pereira dos Santos havia feito um voto de que construiria ali um cru-

1 Antiga máquina hidráulica destinada ao beneficiamento e moagem de grãos, constituída por duas peças: pilão e haste. A moagem é promovida pelo pilão que se movimenta de acordo com a variação de volume da água no reservatório da haste.

zeiro, como forma de penitência e, quando da sua morte, seus filhos prosseguiram a com a sua confecção a fim de homenagear o pai. Além disso, o cruzeiro servia de local para peregrinações muito comuns na época, como àquelas em que os devotos carregavam pedras e reservatórios de água até o local para orar pedindo pelas chuvas ou as peregrinações para orar pela cura de doenças como o “fogo selvagem”.

A construção de cruzeiros para o pagamento de promessas nas fazendas da região era muito comum. Santos e Alves (2005) relatam que os distritos de Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos, ambos na cidade de Uberlândia, originaram-se da edificação de cruzeiros construídos na intenção de algum favor divino, sempre na parte mais alta do terreno das fazendas. A partir da construção deles, dava-se origem às romarias - geralmente para a oração do terço feita pelos habitantes das fazendas vizinhas - e às festas religiosas, unificando a devoção da comunidade rural. Após o estabelecimento das romarias de oração e do reconhecimento pela comunidade circundante, dava-se prosseguimento à construção de uma capela, geralmente de materialidade muito simples, com estrutura de madeira e cobertura vegetal. Mais tar-

de essa capela seria substituída por uma construção de maior qualidade.



Figura 13 - Cruzeiro da Capela da Saudade
Autor: Aline Soares Côrtes



Figuras 14 e 15 - Capela da Saudade na década de 1960
Fonte: Matéria do MGTV 06/05/2017- TV Integração

Após a construção do cruzeiro, já nos primeiros anos do século XIX, foram erguidos por Francisco Pereira Resende e sua esposa Genoveva Alves de Resende - donos da fazenda da Saudade - um oratório de madeira; um barracão; um refeitório para o acolhimento dos sacerdotes que iam da cidade para celebrar as missas; e um rancho para amparar os devotos que vinham rezar ao pé do cruzeiro, que àquela altura era frequentado pelo povo da vizinhança para rezar pelas almas e para fazer penitência em tempos de seca. Para obter chuva, molhava-se o cruzeiro e alguns penitentes carregavam pedras ou latas com água, uma tradição bastante comum na região. O atual cruzeiro da Capela da Saudade é uma representação da cruz dos martírios, no qual são pregados os instrumentos da paixão de Cristo, também chamados de ferramentas da paixão ou martírios.

Depois da construção do rancho, primeiramente construiu-se uma capela de caráter improvisado, uma tenda que foi substituída posteriormente por folhas de babaçu e, somente em 1899, foi erguida, ao lado do cruzeiro, uma pequena capela, tendo como orago a Santa Cruz, por iniciativa de Francisco Pereira de Rezende. Após sua construção, já no início do século XX, foi

iniciado então o festejo em celebração à Santa Cruz, sempre no dia 03 de maio. Segundo Poel (2013), a santa cruz é celebrada com grande participação popular na sexta-feira santa e no dia 3 de maio, dia atribuído pela Igreja Católica para a adoração da Santa Cruz. Com sua precária materialidade e difícil manutenção, a capela deteriorou-se e foi necessária a sua reconstrução, ocorrida em 1954 por iniciativa do Sr. Astolfo Pereira Carneiro com a ajuda de amigos através de mutirões, leilões, donativos e festejos.

Na década de 1990, o cruzeiro de madeira precisou ser substituído e optou-se por fazê-lo em alvenaria e antiga cruz foi enterrada no adro da capela. Em 2014 ocorreu sua última reforma com a troca do telhado, do forro interno e pintura interna e externa

3.2 Configuração arquitetônica atual

A Capela da Saudade é um típico exemplar do patrimônio rural religioso da região. Localiza-se sobre o ponto mais alto da Fazenda da Saudade, com implantação feita em meia encosta a partir da Estrada Municipal 371, que liga a cidade às outras fazendas vizinhas.

Seu acesso é influenciado pela forma da delimitação do lote, feita por uma mureta de alvenaria e concreto pré-moldado delimitando um primeiro perímetro mais próximo da capela e por alambrados e tapumes metálicos delimitando um perímetro maior. A delimitação feita pela mureta de alvenaria data da época da reconstrução da capela em 1954 e apresenta um portão metálico frente à fachada principal por onde era feito o acesso nessa época. Já os fechamentos metálicos foram inseridos recentemente (nos últimos dez anos) quando do início da utilização do espaço da capela para shows de grande porte.



Figura 16 - Capela da Saudade: Festa da Santa Cruz de 2019

Na imagem é possível ver os tapumes metálicos que delimitam um perímetro maior do terreno da capela-
Fonte: Facebook Capela da Saudade Oficial

Figura 17 - Capela da Saudade: Entrada de acesso à Festa da Santa Cruz de 2018
Autor: Aline Soares Côrtes

Figura 18 - Capela da Saudade de Uberlândia
Fonte: <https://www.flickr.com/photos/sindicatose-cua/6521815341>





Figura 19 -Vista posterior da Capela da Saudade
Fonte: Facebook Capela da Saudade Oficial

O Dossiê de Tombamento ressalta que tanto o terreno, quanto a capela da Saudade são de propriedade privada, consistindo em herança familiar dos construtores do templo. Esse fato, somado ao novo uso dado ao espaço - como local para shows musicais variados - justificou a alteração do acesso principal que, após a colocação dos tapumes metálicos, acontece pela parte posterior do terreno, nos fundos da capela.

A escada de acesso ao adro é feita em alvenaria e concreto, permitindo a visão direta para o cruzeiro, localizado a frente da capela e para a escadaria e entrada principal da capela da Saudade. A área verde que circunda a capela é feita quase em sua totalidade por gramíneas e conta com uma área pavimentada, na porção posterior do terreno, onde ocorre a instalação de barracas e a execução do palco, para realização das festas religiosas.

Durante as festas religiosas, uma estrutura de tendas é montada para abrigar os visitantes oriundos das fazendas e cidades vizinhas, utilizando todas as estruturas arquitetônicas existentes, como galpões, cozinha e sanitários. Diferentemente da estrutura dos eventos não-religiosos, que

contam com uma estrutura móvel montada especificamente para o mesmo, não necessitando da utilização dos espaços delimitados pelo perímetro de tombamento.

A estrutura da Capela da Saudade conta com seis espaços: a capela propriamente dita, banheiros, coreto, dois pátios cobertos e a moradia do caseiro, todos realizados em alvenaria. Os dois galpões cobertos funcionam como local de apoio e concentração de usuários do espaço da capela durante as festas de menor público.

O coreto possui alicerce de concreto, quatro pilares de madeira que sustentam o telhado de quatro águas com telha cerâmica capa e canal, escada de concreto, fechamento em gradil metálico e uma abertura que viabiliza o uso em sua parte inferior.

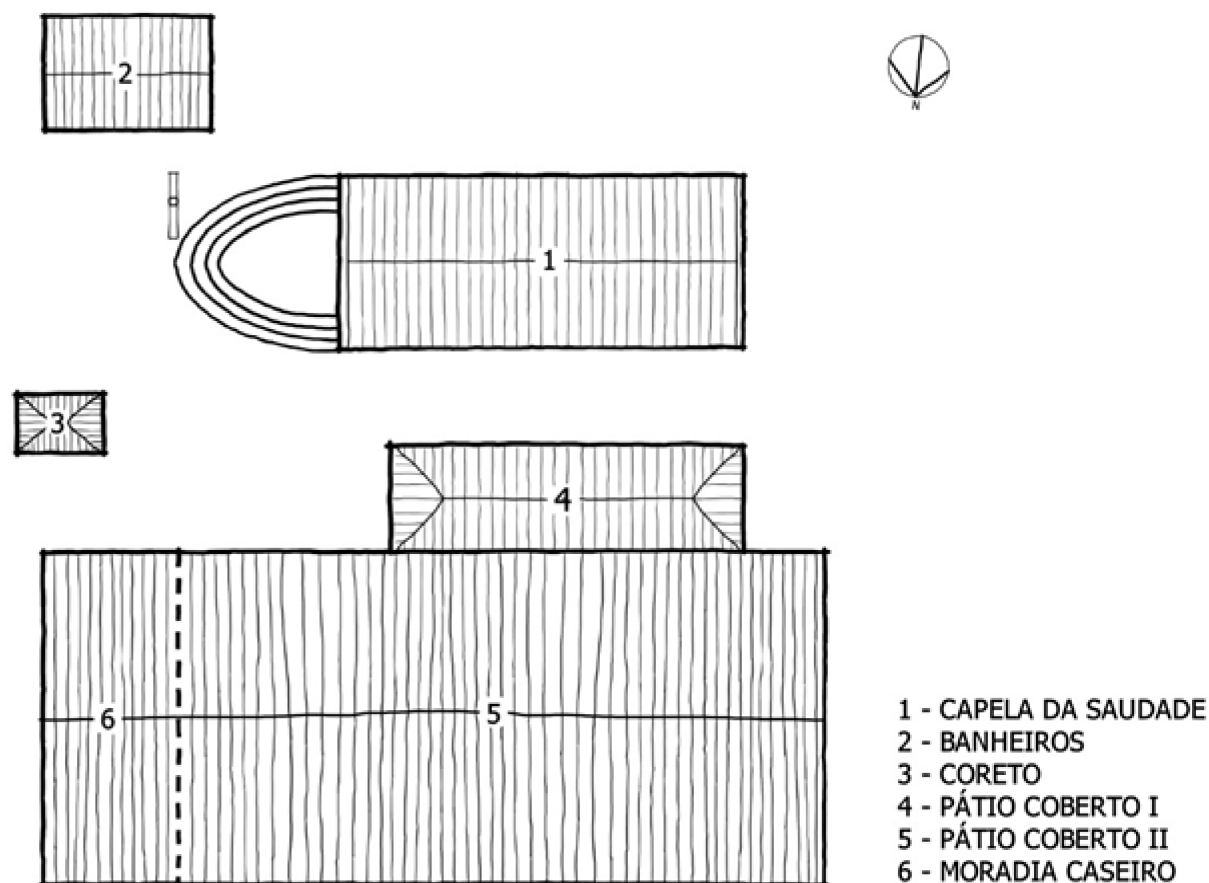


Figura 20 - Implantação da Capela da Saudade e seus anexos
Elaboração: Aline Soares Côrtes / Desenho: Victor Resende (2019)



Figura 21 - Capela da Saudade: Vista do coreto
Autor: Aline Soares Côrtes

Figura 22 - Capela da Saudade: Vista dos dois pátios cobertos
Autor: Aline Soares Côrtes

Figura 23 - Interior da Capela da Saudade
Fonte: Matéria do MGTV 06/05/2017- TV Integração

Tanto a capela da Saudade quanto seus anexos são executados em pavimento único, sendo a capela elevada em relação às outras construções que lhe dão auxílio, devido às inclinações do terreno e ao alicerce que a sustenta. A cobertura de todas as edificações e pátios é executada em peças de madeira, variando quanto à espessura das peças e telhas cerâmicas do tipo capa e canal, sempre de duas águas, exceto a cobertura da cozinha e do pátio localizado a sua frente, sendo essas feitas em telhas de fibrocimento. A capela, executada em alvenaria, tem planta de partido retangular simples, possuindo dois cômodos internos, nave e altar. Dividindo os cômodos há execução de vão retangular, não possuindo ornamentação ou trabalho decorativo. A nave retangular possui pintura acrílica na cor branca em toda a sua alvenaria e no forro de PVC. Os rodapés, portas e janelas apresentam cor azul celeste dialogando com a parede do altar que tem adesivo em tons de azul e desenhos de nuvens.

Na fachada frontal, as aberturas caracterizam-se por duas janelas basculantes de esquadria metálica na cor branca, vergas retas e enquadramento em massa, pintado na cor azul e vidro liso colorido; e pela por-

ta frontal de madeira reguada azul celeste que apresenta folha dupla de abrir, com verga reta, bandeira fixa com estrutura em madeira e fechamento em vidro liso colorido. A fachada é composta ainda por óculo cego presente no frontão sem ornamentação, mas apresenta cimbalha de madeira na cor azul e é coroado por uma cruz em ferro.

As fachadas laterais são semelhantes, contando cada uma delas com um acesso para a nave da capela, tendo como única diferença a presença de escada para acesso a porta, na fachada lateral esquerda. A fachada posterior possui dois óculos em sua parte superior, fechados por vidros lisos transparentes e uma porta que dá acesso à parte interna da capela, sobre o altar. No altar as paredes são pintadas na cor branca, com exceção da parede adesivada já mencionada. A mesa é executada em alvenaria, sendo pintada na cor branca e recebe rodapé em madeira geometrizada.

O piso foi executado em ladrilho hidráulico com formato geométrico nas cores branca e preta, sendo o mesmo na nave e no altar, com exceção do degrau conformado pela diferença de altura entre os dois cô-

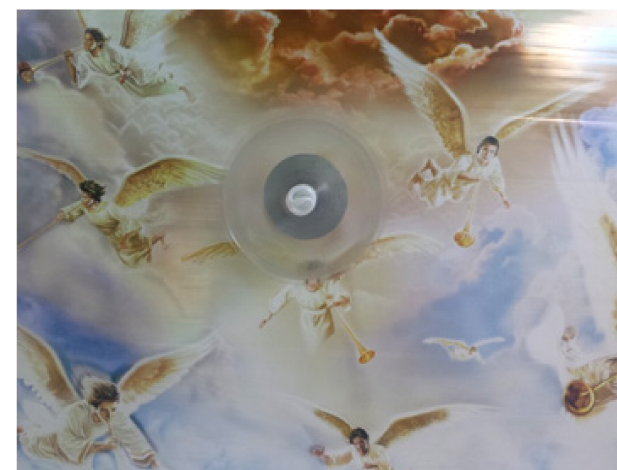
modos, sendo esse revestido em peças de granito preto, bem como o rodapé. O forro acima do altar foi confeccionado em PVC e, posteriormente, adesivado com pintura impressa com imagens de anjos e do Espírito Santo em tons pastéis. O sistema de iluminação interno é feito através de luminárias pendentes fixadas ao forro, tanto na nave como no altar, sendo a distribuição de energia feita por quadro de distribuição de circuitos ligado diretamente ao padrão de energia externo.

De acordo com o Dossiê de Tombamento da Capela da Saudade não é possível precisar um estilo arquitetônico a capela, tendo aproximação com características da arquitetura colonial, tanto pelo ritmo de abertura quanto pelo formato dos vãos. Os anexos não tem datação de sua execução, não possuindo também estilo aparente.

Figura 24 - Capela da Saudade: Óculo e cruz
Autor: Aline Côrtes

Figura 25 - Interior da capela da Saudade
Autor: Aline Côrtes

Figura 26 - Capela da Saudade: Forro adesivado
Autor: Aline Côrtes



3.3 A Festa de Santa Cruz

A Festa da Santa Cruz é realizada anualmente, sempre no mês de maio, no final de semana mais próximo do dia 03 do mês, dia indicado pela Igreja Católica para a devoção à Santa Cruz. Atualmente, além da Festa da Santa Cruz de Todos os Santos, ocorrem também missa uma vez por mês, a Cavalcada da Saudade no mês de setembro e eventos esporádicos durante o ano no pátio da capela, como a Folia de Reis. Todos contam com grande participação da comunidade rural e urbana, fato que demonstra o forte vínculo de identidade e pertencimento que a comunidade estabelece com a capela e que é, sem dúvidas, fator decisivo para a sua subsistência.

A festa é organizada, fundamentalmente, pela família Pereira que conta com o auxílio das famílias vizinhas que frequentam a capela durante todo o ano e vários outros apoiadores que moram na cidade de Uberlândia.

Geralmente é organizada em dois dias de festejo, sábado e domingo, mais próximos do dia 3 de maio. Nos dois dias acontecem celebrações religiosas com procissões. Nestas, a Cruz vem sempre à frente,

seguidas pelos devotos que carregam andores de São Sebastião, Nossa Senhora Aparecida e Santa Luzia, enquanto entoam hinos religiosos. De maneira análoga, têm acontecido recentemente, a Cavalcada da Saudade, com saída do Bairro Alvorada na cidade de Uberlândia.

Após as celebrações religiosas, a comunidade se reúne, no espaço dos pátios cobertos e tendas móveis montadas especialmente para o evento, para os festejos. A comida é preparada pela própria comunidade rural, que também é responsável pela venda das bebidas. Apesar do patrocínio de comerciantes e figuras políticas da região serem recorrentes, na Festa da Santa Cruz não há a venda direta de qualquer produto por comerciantes da zona urbana ou vendedores ambulantes. Neste espaço, acontecem os shows, geralmente de cunho sertanejo, os bailes, leilões e bingos com prendas típicas das tradições artesanais e culinárias rurais, doadas pelos membros da própria família Pereira, vizinhos e amigos.

A renda é obtida através do pagamento de ingressos para a entrada de visitantes, pelo valor arrecadado nos leilões e bingos e pela venda de bebidas sendo o lucro to-

talmente revertido para a manutenção do templo.

Segundo José Roberto da Silva (2014, apud Dossiê de Tombamento da Capela da Saudade (2014), a importância da Capela da Saudade está relacionada à memória coletiva do lugar, muitas pessoas da região frequentaram missas, foram batizadas na capela e vivenciaram as celebrações religiosas, como as festas de São Sebastião, da Santa Cruz e de Nossa Senhora Aparecida e muitas pessoas ajudaram de alguma forma na sua construção, reconstrução e reforma. Para Antônio Gomes de Oliveira, nascido e criado na fazenda da Saudade, a importância do templo é tanto devocional quanto pelas memórias vivenciadas na capela em sua infância, participando de várias celebrações, com procissão, canto de prendas, leilões e queima de fogos.



Figura 27: Festa de Santa Cruz de 2017 e 2018
Fonte: Facebook Capela da Saudade Oficial

3.4 O processo de tombamento

Nos fins do ano de 2014 Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico da cidade de Uberlândia (COMPHAC) recebeu uma solicitação, encaminhada pelo então promotor de defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo da cidade de Uberlândia, Dr. Fábio Guedes de Paula Machado, requerendo ao órgão que se manifestasse sobre o tombamento em nível municipal da Capela da Saudade. De acordo com a Ata da reunião do mesmo conselho no dia 24 de março de 2015 (1ª reunião ordinária), as conselheiras Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes e Denise Elias Attux fizeram uma visita ao local e produziram uma documentação fotográfica para apreciação do Conselho, pois, alguns deles, poderiam não conhecê-la. A documentação fotográfica foi apresentada, juntamente com a Ficha de Inventário elaborada no ano de 2004, na qual os responsáveis indicaram como forma de proteção legal a Documentação Histórica. Procedeu-se à análise das informações coletadas e do material fotográfico produzido, mas declarou-se que as informações eram insuficientes para aclarar

sobre a importância histórica ou arquitetônica da edificação ou mesmo a motivação do pedido de tombamento. Dessa forma, os conselheiros solicitaram à Secretaria de Cultura a elaboração de um Dossiê de tombamento ou registro - indicando a possibilidade de que seus bens materiais pudessem ser tombados e/ou seus bens imateriais pudessem ser registrados conforme a metodologia específica do IEPHA - objetivando respaldar suas decisões.

A Ata da reunião do COMPHAC do dia 12 de maio de 2015 (3ª reunião ordinária), informa sobre o requerimento de orçamento para iniciar a contratação da empresa que faria o dossiê. Solicitou-se, dessa maneira, à Prefeitura de Uberlândia a confecção do dossiê de tombamento e, com objetivo de atender ao pedido, foi realizado processo de licitação para a elaboração do Dossiê da Capela da Saudade - Estrutura Arquitetônica e Urbanística. Uma empresa da cidade de Belo Horizonte venceu o concurso e, segundo a Ata da primeira reunião ordinária do Conselho no ano de 2016, o documento foi entregue aos conselheiros para considerações, conforme determina a legislação. Porém, consta nas páginas 96/103 do Dossiê elaborado pela empresa, um parecer técnico desfavorável ao tom-

bamento da Capela da Saudade, julgando não existir valores que justificassem a salvaguarda, visto que a capela apresenta uma singela materialidade.

No dia 15 de março de 2016, em reunião ordinária do COMPHAC, o parecer contrário ao tombamento foi apresentado aos conselheiros. Estes, discordaram da decisão da empresa belo-horizontina e deliberaram a favor de um aprofundamento dos estudos, considerando a importância do bem que o próprio dossiê indicava, principalmente com relação às práticas religiosas e sociais destinadas à capela e a influência delas na vida da comunidade que a frequenta. Apontaram ainda a importância do esclarecimento sobre a reapropriação do local nos dias em que não acontecem festas, antes de concordar ou não com o não-tombamento. O Conselho alegou que o dossiê informava sobre as festas e sobre uma arquitetura considerada sem qualidade, mas ponderaram que as festividades acontecem regularmente há mais de cem anos e isso precisava ser melhor esclarecido. Também mencionou que as entrevistas feitas para a realização do dossiê não contém o ponto de vista dos frequentadores sobre o tombamento da capela.

Observa-se que o dossiê apresenta vários conceitos de patrimônio cultural para embasar sua argumentação, como, por exemplo, o conceito elaborado por Márcia Chuva (1998):

“Por patrimônio cultural pode-se entender aquilo que se dá pela diferença, que um grupo social considera como sua cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos, incluindo-se aí a identificação com bens físicos, monumentos, objetos, e também linguagens, conhecimentos, tradições, modos de usar os bens e os espaços físicos e de se organizar no espaço físico-social, que se constitui e se transforma no tempo” (CHUVA, 1998, p.48).

O dossiê questiona sobre o caráter público/privado da capela, alegando que seu uso atual é privativo, caracterizado pela presença de pessoas que vivem na área urbana e participam dos eventos musicais (shows sertanejos) e religiosos. Segundo a equipe que elaborou o mesmo, com o êxodo rural e o uso privado (shows), a Capela da Saudade não encontra grupo que a aproxime do conceito acima apresentado e a referência dos usuários são as festas e não a edificação.

Apresenta também o conceito de patrimônio cultural descrito no Artigo 1º da Carta de Veneza (1964):

“A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenha adquirido, com o tempo, uma significação cultural”

(CARTA DE VENEZA, 2016, p.1)

e argumenta que a Capela da Saudade carece da noção de testemunho coletivo, sendo testemunho de uma memória familiar apenas. Outras definições presentes nas Cartas Patrimoniais como a Conferência de Nara (1994) e o Manifesto de Amsterdã (1975) ou a Carta de Burra (1980) são mencionados na intenção de expor uma perda de sentido, pela qual a Capela da Saudade teria passado ao “utilizar o local para shows sertanejos e não mais para as celebrações ditas como tradicionais e o seu cruzeiro não é mais referência de penitência nos períodos de seca” (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA, 2018, p.99).

É notável a dificuldade no estabelecimento e na compreensão do conceito de patrimônio cultural exposto no parecer desfavorável ao tombamento. A *Carta de Veneza*, principalmente o trecho exposto na argumentação da equipe, define que o patrimô-

nio cultural não deveria estender-se apenas às grandes criações, mas também às obras modestas que tenham uma significação cultural, definição que refuta a ideia de que a capela não deveria ser tombada por apresentar uma materialidade singela, sem grande valor artístico.

Conforme já foi apresentado, dentre os argumentos utilizados para a não aceitação do tombamento da capela, está a questão do uso do espaço religioso atrelado à realização de grandes eventos musicais de cunho profano, idealizados por um dos membros da família proprietária do terreno e da capela, justificando que tais shows deveriam ser problematizados se existe o desejo de conferir à capela da Saudade o status de patrimônio cultural. A equipe concluiu que seus usuários seriam pessoas da área urbana que frequentam tanto os eventos musicais (shows sertanejos) quanto as festas religiosas e que a referência dos usuários seriam os eventos e não a edificação. Ressaltam ainda que o espaço é hoje apropriado para eventos sertanejos e não mais para as celebrações ditas como tradicionais e o seu cruzeiro não é mais referência de penitência nos períodos de seca.

Porém, a realização dos ritos e festividades religiosas se dá a partir da movimentação de várias famílias e várias gerações de pessoas que vivem (ou viviam) nas fazendas vizinhas, não apenas da Família Pereira, embora o terreno seja particular. O já referido conceito de patrimônio cultural descrito por Márcia Chuva (1998), é totalmente congruente com a significância apresentada pelo espaço em questão.

Segundo a Ata da reunião do COMPHAC do dia 15 de março de 2016, a conselheira Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale ressaltou que as atividades ocorridas na Capela da Saudade demonstravam que ela tem importância para os moradores e que os eventos acontecem ali em função da referência da igreja para a vida rural. Além disso, a capela é um testemunho conjunto - com outras capelas existentes no campo na região - de tradições e religiosidades arraigadas nestas comunidades. Suscitou-se questionamentos como: Com o desaparecimento dessas capelas, quais seriam as memórias dessa religiosidade? Quais seriam as memórias das manifestações religiosas como procissões e cavalgadas? Após as considerações, ficou deliberado que o parecer de tombamento definitivo seria discutido após uma visi-

ta à Capela da Saudade, a fim de sanar tais dúvidas. No dia 01 de maio de 2016, os conselheiros participaram da Festa em Louvor a Santa Cruz e Todos os Santos, objetivando conhecer o espaço da capela e os modos de apropriação que os devotos e participantes fazem do local.

A Ata da 5ª reunião ordinária do COMPHAC, do dia 14 de junho de 2016, apresenta as impressões dos conselheiros durante a visita. A conselheira Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale relatou que na ocasião, todos os assentos da Capela estavam ocupados pelos fiéis e que ainda algumas pessoas ficaram de pé nos fundos da capela e outras do lado externo. Somente os membros do COMPHAC estavam participando pela primeira vez da Festa, o que, claramente indicava a relação de habitualidade dos demais presentes. Após a missa os devotos realizaram uma procissão no entorno da Capela e na sequência teve bingos, leilões, cavalgada, com a participação de muitos jovens, almoço coletivo, apresentação de grupo de Folia de Reis e concluiu afirmando que ela teve a percepção de ser um espaço vivo, constituído pela convivência das famílias das fazenda próximas, que a festa na Capela da Saudade cria um momento espe-

cial no cotidiano da população rural, afirmando ainda que há o interesse dessas famílias no tombamento do bem (Ata da 5ª reunião).

A Ata da 5ª reunião ordinária menciona também que havia muitas gerações de famílias presentes na festa e que foi notada a existência de publicidade para um grande show sertanejo que iria acontecer nos dias seguintes, ressaltando que esses eventos também são parte da apropriação da Capela e seu entorno e que, por esse motivo, deveria ser delimitado um limite para o mesmo, não presente no dossiê apresentado, a ser complementado se a intenção era o tombamento. O conselheiro Júlio César Pereira Alvim afirmou que a topografia da área foi alterada quando, na década de 1980, foi construída uma usina experimental de álcool de madeira (Coalbra) e que, crendo que a região seria urbanizada brevemente, deveria haver uma área maior de proteção para que houvesse o recuo para futuras construções e que o Conselho deveria coletar dados e informações (fotografias antigas e documentos) para uma pesquisa histórica sobre a capela e as reuniões de sociabilidade que aconteciam no passado, junto às famílias que, por muitas gerações, são proprietá-

rias das fazenda vizinhas.

Dessa forma, após a participação nas festas e as demais informações acrescidas ao dossiê, ficou evidenciada a importância de se preservar o valor simbólico e sagrado que a Capela da Saudade representa para a comunidade local, enquanto lugar de celebração, devoção e religiosidade. Por esse motivo, O COMPHAC não acatou o parecer técnico desfavorável, enaltecendo a importância de se preservar também sua vertente imaterial e, após os debates e esclarecimentos, aprovou o Tombamento Provisório da Capela da Saudade sinalizando para a complementação do Dossiê com informações sobre um perímetro de entorno que preserve a sua integridade física, assim como as diretrizes de intervenção.

Na complementação de documentação do Dossiê de Tombamento da Capela da Saudade (2018) constam justificativas que remontam conceitos abrangentes e atuais de patrimônio cultural, como sendo elemento fundamental na formação da identidade cultural de um povo, portador de expressivo valor simbólico e social que se manifesta através da arquitetura, comemorações, monumentos, objetos, narrativas, dentre

outros; constituindo-se em alicerce sobre o qual um projeto de sociedade se assenta. Relembra fatores históricos como a forma de ocupação das cidades da região que se formaram no entorno de pequenas capelas com um cotidiano permeado pelo valor simbólico dos ritos religiosos, que atribuíam sentido à vida, direcionavam os hábitos e costumes, e se constituíam em referenciais na formação dos pequenos povoados que salpicavam esta região. Assim sendo, a formação dos núcleos urbanos estava diretamente relacionada às atividades religiosas das comunidades e muitos fazendeiros construíram esses locais de devoção nos seus limites rurais. O parecer argumenta ainda que, seja pelo fato da Capela da Saudade participar desse contexto de formação do território ou pelos motivos da construção do primeiro cruzeiro, o lugar está “impregnado de simbolismo e religiosidade, com uma profunda relação com o sobrenatural”. A complementação da documentação do Dossiê de Tombamento credita ainda valores às festas religiosas, que criam momentos especiais no cotidiano da população rural, revelando-se como um espaço vivo, constituído pela convivência de várias gerações de famílias das fazendas próximas, que de-

monstram grande interesse no tombamento do bem. Expõe também que a Capela da Saudade não apresenta relevante valor arquitetônico, entretanto, exerce grande valor simbólico e sagrado para as comunidades do entorno e relevante influência na religiosidade rural. Dessa forma, considerando a importância da Capela da Saudade para a comunidade local enquanto lugar de celebração, devoção, religiosidade, festas e encontros, o COMPHAC se manifesta favorável ao tombamento da Capela da Saudade como Patrimônio Histórico do Município de Uberlândia. Comenta, ainda, a reapropriação do pátio e entorno da Capela da Saudade para eventos de música sertaneja voltados para um grande público como algo completamente distinto dos processos religiosos da capela, não configurando como motivo para a sua depreciação, mas que deveria ser estudado um perímetro de tombamento e de entorno, a ser respeitado nesses casos.

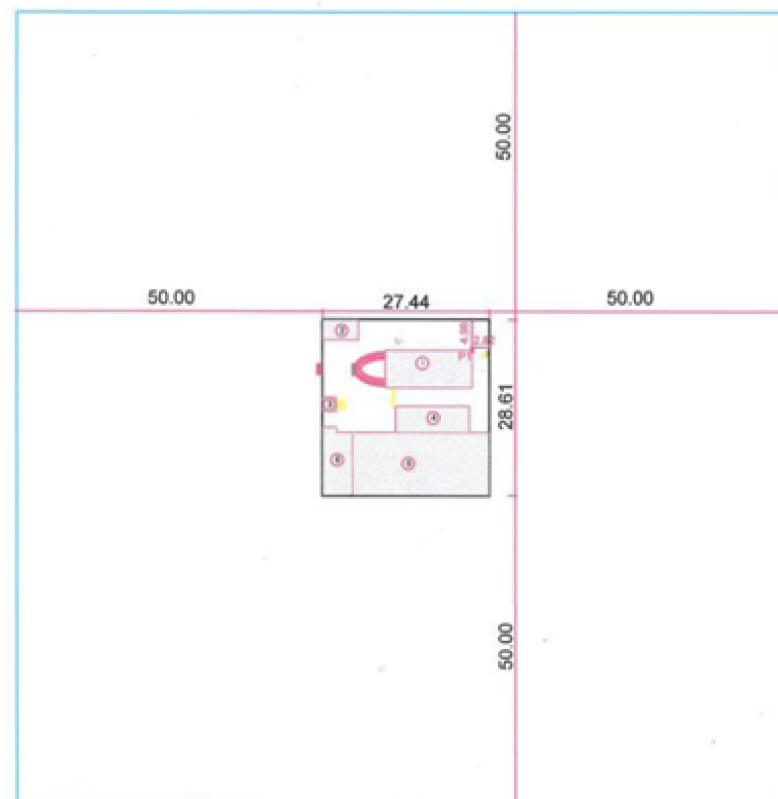
No dia 9 de agosto de 2016, na 6ª reunião ordinária do COMPHAC, deliberou-se o Tombamento Definitivo da Capela da Saudade com unanimidade entre os conselheiros, ressaltando que o tombamento reconhecia a apropriação do entorno para os grandes eventos, mas deveriam ser

estudados um perímetro de tombamento e um perímetro de entorno, bem como as diretrizes de intervenção do bem.

Durante a 9ª reunião ordinária do COMPHAC, no dia 26 de novembro de 2016, foi proposto um Perímetro de Tombamento como sendo a área que cerca a Capela da Saudade, delimitada pela mureta de alvenaria existente que engloba a Capela, os banheiros, o Cruzeiro, o pátio coberto I e II, a moradia do caseiro e o coreto, conforme croqui apresentado na Figura 25, que acompanha a mesma ata. Ficou deliberado que nas diretrizes de intervenção sejam colocadas as informações pertinentes sobre as alterações possíveis de serem feitas nesse perímetro, desde que mantenham as características e a integridade da Capela. Para o perímetro de entorno, considerando um loteamento da área num futuro próximo, considerou-se uma área definida a partir do Perímetro de Tombamento formando um polígono retangular, distando 50 metros de cada lado, a fim de resguardar as visadas da Capela.

Figura 28 - Perímetro de tombamento e entorno

Fonte:
Ata da 9ª Reunião ordinária do COMPHAC



CAPELA DA SAUDADE

— PERÍMETRO DE TOMBAMENTO

— PERÍMETRO DE ENTORNO

As demais diretrizes de intervenção seriam elaboradas posteriormente, podendo haver alteração nesse entorno, mas garantindo a preservação e valorização da Capela e a utilização da área de forma controlada nos dias de shows sertanejos. Tanto as diretrizes quanto o perímetro de entorno permanecem os mesmos ainda hoje. O tombamento da Capela da Saudade foi aprovado pelo Decreto Nº17.091, de 8 de maio de 2017, considerando seu valor histórico e cultural, que “exerce grande símbolo do sagrado para as comunidades do entorno do bem, com relevante influência na religiosidade na zona rural” (PREFEITURA, 2017).

A consideração de Ascerald (2009) com relação à noção de sustentabilidade associada à categoria do patrimônio das cidades é igualmente pertinente à categoria dos patrimônios rurais, ou seja, não se refere somente aos seus aspectos materiais mas também a seu caráter e suas identidades, a valores e heranças construídos ao longo do tempo. Os valores da imaterialidade são os principais aspectos que deveriam ter sido discutidos neste caso. O processo de tombamento da Capela da Saudade deixa claro que a popularização do tombamento e o desconhecimento dos outros

instrumentos de salvaguarda do patrimônio, principalmente pelas municipalidades, acarretam a dificuldade de compreensão tanto dos conceitos quanto da forma de valoração de bens culturais que fogem às convencionais excepcionalidades artísticas ou históricas. Uma proposta voltada à chancela da paisagem cultural da Capela da Saudade, por exemplo, seguramente, levaria em conta atributos essenciais para a sua valoração que não foram atribuídos a ela no processo de tombamento, visto que são maiores que os valores contidos na sua singela materialidade.

A chancela da Paisagem cultural, segundo Weissheimer (2012), é um instrumento de salvaguarda criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2009, para o reconhecimento do valor cultural de porções singulares do território nacional, onde as relações intrínsecas do homem com o meio constituem um fato notável, para o qual, até então, não haviam mecanismos de proteção adequados. Sua maior inovação é a integração dos valores materiais e imateriais do patrimônio de maneira indissociada, o que, decerto, seria um facilitador para o processo de tombamento da Capela da Saudade.

A citada *Conferência de Nara* (1994) destaca que todos os julgamentos sobre atribuição de valores conferidos às características culturais de um bem, assim como a credibilidade das pesquisas realizadas, podem diferir de cultura para a cultura, e mesmo dentro de uma mesma cultura, não sendo, portanto, possível basear os julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos. Ao contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que as características de um determinado patrimônio sejam consideradas e julgadas nos contextos culturais aos quais pertençam. Claramente, ao fazer a opção por um processo licitatório para a elaboração do dossiê de tombamento, assume-se um posicionamento a favor da possibilidade de um distanciamento do profissional em relação à comunidade e ao bem cultural em questão e exclui os atores que vivenciam essa manifestação cultural no dia-a-dia de todo o processo. Os argumentos demonstrados no Parecer técnico desfavorável ao tombamento, evidenciam uma visão equivocada do espaço da capela e, principalmente, das festas religiosas, o que demonstra, na prática, os prejuízos do desenvolvimento de processos de salvaguarda utilizando-se de modelos exógenos.

3.5 A sustentabilidade da Capela da Saudade

Assim como grande parte da arquitetura rural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a Capela da Saudade e sua vizinhança foram impactadas pela implementação da monocultura extensiva e migração do trabalhador rural para as cidades, já muito discutidas neste trabalho. Porém, a capela sofreu ainda uma outra mudança de cenário promovida pela implantação das Usinas hidroelétricas de Capim Branco I e II que estão localizadas na bacia do Rio Araguari, inauguradas em 2006.

Marques e Brandão (2015) ressaltam que a atração de um novo pessoal para o trabalho nas lavouras e nas hidrelétricas, agrava o desenraizamento principalmente no patrimônio imaterial: modos de fazer, modos de falar, espaços de convívio, festas profanas ou religiosas. De modo muito semelhante aos problemas ocasionados pelo modo de produção agrícola voltado à mecanização e à monocultura, Souza e Santos (2017) ressaltam que a implantação de empreendimentos hidrelétricos está amparada pela alegação da vocação hídrica decorrente do grande vo-

lume de água de rios existentes em todo o território nacional, ligada a uma geografia adequada à geração de energia elétrica e pelo discurso de sustentabilidade aliado à geração de energia em usinas movidas pela força motriz hidráulica, abundante, renovável, limpa e de fácil aproveitamento. Muitos são os benefícios defendidos pelos gestores e idealizadores dos projetos de construção dessas usinas, dentre os quais se destacam uma grande vantagem ambiental, se comparadas aos combustíveis fósseis e o fato de o empreendimento hidrelétrico não consistir em fator impeditivo de outros usos sustentáveis dos recursos hídricos. Porém, é necessário ressaltar que a construção de obras visando aproveitamentos hidrelétricos sempre implica um deslocamento das pessoas residentes na área diretamente afetada e no alagamento de grandes áreas propícias ao cultivo bem como dos bens edificados, sendo de impacto significativo para a memória coletiva através da perda de referências culturais. Consistem em atividades, por sua natureza, e do ponto de vista socioambiental, irreversivelmente degradantes, sendo a causa originária de alterações drásticas nos ecossistemas. Além disso, esses efeitos podem ser observados na

vivência das comunidades envolvidas na área de abrangência das barragens e atingidas pelos mais diversos níveis de modificação das rotinas antes existentes e de sua própria qualidade de vida, refletindo, inclusive, no aspecto cultural de determinada população residente no entorno do empreendimento. Assim, observa-se que, em relação aos impactos ambientais experimentados pelas localidades receptoras de empreendimentos hidrelétricos, o mais visível, em virtude do necessário alagamento de grande área para a formação do lago da usina, num primeiro momento, é a destruição de áreas inteiras florestadas, áreas de preservação permanente ou de proteção ambiental. A transformação abrupta de um sistema fluvial pode gerar grandes desequilíbrios na estrutura físico-química e funcionalidade biológica do rio represado, impondo grandes ajustes na sucessão das comunidades bióticas.

Sobre o reservatório da hidrelétrica, importa enfatizar que o represamento obriga um grande número de espécies da fauna a alterarem seu habitat. Isso decerto ocasiona a desestruturação das cadeias alimentares, gera dificuldade para a reprodução de espécies aquáticas e até mesmo risco de extinção local de espécies não resga-

tadas, motivadas pelas drásticas alterações nos ecossistemas existentes. Além dessas áreas, outras produtivas utilizadas pela agricultura, pecuária e demais atividades úteis e de grande proveito humano também são suprimidas, tendo reflexos negativos sentidos pelas comunidades ali residentes, causando prejuízos financeiros e culturais. Considerando que o início da obra suscita grande expectativa, quanto à melhoria das condições de empregabilidade, inúmeras pessoas atraídas pela implantação do empreendimento são desassistidas por políticas públicas, incapazes de atender a demanda dessa população de forma digna. Sobre essas famílias submetidas à obrigatoriedade de transferência dos locais onde residiam, em virtude da ocupação da localidade pela usina, é necessário ressaltar o imensurável prejuízo social, cultural e emocional decorrentes da perda do sentimento de pertencimento. Tem-se uma perda da identidade com os vínculos da cultura tradicional, dos usos e costumes locais e o desaparecimento do legado daquela comunidade, que não mais poderá ser desfrutado pela descendência futura dos atingidos por barragens. No caso das usinas de Capim Banco I e II, além de todas essas considerações,

a proximidade com o limite urbano favoreceu a criação de condomínios de lazer no seu entorno, que merecem atenção na análise dos impactos ambientais e sociais ao modificar a paisagem e trazer um novo público e uma nova demanda para essas áreas.

Todos estes três acontecimentos - a expansão da monocultura, a implantação da hidrelétrica e os condomínios de lazer - alteraram significativamente os modos de vida e de produção da população vizinha, e pode afetar a vivência e o público que participa da festa da Santa Cruz e do cotidiano dos rituais da capela da Saudade.

Segundo Marques e Brandão (2015), a exposição midiática ocorrida no nosso século também é considerada um agravante para o processo de perda de identidade. No caso das festas católicas, é comum a ocorrência de uma espetacularização despertada por instrumentos midiáticos como a TV e, principalmente, as redes sociais, ocasionando um crescimento dos expectadores da festa. Essa ampliação do público chega aos núcleos urbanos. Segundo os mesmos autores, a população urbana desconhece o sentido sagrado da manifestação, enxergando o evento como lazer

e recreação e gerando, consequentemente, um anseio por elementos profanos que só pode ser satisfeito com a entrada de novos elementos do capital como comerciantes ambulantes, barraqueiros, empresas patrocinadoras. A festa passa, então, a ser tomada e comercializada como produto cultural.

É realmente necessário um cuidado com relação às festas de macroescala como os shows sertanejos que acontecem nas áreas adjacentes à capela, que não possuem identidade com o lugar, mas manifestam apenas uma atividade de lazer para um público totalmente distinto daquele que frequenta as festas religiosas (ou de microescala como a Festa da Santa Cruz, a Folia de Reis, etc), para que os elementos presentes neste tipo de festa não interfiram na festividade sacra.

(...) os elementos presentes na macro-escala são mais maleáveis, não possuem identidade com o lugar, variam de acordo com as situações e podem se expandir e se intensificar de acordo com os estímulos voltados a eles. O olhar da macro-escala sob a festa apresenta uma maior amplitude e, consequentemente, compreende o evento como um todo, não se apegando aos detalhes ou singularidades (MARQUES E BRANDÃO, 2015, p.21).

Atualmente, embora as festas da macro-escala se organizem no território da Capela da Saudade, não tem qualquer relação com a festa religiosa, da microescala. Porém, é necessário observar e conter, nos anos futuros, as tendências de espetacularização da festa tradicional que possam surgir. Marques e Brandão (2015) comentam que essa tendência é verificada quando a reprodução do patrimônio cultural imaterial passa a ser voltada a um público alheio à comunidade, muitas vezes habitante da zona urbana próxima, que não mantém laços identitários com a manifestação em questão, criando “alucinações culturais que preenchem o imaginário de um público pagante”, um espetáculo/simulacro, num cenário similar às descaracterizações na materialidade arquitetônica aos quais chamamos perda de autenticidade.

Hoje, a distinção entre os objetivos das festas de macro e micro escala não advém apenas da materialidade dos espaços ou da imaterialidade das representações de devoção ou não, mas dos próprios indivíduos. Tanto os elementos quanto os sujeitos presentes na festa religiosa caracterizam-se pelo estabelecimento de redes entre si e entre os elementos da mesma. Os sujeitos responsáveis pela festa religio-

sa, são o que Marques e Brandão (2015) consideram como “sujeito intra escalar”, aquele que prepara a festa religiosa de acordo com as suas tradições. Geralmente o grupo desses sujeitos, tem uma parte fixa que desempenha as mesmas obrigações anualmente, podendo afirmar-se que a microescala é mais resistente e menos maleável que o restante do corpo da festa, possuindo funções, hierarquias e formas de agir, sentir e pensar particulares. Observa-se uma hierarquia designada por um coordenador representante da comunidade local, geralmente, por laços afetivos ou políticos e pelos sujeitos mais experientes em cada função. Diante disso, verifica-se que a microescala é caracterizada por um grupo fechado e coeso com regras e princípios próprios que seguem as características tradicionais, dificultando a espetacularização da festa ainda que elas possam sofrer alterações com o passar dos anos, porém, a essência da manifestação se mantém enquanto cultura popular. “Portanto, no contexto microescalar, a festa não é um simulacro. Ao contrário, ela é real, intensa e modifica, mesmo que temporariamente, o cotidiano de seus atores sociais” (MARQUES E BRANDÃO, 2015, p.20).

A resiliência da capela deve-se, em grande parte, ao fato da Fazenda da Saudade ser habitada por herdeiros do sr. Joaquim Pereira dos Santos, ou seja, a família Pereira é a grande incentivadora da festa de Santa Cruz e a principal responsável pela conservação do local, o que não quer dizer que somente a família seja capaz de estabelecer laços de pertencimento com o local.

Os elementos e sujeitos (...) não existem por si só. Eles estabelecem redes entre si e entre os elementos da escala oposta, isto é, há interações entre elementos e sujeitos intra e extra-escalares. Estas interações são dadas pelas forças presentes em cada escala – força interna na microescala e força externa na macroescala. As forças internas se projetam para fora do núcleo da festa, enquanto as forças externas fazem o sentido contrário. O mecanismo em questão possibilita o equilíbrio da festa, mesmo diante de sua latência. Um exemplo do estabelecimento de redes extra-escalares é a comercialização de produtos advindos de vendedores ambulantes (pertencentes à macroescala) para os sujeitos que preparam a festa (atores sociais da microescala) (MARQUES E BRANDÃO, 2015, p.22).

A festa religiosa da microescala somente se torna espetáculo quando a comunidade perde sua autonomia. A partir de então, a manifestação passa a ser produzida por outros sujeitos e instituições que aliam o

evento a aspirações próprias, de cunho político, social, religioso, entre outros. Apropriada, a festa perde sua espontaneidade, autenticidade e movimento.

Isolada, administrada ou emoldurada, ela se transforma em outra coisa qualquer – festividade, comemoração, menos festa. Nesse sentido, ela demarca o limite da apropriação, porque é impossível transformá-la em mercadoria sem perdê-la (PASTA JÚNIOR, 1992, p. 72 apud MACHADO, 2003, p. 36).

Outra face das festividades que deve ser observada com cautela é a sua modernização com relação ao preparo de refeições, na confecção de roupas, na montagem de estruturas, entre outras. A substituição de equipamentos e modos de produção tradicionais por outros mais modernos facilitadores, podem acarretar uma deterioração dos conhecimentos tradicionais e modificar ainda a essência e a estética da festa, embora seja importante lembrar que a cultura não é estática e o novo e moderno não anulam a essência do que já existe, pelo contrário, proporcionam novos movimentos, práticas e interações.

Neste sentido, é importante lembrar que a cultura é maleável e por isso as transformações alcançadas pelas festas populares são, teoricamente, previsíveis e devem ser encaradas com cautela e parcimônia, pois interferir em seu curso pressupõe tirá-lhes a autenticidade (MARQUES E BRANDÃO, 2015, p.23).

Esse ideal de modernização incide também sobre a materialidade do templo. As reconstruções ocorridas, afetam significativamente o caráter histórico dessas construções. Porém, é importante ressaltar que o tombamento da Capela da Saudade não se dá apenas por valores históricos, embora tanto a festa quanto a capela reúnam cento e vinte anos de tradição. Santos e Alves (2005) argumentam que, ao se estudar o patrimônio cultural das comunidades rurais, as estruturas culturais mais sólidas são a língua e a religião.

[...] a reelaboração heterodoxa – mas autogestiva – das tradições [a partir da modernização] pode ser fonte simultânea de prosperidade econômica e reafirmação simbólica. Nem a modernização exige abolir as tradições, nem o destino fatal dos grupos tradicionais é ficar de fora da modernidade (CANCLINI, 2003, p. 239 apud SANTOS E ALVES, 2005, p.17)

Ademais, as dificuldades envolvidas no processo de tombamento da Capela da Saudade deixam muito claro a importância da participação da comunidade nesses procedimentos, evitando modelos exógenos para a salvaguarda do patrimônio, que é elaborada e gerida em concordância com as especificidades locais. Segundo Rocha e Bursztyn (2005), a participação social tem caracterizado-se como um mecanismo capaz de legitimar as deliberações do poder público e, a partir do momento em que se permite a criação de canais de participação que visem a tomada de decisões e gestão do patrimônio cultural, a própria comunidade passa a ser protagonista do seu bem-estar. Dessa forma, a participação social dos atores locais é um dos imperativos do desenvolvimento sustentável, necessária em todos os estágios das discussões, visando à descoberta das reais necessidades e à satisfação das aspirações de cada sociedade.

- Considerações Finais -

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após nos determos sobre os estudos da trajetória da sustentabilidade é possível afirmar que o desenvolvimento sustentável apresenta-se como uma questão imperativa para criar condições para a sobrevivência da nossa espécie e de todo o planeta e tem papel primordial na preservação da memória e identidade dos povos. O objetivo deste trabalho foi refletir sobre a incorporação destes princípios à preservação, salvaguarda e conservação do patrimônio cultural, o que significa que ele buscou ter em vista a promoção da qualidade de vida e do bem-estar social das comunidades envolvidas nos processos patrimoniais, garantindo a sobrevivência de suas tradições.

De modo geral, para uma eficaz percepção e ação com relação às inflexões entre sustentabilidade e conservação do patrimônio cultural, é necessária e urgente uma revisão de premissas, uma mudança de paradigmas que garanta à nossa sociedade uma capacidade de adaptação capaz de criar uma economia da permanência, onde a satisfação das necessidades humanas sejam autolimitadas por princípios que evitem a ganância e alcancem a sim-

biose entre o modo vida contemporâneo e a capacidade de regeneração do planeta, a partir da conservação da biodiversidade. Os direitos dos povos à vida, à democracia e à cultura deve ter prioridade máxima e faz-se indispensável reconceituar o desenvolvimento como apropriação efetiva de todos os direitos humanos, políticos, sociais, econômicos e culturais, ao invés de entendê-lo como prosperidade econômica e/ou industrialização. Deve ser combatida a concentração de renda, a pobreza, a desigualdade e as diferenças substanciais entre as nações pois, não pode haver desenvolvimento com supressão de direitos ou “liberdades instrumentais”. Deve-se garantir a sobrevivência da diversidade biológica, bem como da diversidade cultural, entendendo que a qualidade de vida nem sempre melhora com o avanço da riqueza material. Dessa forma, deve-se combater o crescimento do modelo de produção vigente, calcado na falsa noção de um progresso infinito, visando um novo sistema que não considere que a felicidade se encontra no consumo de bens, pessoas e lugares, ou seja, faz-se necessária a desvinculação do bem cultural da condição de mercadoria. Essa perspectiva precisa se estender a todas as abordagens do patri-

mônio cultural, interligando suas políticas e práticas ao exercício da cidadania, conforme explicita-do pelo IPHAN:

O estabelecimento de políticas públicas ambientalmente sustentáveis e a ampliação e qualificação da proteção ao patrimônio cultural mantêm uma relação muito estreita. Com a expansão do conceito de patrimônio cultural nas últimas décadas ficou evidente que as políticas de preservação já não estão apenas vinculadas ao conceito de excepcionalidade, mas principalmente ao exercício da cidadania. Além disso, elas passaram a considerar a dimensão territorial desse patrimônio. Por essa razão, sua integração às demais políticas públicas, em busca de uma relação sincrônica e diacrônica com o desenvolvimento e o futuro, deve apontar para além do que tem sido nossa atuação histórica. O compromisso com o combate a pobreza, com a melhoria da qualidade de vida, com a supressão das privações que restringem os direitos e liberdades de bilhões de trabalhadores em todo o mundo deve estar sempre presente. Como nos lembra Amartya Sen, crescimento econômico precisa significar maior bem-estar social. Bons índices de desenvolvimento humano, preservação do patrimônio cultural e do meio ambiente são passos importantes para o desenvolvimento sustentável e devem caminhar juntos. (IPHAN, 2012, p.3)

Em suma, a proteção do patrimônio deve ter clara a perspectiva da sustentabilidade

em garantir para as gerações futuras ao menos o que foi legado à geração atual, expandindo nosso horizonte temporal para séculos e milênios, mas também nosso horizonte espacial, podendo implicar todo o planeta e até a biosfera. A viabilidade das inflexões entre patrimônio cultural e sustentabilidade está diretamente relacionada a (ao):

- Contenção da elitização dos bens culturais, garantindo que os critérios de valoração sejam por um viés antropológico, de dimensões sociais e intangíveis dos mesmos e não pela excepcionalidade histórica e/ou artística somente;
- Participação social em todas as etapas do processo de salvaguarda, desde a eleição e valoração dos bens patrimoniais até a elaboração dos planos de gestão e a ampliação dos usos do patrimônio ativado, de modo a absorver todas as camadas da sociedade e barrar a especulação imobiliária através do turismo e mercadorização cultural;
- Equilíbrio entre países norte-sul e entre territórios urbano e rural, tanto na questão dos investimentos públicos quanto da visibilidade do patri-

mônio cultural, combatendo o desequilíbrio e a centralização de pessoas que causam o inchaço das cidades;

- Limitação do modelo predatório de consumo e a contenção da mercadorização da memória e dos costumes ocasionada pela influência do capital sobre a cultura;
- Limitação do uso de recursos não renováveis e o favorecimento do câmbio de recursos facilmente esgotáveis por outros mais abundantes e ambientalmente inofensivos na construção civil e nas cidades, além da redução dos resíduos e da poluição por meio da conservação e reciclagem de recursos, energia e edifícios.
- Priorização da reabilitação de bens culturais em detrimento de novas construções;
- Definição de leis, normas, regras e subsídios para a adequada proteção ambiental e do patrimônio cultural;

Conforme ressaltado nos textos de Zanirato (2016a) e Castriota et al (2012), se a preocupação é com a sustentabilidade do patrimônio, precisamos caminhar em direção a uma visão holística, trans e interdis-

ciplinar - que Capra e Luigi (2014) denominam visão sistêmica - que não separe natureza e sociedade ou a condição material e imaterial como realidades distintas e que a proteção deve ocorrer pela dimensão social e intangível dos elementos; pelos múltiplos valores que o patrimônio detém e pelos efeitos sociais consubstanciais ao processo de desaparecimento de tais bens; pelas possibilidades de deter o ritmo alucinado das transformações sociais. O que requer a imprescindível participação social a legitimar as ações públicas em prol de uma conservação integrada, que articule as políticas de proteção do patrimônio com as demais políticas públicas. Nessa perspectiva está a ampliação de usos do patrimônio, uma condição para a identidade e a participação social na proteção do bem, de forma que o uso cotidiano seja mais importante que o mercado. Interessa admitir ainda a possibilidade de que a conservação dos bens seja pautada na afetividade que, embora seja particular, permite que uma comunidade partilhe de um mesmo ambiente de forma pacífica com as outras pessoas e com as dimensões da sustentabilidade, mesmo que os bens patrimoniais que as unem não possuam as condições necessárias para se-

rem ativados pelo poder público.

É necessário desmistificar a concepção de que o patrimônio cultural só existe quando ativado pelo poder público, garantindo o respeito à diversidade de culturas e a descentralização territorial e de níveis econômicos dos processos de salvaguarda, reduzindo a desigualdade entre cidade e campo, entre o patrimônio cultural da elite e das classes menos abastadas. Esse novo processo de valoração - que leva em conta o patrimônio vivido - favoreceria, principalmente, as pequenas comunidades, como àquela que se identifica com o espaço da Capela da Saudade, que foi nosso objeto de estudo.

Com relação à sustentabilidade das capelas rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, além dos elementos já citados que devem reger todo e qualquer processo em nível global, nacional ou regional, cabe o destaque à necessária garantia de que a modernização dos meios de produção não suplantem o modo de vida e as tradições rurais e não continuem a expulsar o trabalhador rural para os núcleos urbanos. É condição irrefutável para a sustentabilidade do patrimônio cultural rural a distribuição igualitária de renda e investimentos entre os setores urbanos e rurais das

nossas cidades, de modo a validar sua subsistência de maneira digna, garantindo o enraizamento das tradições de geração em geração.

Pode-se afirmar que na atualidade, a preservação do patrimônio cultural não é apenas mais abrangente, ela reflete com maior intensidade a diversidade. Porém, é especialmente necessário a observância dos procedimentos adotados com relação às comunidades atuantes na conservação dos bens, principalmente aquelas que por estarem vinculadas a agrupamentos sociais restritos, muitas vezes marginalizados e de limitada expressão demográfica e econômica, apresentam riscos elevados de desaparecimento no nível local.

O inventário exploratório realizado revelou um número expressivo de capelas rurais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, capazes de criar uma nova dimensão para o patrimônio cultural da região. A quantidade de capelas encontradas indica uma unidade nas tradições religiosas rurais que persiste ao longo do tempo, visto que tais capelas datam desde o século XVIII até as últimas décadas. De certa forma, apresentam uma unidade estilística e muitas capelas apresentam valor histórico significativo para as comunidades rurais e até mesmo

para os núcleos urbanos adjacentes.

A grande maioria dessas capelas rurais, conserva suas festividades, congregando a expressão legítima das devoções e manifestações de religiosidade e abarcando relações sociais de vizinhança que constituem espaços significativos de sociabilidades, especialmente nos municípios de menor porte, onde a separação entre o rural e o urbano são mais tênues, garantindo a continuidade de suas tradições de geração em geração. É um patrimônio cultural que resiste pela indelével identidade das comunidades que o mantêm, mesmo sem o reconhecimento favorecido pelos instrumentos de ativação patrimonial (visto que poucas capelas rurais são tombadas).

O caso da Capela da Saudade de Uberlândia deixa claro a indispensabilidade do processo participativo em todas as etapas das ações de ativação patrimonial, que deve ser originado localmente, sem a importação de modelos e profissionais alheios aos mecanismos que lhe dotam dos mais variados critérios de valor.

Percebe-se também a dificuldade apresentada nos processos de salvaguarda advindas da incompreensão dos conceitos relativos ao patrimônio, suas atualizações, ambiguidades, que torna, principalmente

no caso dos países emergentes (na macro-escala), nas pequenas cidades (na média-escala) e no patrimônio rural (na micro-escala), difícil a associação de um rico patrimônio cultural aos valores arraigados nas políticas e práticas da preservação, que mantêm ainda a vertente erudita, elitizada, a excepcionalidade artística e/ou histórica. Além disso, ao separar as vertentes materiais e imateriais presentes no território da Capela da Saudade, a fim de clarificar suas qualidades para o tombamento, causou-se um completo estranhamento da complexidade do todo e de suas inter-relações, que poderia ser resolvida ao adequar melhor seus valores à perspectiva de outros instrumentos legais de proteção como a chancela da paisagem cultural (e não somente do tombamento, caso muito comum em pequenas cidades). A proposta para a chancela da paisagem cultural da Capela da Saudade, seguramente, levaria em conta atributos essenciais para a sua valoração que não foram atribuídos a ela no processo de tombamento, visto que são maiores que os valores contidos na sua singela materialidade.

- Referências Bibliográficas -

5 REFERÊNCIAS

ASCERALD, H. 1999. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (No. 1 – maio), <http://hilaineyaccoub.com.br/wp-content/uploads/2016/06/Henri-Acseelrad-Sustentabilidade-Urbana.pdf>. (acesso em junho de 2019) <https://doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p79>

_____, H; LEROY, J.-P. *Novas premissas de sustentabilidade democrática*. Projeto Brasil Sustentável e Democrático. Rio de Janeiro: Fase, 1999.

ALMEIDA, L. F. Patrimônio Mundial e Desenvolvimento sustentável: desafios para o século XXI. In: Anais 3: *Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; organizador, Luiz Philippe Torelly. -- Brasília, DF : Iphan, 2012. 70 p.

AZEVEDO, J. L. *A economia circular aplicada no Brasil: uma análise a partir dos instrumentos legais existentes para a logística reversa*. XI Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Rio de Janeiro 2015. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_036M.pdf (junho 2019)

BENHAMOU, F. *Economia do patrimônio cultural*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

BOTELHO, T. R. Patrimônio cultural e gestão das cidades: uma análise da lei do ICMS Cultural de Minas Gerais . In: *Revista Habitus*. Goiânia, v.4, n.1, p.471-492, 2006. <https://doi.org/10.18224/hab.v4.1.2006.471-492>

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BROWN, L. R. *Plano B 4.0. Mobilização para salvar a civilização*. New Content Editora e Produtora LTDA e Ofício Plus Comunicação e Editora LTDA, São Paulo, 2009.

BRUNDTLAND, G. H. (Org.). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

CAPRA, F.; LUISI, P. L. *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sócias e econômicas*. São Paulo: Cultrix, 2014.

CAPRA, F.; LUISI, P. L. *The Systems view of life: a unifying vision*. Cambridge University Press, 2016. 510 páginas.

CARTA DE VENEZA. II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos de monumentos históricos. Maio de 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao> Acesso em 12 jan. 2016.

CARSON, Rachel. *Silent Spring*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CASTRIOTA, L. B.; MACIEL, M. C.; FERREIRA JUNIOR, S. P. *Dimensões da sustentabilidade: estudo de caso da Fazenda Modelo - MG: uma abordagem inter e multidisciplinar*. 1 ed. Curitiba, 2012, 190p.

CHUVA, M. *A História como Instrumento na Identificação dos Bens Culturais*. Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: Iphan/Minc, 1998.

CLEPS JUNIOR, J. Concentração de poder no agronegócio e (des)territorialização: os impactos da expansão recente do capital sucroalcooleiro no Triângulo Mineiro. *Caminhos de Geografia*, v.10, n.31, 2009. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> (acesso em junho 2019)

CMMD (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO). *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CÓIAS, V. Reabilitação: a melhor via para a construção sustentável. *Geocorpa*. Lisboa, 2007. Disponível em: http://www.gecorpa.pt/Upload/Documentos/Reab_Sustent1.pdf. Acesso em 24 set 2018.

CORRÊA, R. L. Geografia cultural: passado e futuro—uma introdução. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.p.49-58.

CUNHA, J. F.; VALE, M. M. B. T. As praças na conformação das cidades de Uberlândia e Araxá: do início do século XIX a meados do século XX. *Revista Horizonte Científico*, Uberlândia, v.10, n.1, 2016.

D'ABADIA, M. I. V. *Diversidade e identidade religiosa: Uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Muquém, Abadiânia e Trindade* - GO. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás. 2010

DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2018. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8b9b3436fc4466e9> Acesso em 29 de julho de 2019.

DIOCESE DE UBERLÂNDIA. *Catálogo de Igrejas - Diocese de Uberlândia/MG* - 1ª edição. Uberlândia: Mídia Católica, 2017, 204 p.

ECODESENVOLVIMENTO.ORG. Portal EcoD. *Terra precisaria ter 50% mais recursos para sustentar padrão de consumo atual*. 2013. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/agosto/dia-da-sobre-carga-planeta-esgota-hoje-cotanatural>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

EDWARDS, B. *O guia básico para a sustentabilidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2005.

FEIL, A. A; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. In: *Cadernos Ebape.br*, v.14, nº3, artigo

7, Rio de Janeiro, 2017
<https://doi.org/10.1590/1679-395157473>

FERRAZ, J. M. G. As dimensões da sustentabilidade e seus indicadores. In: . *Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas*. Jaguariúna: Embrapa, 2003. p.17-35.

FERRAZ, J. M. G.; MARQUES, J. F.; SKORUPA, L. A.; YONG, M. C. Construção Participativa de indicadores de sustentabilidade. In: . *Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas*. Jaguariúna: Embrapa, 2004.

FOLADORI, Guillermo. Avances y límites de la sustentabilidad social. In: *Economía, Sociedad y Territorio*. vol. III, num. 12, 2002, p. 621-637.

GAUZIN-MULLER, Dominique. *Arquitetura Ecológica*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

GODOY, M. M. Espaços canavieiros regionais e mercado interno: subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados da cana-de-açúcar da Província de Minas Gerais. In: *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina, 2002. Disponível em: <https://ideas.repec.org/s/cdp/diam02.html> (acesso em março, 2019)

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LEITÃO, A (2015). Economia circular: uma nova filosofia de gestão para o séc. XXI.. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*. 1 (2), 149-171. Disponível em <http://u3isjournal.isvouga.pt/index.php/PJFMA>

MACHADO, J; BRAGA, S. *Comunicação e Cidades Patrimônio Mundial no Brasil*. Brasília: UNESCO, IPHAN, 2010.

MARQUES, L. M.; BRANDÃO, C. R. As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escalar. In: *Ateliê Geográfico*. Goiânia-GO, v.9, n.3, p. 7-26, 2015.
<https://doi.org/10.5216/ag.v9i3.33822>

MARX, M. *Cidade no Brasil, terra de quem?*. São Paulo: Edusp / Nobel, 1991.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. *Limits to growth*: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

MENEGHETTI, A. *Dizionario di Ontopiscologia*. Roma: Psicologica Editrice, 2001.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: Evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. *Revista Economia e Desenvolvimento*, nº16, Cascavel, 2004, p 22-41.

MOREIRA, Cícero Nunes. A cruz e a espada: devoções na Polícia Militar de Minas Gerais. In: *A invenção das devoções: crenças e for-*

- mas de expressão religiosa. PASSOS, Mauro; NASCIMENTO, Mara Regina do (org.) Belo Horizonte: O Lutador, 2013, p. 89-126.
- MORI, K.; CHRISTODOULOU, A. Review of sustainability indices and indicators: Towards a new City Sustainability Index (CSI). *Environmental Impact Assessment Review*, v. 32, n. 1, p. 94-106, 2012.
<https://doi.org/10.1016/j.eiar.2011.06.001>
- PESCI, R. Sustentabilidad y levedad. *Revista Ambiente*, 2003. Disponível em: <<http://www.revista-ambiente.com.ar/imagenes/92/sustentabilidad%20y%20levedad%201.pdf>> Acesso em: 04 de maio de 2019.
- PIRES, M. C. S. A proteção do Patrimônio cultural. *Caderno Direito e Justiça. Jornal do Estado de Minas*. 26 de setembro de 2011.
- PISANI, J. A. Sustainable development – historical roots of the concept. *Environmental Sciences*, v. 3, n. 2, p. 83-96, 2006.
<https://doi.org/10.1080/15693430600688831>
- POEL, F. (Frei Chico). *Dicionário da religiosidade popular: cultura e religião no Brasil*. Curitiba: Nossa Cultura. 2013.
- PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 9a edição, 1969.
- PRATS, L. La mercantilización del patrimonio: entre la economía turística y las representaciones identitarias. *PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico*, n. 58, p.72-80, maio 2006.
<https://doi.org/10.33349/2006.58.2176>
- Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Dossiê de tombamento. Estrutura Arquitetônica e Urbanística - Capela da Saudade*. Uberlândia, 2016.
- Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Decreto Nº 17.091, de 8 de maio de 2017. Aprova o tombamento do bem cultural denominado “Capela da Saudade” e dá outras providências*. Uberlândia, 2017.
- Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Complementação de documentação: Dossiê de tombamento Capela da Saudade. Uberlândia*. 2018, p. 103-124.
- Prefeitura Municipal de Uberlândia. B - *Complementação do dossiê de tombamento Capela da Saudade. Uberlândia*. 2019, 39 p.
- Prefeitura Municipal de Uberlândia. *São Pedro de Uberabinha: entre memórias e histórias. Uberlândia*, s/d. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura/historia-de-uberlandia/> Acesso em 28 de março de 2020.
- PRETTO, F. Ma.; MONASTIRSK, L. B. Identidade e Memória: o patrimônio cultural rural do Distrito de Guarugi no Município de Ponta Grossa – Paraná, Brasil. In: *Anais do 14º Encontro de Geógrafos de América Latina*, 2013, Lima, Peru. Reencuentro de saberes territoriales Latinoamericanos EGAL) 2013. Disponível em: <http://cienciaparaeducacao.org/eng/publicacao/preto-f-m-monastirsky-l-b-identidade-e-memoria-o-patrimonio-cultural-rural-do-distrito-de-guaragi-no-municipio-de-ponta-grossa-pr-brasil-in-14o-encontro-de-geografos-de-america-lat/> (Acesso em maio de 2019)
- RATTNER, Henrique. Sustentabilidade: uma visão humanista. In: *Ambiente e Sociedade*, jul/dec. 1999, n. 5, p. 233-240.
<https://doi.org/10.1590/S1414-753X1999000200020>
- ROCHA, J. D.; BURSZTYN, M. A. A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. In: *Interações. Revista Internacional do Desenvolvimento Local*. Vol.7, n.11, p. 45-52, 2005.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.
- _____. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURZTYN, Marcel (org.) *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. Brasília, Brasiliense, 1993. P.29-56.
- SANTOS, C. R. *Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural*. São Paulo em perspectiva, v.15, n.2. São Paulo. abr/jun 2001.
<https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000200007>
- SANTOS, R. J.; ALVES, K. B. *Registro do Patrimônio Cultural edificado das áreas diretamente afetadas, de entorno e de influência das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e*

II. Composer, Uberlândia, 2005.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C. M.; GUIMARÃES, L. B. *Desenvolvimento sustentável*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SILVA, M. Z. *Economia solidária da cultura: Estratégias de gestão para a sustentabilidade de grupos culturais*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SOUZA, J. C.; SANTOS, A. A. P. Considerações sobre a construção e implementação das usinas hidrelétricas no Brasil: mecanismos de prevenção de impacto e qualificação dos danos ambientais. In: *XXVI Encontro Nacional do Conpedi Brasília* - DF: Direito e Sustentabilidade II. Brasília - DF, 2017, p. 107-125.

SOUZA, N. I.; SCHUTEL, S. As sete dimensões da sustentabilidade para a organização saudável. In: *Atos do Congresso Responsabilidade e Reciprocidade. Valores sociais para um Economia Sustentável*. Recanto Maestro - RS, 2011, p.497-500.

SILVA, C. L.; *Desenvolvimento sustentável*. Editora Vozes, 2006.

STIGLIANO, B. V.; RIBEIRO, H.; CESAR, P. A. B. Paisagem cultural e sustentabilidade: possíveis conexões e subsídios para políticas públicas e planejamento do turismo. In: *Turismo em análise*, v. 22, n.3, dez. 2011, p. 632-650.

<https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i3p632-650>

TARREGA, M. C. V. B. *Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: RCS Editora, 2007.

TOGNON, M.; BORTOLUCCI, M. A. P. C. S.; OLIVEIRA, A. C.; MARCONDES, M. Patrimônio cultural rural paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo. In: *Seminário de Patrimônio Agroindustrial Lugares de Memória*, 2., 2010. São Carlos. Anais (online). São Carlos: SAP/EESC/USP, 2010.

TORELLY, L. P. Patrimônio mundial e desenvolvimento sustentável. Desafios para o século 21. *Arquitextos*, São Paulo, ano 15, n. 177.04, Vitruvius, fev. 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.177/5488>. (Acesso em junho de 2019)

VALDEBENITO, R. M. G. Identidades territoriales y Patrimonio Cultural: la apropiación del patrimonio mundial en los espacios urbanos locales. *Revista F@ro*, ano 1, n. 2, p.2005.

VALE, M. M. B. T. Sustentabilidade e preservação da arquitetura rural no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba frente à expansão da indústria sucroalcooleira. In: *V Encontro Internacional sobre Patrimônio Edificado - Arquimemória / O global, o nacional e o local na preservação do patrimônio*, 2017, Salvador, BA. Livro de Resumos Encontro internacional Arquimemória 5. IAB - BA, 2017. v. 1. p. 320-320

VALE, M. M. B. T. *Arquitetura Religiosa do século XIX no antigo "Sertão da Farinha Podre"*. São Paulo, Tese (Doutorado), FAU-USP, 1998.

VITAL, G. T. D. *Projeto Sustentável para a Cidade: o caso de Uberlândia*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), FAUUSP, São Paulo, 2012.

WEISSHEIMER, M. R. Paisagem Cultural Brasileira: do conceito à prática. In: Fórum Patrimônio, Belo Horizonte, v.5, n.2, 2012.

ZANIRATO, S. H. Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível? *Revista Confluências Culturais*, Joinville, v. 5, n.2, p. 200-211, Setembro de 2016a. <https://doi.org/10.21726/rccult.v5i2.321>

_____; ROTONDARO, T. Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade. *Estudos Avançados* (Online), v. 30, p. 77-92, 2016b. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142016.30880007>

_____; Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. In: *Revista CPC*. São Paulo, v.13, n.25, p.7-33, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p7-33>

ATAS DO COMPHAC:

Ata da 1ª (Primeira) Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo e Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia. 24/03/2015

Ata da 3ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo e Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia. 12/05/15

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo e Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia – 16/02/2016

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo e Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia – 15/03/2016

Ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo e Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia – 14/06/2016

Ata da 9ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo e Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia – 22/11/2016

LINKS PARA AS FONTES DAS IMAGENS:

Facebook Capela da Saudade:
<https://www.facebook.com/pg/Capelada-SaudadeOficial/photos/?ref=page_internal>.
Acesso em 30 de março de 2020.

Matéria do MGTV 06/05/2017- TV Integração:
<<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/mgtv-1edicao/videos/t/triangulo-mineiro/v/capela-da-saudade-e-tombada-pelo-patrimonio-publico-de-uberlandia/5850953/>>. Acesso em 30 de março de 2020.

- Apêndices -

APÊNDICE I - Ficha para levantamento de informações sobre cada capela nas paróquias e dioceses do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

APÊNDICE II - Inventário exploratório das capelas rurais católicas do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Número da ficha	Nome da capela rural		Cidade		
Imagem da fachada	Localização: () Distrito () Comunidade () Privada		Diocese: _____		
	Data de Construção:		Paróquia: _____		
	Tipologia:		Observações:		
	Festas religiosas () Sim () Não				
	Entorno:				
	Tombamento: () Não () Municipal () Estadual				
Fonte da imagem:		Fotografia	Fotografia	Fotografia	
Localização:					
Imagem de satélite da localização					
					Fotografia
96		Fotografia		Fotografia	
Distância do núcleo urbano:		Fotografia		Fotografia	
Fonte:		Fonte:			

<p>01 Igreja das Bênçãos</p>  <p>Localidade: Córrego Fundo</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>02 Capela do Bonsucesso</p>  <p>Localidade: Bonsucesso</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>	<p>03 Capela do Capão da Cruz</p>  <p>Localidade: Comunidade Capão da Cruz</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Comunidade</p>	<p>04 São Benedito</p>  <p>Localidade: Córrego do Cavalo</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>
---	---	--	--

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.169220786502226&type=3

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.168758456548459&type=3

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.168930243197947&type=1

https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.168758456548459&type=3

05 São Miguel



Localidade: Japacanga

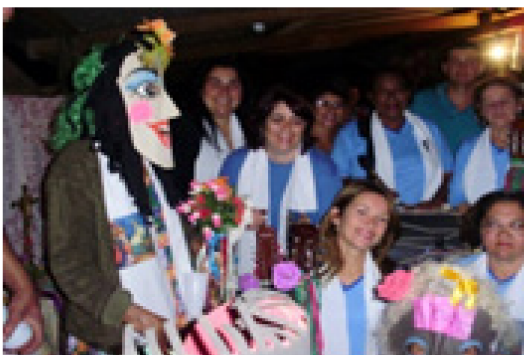
Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.169606536463651&type=3

06 Santa Cruz



Localidade: Morada

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.170004843090487&type=3

07 São Sebastião



Localidade: Morro Vermelho

Tombamento 

Festa 


Propriedade Particular

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.169615436462761&type=3

08 São Benedito, São Sebastião e Nossa Senhora das Graças



Localidade: Palmitos

Tombamento 

Festa 

Comunidade

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.169180476506257&type=3

09	Nossa Senhora do Rosário	10	São Sebastião	11	Cruz do Menino	12	Sem nome
 				 		 	
Localidade: Parnaso		Localidade: Barreiro		Localidade: BR 352		Localidade: Mumbuca	
Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa		Festa 		Festa 	
Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular	

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.103526143071691&type=3

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.171471609610477&type=3

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.327407980683505&type=3

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.169596646464640&type=3

13 N.S do Rosário e São Benedito



Localidade: Morro Alto/ Serra do Mamão - Abadia dos Dourados Tombamento ❌

Festa ✅

Propriedade Particular

14 Sem nome



Localidade: Monte Alvão - Abadia dos Dourados Tombamento ❌

Festa ✅

Propriedade Particular

15 N. S. Aparecida



Localidade: Sítio do Bichão - Abadia dos Dourados Tombamento ❌

Festa ✅

Propriedade Particular

16 Sem nome



Localidade: Serra dos Mamões

Tombamento ❌

Festa ✅

Propriedade Particular

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=498681756889459&set=pb.100002429174080.-1207630000..&type=3&theater>

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.169193386504966&type=3

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/photos_albums?lst=100000149137914%3A100002429174080%3A1585565347

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.103523626405276&type=3

17 Sem nome



Localidade: Parnaso

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.103526143071691&type=3

18 São Sebastião



Localidade: Capão do Ouro

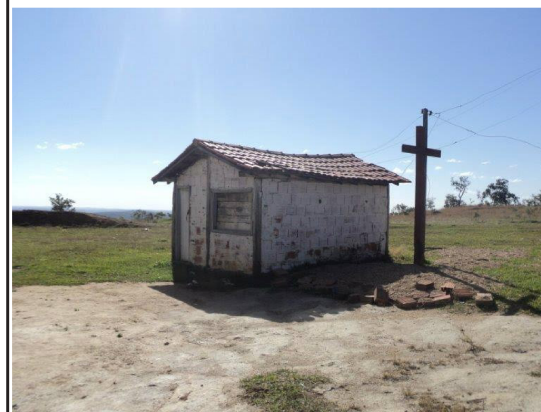
Tombamento

Festa

Propriedade Particular

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.169197386504566&type=3

19 Sem nome



Localidade: Capão do Ouro

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.169197386504566&type=3

20 Sem nome



Localidade: Motas

Tombamento

Festa

Propriedade Particular


Fonte: https://www.facebook.com/abadia.dosdourados/media_set?set=a.169165886507716&type=3

21

N.S Aparecida e Santos Reis



Localidade: Fazenda Buriti (Igrejinha da Curva)

Tombamento 

Festa 

Propriedade particular

Fonte: <https://goo.gl/maps/hosKBY3nQh8WQ3mM8>

22 Nossa Senhora Aparecida



Localidade: Distrito de Amanhece

Tombamento Festa 

Distrito

23 Santa Luzia



Localidade: Porto Barreiro

Tombamento Festa 

Comunidade

24 Nossa Senhora Aparecida



Localidade: Fazenda das Flores

Tombamento Festa 

Propriedade Particular

25 São João Batista



Localidade: Alto São João

Tombamento Festa 













Propriedade Particular

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/efgoyaz/2150335222/>

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

26 Santa Cruz	27 Santa Luzia	28 São José Operário	29 Nossa Senhora Abadia
			
<p>Localidade: Rodovia MG 223</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>Localidade: Distrito de Piracaíba</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>	<p>Localidade: Ararapira</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>Localidade: Distrito de Patrona</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>

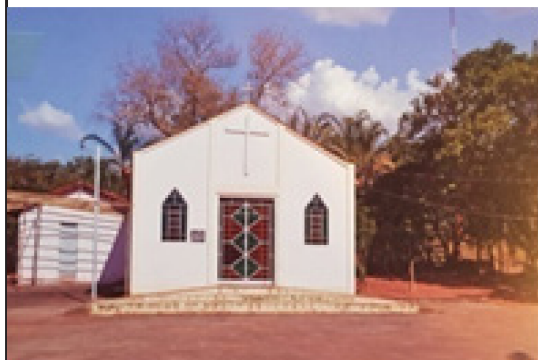
Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

30 Santa Rita de Cássia



31 Sem nome

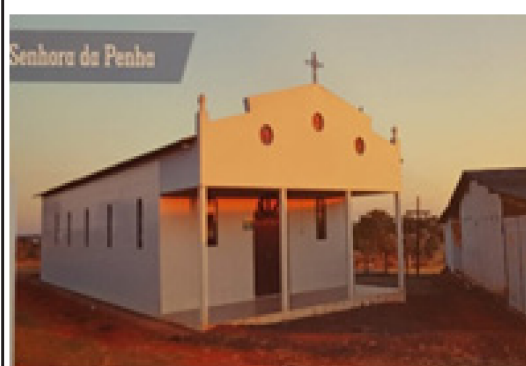
Localidade: Bom Jardim

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

32 Santa Helena



Localidade: Barreiros

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

Localidade: Bom Jardim

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

33 São Sebastião



Localidade: Salto

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

34 São João Batista



Localidade: Contenda

Tombamento

Festa

Propriedade Particular










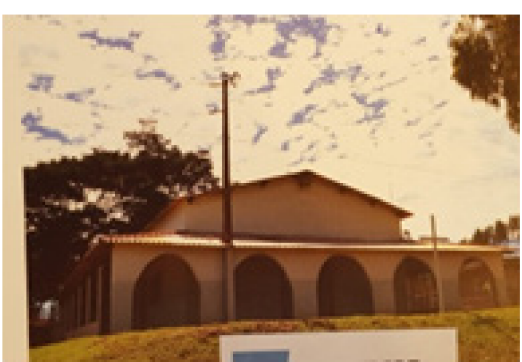





Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: <https://goo.gl/maps/ELm6ommP1Gtm64X8>

35	N.S de Fátima		Localidade: Fazenda Quilombo Tombamento  Festa  Propriedade Particular
36	N. S. da Abadia		Localidade: Serragem Tombamento  Festa  Propriedade Particular
37	N.S de Aparecida		Localidade: Capela do Fundão Tombamento  Festa  Propriedade Particular
38	São Sebastião		Localidade: Águas Claras Tombamento  Festa  Propriedade Particular
39	Santa Rita		Localidade: Jardim das Oliveiras Tombamento  Festa  Propriedade Particular
40	Capela Imaculada Conceição		

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: <http://www.ipatrimonio.org/ara-guari-capela-do-fundao/#!/map=38329&loc=-18.86580334842897,-48.05377006530762,15>

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

41

N.S da Conceição



Localidade: Buracão

Tombamento ✗

Festa ✔

Propriedade Particular

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: <https://goo.gl/maps/W2bvmQX6pL1Y8G4a6>

42

Capelinha Carlos França



Localidade: Indefinida

Tombamento ✗

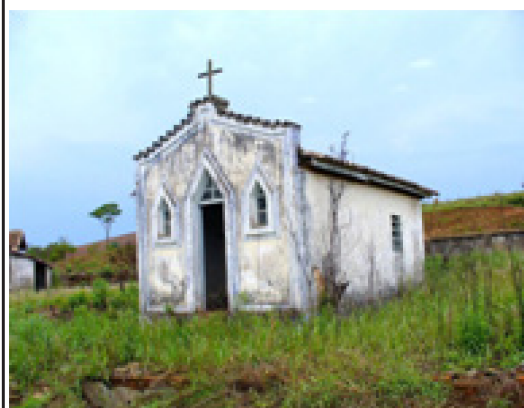
Festa ✗

Propriedade Particular

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/efgoyaz/2146997343>

43

Capelinha do Engenho



Localidade: Engenho Drumont

Tombamento ✗

Festa ✗

Propriedade Particular

Fonte: <http://www.lugaresesquecidos.com.br/2012/04/igrejas-e-capelas-abandonadas-pelo.html>

44

N. S. da Abadia



Localidade: Fazenda Campo Redondo

Tombamento ✗

Festa ✔

Propriedade Particular

Fonte: <http://ekillibrium.blogspot.com/2013/08/reza-lenda-que-em-araguari.html>

45	Capela da Bucãininha	47	Capela Santo Antônio	48	N. S. do Rosário	49	Sem nome
							
Localidade: Bucãininha							
Tombamento 							
Festa							
Propriedade Particular							
46	Capela do Taquaral						
Localidade: Taquaral		Localidade: Santo Antônio		Localidade: Florestina		Localidade: Piracaíba	
Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 	
Festa		Festa 		Festa 		Festa	
Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular		Distrito	

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/efgoyaz/2163645081/in/album-72157603583771294/>

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/efgoyaz/2163648385>

Fonte: <http://patrimoniohistoricoaraguari.blogspot.com/2018/04/igreja-de-florestina.html>








Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10206062960194797&set=a.1678282158659&type=3&theater>

<p>50 N.S Aparecida e Santo Antônio</p>	<p>51 N.S da Abadia</p>	<p>52 São José</p>
		
<p>Localidade: Povoado do Brilhante</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>	<p>Localidade: Comunidade Passa Três</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>Localidade: Vilarejo Bálsamos</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG
















Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

53	Santo Antônio
	
<p>Localidade: Fazenda Macedo</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	
54	N.S do Perpétuo Socorro
	
<p>Localidade: Distrito de Chaves</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>	
55	N.S do Carmo
<p>Localidade: Pimentas - Arapuá</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	

Fonte: <https://mapio.net/pic/p-22472228/>

Fonte: <https://goo.gl/maps/3mMerRFN8aSirNKHA>

<p>56 Santo Antônio e São Lázaro</p> <p>Localidade: Mourão Rachado - Araxá</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>58 Divino Pai Eterno</p>  <p>Localidade: Boca da Mata - Araxá</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>59 São Sebastião e N.S Aparecida</p>  <p>Localidade: Oliveiras - Araxá</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>60 N.S Auxiliadora</p>  <p>Localidade: Usina Tamanduá</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>
<p>57 Santa Cruz</p> <p>Localidade: Córrego Fundo - Araxá</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>			<p>61 São Sebastião</p> <p>Localidade: Comunidade do Cerrado</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>

Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/3151211/>

Fonte: <http://www.williantardelli.com.br/>

Fonte: <https://goo.gl/maps/e8Bvf1ZEUGZUbLfe8>

62

Santa Rosália

Localidade: Fazenda Santa Rosália
- Araxá

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

63

Santo Antônio de Pádua



Localidade: Itaipu - Araxá

Tombamento 

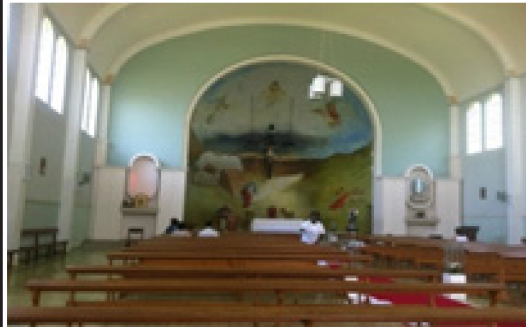
Festa 

Propriedade Particular

Fonte: <https://goo.gl/maps/2LLXwmyHzPLd9r4X8>

64

N.S das Graças



Localidade: Barreiro

Tombamento 

Festa 

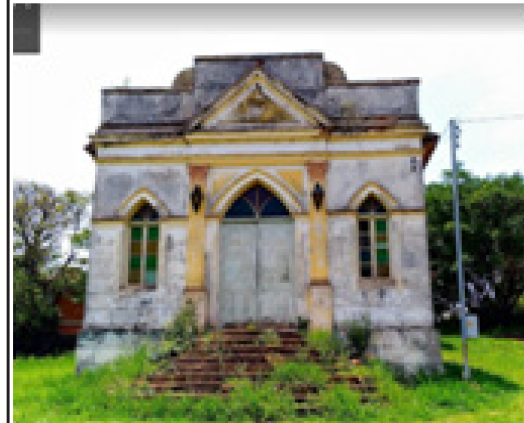
Propriedade Particular

Fonte: <http://jornalinteracao.com.br/?p=21539>

Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303371-d1723743-i84951789-Hotel_Nacional_Inn_Previdencia_Araxe-Araxe_State_of_Minas_Gerais.html

65

Capelinha abandonada














Localidade: Barreiro





Tombamento 


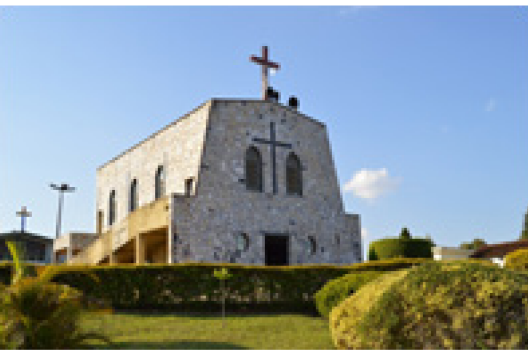





Festa 

Propriedade Particular

Fonte: <https://goo.gl/maps/fY9RbWXCjeqnPTSG7>

66	Sem nome	69	Sem nome	72	Sem nome	75	Sem nome
Localidade: Serra da Moeda		Localidade: Bastos		Localidade: São Domingos		Localidade: Andrelândia	
Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 	
Festa		Festa		Festa		Festa	
Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular	
67	Sem nome	70	Sem nome	73	São Domingos	76	Sem nome
Localidade: Grama		Localidade: Fortaleza		Localidade: Furnas		Localidade: Aroreira	
Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 	
Festa		Festa		Festa		Festa	
Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular	
68	Sem nome	71	Sem nome	74	Sem nome		
Localidade: Retirada Bonita		Localidade: Senharão		Localidade: Santo Expedito			
Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 			
Festa		Festa		Festa			
Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular			



77	Santo Inácio
Localidade: Fazenda Santo Inácio	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
78	Sem nome
Localidade: Assentamento Tavares	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

79	São Jerônimo	80	N.S da Abadia	81	Capela da Estalagem
					
<p>Localidade: São Jerônimo dos Poções</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa</p> <p>Comunidade</p>		<p>Localidade: Guaritas</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>		<p>Localidade: Encontro das BRs 262 e 354</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa</p> <p>Propriedade Particular</p>	

Fonte: <https://goo.gl/maps/Kr7Yy5vQydjSdfFZA>

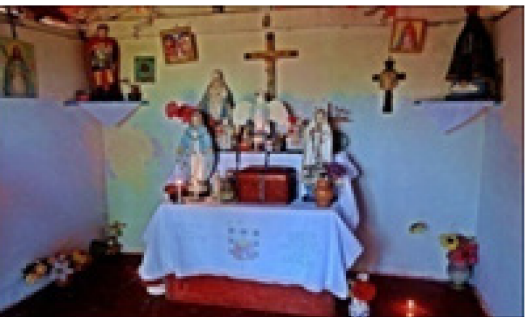
Fonte: <http://santuariocamposaltos.org.br/>

Autor: Gláucio Henrique Chaves

82	N.S Aparecida
Localidade: Vatinguara - Canápolis	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

83

Divino Pai Eterno



Localidade: Faz. Córrego da Queixada

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

Fonte: <https://www.tudoemdia.com/2018/07/12/conheca-a-capela-construida-na-mata-ha-63-anos-em-capinopolis-e-que-ainda-celebra-missas/>

84 Nossa Senhora da Abadia



Localidade: Água Limpa

Tombamento ☒

Festa ☒

Propriedade Particular

85 Sem nome



Localidade: Almas

Tombamento ☒

Festa ☒

Propriedade Particular

86 Sem nome

Localidade: Boa Esperança

Tombamento ☒

Festa ☒

Propriedade Particular

87 Santo Antônio



Localidade: Bravinhos

Tombamento ☒

Festa ☒

Propriedade Particular

88 Nossa Senhora da Abadia



Localidade: Campo do Meio

Tombamento ☒

Festa ☒

Comunidade

Fonte: <http://www.pnscarmo.org.br/fotos.php>

Fonte: <http://www.pnscarmo.org.br/fotos.php>

Fonte: <http://www.pnscarmo.org.br/fotos.php>

Fonte: <http://www.pnscarmo.org.br/fotos.php>

89 Jesus Bom Pastor e Nossa Senhora de Fátima



Localidade: Colégio

Tombamento ☐

Festa ☒

Propriedade Particular

90 Sem nome

Localidade: Cuscuzeiro

Tombamento ☐

Festa ☒

Propriedade Particular

91 Sem nome



Localidade: Lagoa do Estulano

Tombamento ☐

Festa ☒

Propriedade Particular

92 Sem nome

Localidade: Mata do Salgado

Tombamento ☐

Festa ☒

Propriedade Particular

93 São Bartolomeu

Localidade: São Bartolomeu

Tombamento ☐

Festa ☒

Distrito

94 São Bento



Localidade: São Bento

Tombamento ☐

Festa ☒

Propriedade Particular

95 Sem nome

Localidade: Campinhos

Tombamento ☐

Festa ☒

Propriedade Particular












96 Sem nome

Localidade: Gordura

Tombamento ☐

Festa ☒



Propriedade Particular





<p>97</p> <p>São José</p>  <p>Localidade: Matinha</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>98</p> <p>Santo Antônio</p>  <p>Localidade: Cachoeira de Santo Antônio</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>99</p> <p>Sem nome</p>  <p>Localidade: Quintinos - Carmo do Paranaíba</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>	<p>101</p> <p>São Sebastião</p> <p>Localidade: - Carmo do Paranaíba</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa</p> <p>Propriedade Particular</p>
		<p>100</p> <p>Santos Reis</p> <p>Localidade: - Carmo do Paranaíba</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa</p> <p>Propriedade Particular</p>	




Fonte: https://www.facebook.com/pg/paroquiasa-ojoseoperariocarmo/photos/?tab=album&album_id=1476924995755481&ref=page_internal

Fonte: https://www.facebook.com/pg/paroquiasa-ojoseoperariocarmo/photos/?tab=album&album_id=1476924995755481&ref=page_internal













Fonte: <https://goo.gl/maps/wLWLvZDKUht2ryBV8>

102	N.S Aparecida
Localidade: Comunidade da Barbosa	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

103	N.S de Fátima
Localidade: -	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
104	São Mateus
Localidade: -	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

105	Senhor Bom Jesus da Lapa	 <p>Localidade: Distrito dos Poncianos</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>
106	N.S da Fé	<p>Localidade: Ponte Queimada</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>
107	São José	<p>Localidade: Recanto do Lago</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>
108	São Sebastião	<p>Localidade: Varal</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>

Fonte: <https://goo.gl/maps/MUQhyhXEntfHHTsC6>

<p>109</p> <p>São Sebastião</p>	<p>110</p> <p>Santa Luzia</p>	<p>111</p> <p>N.S Aparecida</p>	<p>112</p> <p>N.S da Abadia</p>
			
<p>Localidade: Angolinha- Dolearina</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrto</p>	<p>Localidade: Santa Luzia da Boa Vista</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>Localidade: Fazenda Baru</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>Localidade: Fazenda Estiva</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Autor: Gláucio Henrique Chaves

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG


Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

113

Santa Cruz



Localidade: - Faz. Dois Irmãos -
Cascalho Rico

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

114

São Francisco de Assis



Localidade: Distrito de Jubai

Tombamento 

Festa 

Distrito

115

São José



Localidade: Distrito de Guaxima

Tombamento 

Festa 

Distrito

116

Santo Expedito

Localidade: Fazenda Macaúba











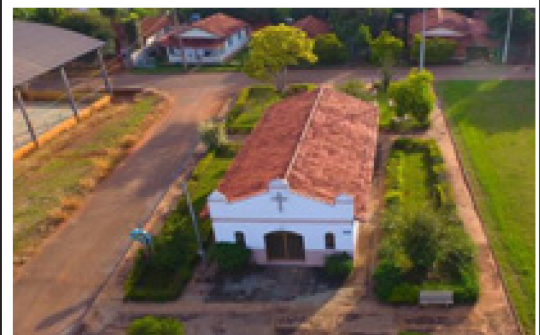







Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

Fonte: <https://www.ferias.tur.br/cidade/3313/jubai-mg.html>

Fonte: <https://www.ferias.tur.br/fotos/3189/guaxima-mg.html>

117	Sem nome	Localidade: Fazenda Ouro	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular	
118	Sem nome		Localidade: Lagamar dos Coqueiros	Tombamento 	Festa 	Distrito
119	Sem nome	Localidade: Recanto dos Pássaros	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular	
120	Sem nome		Localidade: Alegre	Tombamento 	Festa 	Distrito
121	Sem nome		Localidade: Mateiro	Tombamento 	Festa 	Distrito
122	N.S Aparecida		Localidade: Barreiro dos Limas	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
123	Sem nome	Localidade: Fazenda Coqueiros	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular	

Fonte: <https://www.facebook.com/Posto-Lagamar-dos-Coqueiros/1596080944018262>

Fonte: <https://www.facebook.com/1782732758664442/photos/a.2046820725588976/2047572698847112/?type=3&theater>

Fonte: <https://www.facebook.com/associamateiro2016/photos/a.1153018971462351/1256685667762347/?type=3&theater>

Autor: Aline Soares Côrtes (2018)

124 Sem nome



Localidade: Cachoeira

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

125 Sem nome



Localidade: Chapadão do Pau Terra

Tombamento

Festa

Comunidade

126 Sem nome

Localidade: Muquém

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

127 Sem nome

Localidade: Duas Pontes

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

128 Sem nome

Localidade: Rio Preto

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

129 Sem nome

Localidade: Boa Vista

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

130 Sem nome

Localidade: Fábrica

Tombamento

Festa

Propriedade Particular


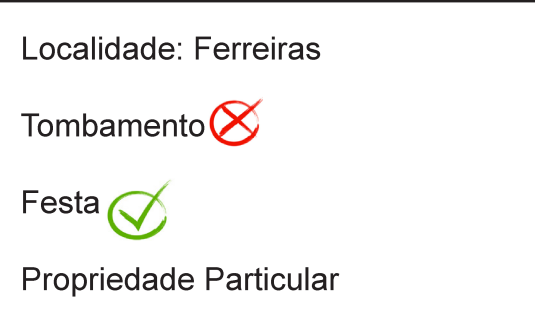

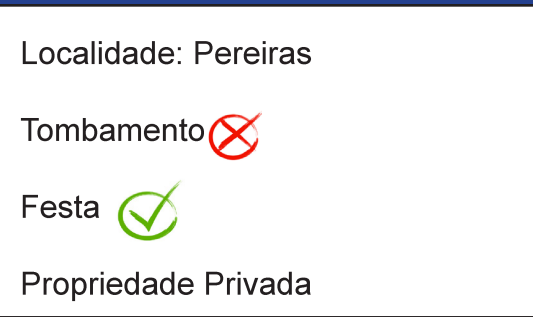
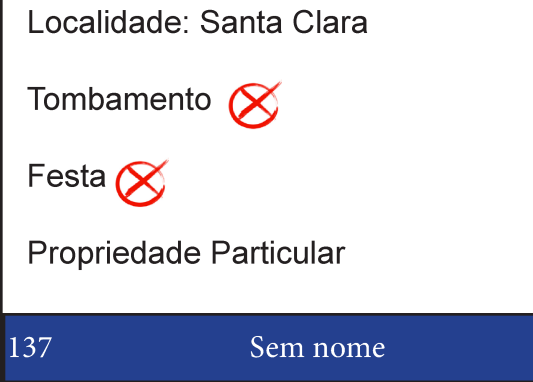
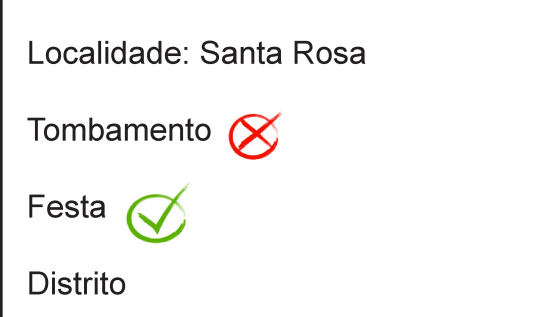
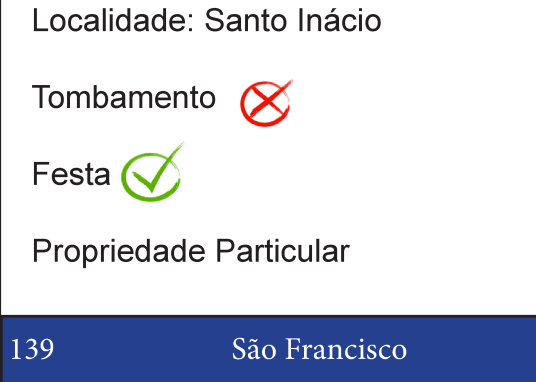
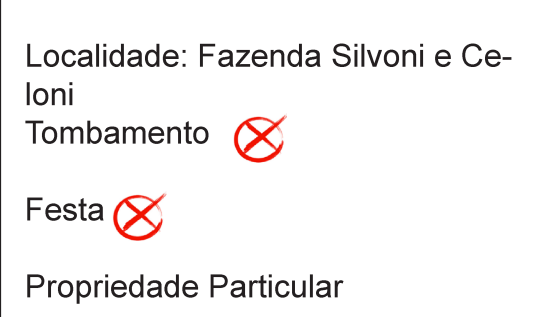
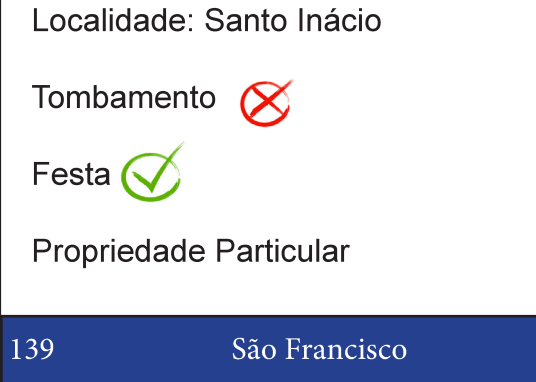
131 Sem nome

Localidade: CPA

Tombamento

Festa





Propriedade Particular







132	Sem nome		Localidade: Douradinho Tombamento <input type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Particular
133	Sem nome		Localidade: Ferreiras Tombamento <input type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Particular
134	Sem nome		Localidade: Pântano de Santa Cruz Tombamento <input type="checkbox"/> Festa <input type="checkbox"/> Distrito
135	Sem nome		Localidade: Pereiras Tombamento <input type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Privada
136	Sem nome		Localidade: Santa Clara Tombamento <input type="checkbox"/> Festa <input type="checkbox"/> Propriedade Particular
137	Sem nome		Localidade: Santa Rosa Tombamento <input type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Distrito
138	Santo Inácio		Localidade: Santo Inácio Tombamento <input type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Particular
139	São Francisco		Localidade: Fazenda São Francisco Tombamento <input type="checkbox"/> Festa <input type="checkbox"/> Propriedade Particular
140	Sem nome		Localidade: Fazenda Silvoni e Celoni Tombamento <input type="checkbox"/> Festa <input type="checkbox"/> Propriedade Particular



Fonte: <http://jornaldecoromandel.com.br/2019/01/31/realizada-a-tradicional-festa-de-reis-do-douradinho/>

Fonte: <https://globoplay.globo.com/v/6903691/>

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Rosa_dos_Dourados

141	Sem nome
Localidade: Vassouras	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
142	Sem nome
Localidade: Cachoeira Dourada	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

143	Sem nome
Localidade: Assentamento	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
144	Sem nome
Localidade: Brejo	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
145	Sem nome
Localidade: Balaiero	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

146	Sem nome
Localidade: Paraíso	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

147	Santa Rita de Cássia
Localidade: Cond. Ipê - Delta	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
148	N.S do Perpétuo Socorro
Localidade: Colorado - Delta	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
149	Mãe Rainha
Localidade: Cond. Ribalta - Delta	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

150 N.S da Medalha Milagrosa



Localidade: Chapada das Perdizes

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

151 São Benedito

Localidade: Campo Alegre

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

152 São Sebastião

Localidade: Ariado

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular





153 São Sebastião

Localidade: Cruzeirinho

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

154	Sem nome		Localidade: Chapada de Minas Tombamento <input type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Distrito
155	Sem nome		Localidade: Bagaginha Tombamento <input type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Distrito
156	Sem nome		Localidade: Água Emendada Tombamento <input type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Particular
157	São Sebastião		Localidade: Distrito São Félix Tombamento <input type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Distrito
158	Santo Antônio		Localidade: Comunidade dos Cunhas Tombamento <input type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Comunidade

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG



Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

159	Sem nome
Localidade: Comunidade dos Gamas	
Tombamento 	
Festa 	
Comunidade	
160	N.S do Rosário e São Benedito
	
Localidade: Santa Rita de Estrela	
Tombamento 	
Festa 	
Distrito	

Fonte: https://www.farolcomunitario.com.br/cultura_000_0221-igreja-historica-em-estrela-do-sul-corre-o-risco-de-desabar.php

161	Capela Santo Antônio
Localidade: Vila Santo Antonio (Lagoa Seca)	
Tombamento 	
Festa 	
Distrito	
162	Capela São Pedro
Localidade: Cond. Lago e Sol	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
163	São José
Localidade: Lagoinha	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

164	São Sebastião
Localidade: Km 12 ao 22	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

165 Sagrado Coração de Jesus

Localidade: Ponte Preta

Tombamento ✗

Festa ✓

Propriedade Particular

166 Santa Luzia

Localidade: Pradolândia BR 153,
Km 27

Tombamento ✗

Festa ✓

Distrito

167 Nossa Senhora Aparecida

Localidade: Boa Esperança Km 52

Tombamento ✗

Festa ✗

Propriedade Particular

168 Capela Santa Isabel

Localidade: Chapadão

Tombamento ✗

Festa ✗

Propriedade Particular

169 N. S. Aparecida



Localidade: Água Santa

Tombamento ✓

Festa ✓

Propriedade Particular

170 Nossa Senhora Aparecida



Localidade: Chapão - Vila barroso

Tombamento ✗

Festa ✓

Propriedade Particular

Fonte: <https://mapio.net/pic/p-8294211/>Fonte: <https://www.facebook.com/pages/Vila-Barroso-Chat%C3%A3o/2001160690148534>

171	São Sebastião	 <p>Localidade: Garimpo do bandeira</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	173	N. S. Aparecida	 <p>Localidade: Aparecida de Minas</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>
172	Nossa Senhora de Fátima	<p>Localidade: Brejão</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>			

Fonte: <https://mapio.net/pic/p-61075054/>

Fonte: <https://www.frutal.mg.gov.br/gabinete/aparecida-de-minas/>

174 Capela Mãe Peregrina



Localidade: -

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

175 São Geraldo

Localidade: Borges

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

176 N. S. do Perpétuo Socorro

Localidade: Caixeta

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

177 São Lázaro

Localidade: Com. De Capoeirinha

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular











178 Imaculada Conceição

Localidade: Com. Marques



Tombamento 

Festa 













Propriedade Particular

179	N.S do Carmo	Localidade: Junco - Gurinhatã	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
180	Divino Espírito Santo	Localidade: Pratinha - Gurinhatã	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
181	Sem nome	Localidade: Justinópolis - Gurinhatã	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
182	São Sebastião	Localidade: Grude - Gurinhatã	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
183	N.S Aparecida	Localidade: Monjolinho - Gurinhatã	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular

184	Sem nome
Localidade: Retiro do Meio - Ibiá	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
185	São João Batista
	
Localidade: Tobati - Ibiá	
Tombamento 	
Festa 	
Distrito	

186	N.S Aparecida e Três Reis
Localidade: Morro Alto - Ibiá	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

Fonte: <https://goo.gl/maps/Jd9Xsanm2fauKXyU9>




<p>187</p> <p>São José</p>  <p>Localidade: Angico</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Comunidade</p>	<p>188</p> <p>São Sebastião</p>  <p>Localidade: Posses</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>189</p> <p>Santa Luzia</p>  <p>Localidade: Buriti</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>190</p> <p>São João Batista</p>  <p>Localidade: Faz. Morro Alto</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>
--	---	--	--





Autor: Aline Soares Côrtes (2018)

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG



Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

















Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

191	Capelinha do Pasto
	
	
<p>Localidade: -</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	

192	Santa Luzia
<p>Localidade: Granja Planalto</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	
193	N. S. Abadia
<p>Localidade: Granja Planalto</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	

Fonte: <http://historiaspelastrilhasetrilhos.blogspot.com/2014/04/igrejinha-do-pasto-de-indianopolis.html>

194	São Sebastião
Localidade: Barreirão	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

195	Santa Cruz	Localidade: Vendinha Tombamento  Festa  Propriedade Particular
196	Mãe Rainha	Localidade: Água Limpa Tombamento  Festa  Propriedade Particular
197	São Sebastião	Localidade: São José do Barreiro Tombamento  Festa  Propriedade Particular
198	São Sebastião	Localidade: Cocaís Tombamento  Festa  Propriedade Particular
199	São João	Localidade: Chapadão dos Cocaís Tombamento  Festa  Propriedade Particular
200	Divino Pai Eterno	Localidade: Banco da Terra Tombamento  Festa  Propriedade Particular
201	São Sebastião e Rainha da Paz	Localidade: Celso Bueno Tombamento  Festa  Propriedade Particular
202	Sem nome	Localidade: Chácara Pedacinho do Céu Tombamento  Festa  Comunidade

203	Santa Rita de Cássia	206	N.S Aparecida
Localidade: -		Localidade: Capão Rico	
Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa 	
Propriedade Particular		Propriedade Particular	
204	Santa Maria Madalena	207	N.S Aparecida
Localidade: -		Localidade: Pântano Mariano	
Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa 	
Propriedade Particular		Propriedade Particular	
205	São Lourenço	208	N.S Aparecida
Localidade: -		Localidade: -	
Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa 	
Propriedade Particular		Propriedade Particular	

209

Sem nome



Localidade: Com. Mar a Dentro

Tombamento 

Festa 

Comunidade

210

Santa Luzia























Localidade: Bacari

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

211	Sem nome	Localidade: Capão das Canoas Tombamento  Festa  Propriedade Particular	214	Sem nome	Localidade: Limeira Tombamento  Festa  Propriedade Particular	216	Sem nome	Localidade: Campina Verde Tombamento  Festa  Propriedade Particular	219	São Sebastião	
212	Sem nome	Localidade: Coxos Tombamento  Festa  Propriedade Particular	215	Capela de São Pedro		217	Sem nome	Localidade: Campo Alegre Tombamento  Festa  Propriedade Particular			Localidade: Monjolinho Tombamento  Festa  Distrito
213	Sem nome	Localidade: Baú Tombamento  Festa  Propriedade Particular		Localidade: Meirim Tombamento  Festa  Propriedade Particular	218	Sem nome	Localidade: Campo Bonito Tombamento  Festa  Propriedade Particular	220	Capela Imaculada Conceição	Localidade: Capela do Pião Tombamento  Festa  Propriedade Particular	

Fonte: <https://goo.gl/maps/89m7SCW1voT9wrZr6>

Fonte: <https://www.ferias.tur.br/fotogr/73713/igrejasao-sebastiao-fotojecasoma/monjolinhodeminas/>

221 N.S do Perpétuo do Socorro

Localidade: Com. Abaeté de Baixo

Tombamento 

Festa 

Comunidade

222

Divino Pai Eterno



Localidade: Alto Alegre

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

223

Divino Pai Eterno



Localidade: Prata

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

224

Divino Pai Eterno



Localidade: Alto Serrinha

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

225

São João Batista



Localidade: Povoado dos Garcia

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular





Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

226	N.S Aparecida e São Sebastião
Localidade: Mil e Seis	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
227	Sem nome
	
Localidade: Brejãozinho	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

228	Sem nome
	
Localidade: Penedo	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
229	Sem nome
Localidade: Tijuca	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

230	Sem nome
	
Localidade: Altinho	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
231	São Sebastião
Localidade: Lambari	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	




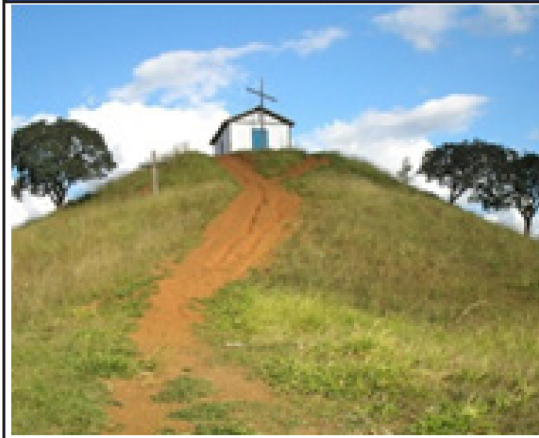






232	Sem nome
	
Localidade: Brejão	
Tombamento 	
Festa 	
Distrito	

Fonte: Acervo Particular Padre Marcelo Marins

Fonte: Acervo Particular Padre Marcelo Marins

Fonte: Acervo Particular Padre Marcelo Marins























Fonte: Acervo Particular Padre Marcelo Marins


























233	Sem nome		234	Sem nome	<p>Localidade: Corguinho</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	236	São José	
			235	São Miguel Arcanjo				
		<p>Localidade: Perdizes</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>			<p>Localidade: Gonçalves</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>			<p>Localidade: Fazenda Faleiros</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa</p> <p>Propriedade Particular</p>

Fonte: Acervo Particular Padre Marcelo Marins



















Fonte: <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/mgtv-1edicao/videos/v/comunidade-do-distrito-de-monte-carmelo-reforma-igreja/2837646/>

Fonte: <https://www.expressodocerrado.com.br/2017/03/20/capela-de-sao-jose/>

237	Sem nome	240	Sem nome	243	Sem nome	246	Sem nome
Localidade: Com. Almeida Campos		Localidade:Com. Teixeira		Localidade: Com. Dos Lucas e Sobrado		Localidade: Portugueses	
Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa 		Festa 		Festa 	
Comunidade		Comunidade		Comunidade		Propriedade Particular	
238	Sem nome	241	Sem nome	244	Sem nome	247	Sem nome
Localidade: Com. Jatobá		Localidade: Alves		Localidade: Pontezinha		Localidade: Cambaúbas	
Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa 		Festa 		Festa 	
Comunidade		Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular	
239	Sem nome	242	Sem nome	245	Sem nome		
Localidade: Com. Do Brejão		Localidade: Rio Claro		Localidade:Almeidas			
Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 			
Festa 		Festa 		Festa 			
Comunidade		Propriedade Particular		Propriedade Particular			













248	São Sebastião	Localidade: Malhadouro	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular	
249	Santa Helena		Localidade: Duas Pontes	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
			Localidade: Macaúbas	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
250	São Sebastião	Localidade: Silvano	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular	
251	N.S do Perpétuo Socorro	Localidade: Duas Pontes	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular	
252	São Geraldo	Localidade: Mata do Silvano	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular	
253	São Sebastião	Localidade: Brejo do Silvano	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular	
254	São Sebastião	Localidade: Coelhos	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular	
255	N.S Aparecida	Localidade: Lajinha	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular	
256	Santa Luzia dos Barros	Localidade: Santa Luzia dos Barros	Tombamento 	Festa 	Distrito	
257	N.S Aparecida	Localidade: Divisa	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular	
258	N.S das Graças	Localidade: Vieiras	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular	





Fonte: <https://goo.gl/maps/82xU9nKHGyeZizqr5>





259	São Pedro e São Paulo	Localidade: Pedros Tombamento  Festa  Propriedade Particular
260	N.S Aparecida	Localidade: Córrego Dantas Tombamento  Festa  Propriedade Particular
261	São João Batista	Localidade: Com. Morro Alto Tombamento  Festa  Propriedade Particular
262	Santo Antônio	 Localidade: Santo Antônio do Quebra Anzol Tombamento  Festa  Distrito
263	São Benedito	Localidade: Moreiras Tombamento  Festa  Propriedade Particular
264	São Sebastião	Localidade: São Benedito Tombamento  Festa  Propriedade Particular
265	N.S Aparecida	 Localidade: Salitre de Minas Tombamento  Festa  Distrito
266	São Roque	Localidade: Taquara Tombamento  Festa  Propriedade Particular
267	São Sebastião	Localidade: Chapadão de Ferro Tombamento  Festa  Distrito
268	São Pedro	Localidade: Esmeril Tombamento  Festa  Propriedade Particular







Fonte: <https://goo.gl/maps/W4qAEh5p7gvpbDgt9>




Fonte: <https://viagemturismoaventura.blogspot.com/2017/11/salitre-de-minas-patrocinio-minas.html>



269	São Sebastião	272	São Vicente de Paulo	275	São Sebastião	278	Sem nome
Localidade: Dourados		Localidade: Boa Vista		Localidade: Martins		Localidade: Bocaina	
Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa 		Festa 		Festa 	
Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular	
270	N.S Aparecida	273	São Vicente de Paulo	276	Sem nome	279	Santa Rita
Localidade: Martins		Localidade: Puladouro		Localidade: Boqueirão		Localidade: Capão Seco	
Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa 		Festa 		Festa 	
Comunidade		Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular	
271	Cristo Rei	274	N.S da Cabeça	277	Sem nome	280	São Benedito
Localidade: Samambaia		Localidade: Caxambu		Localidade: Santo Antônio da Lagoa Seca		Localidade: São Benedito	
Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa 		Festa 		Festa 	
Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular	

281	Santa Margarida Maria
Localidade: Entresserras	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
282	Santa Cruz
Localidade: Tijuco	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

283	Capela N. S. da Rosa Mística
	
Localidade: Capela das Posses	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
284	Sem nome
Localidade: Barreirinho	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

285	Sem nome
Localidade: Córrego Rico	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
286	Sem nome
Localidade: Curraleiro	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
287	N.S Aparecida
Localidade: Balaeiro	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	













288	Sem nome
	
Localidade: Mata Do Brejo	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

289	São Sebastião
	
Localidade: Alagoas	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

Fonte: <http://www.patosdeminas.mg.gov.br/noticias/read.php?id=9058>

Fonte: <https://goo.gl/maps/t8R4ZDJiWooYwqTA6>

Fonte: <https://www.patos1.com.br/noticia/alagoas-e-elevado-a-distrito-de-patos-de-minas>
























<p>290</p> <p>São Francisco</p>  <p>Localidade: Vieiras</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>291</p> <p>Senhor Bom Jesus</p>  <p>Localidade: Lanhosos</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>	<p>292</p> <p>N.S de Fátima</p>  <p>Localidade: Baixadinha</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>293</p> <p>N.S Aparecida</p>  <p>Localidade: Contendas</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>
--	--	--	---

Fonte: <https://goo.gl/maps/6vFTbJHJArAnXvd79>

Fonte: <https://www.patosja.com.br/noticias/patos-de-minas/geral/igreja-de-lanhosos-e-interditada-por-risco-de-desabamento-em-dia-de-casamento>

Fonte: <https://goo.gl/maps/2UpZrEAPeea7beGm9>

Fonte: <http://www.patosdeminas.mg.gov.br/noticias/read.php?id=4242>

294	Santa Cruz	Localidade: Santa Cruz	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
295	São Francisco	Localidade: Barreiro	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
296	Sem nome	Localidade: Sertãozinho	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
297	Sem nome	Localidade: Baianos	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
298	Sem nome	Localidade: Moreiras	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
299	Sem nome	Localidade: Colônia	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
300	Santa Luzia	Localidade: Abelha	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
301	São Sebastião				
302	Sem nome	Localidade: Cabeceira da Abelha	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
303	São Francisco de Assis	Localidade: Firmes	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
304	São José	Localidade: Pontal - Pedrinópolis	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
		Localidade: Buracão	Tombamento 	Festa 	Distrito

Fonte: <https://goo.gl/maps/8MhrrPLR2y4DqVWMu5>

305 N. S. Aparecida e São Sebastião



Localidade: Leal

Tombamento

Festa

Comunidade

306 São Sebastião



Localidade: Pindaibas

Tombamento

Festa

Distrito

307 Santo Antônio

Localidade: Posse do Chumbo

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

308 Sem nome

Localidade: Sapé

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

309 N.S do Amparo

Localidade: Aragão

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

310 Santa Clara

Localidade: -

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

311 Santa Cruz

Localidade: Faz. Cabral

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

312 Santo Expedito

Localidade: Faz. Canavial


Tombamento

Festa

Propriedade Particular

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2713801508715869&set=a.880904355338936&type=3&theater>

Fonte: <https://www.ferias.tur.br/cidade/3603/pindaibas-mg.html>

313	São José
Localidade: Potreiros	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
314	N. S. das Graças
	
Localidade: Boassara	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

315	Sem nome
Localidade: Porto Bastosse	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
316	São Miguel
	
Localidade: Com. São Miguel	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

317	São Geraldo
	
Localidade: Comunidade da Onça	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

318	São Luis de Baixo
	
Localidade: São Luis	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
319	São José
Localidade: Brejo bonito	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

Fonte: <https://www.diocesedepatosdeminas.org.br/paroquias/parouquia-sao-vicente-de-paulo>

Fonte: <https://www.diocesedepatosdeminas.org.br/paroquias/parouquia-sao-vicente-de-paulo>

Fonte: <https://www.diocesedepatosdeminas.org.br/paroquias/parouquia-sao-vicente-de-paulo>

Fonte: <https://www.diocesedepatosdeminas.org.br/paroquias/parouquia-sao-vicente-de-paulo>

320 Santana



PATOS
NOTÍCIAS



Localidade: Santana de Patos

Tombamento ☒

Festa ☒

Distrito

321 São Lázaro

Localidade: Com. São Lázaro

Tombamento ☐

Festa ☒

Comunidade

322 Sem nome



PATOS
NOTÍCIAS

Localidade: Arraial dos Afonsos

Tombamento ☐

Festa ☒

Propriedade Particular

323 Capela de Santa Cruz



Localidade: Ponto Chique

Tombamento ☐

Festa ☒

Propriedade Particular

Fonte: <https://www.patosnoticias.com.br/>

Fonte: <https://www.patosnoticias.com.br/noticia/20238-prefeito-de-patos-de-minas-assina-ordem-de-servico-para-asfaltamento-de-ruas-em-arraial-dos-afonsos>

Fonte: <https://pt.wikiloc.com/trilhas-mountain-bike/patos-de-minas-comunidade-ponto-chique-morro-do-seca-barriga-16729378/photo-10501855>

324

Nossa Senhora Aparecida



Localidade: Povoado dos Inácios

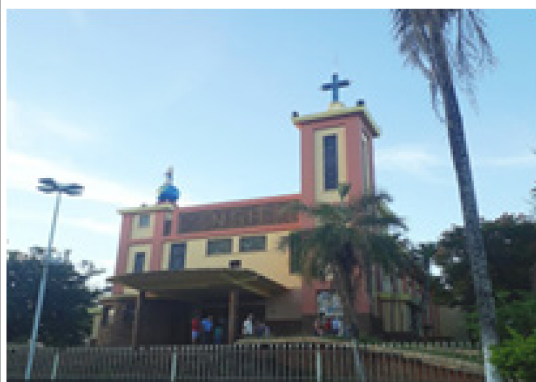
Tombamento 

Festa 

Distrito

Fonte: http://pedrinopolis.mg.gov.br/novo_site/index.php?exibir=noticias&ID=69

325 N.S do Rosário da Boa Vista do Rio Verde



Localidade: Distrito de Monjolinho

Tombamento

Festa

Distrito

326 Sem nome

Localidade: Com. Senhor Nelson

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

327 N.S Aparecida

Localidade: -

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

328 São Sebastião

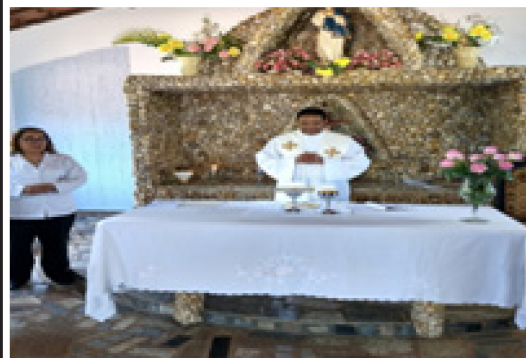
Localidade: -

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

329 Imaculada Conceição



Localidade: Monjolinho

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

330 Santo Expedito

Localidade: -

Tombamento

Festa

Propriedade Particular

331 Sem nome

Localidade: Comunidade Lajeado

Tombamento

Festa

Comunidade


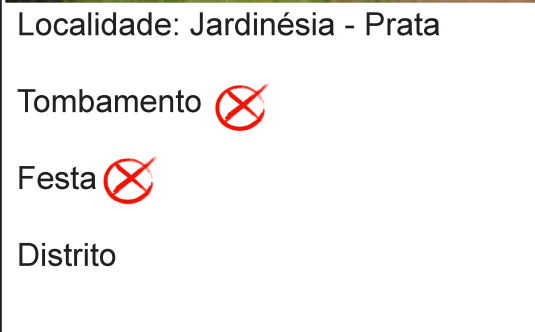
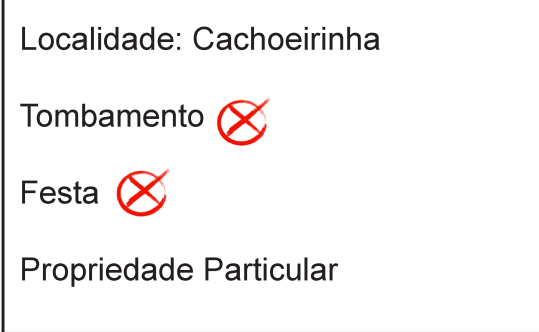
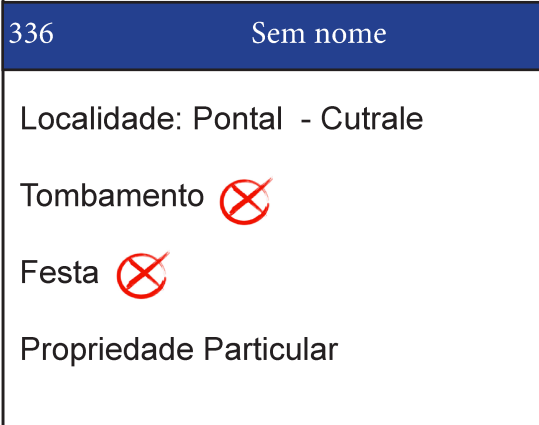
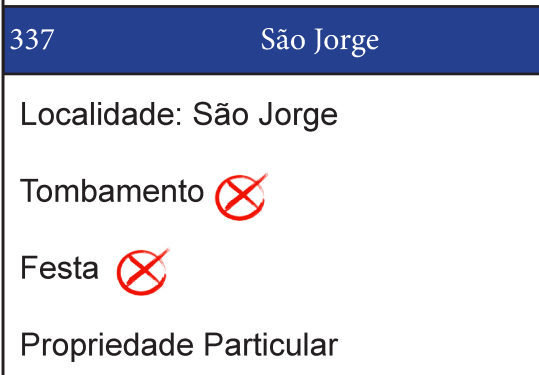
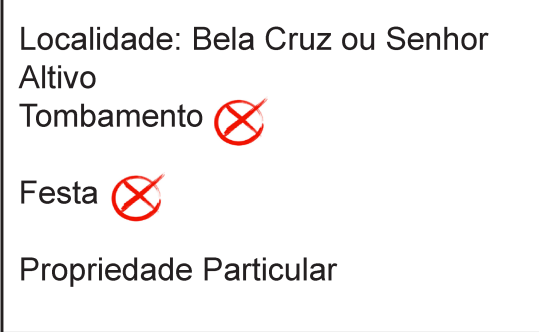


332 São Joaquim

Localidade: -

Tombamento

Festa











Propriedade Particular



















333	N.S das Dores		Localidade: Cachoeirinha Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Particular
334	N.S Aparecida		Localidade: Jardimésia - Prata Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Distrito
335	N.S de Fátima		Localidade: Pontal - Cutrale Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Particular
336	Sem nome		Localidade: São Jorge Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Particular
337	Sem nome		Localidade: Rio do Peixe Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Distrito
338	Sem nome		Localidade: Bela Cruz ou Senhor Altivo Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Particular
339	São José		Localidade: Rio do Peixe Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Distrito
340	N.S do Rosário		Localidade: Rio do Peixe Tombamento Festa Distrito

Fonte: <https://mapio.net/pic/p-9640882/>

Fonte: <https://mapio.net/pic/p-17177556/>

Fonte: <https://mapio.net/pic/p-21566910/>

341	N.S Aparecida	344	São Sebastião
Localidade: Com. do Servo		Localidade: Pederneira	
Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa 	
Comunidade		Propriedade Particular	
342	N.S Aparecida	345	N.S do Carmo
Localidade: Valo Velho		Localidade: Espadilha	
Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa 	
Propriedade Particular		Propriedade Particular	
343	N.S Abadia		
Localidade: Santa Teresa			
Tombamento 			
Festa 			
Propriedade Particular			





346	São João		348	São Sebastião	Localidade: Pedreira Tombamento  Festa  Propriedade Particular	351	São Pedro		353	N.S da Abadia	Localidade: Abaeté dos Mendes Tombamento  Festa  Propriedade Particular
			349	São Geraldo	Localidade: Arcos - Rio Paranaíba Tombamento  Festa  Propriedade Particular				354	N.S de Fátima	Localidade: Faz. Dr. Coffe Tombamento  Festa  Propriedade Particular
347	São Geraldo	Localidade: Campinhos Tombamento  Festa  Comunidade	350	Santa Luzia	Localidade: Santa Luzia Tombamento  Festa  Propriedade Particular	352	Sagrado Corações	Localidade: Alto do Abaeté Tombamento  Festa  Propriedade Particular	355	Santa Rita	Localidade: Assentamento Lago Azul Tombamento  Festa  Comunidade



Fonte: <https://goo.gl/maps/u1tEgKmaKuVMYE2S9>

Fonte: https://www.facebook.com/pg/paroquiasaofranciscorio/photos/?ref=page_internal


















356	São João
	
Localidade: São João	
Tombamento 	
Festa 	
Comunidade	
357	Capela da Salsa
Localidade: -	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

Fonte: <https://www.diocesedepatosdeminas.org.br/noticia/festa-de-sao-joao-e-encerrada-na-zona-rural-de-rio-paranaiba-27062019>

358	N.S do Perpétuo Socorro
Localidade: -	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
359	Santo Antônio
Localidade: -	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
360	N.S Aparecida
Localidade: -	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

361	Santa Luzia
Localidade: -	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

SACRAMENTO

362	São Benedito	Localidade: Tatu	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
363	Santo Antônio	Localidade: Mumbuca	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
364	Sem nome	Localidade: Alpercatas	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
365	Sem nome	Localidade: Divisa	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
366	Santa Helena	Localidade: Santa Helena	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
367	Sem nome	Localidade: Soberbo	Tombamento 	Festa 	Propriedade Particular
368	Sem nome				
369	Nossa Senhora do Desterro	 			
		Localidade: Sete Voltas	Tombamento 	Festa	Distrito
		Localidade: Desemboque	Tombamento 	Festa	Distrito

Fonte: <https://goo.gl/maps/N2DUGabX6prwGhWt9>

Fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/37/bens-tombados-igreja-de-nossa-senhora-do-desterro>

370

Nossa Senhora do Rosário



Localidade: Desemboque

Tombamento 

Festa

Distrito

371

Bom Jesus

Localidade: Vitorinos - Sacramento

Tombamento 


Festa 

Propriedade Particular

372

N.S Aparecida

Localidade: Bom Jardim - Santa Juliana

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

374

N.S de Fátima

Localidade: Pires - Santa Juliana

Tombamento 

Festa 

Propriedade Particular

373

N.S da Abadia









Localidade: Zelândia - Santa Juliana

Tombamento 

Festa 





Distrito



Fonte: <https://goo.gl/maps/T364N9g62VeZozN7A>


375	Sem nome
Localidade: Cardoso - Santa Rosa da Serra	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
376	Sem nome
Localidade: Campo Alegre - Santa Rosa de Serra	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
377	Sem nome
Localidade: Cruzinhas - Santa Rosa da Serra	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

378	Rosa Mística		
	Localidade: Mato Largo		
	Tombamento	❌	
	Festa	✅	
	Propriedade Particular		
379	N.S de Fátima		
	Localidade: Assentamento Paulo Freire		
	Tombamento	❌	
	Festa	✅	
	Comunidade		
380	Mãe Rainha		
	Localidade: Invernada		
	Tombamento	❌	
	Festa	✅	
	Propriedade Particular		
381	N.S Aparecida		
			
	Localidade: Serra do Tatu		
	Tombamento	✅	
	Festa	✅	
	Propriedade Particular		
382	Santa Inês		
	Localidade: Assentamento Santa Inês		
	Tombamento	❌	
	Festa	✅	
	Comunidade		









Fonte: <https://www.santavitoria.mg.gov.br/2018/10/visita-guiada-a-serra-do-tatu-sensibiliza-participantes-a-protecao-identidade-e-memoria-local/>













383	Sem nome
Localidade: H7	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
384	Sem nome
Localidade: Tijucal	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

385	Sem nome
Localidade: Três Capões -	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
386	São José
Localidade: Vila Funchal	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
387	Santa Rita de Cássia
Localidade: Cruzeiro	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	

388	Santa Rita
Localidade: Campos	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	



SERRA DO SALITRE

<p>389 Imaculada Conceição</p> <p>Localidade: Catiara</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>	<p>392 N.S Aparecida</p> <p>Localidade: Assentamento</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Comunidade</p>	<p>395 N.S Aparecida</p> <p>Localidade: Barra do Salitre</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>398 Sem nome</p> <p>Localidade: Areia</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>
<p>390 São João Batista</p> <p>Localidade: Abacaxis</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>393 São José</p> <p>Localidade: Faz. São José</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>396 Santa Cruz</p> <p>Localidade: Faz. Santa Cruz</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	
<p>391 N.S do Perpétuo Socorro</p> <p>Localidade: Catulés</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>394 São Geraldo</p> <p>Localidade: Grotta do Cedro</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>397 Sem nome</p> <p>Localidade: Marques</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	

399	São Jorge	402	São Benedito
Localidade: -		Localidade: -	
Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa 	
Propriedade Particular		Propriedade Particular	
400	Santa Luzia	403	Santa Rita
Localidade: -		Localidade: -	
Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa 	
Propriedade Particular		Propriedade Particular	
401	N.S Aparecida e Santos Reis	404	São Francisco de Assis
Localidade: -		Localidade: -	
Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa 	
Propriedade Particular		Propriedade Particular	

TIROS

405	Sem nome	Localidade: Jaguará	Tombamento	Festa	Propriedade Particular
406	Sem nome	Localidade: Rancharia	Tombamento	Festa	Propriedade Particular
407	Sem nome	Localidade: Água Limpa	Tombamento	Festa	Propriedade Particular
408	Sem nome	Localidade: Cerradinho	Tombamento	Festa	Propriedade Particular
409	Sem nome	Localidade: Fragata	Tombamento	Festa	Propriedade Particular
410	N.S da Abadia	Localidade: Prachedões	Tombamento	Festa	Propriedade Particular
411	Sem nome	Localidade: Mateiros	Tombamento	Festa	Propriedade Particular
412	Sem nome	Localidade: Serra Do Moinho	Tombamento	Festa	Propriedade Particular
413	Sem nome	Localidade: Murici	Tombamento	Festa	Propriedade Particular
414	Sem nome	Localidade: Espia	Tombamento	Festa	Propriedade Particular
415	Sem nome	Localidade: Capão Preto	Tombamento	Festa	Propriedade Particular
416	Sem nome	Localidade: Lagoa dos Gouveia	Tombamento	Festa	Propriedade Particular















417	São Geraldo
Localidade: Águas Claras	
Tombamento	
Festa	
Propriedade Particular	














<p>418 Sem nome</p>	<p>419 Sem nome</p>	<p>420 Divino Pai Eterno, N.S Aparecida e Santa Luzia</p>
		
<p>Localidade: Distrito de Bálsamo</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>Localidade: Capela do Rio bonito</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>Localidade: Samambaia - Tupaci- guara</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>

Autor: Gláucio Henrique Chaves

Autor: Gláucio Henrique Chaves

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

421	São Sebastião	424	N.S Aparecida	427	N.S das Graças
Localidade: Cortes		Localidade: Ajudante		Localidade: São Domingos	
Tombamento 		Tombamento 		Tombamento 	
Festa 		Festa 		Festa 	
Propriedade Particular		Propriedade Particular		Propriedade Particular	
422	São Sebastião	425	Santo Antônio		
Localidade: Bocaina		Localidade: Vitrine			
Tombamento 		Tombamento 			
Festa 		Festa 			
Propriedade Particular		Propriedade Particular			
423	Senhor Bom Jesus	426	Santo Antônio		
Localidade: Lagoa Seca		Localidade: Geribá			
Tombamento 		Tombamento 			
Festa 		Festa 			
Propriedade Particular		Propriedade Particular			







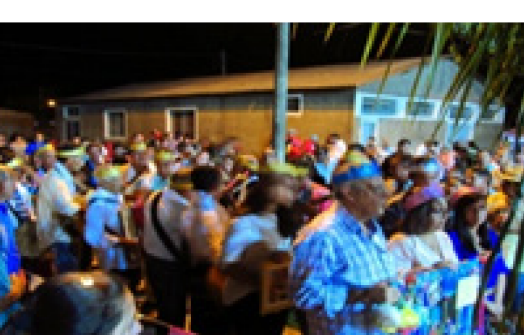









<p>428 Capela da Saudade</p>  <p>Localidade: Faz. Saudade</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>429 N.S da Abadia</p>  <p>Localidade: Tapuirama</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>	<p>430 São José</p>   <p>Localidade: Tenda dos Morenos</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>431 N.S Aparecida</p>  <p>Localidade: Com. Lago Azul</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>
--	---	---	---

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG














<p>432 São João Batista</p>	<p>433 Santo Antônio</p>	<p>434 São Pedro</p>	<p>436 Capela dos Martins</p>
		<p>Localidade: Setor Chácaras</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	
		<p>435 Santa Bárbara</p>	
<p>Localidade: Martinésia</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>	<p>Localidade: Cruzeiro dos Peixotos</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>	<p>Localidade: Quilombo</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>Localidade: Chácara dos Martins</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: <http://distritodecruzeiro.blogspot.com/>

Fonte: <https://www.ferias.tur.br/fotogr/157096/martinezia-mg-capeladosmartins-fotodeborafreitaselilianecorrea/martinesia/>

Fonte: https://www.facebook.com/pg/capeladosmartins/photos/?ref=page_internal

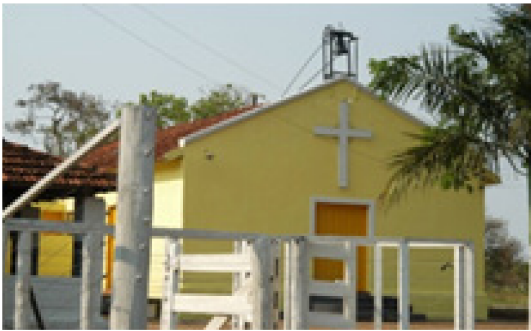


<p>437 N.S do Rosário</p>	<p>438 Sagrado Coração de Maria</p>	<p>440 N.S dos Bons Olhos</p>	<p>441 Santo Antônio</p>
	<p>Localidade: Jockey Camping</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>		
	<p>439 São Sebastião</p>		
<p>Localidade: Miraporanga</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Distrito</p>		<p>Localidade: Faz. Bons Olhos</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>	<p>Localidade: Faz. Pinosplan</p> <p>Tombamento </p> <p>Festa </p> <p>Propriedade Particular</p>

Fonte: Inventário de proteção do acervo cultural, 2002, ficha Igreja Nossa Senhora do Rosário de Miraporanga. Foto: Fábio Leite.

Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG


Fonte: Catálogo de igrejas - Diocese de Uberlândia/MG

Fonte: <https://www.trilhasinterpretativas.com/2014/07/passeio-4-x-4-na-floresta-do-lobo.html>

<p>442 Santos Reis e São Sebastião</p>   <p>Localidade: Distrito da Capelinha do Barreiro Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Distrito</p>	<p>443 São Jorge</p> <p>Localidade: BR 262 Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Particular</p>	<p>446 N.S do Perpétuo Socorro</p> <p>Localidade: Com. Casa Azul Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Comunidade</p>	<p>449 São José</p>  <p>Localidade: Distrito da Baixa Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Distrito</p>
	<p>444 Santa Rita de Cássia</p> <p>Localidade: Vila das Flores Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Particular</p>	<p>447 N.S da Abadia e Reis Magos</p> <p>Localidade: São Basílio Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Particular</p>	
	<p>445 São Sebastião</p> <p>Localidade: Lageado Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Particular</p>	<p>448 São Pedro</p> <p>Localidade: Parque do Café Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Particular</p>	<p>450 N.S Aparecida</p> <p>Localidade: Faz. B e Danklin Tombamento <input checked="" type="checkbox"/> Festa <input checked="" type="checkbox"/> Propriedade Particular</p>

Fonte: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,107>





Fonte: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,107>

451	N.S do Amparo	Localidade: Faz. Palestina Tombamento  Festa  Propriedade Particular	454	Santa Rosa de Lima e São Cristovão		455	Sem nome		456	Sem nome	
452	N.S da Abadia	Localidade: Faz. Cruzeiro Tombamento  Festa  Propriedade Particular									
453	Francisco de Assis	Localidade: Posto Caxuxa Tombamento  Festa  Propriedade Particular		Localidade: Santa Rosa de Lima Tombamento  Festa  Distrito		Localidade: Estação Buriti Tombamento  Festa  Propriedade Particular		Localidade: Estação Palestina Tombamento  Festa  Propriedade Particular			

Fonte: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,107>

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/efgoyaz/2163646279>

Autor: Gláucio Henrique Chaves

457	N.S da Penha
Localidade: Rufinópolis	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	
458	N.S Aparecida
Localidade: 7 de Setembro- Mata	
Tombamento 	
Festa 	
Propriedade Particular	



EXERCÍCIO 2018

UBERLÂNDIA/MG

QUADRO II- PROTEÇÃO

PROCESSO DE TOMBAMENTO - CAPELA DA SAUDADE

ANO 2016

UBERLÂNDIA

QUADRO II

DOSSIÊ

ESTRUTURA ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA

CAPELA DA SAUDE

EXERCÍCIO 2018

SUMÁRIO

Documentos	Página
1. Introdução	3
2. Histórico do município	4
3. Histórico da capela da Saudade	29
4. Referências	35
5. Descrição detalhada da capela da Saudade	37
6. Fichas de inventário	40
6.1. Capela da Saudade	40
6.2. Imagem de São Sebastião (nova)	50
6.3. Imagem de São Sebastião (antiga)	54
6.4. Imagem de Santa Luzia	58
6.5. Imagem do Sagrado Coração de Maria	62
6.6. Imagem de Cristo Crucificado	66
7. Mapa localizando o município em Minas Gerais	70
8. Planta geral, corte AA, corte BB, fachada frontal	71
9. Fachadas laterais esquerda e direita e fachada posterior	72
10. Implantação e diagrama de cobertura	73
11. Paginação de piso, mapa de visadas e planta de situação	74
12. Documentação fotográfica	75
13. Laudo de estado de conservação	82
14. Fotos do laudo de estado de conservação	87
15. Parecer técnico	98
16. Referências	100
17. Ficha técnica	101
18. Plantas do edifício	102
Parte administrativa do processo de tombamento	
1. Cópia da notificação ao proprietário do bem cultural	103
2. Cópia do recibo da notificação ao proprietário do bem cultural	104
3. Cópia do parecer do Setor	105
4. Cópia da ata do Conselho aprovando o tombamento definitivo do bem cultural	106
5. Cópia do parecer do Conselho	107
6. Cópia da homologação do tombamento e comprovação de sua publicidade	108
7. Cópia da inscrição do bem cultural no Livro de Tombo	109

1. INTRODUÇÃO

Este dossiê visa oferecer conhecimento sobre a capela da Saudade, templo de propriedade particular, localizada na comunidade rural Cruz Branca, para subsidiar o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia no que tange ao tombamento ou não da edificação.

A capela da Saudade foi construída no final do século XIX pela família Pereira e reconstruída em 1954 por iniciativa do Sr. Astolfo Pereira Carneiro em homenagem a Francisco Pereira de Rezende e aos zeladores Coronel Antônio Alves Pereira, João Francisco dos Santos e Francisco Fernandes de Rezende. A reconstrução ocorreu com ajuda de amigos através de mutirão, leilões, donativos e festejos.

Para a produção do histórico da capela entrevistamos e estabelecemos conversas informais com os proprietários e zeladores da edificação com o fim de extrair deles memórias associadas à construção e ao uso do templo. Não identificamos nenhuma fonte escrita sobre a capela da Saudade.

Este dossiê apresenta o histórico do município de Uberlândia; o histórico da capela da Saudade; descrição detalhada da edificação; fichas de inventário da capela e dos bens móveis integrados; mapas de localização do município em Minas Gerais e da capela; documentação fotográfica, laudo de estado de conservação do templo e parecer técnico sobre a capela da Saudade.

2. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Uberlândia está localizada na região Sudeste do Brasil, a oeste do Estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com uma área de 4115,206 Km². Segundo a contagem da população realizada pelo IBGE (2010), o município conta com 604.013 habitantes, sendo 587.266 residindo na área urbana e 16.747 na área rural.

Uberlândia faz divisa com os seguintes municípios: Araguari, Indianópolis, Monte Alegre de Minas, Prata, Tupaciguara, Uberaba e Veríssimo. A sua distância aproximada da capital mineira é de 550 km e as principais rodovias que servem ao município são BR-365, BR-050, BR-452 e BR-547.

A população residente por cor ou raça em Uberlândia é distribuída da seguinte forma, como pode ser verificado na Tabela 1, predomina a cor/raça branca, seguida da parda, depois a negra (preta), a amarela e, por fim, a indígena.

TABELA 1 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR COR OU RAÇA

Unidade Geográfica	Cor ou raça						
	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Sem declaração
Brasil	190.755.799	91.051.646	14.517.961	82.277.333	2.084.288	817.963	6.608
Sudeste	80.364.410	44.330.981	6.356.320	28.684.715	890.267	97.960	4.167
Minas Gerais	19.597.330	8.894.547	1.806.541	8.677.745	187.119	31.112	266
Uberlândia	604.013	337.042	50.271	208.945	6.796	926	33

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Em relação à alfabetização no universo total de habitantes, a percentagem de alfabetizados no município é de 89,03%, assim sendo, há em Uberlândia 10,97% de analfabetos, isto é, 66.300 habitantes analfabetos. Deve-se destacar que o maior percentual de analfabetos está localizado na área rural do município, com 16,99%.

TABELA 2 – POPULAÇÃO ALFABETIZADA E ANALFABETA POR SITUAÇÃO DO DOMÍLIO

Uberlândia - População alfabetizada e analfabeta					
Condição no domicílio	População	Total de alfabetizados	Relação % de alfabetizados	Total de analfabetos	Relação % de analfabetos
Total	604.013	537.713	89,03%	66.300	10,97%
Urbana	587.266	523.811	89,19%	63.455	10,81%
Rural	16.747	13.902	83,01%	2.845	16,99%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Uberlândia é 0,789, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,885, seguida de Renda, com índice de 0,776, e de Educação, com índice de 0,716¹, como pode ser observado na Tabela 3, a seguir.

TABELA 3 - DESENVOLVIMENTO HUMANO

Desenvolvimento Humano – Uberlândia (1991/2000/2010)			
	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,577	0,702	0,789
Educação	0,366	0,587	0,716
Longevidade	0,758	0,802	0,885
Renda	0,691	0,734	0,776

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Entre 2000 e 2010 o IDHM passou de 0,702 em 2000 para 0,789 em 2010 - uma taxa de crescimento de 12,39%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 70,81% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,129), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 1991 e 2000 o IDHM passou de 0,577 em 1991 para 0,702 em 2000 - uma taxa de crescimento de 21,66%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 70,45% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,221), seguida por Longevidade e por Renda.

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,577, em 1991, para 0,789, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 36,74% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 49,88% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi publicado pela primeira vez na década de 1990. O objetivo da elaboração do IDH é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Ele parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. O IDH é construído tendo por base três indicadores: o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, a longevidade e a educação. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região. O IDH tem a seguinte classificação: IDH até 0,5 Baixo Desenvolvimento; entre 0,5 e 0,8 Médio Desenvolvimento e acima de 0,8 Alto Desenvolvimento.



Educação (com crescimento de 0,350), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Uberlândia ocupa a 71ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul/SP) e o menor é 0,418 (Melgaço/PA)².

O relevo do município de Uberlândia resulta de uma estrutura geológica de planaltos e chapadas, estando inserida na subunidade do Planalto Setentrional da Bacia do Paraná. Ele é caracterizado por uma estrutura tabular, levemente ondulado com altitudes inferiores a 900m. Na porção sul, as altitudes variam de 700 a 900 m e apresentam também relevo levemente ondulado sobre formações sedimentares, características típica de chapada. Nesta área a vegetação predominante é o cerrado, entrecortado por veredas com solos pouco férteis devido à acidez apresentada pelo mesmo.

A oeste do município, a altitude varia de 700 a 800m com solos rasos do tipo podzólico vermelho-amarelo e pouco férteis. Nesta região a vegetação predominante é a mata subcaducifólia. A área norte, próxima ao Rio Araguari, apresenta relevo fortemente ondulado com altitudes de 500 a 700m. Em todas as porções do município a vegetação predominante é o cerrado composta pelos seguintes tipos fisionômicos: Vereda, Campo Limpo, Campo Sujo ou Cerradinho, Cerradão, Mata da Várzea, Mata Galeria ou Ciliar e Mesofítica, distribuídos de acordo com o tipo de solo e a proximidade do lençol freático. Quanto aos aspectos hidrográficos, pertence à bacia do rio Paranaíba e tem como principais rios o Uberabinha e o Dourado, além de estar às margens da represa de Itumbiara.

² Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.

Apontamentos históricos do Triângulo Mineiro e de Uberlândia³

Segundo Dantas (2010), ao longo do século XIX, as transformações nos campos econômico e político, bem como no domínio cultural, coincide com o processo de constituição de uma rede de cidades no interior do país, como o extremo oeste de Minas Gerais, denominado Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo Mineiro.

Tradicionalmente é aceito que a paisagem natural da região esteve desconhecida até fins do século XVII; porém ganhou a atenção dos homens brancos, no contexto do processo de ocupação e exploração do interior brasileiro, realizado pelos bandeirantes. Pelos idos de 1680 as incursões bandeirantes, saídas da capitania de São Vicente, rumo aos rincões do território, buscavam não só ampliar os limites territoriais, como também expulsar os indígenas e também criar áreas de povoamento. Foi por essa época que a bandeira liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera I, atravessou as paragens rumo a Goiás. No entanto, a efetiva exploração só se deu em meados do século XVIII, quando uma expedição penetrou o território com vistas a atingir a região aurífera de Goiás. A picada aberta pela expedição deu origem à estrada real que ficou conhecida como Estrada do Anhanguera. E, se inicialmente a região foi passagem para outra, o movimento de povoamento e ocupação não pode ser desvinculado do projeto de expansão de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX.

Diante da paisagem um tanto inexplorada, chegaram ao território os primeiros geralistas, levados de homens vindos de outras paragens, interessados na concessão de sesmarias. Quando os primeiros deles atravessaram a região, em meados do século XVIII, perceberam a presença dos nativos caiapós pelas esparsas habitações, pelas áreas cultivadas e pelas queimadas, prática utilizada para preparar uma nova área de cultivo. Na estrada aberta pelos bandeirantes, houve a formação de aldeamentos para que servissem de defesa do território, pouso para os viajantes e rede de planejamento e expedição para incursões ao território para apresar os indígenas.

Das margens do Rio Paranaíba ao Rio Grande, existiram 18 aldeias, a maioria delas nascidas nas proximidades de rios e córregos e/ou à beira de caminhos. E, além dos nativos,

³ As informações históricas sobre a região do Triângulo Mineiro e sobre o município de Uberlândia foram extraídas das seguintes fontes: DANTAS, Sandra Mara. Do feitiço de aldeia aos ares de cidade – a constituição do urbano no extremo oeste de Minas Gerais. Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010; CLEPS, Geisa Daise Gumeiro. A produção do espaço urbano de Uberlândia e as políticas públicas de planejamento. Revista on-line Caminhos de Geografia, v9, n27, set. 2008; PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Dossiê de Tombamento: Imagem de Nossa Senhora do Carmo. Pasta Quadro III. Exercício 2009/Ano 2008; PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Dossiê de Tombamento: Prédio da Biblioteca Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira. Pasta Quadro III. Exercício 2010/Ano 2009.

havia os quilombos que também ofereciam tenaz resistência, sendo o Quilombo do Ambrósio, com uma população estimada em mil habitantes, o mais conhecido e temido.

As terras da região conhecida como Sertão da Farinha Podre se inserem no sertão oeste mineiro e a ocupação e exploração do território pode ser dividida em fases. A primeira delas é aquela que antecede a fixação do homem branco, quando os habitantes eram os indígenas e os quilombolas, fase que se encerrou por volta de 1746. A destruição dos quilombos e a expulsão dos caiapós marcariam as segunda e terceira fases com envio de homens para “domar” os oponentes e instituir um povoamento fixo. Por esse tempo, há indicações de que, por volta de 1736, foi fundado um povoamento em um chapadão chamado Tabuleiro, que não suportou o ataque dos caiapós, sendo destruído. Algum tempo depois, a 18 km dessa antiga povoação, fundou-se uma nova no lado esquerdo do Rio das Velhas, era o Desemboque. Alguns sertanistas, vindos da região de Pitangui, colaboraram na criação do arraial Nossa Senhora do Desterro do Desemboque concomitante à descoberta de jazidas na cabeceira do rio das Velhas, por volta da década de 1730. Ele, entretanto, só alcançou vigor no final da década de 1750, com a expulsão dos caiapós e dos quilombolas adjacentes. Ergueu-se a igreja ao orago que deu nome ao povoado que cresceu significativamente alcançando quase 200 fogos⁴; o que perfazia mais de 1.200 habitantes. Vinculado à capitania de Goiás, o arraial de Desemboque teve seu apogeu entre os anos de 1764 e 1775 e, durante esse período, além do aumento de sua população e da movimentação em seu interior, atraiu inúmeros aventureiros, facilitando o contrabando do ouro. E o bloqueio da passagem para a capitania de São Paulo (1778) coincidiu com o início da decadência do arraial. A prosperidade do arraial não se deveu somente à exploração de suas jazidas auríferas. Embora a riqueza abundasse no povoado de Desemboque, sua população vivia às voltas com a violência e os desmandos dos homens ricos do lugar.

O declínio da economia no Desemboque estancou a migração. Do decadente arraial, partiam expedições para outras áreas, buscando novas oportunidades. Nos primeiros anos do século XIX, algumas incursões de sertanistas foram realizadas a oeste, para averiguar as possibilidades de expansão do território e aquisição de terras de cultura. Nessas incursões, originaram-se povoamentos que se desdobraram em arraiais, outros em vilas e outros em cidades.

Na formação dos povoados, a contribuição das relações consanguíneas e de afinidade foi assaz importante. Os pioneiros chegavam à região para tomar posse da terra e demarcar os

⁴ O mesmo que domicílio/residência.

limites. Retornavam a seus lugares de origem para buscar a parentela e efetivar a colonização da área posseada. Aos poucos, esses primeiros habitantes incentivavam que outros parentes e amigos se transferissem para a região, constituindo, assim, os arraiais. A essa altura, os aldeamentos primitivos da região também estavam em vias de desaparecimento. E, por ocasião da transferência do território de Goiás para a jurisdição de Minas Gerais (1816), a população estava estimada em aproximadamente 3.900 habitantes e a notícia da fertilidade das terras atraiu famílias de outras regiões que foram adensando e se somando, não somente às terras, mas às esperanças dos que lá já se encontravam. E, à proporção que esses pioneiros iam se fixando, a identidade territorial e os grupos de vizinhança também se definiam. Na tentativa de dimensionar a efervescência que vivia a região, convém indicar que, entre 1820 e 1850, foram fundados os povoamentos de Dolores do Campo Formoso, São José do Tejuco, Monte Alegre, Abadia do Bom Sucesso, Campo Belo, Brejo Alegre, Dolores de Santa Juliana, Santa Rita dos Impossíveis e São Pedro de Uberabinha⁵. Portanto, é nesse contexto histórico, estudado pela historiadora Sandra Mara Dantas, que o povoado de São Pedro de Uberabinha é fundado.

Em 1857, São Pedro de Uberabinha foi elevado à Freguesia. As relações econômicas iniciais da Freguesia resumiam-se à compra e venda de artigos de primeira necessidade, mas a criação de armazéns numa área denominada Largo do Comércio, já indicava a importância da atividade. Isso pode ser justificado pela localidade onde o antigo São Pedro de Uberabinha ficava: na passagem que ligava Minas à Goiás. São Pedro do Uberabinha se especializou na atividade comercial e foi se constituindo em um local estratégico entre produtores e consumidores.

A Freguesia de São Pedro de Uberabinha foi elevada à categoria de município, em 31 de agosto de 1888, pela lei nº 3643, juntamente com Santa Maria, atual distrito de Uberlândia de Miraporanga.

“Eleva à categoria de municípios as freguesias de São Pedro da Uberabinha e Santa Maria, desmembradas dos termos de Uberaba e Monte Alegre, sendo a sede na primeira.

O Barão de Camargos, Vice Presidente da Província de Minas Gerais:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou, e eu, sancionei a Lei seguinte:

Artigo Único – As freguesias de São Pedro da Uberabinha e Santa Maria ficam elevadas à categoria de município, desmembradas dos termos de Uberaba e Monte Alegre [...]

⁵ Atuais cidades de Campo Florido, Ituiutaba, Monte Alegre, Tupaciguara, Campina Verde, Araguari, Santa Juliana, Itumbiara e Uberlândia, respectivamente.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário desta província a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio da Presidência da Província de Minas Gerais, aos 31 de agosto de 1888.

Barão de Camargos – Presidente do Estado.

Em 1895, foi inaugurada a Estrada de Ferro Mogiana que representou um incentivo ao desenvolvimento de Uberabinha e facilitou a comunicação da cidade com grandes centros urbanos, como Campinas e São Paulo. A Mogiana começou suas atividades em 1872 com um capital de três contos de réis. Ela deveria prolongar a linha até o rio Grande, passando por Casa Branca e Franca. Chegou ao Triângulo Mineiro na década de 1890 e parou seus trilhos em Araguari.

Segundo Pedro Pezzuti (1922), não foi a presença da ferrovia que trouxe o desenvolvimento de Uberabinha, mas o processo de urbanização iniciado nas gestões posteriores a 1909.

“Eram escassos os seus recursos e por isso pouco lhe foi possível fazer [...] De conformidade com o tempo e com os meios ensaiou-se o saneamento citadino, que casos esporádicos de typho exanthematico de vez em quando alarmavam; foram melhoradas e reparadas algumas estradas vicinaes e construído um público matadouro. [...] Haveria por ventura idéas, mas faltavam os meios pecuniários em orçamentos anuais de minguados contos de réis. (PEZZUTI, 1922, p.23-24).

No final do século XIX foram realizadas as seguintes melhorias na cidade: 1894 – instalação do primeiro relógio público na torre da Matriz, construção do primeiro matadouro municipal; 1895 – inauguração da Estação Ferroviária da Mogiana; 1897 – instalação da primeira escola secundária “Colégio Uberabinhense”, circulação da folha “A Reforma”, o primeiro jornal da cidade, sendo seu fundador e diretor proprietário o professor João Luiz da Silva; 1898 – fundação da “Gazeta de Uberabinha”, órgão oficial da Câmara; 1899 – instalação da Estação Telegráfica.



**1a. Estação da Mogiana
Uberlândia-MG**

Primeira Estação Ferroviária da Mogiana, já desativada.

Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/mogiana_triangulo/uberlandia.htm

Em 1898, o engenheiro James John Mellor elaborou plantas de expansão urbanística para a cidade que foi executada nos anos subsequentes. O projeto foi inspirado pela ideia de modernização que estava em voga também por causa da construção da nova capital mineira. Ele ampliava o perímetro urbano a partir do antigo núcleo, o Fundinho, e o ligava à nova Estação Ferroviária. Cinco avenidas arborizadas e largas foram construídas. Elas eram paralelas e entrecortadas por oito vias transversais, com uma grande praça no quarteirão central, atual Praça Tubal Vilela.

Em 1913 foi implantado em Uberabinha o serviço de transporte público intermunicipal. Foi inaugurada a Companhia Mineira Auto-viação Intermunicipal, em 28 de novembro de 1913, sendo o incorporador o Sr. Fernando Alexandre Villela de Andrade. Fernando obteve o privilégio do Estado de Minas Gerais para a construção, uso e tráfego de estradas de automóveis que partiriam de Uberabinha dirigindo-se a Monte Alegre, Vila Platina, Abadia do Bom Sucesso e Santa Rita do Paranaíba.

Segundo Bosi (2005), quando Pezzuti escreveu a história de Uberabinha queria enfatizar a força do governo vigente que teria transformado a vila rústica e pequena em uma cidade moderna e próspera. Esse grupo, que Bosi chama de hegemônico, os Rodrigues da Cunha e seus familiares, impuseram para a cidade seus interesses de fazendeiros e comerciantes. Para Bosi, o desenvolvimento econômico da cidade aconteceu por incentivo e influência desse grupo de poder, mas foi também uma manifestação de “uma vocação de ávidos negociantes amadurecida pela concorrência com Araguari e Uberaba, e pela proximidade fabricada ao longo das décadas de 1890, 1900 e 1910 com Goiás, Mato Grosso e São Paulo”.

Fez parte da modernização da cidade a implantação do serviço de iluminação elétrica, em 1909 e a construção de pontes na região que fizeram com que se pudesse avançar em termos de infraestrutura e desenvolvimento urbano.



Construção do canal da Usina Hidrelétrica junto à cachoeira dos Dias nos arredores da cidade de Uberabinha.

Data provável 1900-1910.

Acervo: Arquivo Público Mineiro.

Nas décadas de 1910 e 1920, começou a se firmar o caráter identitário do município e a imagem do antigo arraial subordinado à Uberaba começava a ser substituída. Surge, então, em rodas de conversas realizadas na Livraria Kosmos, ponto de encontro de intelectuais da cidade, a ideia de se trocar o nome do município. O proprietário da Kosmos, Zacarias Alves de Mello, lançou um questionário para seus clientes como objetivo de criar um novo nome para Uberabinha. O argumento era que a cidade que se precipitava no futuro com as honras do progresso não poderia ser uma pequena Uberaba, tinha que ter um nome próprio. João de Deus Faria sugeriu Uberlândia, que significa terra fértil. Não satisfeito com a sugestão, o coronel José Theófilo Carneiro refreou os ânimos dos intelectuais uberabinhenses e extinguiu-se projeto. Quase vinte anos depois, o mesmo coronel resolveu que era boa a troca do nome e foi à capital para tratar do assunto munido de assinaturas. Queria que a cidade se chamasse Maravilha, mas foi advertido pelo senador João Pío que aquele era um nome para uma vaca e não para uma cidade. Assim, lembrou-se de Uberlândia, proposta de Faria, e o nome foi trocado pela lei nº 1128 de 19 de outubro de 1929.

O processo de desenvolvimento de Uberlândia se manteve pelas décadas de 1920, 1930 e 1940. Nesta última, algumas fábricas foram instaladas na cidade e houve diversificação do comércio.



Inauguração de uma fábrica de cerveja na cidade de Uberlândia. Data provável 1900-1910.
Acervo: Arquivo Público Mineiro

O ímpeto de ideia de progresso vigente na década de 1940, fez com que a prefeitura de Uberlândia, na gestão do prefeito Vasconcelos Costa, demolisse a antiga Igreja de Nossa Senhora do Carmo para dar lugar à rodoviária municipal. Em 1944, foi inaugurado o edifício do Mercado Municipal. Somado a isso, a presença de profissionais com formação específica em arquitetura e engenharia, como João Jorge Coury, constituiu um marco na história da arquitetura local, a partir da introdução de ideias modernistas, intensificadas na década de 1950, com atuação de outros arquitetos, a maioria discípulos do próprio Coury.



À esquerda, Igreja Nossa Senhora do Carmo, demolida em 1943, em Uberlândia. A Igreja deu lugar à Estação Rodoviária, foto da direita.

Fonte: br.geocities.com/osorigoncalves/newpage3.htm

Os anos de 1950 foram de crescimento econômico e social em Uberlândia. Após quatro décadas da elaboração do primeiro plano urbanístico municipal, foi encomendado um novo projeto a uma equipe de Belo Horizonte, cujo coordenador era o Sr. Otávio Roscoe. O foco do novo plano era a remodelação do espaço urbano. As propostas abrangiam questões de tráfego, urbanização, zoneamento e arborização.



Circular da década de 1940

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=585902>

A construção de Brasília afetou diretamente a dinâmica da cidade de Uberlândia. Ao transferir a capital para o Planalto Central, Juscelino Kubistchek direcionou o crescimento e a expansão do país para o oeste. Assim a vocação comerciante da antiga Uberabinha observada por Bosi é ainda mais intensificada e a cidade torna-se um dos entrepostos entre o velho pólo produtor e o novo mercado consumidor. Além disso, a produção agropecuária do município também cresce para atender a população crescente do Planalto e com esse aumento, chega a industrialização para somar-se mais o processo desenvolvimentista.

As décadas de 1970 a 1980 foram reflexo desse desenvolvimento dos anos 1960. Nos anos 1980, evidenciou-se o caráter comercial da cidade, principalmente nos setores atacadistas e varejistas, ambos bastante diversificados. A população aumentou, principalmente, pela chegada de migrantes de outras regiões do país, atraída pelo desenvolvimento e pelas oportunidades de emprego e estudo.

De acordo com o estudo de Geisa Daise Gumeiro Cleps (2008), sobre o processo de produção do espaço urbano e políticas públicas urbanas em Uberlândia, a cidade vem desde o início do século XX sofrendo mudanças na sua organização espacial dando origem a novas áreas. Ainda segundo Cleps, o primeiro Plano Urbano de Uberlândia, desenvolvido em 1907, planejava um “novo centro” que seria edificado sobre um conjunto de largas e extensas vias arborizadas. Com o objetivo de criar uma cidade cuja imagem representasse a modernidade, melhorasse a sua estética e funcionalidade, Uberlândia transformou o seu sistema viário num traçado ortogonal, mesclado de praças. Nesse contexto, foram criadas as Avenidas Afonso

Pena e Floriano Peixoto (duas das principais avenidas da área central da cidade), para onde se deslocou uma série de equipamentos, iniciando-se o processo de descentralização e centralização do comércio varejista, de serviços e de lazer.

Na década de 1940 a cidade possuía uma grande quantidade de lotes vagos. Na área central adensavam-se as edificações, destacando-se na paisagem o Edifício Drogasil, primeiro a ser construído na cidade, a Estrada de Ferro Mogiana que, às suas margens, concentrava vários armazéns de “secos e molhados”, o que evidenciava, já naquela época, a importância da cidade como entreposto comercial. Este “novo centro” transformou-se no espaço de consumo, no lugar onde as pessoas se encontravam, trabalhavam, passeavam, onde se concentravam os serviços públicos e privados, as áreas de lazer e os serviços religiosos. Durante vários anos os pontos de referência da cidade foram a Prefeitura Municipal, os hotéis Goiano e o Colombo, o Uberlândia Clube, o Edifício Tubal Vilela, o Fórum, a Estação Ferroviária, a Catedral Santa Terezinha, o Grupo Escolar Bueno Brandão, o Ginásio Mineiro e o Mercado Central. Muitos desses equipamentos ainda estão presentes no antigo centro. Como signos e símbolos urbanos, fazem parte da paisagem urbana da cidade, representam a história, a cultura e o poder público local.

Entre os anos de 1950 e 1960, o crescimento demográfico e a abertura desordenada de loteamentos levaram a administração municipal a reordenar o sistema viário, estabelecer um zoneamento e realocar vários equipamentos urbanos. Para a alocação destes equipamentos, novos espaços foram inseridos na malha urbana da cidade, destacando-se os que foram destinados à implantação da estação ferroviária, do centro administrativo e do cemitério. Criou-se, assim, o segundo plano urbano para a cidade o qual tinha como principal meta estabelecer a abertura de amplas avenidas sobre o leito de vários cursos de água que cortavam a cidade. Assim, deu-se início à canalização de vários Córregos como o Cajubá, onde se implantou a Avenida Rio de Janeiro – atual Avenida Getúlio Vargas; e sobre o Córrego São Pedro onde foram abertas as Avenidas São Pedro e Buenos Aires – atual Avenida Rondon Pacheco e a João Naves de Ávila, respectivamente. Esta última, inaugurada em 1976, passou a ocupar o antigo leito dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana que passava às margens do referido Córrego.

Com a canalização do Córrego São Pedro e a abertura da Avenida Rondon Pacheco, em 1981, juntamente com a federalização da Universidade Federal de Uberlândia e a implantação da Faculdade de Educação Física, ambas em 1978, iniciou-se a ocupação e a expansão dos bairros que compõem o entorno da nova centralidade comercial da cidade.



Região do Campus Santa Mônica em 1973.

Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Na década de 1980, criou-se o terceiro plano diretor da cidade – Plano Diretor do Sistema Viário – o qual, baseado em diretrizes urbanísticas, reforçou o processo de transformação do uso do solo e redirecionou a ocupação territorial urbana, principalmente nos Bairros Santa Mônica, Saraiva, Tibery e Santa Maria. A partir de então, o poder público local passou a investir nesses bairros. Criou praças, pavimentou as principais ruas e avenidas, construiu pontos de ônibus, postos de saúde, enfim, uma série de equipamentos urbanos que promoveram significativa valorização imobiliária à região.

Em 1994 foi criado outro Plano Diretor de Uberlândia. Segundo Cleps (2008), analisando-se os planos desenvolvidos para o urbano de Uberlândia, percebe-se que eles tiveram, como principal forma de organização espacial, o sistema viário. O Plano Diretor aprovado em 1994 evidencia essa afirmação. A partir da criação dos Eixos Estruturais implantou-se o Sistema Integrado de Transporte – SIT, em 1997. Seguindo esses eixos foram criados cinco terminais de transporte urbano: o Terminal Santa Luzia, o Terminal Umuarama, o Terminal Planalto, o Terminal Industrial e o Terminal Central. Ainda de acordo com a autora, o objetivo era promover a ocupação populacional ao longo dos Eixos Estruturais e, a partir do adensamento dessas áreas, promover a concentração comercial e de serviços no entorno dos Terminais.

Em substituição ao Plano Diretor de 1994, em outubro de 2006 cria-se o novo Plano Diretor do Município de Uberlândia, Lei Complementar n. 432. Na verdade, o novo plano faz apenas uma revisão do até então existente. O novo plano constitui-se como o principal instrumento de política e de desenvolvimento urbano e ambiental do município e tem como



objetivo orientar a atuação do Poder Público, da iniciativa privada e das aspirações da comunidade local constituindo-se na principal referência normativa das relações entre o cidadão, as instituições e o meio físico. Neste sentido, propõe que sua consecução se dará através da implementação de políticas e diretrizes setoriais integradas que atendam aos eixos territorial, institucional, ambiental, social, econômico e de infraestrutura e serviços, nas escalas municipal e regional. (Plano Diretor de Uberlândia apud CLEPS, 2008, P. 35)

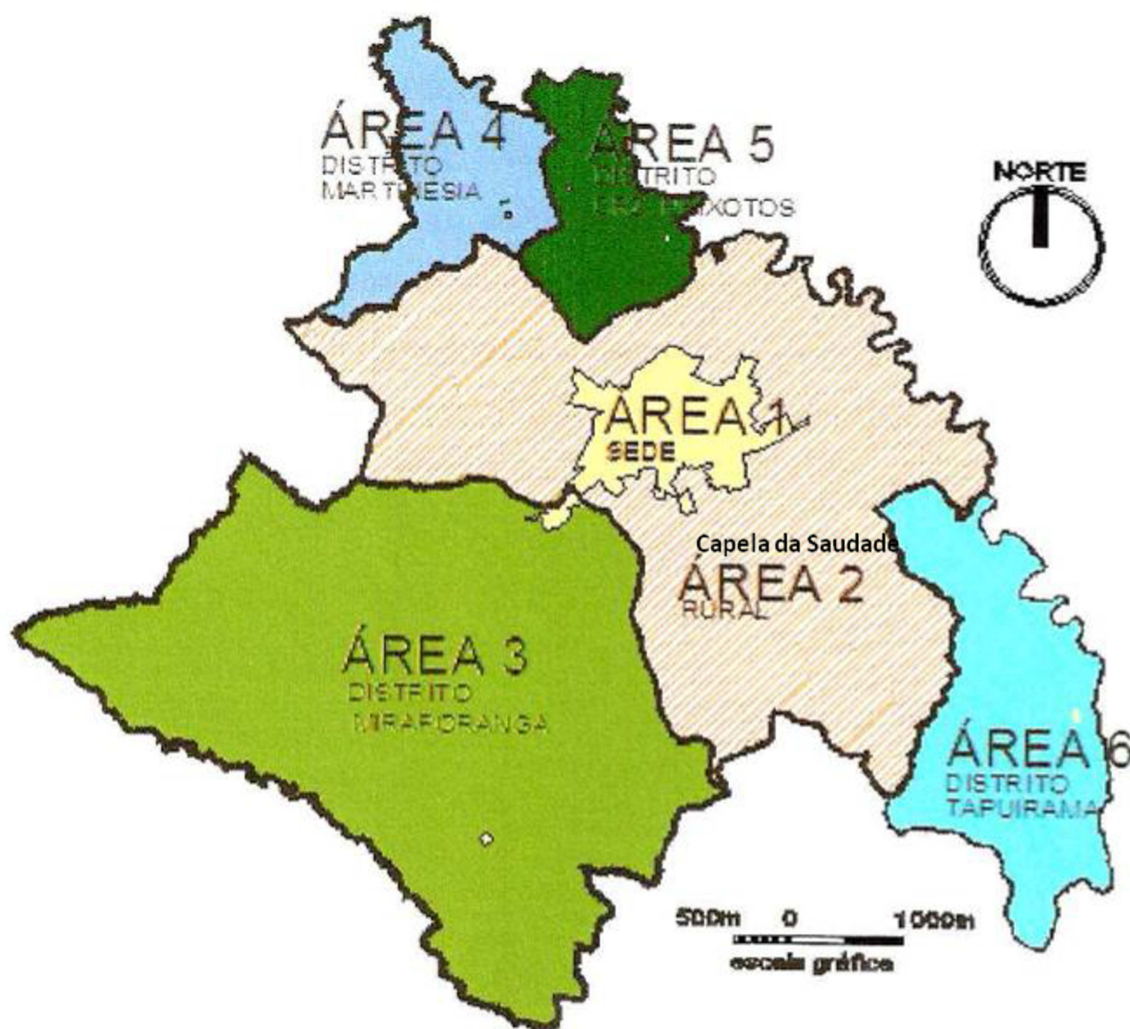
Considerando-se as Zonas de Planejamento, o “novo centro” comercial e de serviços de Uberlândia está localizado no Bairro Santa Mônica. A nova espacialidade urbana de Uberlândia, criada a partir da implantação do *Complexo Center Shopping*, localiza-se no Setor Leste da Cidade. Aproveitando-se da infraestrutura (principalmente do transporte) criada pelo poder público local, a concentração comercial e de serviços neste setor promoveu a valorização da área, principalmente do atual Bairro Santa Mônica, onde também está situado o Campus Santa Mônica da UFU e o Centro Administrativo.

Mapa da cidade de Uberlândia – Setores da cidade

A área denominada Setor Central é o marco zero do município, pois foi nela que os equipamentos urbanos, serviços, comércios e residências surgiram primeiramente. Entretanto, o processo de urbanização de toda área que compreende a cidade não aconteceu uniformemente. Cada região/bairro teve seu processo de crescimento e urbanização.

Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, o perímetro urbano da cidade de Uberlândia abrange uma área de 135 km² e os 3.980 km² restantes do território municipal abrigam à área rural, adjacente à urbe, e os distritos de Cruzeiro dos Peixotos, Miraporanga, Martinésia e Tapuirama.

Mapa do município de Uberlândia com indicação das áreas e localização da capela da Saudade



Fonte: Inventário de Uberlândia, 2007.

Cruzeiro dos Peixotos

Cruzeiro dos Peixotos é um distrito afastado cerca de 20 km do centro de Uberlândia, em região onde, possivelmente, nos séculos XVIII e XIX, espriavam-se aldeamentos indígenas e pequenas comunidades de negros fujões, vagamente nomeadas pelas autoridades de quilombos. Hoje, Cruzeiro dos Peixotos está classificado, para alguns, como uma comunidade rural, para outros, um povoado representativo da imagem de um lugarejo pacato, da “roça”, distante, preservado em seus casebres com estilo arquitetônico colonial português. Uma praça modesta, sossegada, gramada e com banquinhos solitários, circunda a pequena igreja católica do Cruzeiro. (NASCIMENTO; PAULA, 2011).

O surgimento do distrito está vinculado com a construção de um cruzeiro empreendida pela família Peixoto em 1905. O cruzeiro foi erguido no alto de uma colina, nas terras que pertenciam ao sr. José Camim, local onde hoje se encontra a Igreja de Santo Antônio. Os moradores das fazendas vizinhas se reuniam para rezarem o terço e angariar esmolas para a construção da atual igreja. Em 1927, o Sr. José Camim ergueu a Capela de Santo Antônio, cumprindo promessa feita ao santo por sua esposa, Dona Cherubina. No mesmo ano, o Sr. Floriano Peixoto doou quatro alqueires de terras, iniciando, assim, a formação do distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

Foram instalados armazéns de secos e molhados, açougue, máquina de arroz, uma fábrica de doce, manteiga e leite, desenvolvendo a economia do distrito. Assim, sua população cresceu com a vinda de várias pessoas que passaram a se fixar no local, entre eles os italianos, que chegaram à década de 1930, e contribuíram para o desenvolvimento do lugar.

Em 31 de dezembro de 1943 foi criado o Distrito de Cruzeiro dos Peixotos.

As principais manifestações culturais da localidade são a festa de Santo Antônio, a Folia de Reis e a Malhação de Judas.

A principal atividade econômica, até final da década 1990, estava relacionada com a cerâmica, que empregava mais de 50 pessoas. A fábrica foi desativada em 1999, e seu edifício se encontra, hoje, em ruínas. Bares, lanchonetes, mercearias e um pequeno mercado contribuem para o movimento da economia no distrito, destacando-se também a presença do frigorífico, que, localizado a uns 3 km da área, emprega várias pessoas. Hoje, o que garante a fonte de renda e gera empregos no distrito é a atividade agropecuária, que absorve grande parte da mão de obra, dedicando-se principalmente ao cultivo de milho e sorgo, voltados à produção de silagem.

Cruzeiro está cercado por diversos córregos que, junto com a topografia e a vegetação, formam lindas paisagens. Detém um grande potencial hidrelétrico, pois é banhado pela bacia

do Rio Araguari. Com a construção das Usinas Hidrelétricas de Capim Branco I e II, o rio e seus afluentes vão se transformar em grande lagos, provocando notáveis modificações na região, principalmente ambientais.

Segundo Oliveira et al (2006), o distrito não atende a todas as necessidades das populações residentes, obrigando-os a se deslocar até a cidade de Uberlândia, que polariza os serviços de educação, saúde e primordialmente outros setores produtivos não existentes no mesmo, uma vez que os equipamentos urbanos são elementares. Outro aspecto interessante apontado por Oliveira et al (2006), é que o distrito representa, para muitos, um espaço de convivência com os moradores da vila e de vivência das práticas culturais, sendo as festas religiosas realizadas nele um importante espaço de socialização das mesmas. A maioria dos moradores afirma gostar de participar e ajudar nas festas tradicionais de Santo Reis realizadas na igreja do distrito, o que denota a importância da religião no cotidiano e na vida dessas pessoas. A própria origem do distrito está ligada à religiosidade dos primeiros habitantes, fenômeno verificado não só no espaço em questão, mas em diversos outros locais nos quais a religião é o elemento fundante e condicionante à identidade territorial dos agentes sociais que neles se instalam.

Desde 2010 acontece no distrito o Festival Nacional de Viola de Cruzeiros dos Peixotos. O festival foi idealizado pela produtora Viola de Nós com o fim de valorizar a viola caipira e homenagear Xavantinho, que nasceu no distrito, e Pena Branca que foi registrado lá.

Miraporanga

O distrito de Miraporanga localiza-se a 30 km ao sul do centro de Uberlândia. Sua formação está vinculada a bandeira que partiu em 1810 do vilarejo denominado no período de Desemboque até o rio da Prata, passando pela região onde surgiu Santa Maria, atual Miraporanga.

Sua ocupação intensificou-se a partir das primeiras décadas do século XIX, em um processo contínuo de estabelecimento de vários sesmeiros e posseiros. Por volta de 1850, foi construída sua primeira capela, sob o oráculo de Nossa Senhora do Carmo e Santa Maria Maior, o que deu início ao seu povoado, que se desenvolveu rapidamente apresentando construções residenciais e comerciais para atender às necessidades imediatas.

Em 1864, criou-se o distrito de Santa Maria, pertencente à freguesia de Monte Alegre, no município do Prata, e em 1872, Monte Alegre foi elevado a município e Santa Maria à freguesia. O comércio de Santa Maria tornou-se, em 1880, o mais importante da região com

destaque para casas comerciais de considerável requinte. Em 1888, Santa Maria foi elevada a condição de município, desmembrando-se do território de Monte Alegre.

Os povoados de Araxá, Uberaba, Santa Maria, Uberabinha e Araguari, entre outros, estavam isolados dos grandes centros mercantis e produtores do país. Assim, em 1888, foi inaugurada a Estação do Telégrafo Nacional em Uberaba, e, em 1889, foram iniciados os serviços de construção da linha telegráfica que, partindo de Uberaba, Santa Maria, Monte Alegre, Santa Rita dos impossíveis, Morrinhos, Pouso Alegre e Alemão, se dirigiu à cidade de Goiás (antiga capital do estado de mesmo nome).

Em 1890, a direção da Cia Mogiana assinou um contrato para levar seus trilhos até Catalão. Em uma das opções de trajeto da linha do trem estava Santa Maria e Monte Alegre de Minas. Porém, o Coronel José Theóphilo Carneiro, participante de todos os fatos importantes e históricos de Uberabinha (Uberlândia), sugeriu outra opção de trajeto que incluía a cidade de Uberabinha. A sugestão foi aceita e, em 1895, foi inaugurada a Estrada de Ferro da Mogiana em São Pedro de Uberabinha.

Com a retirada da linha telegráfica de Goiás, em Santa Maria, houve um gradativo abandono dessa área forçando-a ao colapso em sua prosperidade. Em Dezembro de 1943, o nome Santa Maria foi mudado para Miraporanga, que na linguagem dos índios Caiapós significa "terra de gente bonita".

Miraporanga possui um importante patrimônio histórico-arquitetônico, a capela de Nossa Senhora do Rosário, tombada pela Lei Municipal nº 1650 de 14/10/1968, sendo o principal marco edificado do distrito.

A principal celebração que acontece no distrito é a festa do Divino Espírito do Cerrado, realizada na Capela Nossa Senhora do Rosário.

O Setor primário é o principal responsável pela economia do distrito, que emprega a grande maioria dos trabalhadores nas fazendas da região.

Algumas ruas, não são asfaltadas e há uma presença significativa de árvores de grande porte, que formam nas ruas grandes áreas sombreadas de muito conforto ambiental.

Martinésia

O distrito de Martinésia está situado na região nordeste do município de Uberlândia, distante da sede 30 km, com acesso pela Rodovia Municipal Neusa Rezende.

A origem do Distrito de Martinésia provém das crenças populares, que sempre nortearam a vida dos moradores da região. Por volta de 1880 e 1900, o filho da senhora Izabel

Mariana da Silva, Joaquim, adoeceu seriamente, e temendo a morte do menino, Dona Izabel prometeu erigir um cruzeiro em homenagem a São João Batista e em troca pediu a cura do filho. O cruzeiro foi colocado no alto de uma colina, na direção da residência de Dona Virgilina Fernadez, que havia emprestado o dinheiro para a sua construção. Logo após, Joaquim viu-se curado.

Pouco tempo mais tarde, foi construída uma capela para o mesmo Santo, e o local passou a atrair moradores de diversas partes da região que realizavam ali suas festas. A capela de madeira foi substituída por outra de adobe e, posteriormente, por outra em alvenaria. O proprietário daquelas terras chamava-se Hipólito Martins, homem de muito prestígio, e, assim, o local passou a ser conhecido como Martinópolis. Em 27 de setembro de 1926 foi criado o distrito de Martinópolis e em 1943, Martinópolis passou a ser denominado Distrito de Martinésia.



Igreja de São João Batista e seu cruzeiro. Martinésia. Ano de 2005.

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia

O centro urbano de Martinésia é praticamente desprovido de estabelecimentos comerciais. Há uma igreja, um coreto e um cemitério. O setor agropecuário é responsável por empregar mais de 50% dos habitantes do distrito. A pecuária extensiva de leite é uma das principais atividades, favorecida pela topografia plana do local. Há produção de hortifrutigranjeiros, sob a responsabilidade de pequenos agricultores e atividade de extração de cascalho em baixa escala (SAIKI, 2008).

Martinésia guarda a tradição católica de realizar procissões e missas em homenagem aos Santos. Cruzeiros, ainda, são erguidos e cabeças de boi são colocadas na entrada de várias

fazendas, com a crença de que estas espantam o mal olhado e atraem fortuna. Entre as festas de maior significado religioso estão a Folia de Reis e a Festa de São João, enfeitada por mastros erguidos nos terreiros das casas durante o mês de agosto.

Tapuirama

O distrito de Tapuirama está situado a Leste do município de Uberlândia, distante da sede 50 km, com acesso pela rodovia BR-452, que liga Uberlândia a Araxá.

A partir de 1819, a região do atual distrito de Tapuirama começou a ser conhecida pelos exploradores que passava por ali com destino às terras goianas. A primeira povoação que se instalou foi chamada de “Rocinha”, devido a uma plantação às margens do ribeirão que também recebeu este nome. O primeiro proprietário dessa fazenda chamava-se Ricarte de Oliveira Santos, do tronco da família Gonzaga Santos.

Em 1912, foi levantado um cruzeiro por Ercolino da Rocha, João Piretto e a família Gonzaga. Nesse local, aos domingos, rezava-se o terço, e eram feitos leilões para angariar fundos para a construção de uma capela. A capela de Nossa Senhora da Abadia foi, finalmente, construída em 1933, em terra doada por Manoel Gonzaga dos Santos e Godofredo Gonzaga dos Santos para a igreja matriz de Uberlândia, com o nome de “Patrimônio da Rocinha”. O terreno tinha extensão de 12.500m² e era separado das fazendas por cercamento.

A capela atraiu pessoas que construíram seus ranchos ali perto. Mais tarde, puderam construir suas casas nos terrenos da sesmaria de Bento José Godoy, e, conseqüentemente, o comércio começou a se estabelecer com a abertura de uma loja de tecidos de propriedade do Sr. José Abalem.



Igreja de Nossa Senhora da Abadia e seu cruzeiro. Tapuirama. Ano 2006.

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia.

No dia 31 de dezembro de 1943, pelo decreto-lei nº 1885 da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na antiga região da Rocinha, foi criado o distrito de Tapuirama. As divisas estabelecidas foram:

“Com o Município de Uberaba, sua divisa começa na foz do ribeirão da Rocinha, no Rio Araguari, e por esse Ribeirão acima até a foz do córrego do Marco, por esse acima até a sua cabeceira onde atravessa o diviso de águas do Rio Uberabinha, alcança a cabeceira do córrego do Muchôco, descendo por esse até a barra do córrego Roncador, subindo por esse até sua cabeceira em rumo agora até alcançar a cabeceira do córrego do Machados, descendo por esse até sua foz no Ribeirão Beija Flor. Com o Distrito da Sede, sua divisa começa na foz do Córrego dos Machados, no Ribeirão Beija flor e por esse ribeirão até sua barra, no Córrego Roncador, formando aí o Rio Uberabinha, por esse abaixo até defrontar a mais alta cabeceira do córrego Estivinha, descendo por esse até a sua foz, no Rio Araguari, antigo Rio das Velhas. Com o município de Indianópolis sua divisa começa na foz do córrego Estivinha no Rio Araguari e por esse acima até a foz do Ribeirão da Rocinha, onde iniciou a divisa com o município de Uberaba.” (TEIXEIRA, 1970.)

Em 1950, foi implantada a rede de energia elétrica, e, em 1952, a rede telefônica. A principal atividade econômica era baseada no plantio de arroz, feijão e milho, e, hoje, se destaca a pecuária de leite e corte, além da produção de soja e milho.

Tapuیرama é o único distrito de Uberlândia com perímetro urbano definido. Foi estabelecido, em 29 de outubro de 1981, no governo de Virgílio Galassi, pelo decreto nº 2081. Porém, este perímetro não leva em conta a topografia da região e nem a paisagem existente, é determinado por ângulos de 90°. O ginásio poliesportivo, por exemplo, fica cortado pelo perímetro, estando metade dentro da delimitação urbana e metade fora.

A maioria das casas obedece ao modelo tradicional de implantação, construídas no alinhamento das calçadas, com o fundo livre, aproveitado para plantas hortas e árvores frutíferas. A maioria das construções é térrea, com poucas ocorrências de edifícios de dois pavimentos. Esses, quando aparecem, são configurados por estabelecimento comercial no térreo e residência do pavimento superior.

O distrito de Tapuیرama mantém-se fiel às tradições religiosas, realizando todos os anos a Folia de Reis e a esperada Festa de Nossa Senhora da Abadia. Durante essa festa acontece a cavalgada, 70 cavaleiros dividem-se em dois grupos e desfilam pela cidade, depois se encontram em campo aberto e simulam a guerra entre os mouros e os cristãos. A “cavalhada” como dizem os moradores, é uma das principais atrações da festa.

Tapuیرama se destaca em relação aos outros distritos de Uberlândia por apresentar uma área urbana bem configurada. Existem diversos estabelecimentos comerciais, que, apesar de não suprir toda a demanda da população, facilitam o cotidiano dos moradores, evitando viagens constantes ao distrito Sede.

De acordo com o IBGE (Censo Agropecuário 2006), a região rural de Uberlândia possui 1.832 estabelecimentos agropecuários. Como pode ser observado nas tabelas a seguir, as produções agrícolas e pecuária são diversificadas e segundo Pelegrini (2010), no município há grandes culturas desempenhadas por médios e grandes produtores rurais, assim como por assentados (reforma agrária)⁶ e pequenos produtores. As tabelas, a seguir, apresentam a diversidade de produção no município.

⁶ A presença de diversos latifúndios improdutivos favoreceu a desapropriação de algumas áreas para fins de reforma agrária, dando início aos primeiros projetos de assentamento em Uberlândia – Rio das Pedras (1998), Nova Palma, Palma Babilônia, Tangará, Zumbi dos Palmares (1999), Emiliano Zapata e Canudos (2004), Dandara (2005), Eldorado do Carajás (2006), dentre outros. (PELEGRINI, 2010).



PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

Prefeitura Municipal de Uberlândia

Prefeito Municipal: Gilmar Machado

Responsável pelo setor da Prefeitura: Valéria Queiroz Cavalcante Lopes – Rubrica: _____

Página 27 de 110

TABELA 4 – AGRICULTURA

Produção agrícola municipal		
Lavoura permanente – 2014		
Produto	Área plantada em hectare	Produção
Abacate	50	550 toneladas
Banana (cacho)	700	14.000 toneladas
Borracha (látex coagulado)	180	540 toneladas
Café (em grão) arábica	455	710 toneladas
Caqui	10	150 toneladas
Coco-da-baía	50	1.500 frutos
Laranja	2.602	58.545 toneladas
Limão	80	2.000 toneladas
Mamão	15	600 toneladas
Manga	241	6.748 toneladas
Maracujá	30	600 toneladas
Palmito	20	300 toneladas
Tangerina	20	500 toneladas
Lavoura temporária – 2014		
Produto	Área plantada em hectare	Produção
Abacaxi	60	1.080 frutos
Algodão herbáceo	45	154 toneladas
Cana-de-açúcar	10.630	850.400 toneladas
Feijão (em grão)	130	297 toneladas
Girassol	1.700	3.060 toneladas
Mandioca	180	2.730 toneladas
Milho (em grão)	24.000	160.200 toneladas
Soja (em grão)	50.000	120.000 toneladas
Sorgo (em grão)	8.000	20.000 toneladas
Tomate	200	14.000 toneladas
Trigo (em grão)	2.000	2.000 toneladas
Cereais, leguminosas e oleaginosas - 2007		
Produto	Área plantada em hectare	Produção
Algodão herbáceo	1.080	3.110 toneladas
Arroz (em casca)	100	210 toneladas
Feijão (em grão)	350	660 toneladas
Milho (em grão)	16.500	108.900 toneladas
Soja (em grão)	43.200	124.416 toneladas
Sorgo granífero	120	432 toneladas

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2007 e 2014.

TABELA 5 - PECUÁRIA

Pecuária – 2014	
Especificação	Quantidade
Aquicultura – pacu e patinga	28.000 kg
Aquicultura – piau, piapara, piaçu, paiva	19.000 kg
Aquicultura – pintado, cachara, cachapira, pintachara, surubim	1.150 kg
Aquicultura – tambacu, tambatinga	23.000 kg
Aquicultura – tambaqui	13.000 kg
Aquicultura – tilápia	112.000 kg
Bovino	213.800 cabeças
Caprino	2.600 cabeças
Equino	5.700 cabeças
Galináceos	12.800.000 cabeças
Leite de vaca	85.000 litros
Mel de abelha	2.700 kg
Ovino	3.590 cabeças
Ovos de galinha	16.800 dúzias
Suíno	910.000 cabeças
Vacas ordenhadas	32.000 cabeças

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal, 2014.

TABELA 6 – EXTRAÇÃO VEGETAL E SILVICULTURA

Produtos da extração vegetal – 2014	
Produto	Quantidade produzida
Carvão vegetal	207 toneladas
Lenhas	6.090 metros cúbicos
Madeira em tora	130 metros cúbicos
Pequi	25 toneladas
Produtos da silvicultura - 2014	
Produto	Quantidade produzida
Carvão vegetal	681 toneladas
Carvão vegetal de eucalipto	681 toneladas
Lenha de eucalipto	7.000 metros cúbicos
Madeira em tora	28.000 metros cúbicos

Fonte: IBGE, Extração Vegetal e Silvicultura, 2014.

3. HISTÓRICO DA CAPELA DA SAUDADE

A região onde está situada a capela da Saudade é conhecida como Cruz Branca, área rural do Distrito Sede. A capela foi construída nas terras que pertenceu à família Pereira. No início do século XIX a família Pereira, chegou às terras do antigo Sertão da Farinha Podre⁷, que compreendia a região do extremo oeste de Minas Gerais. A área é delimitada ao sul pelo rio Grande que separa Minas Gerais e São Paulo; ao norte pelo rio Paranaíba que faz divisa com Goiás; a oeste pela convergência dos rios Grande e Paranaíba que faz divisa com Mato Grosso do Sul; e a leste, pela Serra da Mata da Corda e da Canastra⁸.

Em meados do século XIX as terras da fazenda da família Pereira foram subdivididas em diversas fazendas, dentre elas, surgiu a fazenda da Saudade. O primeiro proprietário foi Francisco Pereira Resende e sua esposa Genoveva Alves de Resende. Com o tempo deixa-a em herança para o filho João Resende, que por sua vez passa a propriedade para a filha Ana Pádua de Resende e o genro, Francisco Fernandes de Resende. Em 2016, a fazenda pertence ao casal Edésio Vieira de Pádua e Darci Eurípedes de Pádua, sendo Darci filha de Ana e Francisco.

No início do século XIX foi construído um cruzeiro no ponto mais alto da fazenda da Saudade. De acordo com Moreira (2013) uma das manifestações mais comum de devoção trazida pelos portugueses para o Brasil foi a cruz. Chantar cruzeiros tinha a finalidade de formalizar a conquista do espaço, de sacralização, de invocação da proteção celeste, de demarcação de local de culto, convocação do povo e de catequese. A cruz, portanto, se estabelece como uma forma de devoção popular e além do povo, as autoridades civis e militares se encarregavam de semear cruzeiros em todo o território. A partir do marco inicial, lugar de encontros, catequese e cultos, surgem ermidas, depois capelas, igrejas e cidades.

Em Uberlândia diferentes igrejas e localidades têm suas histórias vinculadas à ereção de um cruzeiro, como são os casos dos distritos de Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia, Tapuirama, dentre outros povoados/distritos. Várias são as versões relatadas pelos herdeiros com relação à construção do cruzeiro na fazenda da Saudade:

⁷ A denominação “Sertão da Farinha Podre” decorre do fato dos desbravadores da região, saídos do Desemboque, demarcarem o caminho com bolsas de couro cheias de farinha nos galhos das árvores. Ao retornarem de viagem, após longos meses, a farinha encontrava-se putrefata. Outra versão atribui a alcunha a uma região de Portugal, cujas terras teriam certa semelhança entre si. (RISCHITELI, 2005, p. 51).

⁸ Atualmente a região corresponde o Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba.

“Antigamente o Joaquim Pereira dos Santos que foi o pai do Coronel Antônio Alves Pereira que comprou a primeira fazenda do município de Uberlândia chamada fazenda São Francisco de Assis, fazenda histórica, fez voto⁹ de levantar um cruzeiro para o monjolo parar de socar a noite”. (Astolfo Pereira Carneiro, entrevista realizada pelo Triângulo das Geraes em 2014).

“Primeiro veio o cruzeiro, a referência é o cruzeiro (...) erguido para que o povo viesse aqui para trazer uma pedra para chover. (...) Seu Astolfo conta uma história que no século passado morreu um Pereira da família deles, e veio trazendo o morto a cavalo e teve que enterrar no meio do mato. E ele [o falecido] tinha um voto de erguer esse cruzeiro, diz que o monjolo tocava sozinho e um velho desses antigos falou: vamos erguer um cruzeiro igual ele queria, que vai parar de tocar o monjolo. E aí ergueu o cruzeiro aqui e diz que o monjolo parou de tocar”. (José Roberto da Silva, entrevista realizada em novembro de 2015).

“Há duas versões de motivação para construção da cruz: a primeira, segundo Seu Astolfo, existia um monjolo, na verdade era um trapizonga¹⁰, que disparava sem que ninguém fosse lá mexer nele. E a segunda versão que uma pessoa da família deu foi por causa do fogo selvagem¹¹ e por causa desses motivos fizeram votos e construíram a cruz. E esses problemas foram resolvidos”. (Darci Eurípedes de Pádua, entrevista realizada em novembro de 2015).

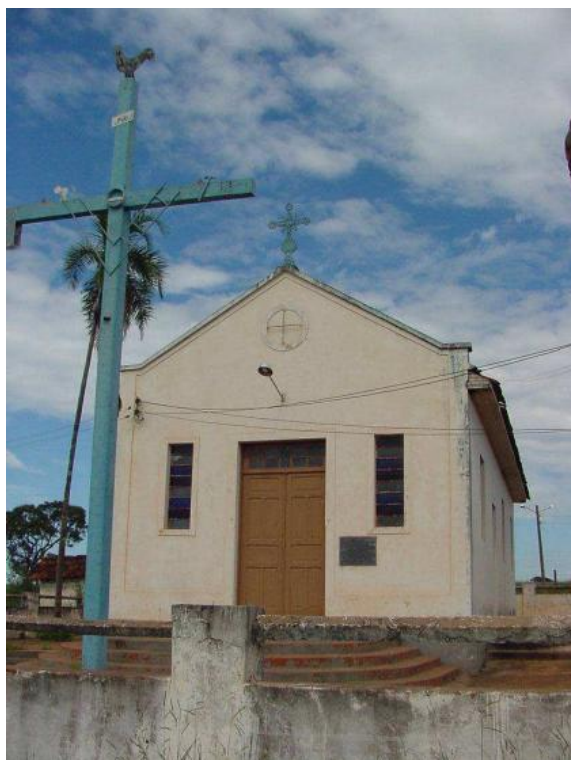
Após a construção do cruzeiro, na segunda metade do século XIX, foi erguido um rancho por Francisco Pereira Resende e sua esposa Genoveva Alves de Resende, donos da fazenda da Saudade, para amparar os devotos que vinham rezar ao pé do cruzeiro. Os cruzeiros são frequentados pelo povo para rezar pelas almas e para fazer penitência em tempos de seca. Para obter chuva, molha o cruzeiro, alguns penitentes carregavam pedras ou latas com água.

“Quando não dava chuva aí o povo vinha fazer penitência. Nós éramos criança pequena e tinha que vim com litrinho de água e dentro das vasilhas as pessoas que tinha mais força física punha pedra que colocava na cruz (...) enchia de flor, era muito bonito” (Dona Guiomar, entrevista realizada pelo Triângulo das Geraes em 2014).

⁹ Do latim “votum”, promessa solene a Deus. (Poel 2013).

¹⁰ Equipamento movido à água utilizado para socar milho, limpar arroz, moer cana, ralar mandioca e produzir energia elétrica para iluminação. Utilizado nas fazendas antes da criação das usinas hidrelétricas e da invenção dos motores elétricos.

¹¹ Fogo selvagem (Pênfigo) é uma doença autoimune. A primeira manifestação clínica é o aparecimento de bolhas cheias de líquido, intraepidérmicas, de diâmetros diferentes, primeiro nas membranas mucosas da boca, vagina e pênis, ou na pele do tórax, rosto e couro cabeludo, mas que depois se espalham pelo corpo todo. Quando essas bolhas se rompem, surgem no local feridas em carne viva que podem ocupar grandes áreas e servem de porta de entrada para infecções. Referência: VARELLA, Drauzio. FOGO SELVAGEM (PÊNFIGO).



Capela da Saudade
Data 2004

Foto:http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5638.pdf



Capela da Saudade
Data 2011

Foto:<http://www.panoramio.com/photo/54741254>

O atual cruzeiro é uma representação da cruz dos martírios, no qual são pregados os instrumentos da paixão de Cristo, também chamados de ferramentas da paixão ou martírios. Os símbolos do cruzeiro são: o galo de São Pedro, que representa a luz da aurora, a luta e a vitória de Cristo ressuscitado, vitória da qual participava São Pedro mártir, a escada, simbolizando descimento do corpo de Cristo da cruz, os instrumentos do martírio o martelo e duas lanças, o cálice da amargura oferecido a Jesus por um anjo no horto das Oliveiras, o véu de Verônica, que representa o pano que Verônica enxugou o rosto de Jesus na subida do calvário, a coroa símbolo da soberania. Segundo um dito popular acima de Deus, só a sua coroa e uma placa com a inscrição INRI - Iesus Nazarenum Rex Ideorum (Jesus Nazareno Rei dos Judeus).

Depois da construção do rancho, foi erguida em 1899, uma pequena capela nomeada capela da Saudade, tendo como orago a Santa Cruz, por iniciativa de Francisco Pereira de Rezende. No início do século XX foi iniciado na capela o festejo da Santa Cruz no dia 03 de maio. Segundo Poel (2013), a santa cruz é celebrada com grande participação popular na sexta-feira santa e no dia da Santa Cruz.

Com o passar dos anos a primeira capela deteriorou-se, sendo reconstruída em 1954 por iniciativa do Sr. Astolfo Pereira Carneiro em homenagem a Francisco Pereira de Rezende e aos zeladores Coronel Antônio Alves Pereira, João Francisco dos Santos e Francisco Fernandes de Rezende. A reconstrução ocorreu com ajuda de amigos através de mutirão, leilões, donativos e festejos.



Vista do Cruzeiro e da capela da Saudade

Data 04 de dez. 2016

Autor: Rildo César Souza

Na década de 1990 o cruzeiro de madeira com deterioração avançada foi substituído por um cruzeiro de alvenaria. A cruz antiga de madeira foi enterrada no adro da capela. No ano 2014 ocorreu à última reforma na capela da Saudade como troca do telhado, do forro interno e pintura interna e externa.



Festa da Santa Cruz
Data 2014
Foto: facebook capela da Saudade



Festa da Santa Cruz
Data 2014
Foto: facebook capela da Saudade

Atualmente além da festa da Santa Cruz de Todos os Santos realizada no mês de maio, ocorrem também missa uma vez por mês, a Cavalcada da Saudade no mês de setembro e eventos sertanejos esporádicos durante o ano no pátio da capela.



Missa mensal
Data 2015
Foto: facebook capela da Saudade



Cavalcada da Saudade
Data 2015
Foto: facebook capela da Saudade

Segundo José Roberto da Silva, a importância da Capela da Saudade está relacionada à memória coletiva do lugar, muitas pessoas da região frequentaram missas, foram batizadas na capela e vivenciaram as celebrações religiosas, como as festas de São Sebastião, da Santa Cruz e de Nossa Senhora Aparecida promovidas na capela e muitas pessoas ajudaram de alguma forma na construção, reconstrução e reforma da capela.



PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

Prefeitura Municipal de Uberlândia

Prefeito Municipal: Gilmar Machado

Responsável pelo setor da Prefeitura: Valéria Queiroz Cavalcante Lopes – Rubrica: _____

Página **34** de **110**

Para Antônio Gomes de Oliveira, nascido e criado na fazenda da Saudade, o seu pai, Antônio Juvenal de Oliveira, ajudou na reconstrução da capela em 1954 e ressaltou que a importância do templo é tanto devocional quanto pelas memórias vivenciadas na capela em sua infância, participando de várias celebrações, com procissão, canto de prendas, leilões e queima de fogos.

4. REFERÊNCIAS

BOSI, Antônio de Pádua. História e historiografia da formação econômica de São Pedro de Uberabinha nos anos de 1912 a 1922. **Revista Tempo de Ciência**, n 24, Segundo Semestre. 2005, p. 17-34.

CLEPS, Geisa Daise Gumeiro. A produção do espaço urbano de Uberlândia e as políticas públicas de planejamento. **Revista on-line Caminhos de Geografia**, v9, n27, set. 2008 Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/10685/6348>> Acesso em 13 dez. 2011.

Conversa informal com Antônio Gomes de Oliveira, 56 anos, funcionário da fazenda onde está situada a capela da Saudade. Uberlândia/MG, realizada no dia 22 de novembro de 2015.

Conversa informal com Darci Eurípedes de Pádua, 66 anos, uma das proprietárias das terras onde está situada a capela da Saudade. Uberlândia/MG, realizada no dia 22 de novembro de 2015.

Conversa informal com José Roberto da Silva, 51 anos, herdeiro das terras onde está situada a capela da Saudade. Uberlândia/MG, realizada no dia 22 de novembro de 2015.

DANTAS, Sandra Mara. **Do feito de aldeia aos ares de cidade** – a constituição do urbano no extremo oeste de Minas Gerais. Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Disponível em
<<http://www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Sandra%20Mara%20Dantas.pdf>> Acesso em 12 dez. 2011.

MOREIRA, Cícero Nunes. A cruz e a espada: devoções na Polícia Militar de Minas Gerais. In.: PASSOS, Mauro; NASCIMENTO, Mara Regina do (org.). **A invenção das devoções: crenças e formas de expressão religiosa**. Belo Horizonte: O Lutador, 2013, p. 89-126.

NASCIMENTO, Mara Regina do; PAULA, Durval Saturnino Cardoso de. **Festa e devoção em Cruzeiro dos Peixotos**, Uberlândia, Revista Horizonte - Dossiê: Religião, Festa e Sociedade, Belo Horizonte, v. 9, n. 20, p. 41-63, jan./mar. 2011. Disponível em:<
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n20p41/2455>> Acesso em 25 jan. 2016.

OLIVEIRA, Hélio Carlos de et al. **Entre Cruzeiro dos Peixotos e Uberlândia (MG): discussões acerca da relação campo-cidade**. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Laboratório de Geografia Agrária, II Encontro de Grupos de Pesquisa, 2006. Disponível em:< <http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t23.pdf>> Acesso em 25 jan. 2016.

PELEGRINI, Djalma Ferreira. **Diagnóstico rural do município de Uberlândia**. 2010. Disponível em:<
http://www.epamig.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1229> Acesso em 22 jan. de 2016.



PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

Prefeitura Municipal de Uberlândia

Prefeito Municipal: Gilmar Machado

Responsável pelo setor da Prefeitura: Valéria Queiroz Cavalcante Lopes – Rubrica: _____

Página 36 de 110

PEZZUTI, Cônego Pedro. **Município de Uberabinha**: história, administração, finanças, economia. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922.

POEL, Francisco van der (Frei Chico). **Dicionário da religiosidade popular**: cultura e religião no Brasil. Curitiba: Nossa Cultura. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Dossiê de Tombamento**: Imagem de Nossa Senhora do Carmo. Pasta Quadro III. Exercício 2009/Ano 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Dossiê de Tombamento**: Prédio da Biblioteca Municipal Juscelino Kubitschek de Oliveira. Pasta Quadro III. Exercício 2010/Ano 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>

RISCHITELI, Augusto Bragança Silva Pigrucci. **Imagens e vozes do Sertão da Farinha Podre na produção historiográfica de Antônio Borges Sampaio (1880-1908)**. Franca, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

SAIKI, Patrícia Thieme Onofri. **Conhecimento local sobre aves, com ênfase em psittacidae, nos distritos rurais de Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia e Tapuira (Uberlândia-MG)**. 2008. 103f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Conservação de Recursos Naturais) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Biologia, Uberlândia, 2008. Disponível em: < <http://biblioteca.portalbolsasdeestudo.com.br/?q=Tapuira> > Acesso em 25 jan. 2016.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **No sertão se constrói uma Nação**: um estudo da composição socioeconômica das elites políticas do Sertão da Farinha Podre no Brasil imperial. Anais do XIX encontro regional de história. ANPUH. Juiz de Fora, 2014.

Triângulo da Geraes. **Capela Centenária em Uberlândia**. Entrevista com Sr. Astolfo Pereira Carneiro. Publicado em 3 de jun de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vTSILASHZws>>. Acesso em 20 de jan. 2016.

5. DESCRIÇÃO DETALHADA DA CAPELA DA SAUDADE

A capela da Saudade insere-se na Estrada Municipal 371, quilômetro 30, da zona rural do Distrito Sede. O entorno da capela pode ser dividido em duas partes: a primeira é relativa aos anexos presentes em seu terreno; e a segunda é conformada por fazendas e vegetação natural que lhe circundam.

O acesso à capela é influenciado pela forma da delimitação do lote, feita por tapumes metálicos, sendo a abertura de entrada voltada para a parte posterior da capela. Vale ressaltar que tanto o lote, quanto a capela da Saudade são de propriedade privada, sendo fruto de herança familiar dos construtores do templo. Esse fato, juntamente com o novo uso empregado ao espaço, justifica a posição atual da entrada, sendo o uso do imóvel e de seus anexos feito para shows musicais variados, promovidos por um dos membros da família proprietária da capela, sendo o novo acesso pensado para os usuários desses eventos.

A implantação das construções é feita em meia encosta, possuindo alicerce posterior. O acesso original é feito a partir de sua relação com a Estrada Municipal 371, sendo voltado para a vegetação natural e para as fazendas que compõem o trecho da zona rural em que a capela se insere. A escada de acesso ao adro é feita em cimento grosso, dando visada direta para o cruzeiro, localizado a frente da capela, e para a escadaria e entrada principal da edificação que abriga a capela da Saudade.

A área verde que circunda o adro da capela conta com hortas e pomares, além de árvores de grande porte, mas, em sua maioria, é coberta por gramíneas. Sua área verde conta com parte pavimentada, onde ocorre a instalação de barracas e execução do palco, para realização dos shows.

No que diz respeito aos anexos, eles somam um total de sete cômodos: sendo cinco edificações em alvenaria (banheiros masculino e feminino, cozinha, cômodo para depósito de materiais e cômodo para moradia do caseiro da capela da Saudade). Além desses, há um cômodo improvisado em madeira, funcionando como quarto; cômodo executado em tapumes metálicos, para abrigo do ajudante, recém-contratado; e, por fim, o coreto. Juntamente com os anexos construídos, há ainda dois pátios cobertos, funcionando como local de apoio e concentração de usuários do espaço da capela.

Tanto a capela da Saudade quanto seus anexos são executados em pavimento único, sendo a capela elevada em relação às outras construções que lhe dão auxílio, devido às inclinações do terreno e ao alicerce que a sustenta.

A cobertura de todas as edificações e pátios cobertos da capela da Saudade é executada em peças de madeira, variando quanto à espessura das peças. No que diz respeito ao manto de cobertura, esse também possui uniformidade, sendo feito em telhas cerâmicas do tipo capa e bica, exceto a cobertura da cozinha e do pátio localizado a sua frente, sendo essas feitas em telhas de fibrocimento. O número de águas dos telhados também se repete, sendo dois em todos os locais cobertos. No telhado da capela da Saudade, ocorre execução de cimalha, sendo realizada em peças de madeira, pintadas na cor azul.

A pintura externa também possui padronização, sendo a parte inferior pintada na cor azul e a parte superior pintada na cor branca, tanto nas áreas edificadas como nos pilares dos pátios cobertos e no muro que circunda o adro.

As portas variam entre duas modalidades: as portas de madeira, presentes na capela da Saudade; e as portas metálicas, presentes na moradia do caseiro e nos banheiros masculino e feminino. Todas as portas de madeira são do tipo reguada, executadas em folha dupla de abrir, possuindo verga e ombreiras retas, sem detalhes de ornamentação. No caso da porta principal da capela, ocorre execução de bandeira fixa, com estrutura em madeira e fechamento em vidro liso colorido. As portas metálicas são executadas em folha simples, sendo do tipo de abrir, pintadas em tons de azul claro, no abrigo do caseiro; e azul petróleo nos banheiros, possuindo em ambos os casos montante reto.

As janelas não possuem variação quanto à estrutura, sendo todas feitas em peças metálicas, mas possuem variação quanto ao tipo. No caso das aberturas do balcão da cozinha são do tipo caracol, sendo inteiramente em folha metálica. Na capela da Saudade as janelas são do tipo basculante, pintadas na cor branca, possuindo fechamento em vidro liso colorido. As janelas da fachada frontal ocorrem trabalho feito por enquadramento em massa, pintado na cor azul, sendo o enquadramento inteiramente reto.

O Coreto possui alicerce em tijolos, possuindo porta para viabilizar o uso do espaço gerado em sua parte inferior. A escada de acesso ao seu patamar é executada em cimento, pintada na cor cinza, sendo seu patamar também pavimentado em cimento e pintado em cor semelhante. A parte superior possui fechamento em gradil metálico, possuindo quatro pilares de madeira, responsáveis por estruturar a cobertura, sendo esta em quatro águas, com telhas do tipo capa e bica.

Externamente, a capela da Saudade possui na fachada frontal execução de frontão coroado por cruz em ferro. A fachada frontal ainda é composta por duas janelas e pela porta frontal, além de óculo cego, centralizado na distância vertical do frontão. As fachadas laterais são semelhantes, contando cada uma delas com um acesso para a nave da capela, tendo como

única diferença a presença de escada para acesso a porta, na fachada lateral esquerda. A fachada posterior possui dois óculos em sua parte superior, fechados por vidros lisos transparentes, e porta de acesso à parte interna da capela, dando acesso ao altar.

A planta da capela da Saudade tem partido retangular simples, possuindo dois cômodos internos, nave e altar. Dividindo os cômodos há execução de vão retangular, não possuindo ornamentação ou trabalho decorativo.

Em relação à nave, esta possui pintura dialogando com a parte externa, também empregando tons de branco e azul. A cor branca é empregada nas alvenarias, na estrutura das janelas e no forro; e a cor azul ocorre nos rodapés e nas portas. O piso é executado em ladrilho hidráulico, sendo o mesmo na nave e no altar, com exceção do degrau conformado pela diferença de altura entre os dois cômodos, sendo esse revestido em peças de granito preto. Vale destacar que o rodapé também é executado em peças de granito preto, dialogando com os desenhos geométricos presentes nas peças de ladrilho hidráulico.

No altar as paredes laterais são pintadas na cor dourada e a parede onde está instalada a mesa com sacrário e as imagens sacras são pintadas na cor branca. A mesa é executada em alvenaria, sendo pintada na cor branca e recebe rodapé em madeira geometrizada. O forro também possui trabalho diferenciado, contando com pintura impressa com imagens de anjos e do Espírito Santo, sendo forte a presença da cor azul. O rodapé é semelhante ao da nave, dialogando com o forro do espaço.

O sistema de iluminação interno é feito através de luminárias pendentes fixadas ao forro, tanto na nave como no altar, sendo a distribuição de energia feita por quadro de distribuição de circuitos ligado diretamente ao padrão de energia externo.

Não é possível precisar um estilo arquitetônico a capela, tendo aproximação com características da arquitetura colonial, tanto pelo ritmo de abertura quanto pelo formato dos vãos. Os anexos não tem datação de sua execução, não possuindo também estilo aparente. O início da história da capela da Saudade tem ligação com a construção de um cruzeiro no ponto mais alto da fazenda homônima. A construção do templo foi idealizada por Francisco Pereira Rezende em 1899 e a sua reforma/reconstrução ocorreu em 1954, dando-lhe o formato atual.

6. FICHAS DE INVENTÁRIO

6.1. CAPELA DA SAUDADE

Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural		INV/MG
ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS E URBANÍSTICAS		Código: BIM mun. 01/2016
1- Município: Uberlândia	2- Distrito/Povoado: Cruz Branca - Área Rural do Distrito Sede	
3- Designação: Capela da Saudade		
4- Endereço: Estrada Municipal 371 – KM 30 – Cruz Branca		
5- Propriedade/situação de propriedade: Edésio Vieira de Pádua/ privada		
6- Responsável: Edésio Vieira de Pádua		
7- Situação de ocupação: Própria		
8- Análises de entorno (situação e ambiência): A capela da Saudade insere-se na Estrada Municipal 371, quilômetro 30, da zona rural do Distrito Sede. O entorno da capela pode ser dividido em duas partes: a primeira é relativa aos anexos presentes em seu terreno; e a segunda é conformada por fazendas e vegetação natural que lhe circundam. O acesso à capela é influenciado pela forma da delimitação do lote, feita por tapumes metálicos, sendo a abertura de entrada voltada para a parte posterior da capela. Vale ressaltar que tanto o lote, quanto a capela da Saudade são de propriedade privada, sendo fruto de herança familiar dos construtores do templo. Esse fato, juntamente com o novo uso empregado ao espaço, justifica a posição atual da entrada, sendo o uso do imóvel e de seus anexos feito para shows musicais variados, promovidos por um dos membros da família proprietária da capela, sendo o novo acesso pensado para os usuários desses eventos. A implantação das construções é feita em meia encosta, possuindo aclive posterior. O acesso original é feito a partir de sua relação com a Estrada Municipal 371, sendo voltado para a vegetação natural e para as fazendas que compõem o trecho da zona rural em que a capela se insere. A escada de acesso ao adro é feita em cimento grosso, dando visada direta para o cruzeiro, localizado a frente da capela, e para a escadaria e entrada principal da edificação que abriga a capela da Saudade.		

A área verde que circunda o adro da capela conta com hortas e pomares, além de árvores de grande porte, mas, em sua maioria, é coberta por gramíneas. Sua área verde conta com parte pavimentada, onde ocorre a instalação de barracas e execução do palco, para realização dos shows.

No que diz respeito aos anexos, eles somam um total de sete cômodos: sendo cinco edificações em alvenaria (banheiros masculino e feminino, cozinha, cômodo para depósito de materiais e cômodo para moradia do caseiro da capela da Saudade). Além desses, há um cômodo improvisado em madeira, funcionando como quarto; cômodo executado em tapumes metálicos, para abrigo do ajudante, recém-contratado; e, por fim, o coreto. Juntamente com os anexos construídos, há ainda dois pátios cobertos, funcionando como local de apoio e concentração de usuários do espaço da capela.

9- Documentação fotográfica:



Foto 1 – Vista frontal da Capela da Saudade
Ano 2016.
Foto: Guilherme Gomes da Silva



Foto 2 - Vista geral da parte posterior da Capela da Saudade. Ano 2016.
Foto: Guilherme Gomes da Silva



Foto 3 – Vista do entorno da Capela da Saudade.
Ano 2016.
Foto: Guilherme Gomes da Silva



Foto 4 – Maquete eletrônica da ocupação da Capela da Saudade durante eventos. Ano 2016.
Fonte: <http://jrrodeios.com.br/site/>

10- Histórico:

A região onde está situada a capela da Saudade é conhecida como Cruz Branca, área rural do Distrito Sede. A capela foi construída nas terras que pertenceu à família Pereira. No início do século XIX a família Pereira, chegou às terras do antigo Sertão da Farinha Podre¹², que compreendia a região do extremo oeste de Minas Gerais. A área é delimitada ao sul pelo rio Grande que separa Minas Gerais e São Paulo; ao norte pelo rio Paranaíba que faz divisa com Goiás; a oeste pela convergência dos rios Grande e Paranaíba que faz divisa com Mato Grosso do Sul; e a leste, pela Serra da Mata da Corda e da Canastra¹³.

Em meados do século XIX as terras da fazenda da família Pereira foram subdivididas em diversas fazendas, dentre elas, surgiu a fazenda da Saudade. O primeiro proprietário foi Francisco Pereira Resende e sua esposa Genoveva Alves de Resende. Com o tempo deixa-a em herança para o filho João Resende, que por sua vez passa a propriedade para a filha Ana Pádua de Resende e o genro, Francisco Fernandes de Resende. Em 2016, a fazenda pertence ao casal Edésio Vieira de Pádua e Darci Eurípedes de Pádua, sendo Darci filha de Ana e Francisco.

No início do século XIX foi construído um cruzeiro no ponto mais alto da fazenda da Saudade. De acordo com Moreira (2013) uma das manifestações mais comum de devoção trazida pelos portugueses para o Brasil foi a cruz. Chantar cruzeiros tinha a finalidade de formalizar a conquista do espaço, de sacralização, de invocação da proteção celeste, de demarcação de local de culto, convocação do povo e de catequese. A cruz, portanto, se estabelece como uma forma de devoção popular e além do povo, as autoridades civis e militares se encarregavam de semear cruzeiros em todo o território. A partir do marco inicial, lugar de encontros, catequese e cultos, surgem ermidas, depois capelas, igrejas e cidades.

Em Uberlândia diferentes igrejas e localidades têm suas histórias vinculadas à ereção de um cruzeiro, como são os casos dos distritos de Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia, Tapuira, dentre outros povoados/distritos. Várias são as versões relatadas pelos herdeiros com relação à construção do cruzeiro na fazenda da Saudade:

¹² A denominação “Sertão da Farinha Podre” decorre do fato dos desbravadores da região, saídos do Desemboque, demarcarem o caminho com bolsas de couro cheias de farinha nos galhos das árvores. Ao retornarem de viagem, após longos meses, a farinha encontrava-se putrefata. Outra versão atribui a alcunha a uma região de Portugal, cujas terras teriam certa semelhança entre si. (RISCHITELI, 2005, p. 51).

¹³ Atualmente a região corresponde o Triângulo Mineiro e parte do Alto Paranaíba.

“Antigamente o Joaquim Pereira dos Santos que foi o pai do Coronel Antônio Alves Pereira que comprou a primeira fazenda do município de Uberlândia chamada fazenda São Francisco de Assis, fazenda histórica, fez voto¹⁴ de levantar um cruzeiro para o monjolo parar de socar a noite”. (Astolfo Pereira Carneiro, entrevista realizada pelo Triângulo das Geraes em 2014).

“Primeiro veio o cruzeiro, a referência é o cruzeiro (...) erguido para que o povo viesse aqui para trazer uma pedra para chover. (...) Seu Astolfo conta uma história que no século passado morreu um Pereira da família deles, e veio trazendo o morto a cavalo e teve que enterrar no meio do mato. E ele [o falecido] tinha um voto de erguer esse cruzeiro, diz que o monjolo tocava sozinho e um velho desses antigos falou: vamos erguer um cruzeiro igual ele queria, que vai parar de tocar o monjolo. E aí ergueu o cruzeiro aqui e diz que o monjolo parou de tocar”. (José Roberto da Silva, entrevista realizada em novembro de 2015).

“Há duas versões de motivação para construção da cruz: a primeira, segundo Seu Astolfo, existia um monjolo, na verdade era um trapizonga¹⁵, que disparava sem que ninguém fosse lá mexer nele. E a segunda versão que uma pessoa da família deu foi por causa do fogo selvagem¹⁶ e por causa desses motivos fizeram votos e construíram a cruz. E esses problemas foram resolvidos”. (Darci Eurípedes de Pádua, entrevista realizada em novembro de 2015).

Após a construção do cruzeiro, na segunda metade do século XIX, foi erguido um rancho por Francisco Pereira Resende e sua esposa Genoveva Alves de Resende, donos da fazenda da Saudade, para amparar os devotos que vinham rezar ao pé do cruzeiro. Os cruzeiros são frequentados pelo povo para rezar pelas almas e para fazer penitência em tempos de seca. Para obter chuva, molha o cruzeiro, alguns penitentes carregavam pedras ou latas com água.

“Quando não dava chuva aí o povo vinha fazer penitência. Nós éramos criança pequena e tinha que vim com litrinho de água e dentro das vasilhas as pessoas que tinha mais força física punha pedra que colocava na cruz (...) enchia de flor, era muito bonito” (Dona Guiomar, entrevista realizada pelo Triângulo das Geraes em 2014).

¹⁴ Do latim “votum”, promessa solene a Deus. (Poel 2013).

¹⁵ Equipamento movido à água utilizado para socar milho, limpar arroz, moer cana, ralar mandioca e produzir energia elétrica para iluminação. Utilizado nas fazendas antes da criação das usinas hidrelétricas e da invenção dos motores elétricos.

¹⁶ Fogo selvagem (Pênfigo) é uma doença autoimune. A primeira manifestação clínica é o aparecimento de bolhas cheias de líquido, intraepidérmicas, de diâmetros diferentes, primeiro nas membranas mucosas da boca, vagina e pênis, ou na pele do tórax, rosto e couro cabeludo, mas que depois se espalham pelo corpo todo. Quando essas bolhas se rompem, surgem no local feridas em carne viva que podem ocupar grandes áreas e servem de porta de entrada para infecções. Referência: VARELLA, Drauzio. FOGO SELVAGEM (PÊNFIGO).



Capela da Saudade

Data 2004

Foto: http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5638.pdf



Capela da Saudade

Data 2011

Foto: <http://www.panoramio.com/photo/54741254>

O atual cruzeiro é uma representação da cruz dos martírios, no qual são pregados os instrumentos da paixão de Cristo, também chamados de ferramentas da paixão ou martírios. Os símbolos do cruzeiro são: o galo de São Pedro, que representa a luz da aurora, a luta e a vitória de Cristo ressuscitado, vitória da qual participava São Pedro mártir, a escada, simbolizando descimento do corpo de Cristo da cruz, os instrumentos do martírio o martelo e duas lanças, o cálice da amargura oferecido a Jesus por um anjo no horto das Oliveiras, o véu de Verônica, que representa o pano que Verônica enxugou o rosto de Jesus na subida do calvário, a coroa símbolo da soberania. Segundo um dito popular acima de Deus, só a sua coroa e uma placa com a inscrição INRI - Iesus Nazarenum Rex Ideorum (Jesus Nazareno Rei dos Judeus).

Depois da construção do rancho, foi erguida em 1899, uma pequena capela nomeada capela da Saudade, tendo como orago a Santa Cruz, por iniciativa de Francisco Pereira de Rezende. No início do século XX foi iniciado na capela o festejo da Santa Cruz no dia 03 de maio. Segundo Poel (2013), a santa cruz é celebrada com grande participação popular na sexta-feira santa e no dia da Santa Cruz.

Com o passar dos anos a primeira capela deteriorou-se, sendo reconstruída em 1954

por iniciativa do Sr. Astolfo Pereira Carneiro em homenagem a Francisco Pereira de Rezende e aos zeladores Coronel Antônio Alves Pereira, João Francisco dos Santos e Francisco Fernandes de Rezende. A reconstrução ocorreu com ajuda de amigos através de mutirão, leilões, donativos e festejos.



Vista do Cruzeiro e da capela da Saudade

Data 04 de dez. 2016

Autor: Rildo César Souza

Na década de 1990 o cruzeiro de madeira com deterioração avançada foi substituído por um cruzeiro de alvenaria. A cruz antiga de madeira foi enterrada no adro da capela. No ano 2014 ocorreu à última reforma na capela da Saudade como troca do telhado, do forro interno e pintura interna e externa.

Atualmente além da festa da Santa Cruz de Todos os Santos realizada no mês de maio, ocorre também missa uma vez por mês, a Cavalcada da Saudade no mês de setembro e eventos sertanejos esporádicos durante o ano no pátio da capela.

Segundo José Roberto da Silva, a importância da Capela da Saudade está relacionada à memória coletiva do lugar, muitas pessoas da região frequentaram missas, foram batizadas na capela e vivenciaram as celebrações religiosas, como as festas de São Sebastião, da Santa Cruz e de Nossa Senhora Aparecida promovidas na capela e muitas pessoas ajudaram de alguma forma na construção, reconstrução e reforma da capela.

Para Antônio Gomes de Oliveira, nascido e criado na fazenda da Saudade, o seu pai, Antônio Juvenal de Oliveira, ajudou na reconstrução da capela em 1954 e ressaltou que a importância do templo é tanto devocional quanto pelas memórias vivenciadas na capela em sua infância, participando de várias celebrações, com procissão, canto de prendas, leilões e

queima de fogos.

11- Uso atual / usos antigos: realização de shows musicais, eventos e missas.

12- Descrição:

Externamente, a capela da Saudade possui na fachada frontal execução de frontão coroadado por cruz em ferro. A fachada frontal ainda é composta por duas janelas e pela porta frontal, além de óculo cego, centralizado na distância vertical do frontão. As fachadas laterais são semelhantes, contando cada uma delas com um acesso para a nave da capela, tendo como única diferença a presença de escada para acesso a porta, na fachada lateral esquerda. A fachada posterior possui dois óculos em sua parte superior, fechados por vidros lisos transparentes, e porta de acesso à parte interna da capela, dando acesso ao altar.

A planta da capela da Saudade tem partido retangular simples, possuindo dois cômodos internos, nave e altar. Dividindo os cômodos há execução de vão retangular, não possuindo ornamentação ou trabalho decorativo.

Tanto a capela da Saudade quanto seus anexos são executados em pavimento único, sendo a capela elevada em relação às outras construções que lhe dão auxílio, devido às inclinações do terreno e ao alicerce que a sustenta.

A cobertura de todas as edificações e pátios cobertos da capela da Saudade é executada em peças de madeira, variando quanto à espessura das peças. No que diz respeito ao manto de cobertura, esse também possui uniformidade, sendo feito em telhas cerâmicas do tipo capa e bica, exceto a cobertura da cozinha e do pátio localizado a sua frente, sendo essas feitas em telhas de fibrocimento. O número de águas dos telhados também se repete, sendo dois em todos os locais cobertos. No telhado da capela da Saudade, ocorre execução de cimalha, sendo realizada em peças de madeira, pintadas na cor azul.

A pintura externa também possui padronização, sendo a parte inferior pintada na cor azul e a parte superior pintada na cor branca, tanto nas áreas edificadas como nos pilares dos pátios cobertos e no muro que circunda o adro.

As portas variam entre duas modalidades: as portas de madeira, presentes na capela da Saudade; e as portas metálicas, presentes na moradia do caseiro e nos banheiros masculino e feminino. Todas as portas de madeira são do tipo reguada, executadas em folha dupla de abrir, possuindo verga e ombreiras retas, sem detalhes de ornamentação. No caso da porta principal da capela, ocorre execução de bandeira fixa, com estrutura em madeira e fechamento em vidro liso colorido. As portas metálicas são executadas em folha simples, sendo do tipo de abrir, pintadas em tons de azul claro, no abrigo do caseiro; e azul petróleo

nos banheiros, possuindo em ambos os casos montante reto.

As janelas não possuem variação quanto à estrutura, sendo todas feitas em peças metálicas, mas possuem variação quanto ao tipo. No caso das aberturas do balcão da cozinha são do tipo caracol, sendo inteiramente em folha metálica. Na capela da Saudade as janelas são do tipo basculante, pintadas na cor branca, possuindo fechamento em vidro liso colorido. As janelas da fachada frontal ocorrem trabalho feito por enquadramento em massa, pintado na cor azul, sendo o enquadramento inteiramente reto.

Em relação à nave, esta possui pintura dialogando com a parte externa, também empregando tons de branco e azul. A cor branca é empregada nas alvenarias, na estrutura das janelas e no forro; e a cor azul ocorre nos rodapés e nas portas. O piso é executado em ladrilho hidráulico, sendo o mesmo na nave e no altar, com exceção do degrau conformado pela diferença de altura entre os dois cômodos, sendo esse revestido em peças de granito preto. Vale destacar que o rodapé também é executado em peças de granito preto, dialogando com os desenhos geométricos presentes nas peças de ladrilho hidráulico.

No altar as paredes laterais são pintadas na cor dourada e a parede onde está instalada a mesa com sacrário e as imagens sacras são pintadas na cor branca. A mesa é executada em alvenaria, sendo pintada na cor branca e recebe rodapé em madeira geometrizada. O forro também possui trabalho diferenciado, contando com pintura impressa com imagens de anjos e do Espírito Santo, sendo forte a presença da cor azul. O rodapé é semelhante ao da nave, dialogando com o forro do espaço.

O sistema de iluminação interno é feito através de luminárias pendentes fixadas ao forro, tanto na nave como no altar, sendo a distribuição de energia feita por quadro de distribuição de circuitos ligado diretamente ao padrão de energia externo.

Não é possível precisar um estilo arquitetônico a capela, tendo aproximação com características da arquitetura colonial, tanto pelo ritmo de abertura quanto pelo formato dos vãos. Os anexos não tem datação de sua execução, não possuindo também estilo aparente. O início da história da capela da Saudade tem ligação com a construção de um cruzeiro no ponto mais alto da fazenda homônima. A construção do templo foi idealizada por Francisco Pereira Rezende em 1899 e a sua reforma/reconstrução ocorreu em 1954, dando-lhe o formato atual.

13- Proteção legal existente: nenhuma.

14- Proteção legal proposta: nenhuma.

15- Estado de conservação: () Excelente () Bom (x) Regular () Péssimo
16- Análise do estado de conservação: Os elementos estruturais e vedações que compõem a capela da Saudade não apresentam danos graves, sendo apenas indicada atenção quanto à ação de insetos xilófagos nas portas em madeira. Indica-se vistoria e reparos no manto de cobertura e no forro do beiral, sendo visíveis problemas de infiltração em suas peças de madeira. Os anexos precisam ser repintados e ter seus problemas sanados. Na capela da Saudade realiza-se missa mensal, assim como acontece à festa de Santa Luzia, mas seu uso possui maior associação à realização de shows musicais de grande porte, o que afeta negativamente sua composição e seus elementos. Além disso, foram instalados tapumes metálicos para delimitação de seu lote, o que colabora para desvalorização do bem cultural, juntamente com os outdoors que anunciam os shows que ocorrem em suas dependências.
17- Fatores de degradação: degrada o imóvel a ação das intempéries e a falta de manutenção constante.
18- Medidas de conservação: limpeza e reparos constantes como pintura e poda da vegetação.
19 – Intervenções: houve construção de edificação para depósito e execução de cômodos, feitos em madeira e tapumes metálicos, para abrigar o caseiro e seu ajudante.
20 - Motivação do inventário: produção de conhecimento sobre a capela da Saudade.
21 – Medida de proteção e salvaguarda: inventário.
22- Referências: Conversa informal com Antônio Gomes de Oliveira, 56 anos, funcionário da fazenda onde está situada a capela da Saudade. Uberlândia/MG, realizada no dia 22 de novembro de 2015. Conversa informal com Darci Eurípedes de Pádua, 66 anos, uma das proprietárias das terras onde está situada a capela da Saudade. Uberlândia/MG, realizada no dia 22 de novembro de 2015. Conversa informal com José Roberto da Silva, 51 anos, herdeiro das terras onde está situada a capela da Saudade. Uberlândia/MG, realizada no dia 22 de novembro de 2015. MOREIRA, Cícero Nunes. A cruz e a espada: devoções na Polícia Militar de Minas Gerais. In.: PASSOS, Mauro; NASCIMENTO, Mara Regina do (org.). A invenção das devoções: crenças e formas de expressão religiosa. Belo Horizonte: O Lutador, 2013, p. 89-126. NASCIMENTO, Mara Regina do; PAULA, Durval Saturnino Cardoso de. Festa e devoção em Cruzeiro dos Peixotos , Uberlândia, Revista Horizonte - Dossiê: Religião, Festa e

Sociedade, Belo Horizonte, v. 9, n. 20, p. 41-63, jan./mar. 2011. Disponível em:<
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n20p41/2455>> Acesso em 25 jan. 2016.

POEL, Francisco van der (Frei Chico). **Dicionário da religiosidade popular:** cultura e religião no Brasil. Curitiba: Nossa Cultura. 2013.

Triângulo da Geraes. **Capela Centenária em Uberlândia.** Entrevista com Sr. Astolfo Pereira Carneiro. Publicado em 3 de jun de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vTSILASHZws>>. Acesso em 20 de jan. 2016.

23- Informações complementares: inexistentes.

24 – Ficha técnica:

Levantamento: Andréia Ribeiro, Guilherme Gomes da Silva e Rildo César Souza	Data: nov/2015 e jan/2016
Elaboração: Guilherme Gomes da Silva e Rildo César Souza	Data: jan/2016
Revisão: Andréia Ribeiro	Data: fev/2016

6.2. IMAGEM DE SÃO SEBASTIÃO (NOVA)

Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural		INV/MG
BENS MÓVEIS E BENS INTEGRADOS / ARTE APLICADA		Código: BM mun. 01/2016
1- Município: Uberlândia	2- Comunidade rural: Cruz Branca - Área Rural do Distrito Sede	
3- Acervo: Capela da Saudade		
4- Propriedade / direito de propriedade: Edésio Ferreira de Pádua		
5- Endereço: Estrada Municipal 371 – KM 30 - Saída para Araxá - BR-452, Uberlândia/MG.		
6- Responsável: Edésio Ferreira de Pádua		
7- Designação: Imagem de São Sebastião (nova)		
8- Localização específica: lado do esquerdo do altar		
9- Espécie: Imaginária		
10 – Época: século XXI		
11- Autoria: sem referência		
12- Origem: sem referência		
13- Procedência: sem referência		
14- Material / técnica: Gesso, moldagem, policromia.		
15- Marcas / inscrições / legendas: Inexistentes.		
16- Documentação fotográfica:		



Foto 01: Vista da imagem de São Sebastião.
Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016



Foto 02: Detalhe da imagem de São Sebastião.
Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016



Foto 03: Detalhe da imagem de São Sebastião.
Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016



Foto 04: Vista do altar onde fica a imagem de São Sebastião, à esquerda.
Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016

17. Descrição:

Escultura de gesso, representando uma figura masculina, jovem, em pé, posição frontal, cabeça levemente inclinada à esquerda. Possui rosto oval, olhos pintados de preto e olhar direcionado para cima, sobrancelhas franzidas, nariz fino e reto, cabelos castanhos escuros, boca com lábios rosados e pescoço longo. Braço esquerdo encontra-se flexionado acima da cabeça com os pulsos amarrados por uma corda em tom dourado a um tronco que desce pelas costas da figura. O braço direito estendido ao lado do corpo encontra-se preso numa corda abaixo da axila em um dos galhos do tronco. Corpo magro apresenta musculatura e articulações pouco definidas e está envolto na cintura por um manto longo vermelho frisado com detalhes em tom dourado. A perna esquerda levemente flexionada pra frente e pés em ângulos descalços sobre chão em tom marrom claro, tornozelos amarrados por uma corda em tom dourado. A imagem possui marcas de ferimentos causadas por flechas de madeira, na perna esquerda, no lado esquerdo acima do umbigo, no lado direito do peitoral e no braço esquerdo. Base em tom marrom e preta oitavado.

18- Condições de segurança: (X) Bom () Razoável () Ruim

19- Proteção legal existente: inexistente.

20-Proteção legal proposta: inventário para proteção prévia.

21- Dimensões

São Sebastião

Altura: 74 cm

Largura: 13 cm

Profundidade: 22 cm

Tronco

Altura: 70 cm

22- Estado de conservação: (X) Excelente () Bom () Regular () Péssimo

23- Análise do estado de conservação:

A imagem encontra-se em excelente estado de conservação, não necessita de nenhuma intervenção de restauro.

24- Intervenções – Responsável/ Data: Sem referência.

25- Características técnicas:

Peça de seriação em gesso, policromada e olhos pintados incrustados e flechas de madeira e encaixadas.

26- Características estilísticas:

Peça datada do século XXI, de fabricação em série. A imagem possui proporções bem

definidas, traços suaves, semblante sereno e panejamento com pouca movimentação.

27- Características iconográficas:

A imagem de São Sebastião é apresentada com um manto vermelho, flechado e amarrada num tronco de árvore. Segundo a tradição, o mártir São Sebastião nasceu em Narbona (Gália). Tornou-se soldado do exército romano. Foi capitão da Guarda Pretoriana do Imperador Diocleciano. Por ser cristão amarraram em uma árvore e crivaram de flechas. Tido por morto, foi socorrido e curado pelos cristãos. Posteriormente, pediu ao imperador que deixasse de perseguir os cristãos, mas em resposta foi açoitado até a morrer, entre 284 e 288. Sua festa é comemorada no dia 20 de janeiro. Antigamente sua procissão e festa eram organizadas pelo poder público, pois São Sebastião pertence aos santos guerreiros e é patrono dos soldados, dos fogueteiros, dos armeiros e negociantes de ferragens, também é patrono dos fazendeiros, boiadeiros e protetor do gado. Na sua festa em muitas cidades, há leilão de gado em benefício da igreja e para custear os festejos. No Brasil é orago de 144 paróquias e dá nome a 7 municípios brasileiros, além de vilas e povoados.

28- Dados históricos:

Segundo Darci Eurípedes de Pádua, a imagem de São Sebastião foi comprada por Lindalva em 2014.

29- Motivação do inventário: A imagem pertence ao acervo da capela da Saudade, sendo também apropriada por motivo devocional.

30- Referências:

Conversa informal com Darci Eurípedes de Pádua, 66 anos, herdeira da propriedade onde está implantada a capela da Saudade. Uberlândia/MG, realizada no dia 22 de novembro de 2015.

POEL, Francisco van der (Frei Chico). Dicionário da religiosidade popular: Cultura e Religião no Brasil. Paraná: Nossa Cultura, 2013.

TAVARES, Jorge Campos – Dicionário de Santos. 2ª ed. Porto: Lello e Irmão – Editores.

31- Informações complementares: inexistentes.

32- Equipe técnica:

Levantamento: Andréia Ribeiro, Rildo César Souza.

Data: nov./ 2015 e jan/2016

Elaboração: Rildo César Souza

Data: jan. 2016

Revisão: Minas Cidades

Data: fev. 2016

6.3. IMAGEM DE SÃO SEBASTIÃO (ANTIGA)

Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural		INV/MG
BENS MÓVEIS E BENS INTEGRADOS / ARTE APLICADA		Código: BM mun. 02/2016
1- Município: Uberlândia	2- Comunidade rural: Cruz Branca - Área Rural do Distrito Sede	
3- Acervo: Capela da Saudade		
4- Propriedade / direito de propriedade: Edésio Ferreira de Pádua		
5- Endereço: Estrada Municipal 371 – KM 30 - Saída para Araxá - BR-452, Uberlândia/MG.		
6- Responsável: Edésio Ferreira de Pádua		
7- Designação: Imagem de São Sebastião (antiga)		
8- Localização específica: lado do direito do altar		
9- Espécie: Imaginária		
10 – Época: século XX		
11- Autoria: sem referência		
12- Origem: sem referência		
13- Procedência: sem referência		
14- Material / técnica: Gesso, moldagem, policromia.		
15- Marcas / inscrições / legendas: Inexistentes.		
16- Documentação fotográfica:		



Foto 01: Imagem de São Sebastião.
Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016



Foto 02: Detalhe da imagem de São Sebastião.
Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016

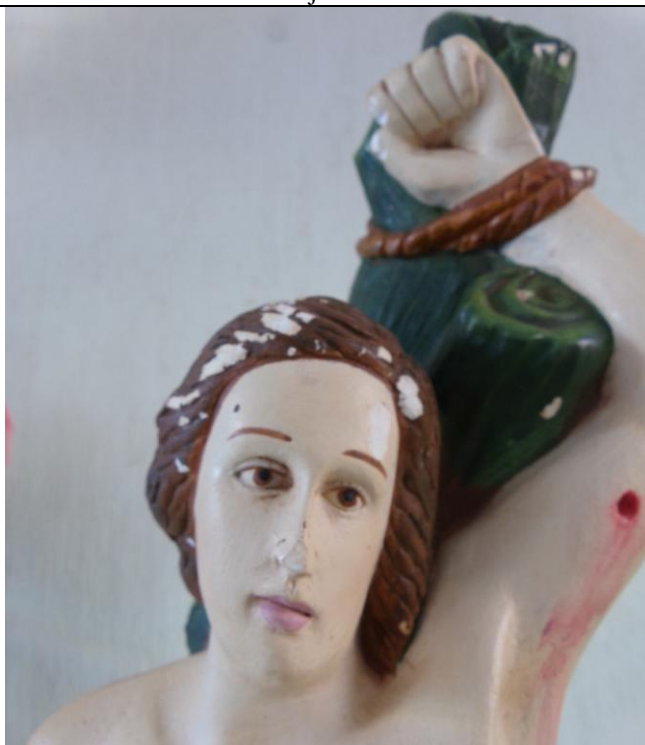


Foto 03: Detalhe do rosto da imagem de São Sebastião.
Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016



Foto 04: Imagem de São Sebastião de perfil.
Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016

17. Descrição:

Escultura de gesso, representando uma figura masculina, jovem, em pé, posição frontal, cabeça levemente inclinada à esquerda. Possui rosto oval, olhos pintados de pretos e olhar direcionado para frente, sobrancelhas franzidas, nariz fino e reto, cabelos castanhos escuros, boca com lábios rosados e pescoço longo. Braço esquerdo encontra-se flexionado acima da cabeça com os pulsos amarrados por uma corda em tom marrom num tronco verde que desce pelas costas da figura. O braço direito estendido ao lado do corpo encontra-se preso a uma corda abaixo da axila em um dos galhos do tronco. Corpo magro apresenta musculatura e articulações pouco definidas e está envolto na cintura por um manto longo vermelho com detalhes fitomórficos e frisos em tom dourado. A perna esquerda levemente flexionada pra frente e pés em ângulos descalços sobre chão em tom verde escuro com amarelo, amarrados por uma corda em tom marrom. A imagem possui marcas de ferimentos causadas por flechas, nas pernas, no lado esquerdo acima do umbigo, no lado direito do peitoral e no braço esquerdo. Base oitavada em tom verde escuro, amarela e preta.

18- Condições de segurança: (X) Bom () Razoável () Ruim

19- Proteção legal existente: inexistente.

20-Proteção legal proposta: inventário para proteção prévia.

21- Dimensões

São Sebastião

Altura: 63 cm

Largura: 23 cm

Profundidade: 18 cm

22- Estado de conservação: () Excelente () Bom () Regular (X) Péssimo

23- Análise do estado de conservação:

A imagem encontra-se em péssimo estado de conservação. A peça está com a policromia desgastada, perdas de fragmentos (lascas) e com várias fissuras pelo corpo. O pé direito e os dedos do pé esquerdo encontra-se com trincas profundas. As flechas que compõem a iconografia da imagem foram perdidas.

24- Intervenções – Responsável/ Data: Sem referência.

25- Características técnicas:

Peça de seriação em gesso, policromada e olhos pintados.

26- Características estilísticas:

Peça datada do século XX, de fabricação em série. A imagem possui proporções bem definidas, traços suaves, semblante sereno e panejamento com pouca movimentação.

27- Características iconográficas:

A imagem de São Sebastião é apresentada com um manto vermelho, flechado e amarrada a um tronco de árvore. Segundo a tradição, o mártir São Sebastião nasceu em Narbona (Gália). Tornou-se soldado do exército romano. Foi capitão da Guarda Pretoriana do Imperador Diocleciano. Por ser cristão amarraram em uma árvore e crivaram de flechas. Tido por morto, foi socorrido e curado pelos cristãos. Posteriormente, pediu ao imperador que deixasse de perseguir os cristãos, mas em resposta foi açoitado até a morrer, entre 284 e 288. Sua festa é comemorada no dia 20 de janeiro. Antigamente sua procissão e festa eram organizadas pelo poder público, pois São Sebastião pertence aos santos guerreiros e é patrono dos soldados, dos fogueteiros, dos armeiros e negociantes de ferragens, também é patrono dos fazendeiros, boiadeiros e protetor do gado. Na sua festa em muitas cidades, há leilão de gado em benefício da Igreja e para custear os festejos. No Brasil é orago de 144 paróquias e dá nome a 7 municípios brasileiros, além de vilas e povoados.

28- Dados históricos:

Segundo Darci Eurípedes de Pádua, a imagem de São Sebastião foi comprada por Guiomar Resende Pereira.

29- Motivação do inventário: A imagem pertence ao acervo da capela da Saudade, sendo também apropriada por motivo devocional.

30- Referências:

Conversa informal com Darci Eurípedes de Pádua, 66 anos, herdeira da propriedade onde está implantada a capela da Saudade. Uberlândia/MG, realizada no dia 22 de novembro de 2015.

POEL, Francisco van der (Frei Chico). Dicionário da religiosidade popular: Cultura e Religião no Brasil. Paraná: Nossa Cultura, 2013.

TAVARES, Jorge Campos – Dicionário de Santos. 2ª ed. Porto: Lello e Irmão – Editores.

31- Informações complementares: inexistentes.

32- Equipe técnica:

Levantamento: Andréia Ribeiro, Rildo César Souza.

Data: nov./2015 e jan. 2016

Elaboração: Rildo César Souza

Data: jan. 2016

Revisão: Minas Cidades

Data: fev. 2016

6.4. IMAGEM DE SANTA LUZIA

Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural		INV/MG
BENS MÓVEIS E BENS INTEGRADOS / ARTE APLICADA		Código: BM mun. 03/2016
1- Município: Uberlândia	2- Comunidade rural: Cruz Branca - Área Rural do Distrito Sede	
3- Acervo: Capela da Saudade		
4- Propriedade / direito de propriedade: Edésio Ferreira de Pádua		
5- Endereço: Estrada Municipal 371 – KM 30 - Saída para Araxá - BR-452, Uberlândia/MG.		
6- Responsável: Edésio Ferreira de Pádua		
7- Designação: Imagem de Santa Luzia		
8- Localização específica: altar		
9- Espécie: Imaginária		
10 – Época: meados do século XX		
11- Autoria: sem referência		
12- Origem: sem referência		
13- Procedência: sem referência		
14- Material / técnica: Gesso, vidro/ moldagem, policromia, incrustação.		
15- Marcas / inscrições / legendas: Inexistentes.		
16- Documentação fotográfica:		



Foto 01: Imagem de Santa Luzia.
Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016



Foto 02: Imagem de Santa Luzia de costa.
Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016



Foto 03: Detalhe do rosto da imagem de Santa Luzia.
Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016



Foto 04: Imagem de Santa Luzia.
Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016

17. Descrição:

Escultura em gesso, representando uma figura feminina, jovem, de pé, posição frontal. Rosto delicado, olhos de vidro em tom castanho escuro, sobrancelhas arqueadas, nariz afilado, boca pequena em tom rosa. Cabelos longos, com estrias, arredondado em “U” em tom castanho escuro, exibe uma coroa dourada sobre a cabeça. Rosto levemente inclinado para a esquerda, com olhar direcionado para frente. Veste uma túnica longa de tom verde com detalhes dourados, mangas cumpridas com detalhes dourados no pulso e na gola, cordão dourado amarrado na cintura. Capa vermelha decorada com detalhes em tom dourado. Traz entre o braço direito uma palma de mártir em tom verde e na mão esquerda segura um prato dourado com dois olhos. Pés calçados com sapatos dourados que aparecem parcialmente encoberto pela túnica. Base oitavada em tom verde e preto.

18- Condições de segurança: (X) Bom () Razoável () Ruim

19- Proteção legal existente: inexistente.

20-Proteção legal proposta: inventário para proteção prévia.

21- Dimensões

Altura: 65 cm

Largura: 22 cm

Profundidade: 18 cm

22- Estado de conservação: () Excelente () Bom (X) Regular () Péssimo

23- Análise do estado de conservação:

A imagem encontra-se em regular estado de conservação, apresentando algumas perdas no cabelo, na parte traseira da capa vermelha e na coroa.

24- Intervenções – Responsável/ Data: Sem referência.

25- Características técnicas:

Imagem moldada em gesso, policromada e incrustação de vidro na figuração dos olhos.

26- Características estilísticas:

Peça datada de meados do século XX, de fabricação em série. A imagem possui proporções bem definidas, traços suaves, semblante sereno e panejamento com ligeira movimentação.

27- Características iconográficas:

A imagem de Santa Luzia é apresentada com túnica longa, traz entre seu braço direito uma palma, que simboliza a vitória dos mártires sobre a morte e na sua mão esquerda um recipiente com dois olhos. Segundo a antiga tradição oral, os olhos referem-se ao fato de que ela teria arrancado os próprios olhos, entregando-os ao carrasco, preferindo isso a renegar a fé em Cristo. Foi enaltecida pelo escritor Dante Alighieri, na obra “A Divina

Comédia”, que atribuiu a Santa Luzia a função da graça iluminadora. A devoção à santa, cujo próprio nome está ligado à visão (“Luzia” do latim “lux”, luz), já era exaltada desde o século V. Os milagres atribuídos à sua intercessão a transformaram numa das santas auxiliadoras da população, que a invocam, principalmente, nas orações para obter cura nas doenças dos olhos ou da cegueira. Sua festa é 13 de dezembro.

28- Dados históricos:

Segundo Darci Eurípedes de Pádua, a imagem de Santa Luzia foi ofertada pela dona Dalva Pereira da Rocha há mais de 40 anos.

29- Motivação do inventário: A imagem pertence ao acervo da capela da Saudade, sendo também apropriada por motivos devocional.

30- Referências:

Conversa informal com Darci Eurípedes de Pádua, 66 anos, herdeira da propriedade onde está implantada a capela da Saudade. Uberlândia/MG, realizada no dia 22 de novembro de 2015.

CUNHA, Maria José Assunção da. Iconografia Cristã (Caderno de Pesquisa). Ouro Preto: Instituto de Artes e Cultura / UFOP, 1993.

POEL, Francisco van der (Frei Chico). Dicionário da religiosidade popular: Cultura e Religião no Brasil. Paraná: Nossa Cultura, 2013.

TAVARES, Jorge Campos – Dicionário de Santos. 2ª ed. Porto: Lello e Irmão – Editores.

31- Informações complementares: inexistentes.

32- Equipe técnica:

Levantamento: Andréia Ribeiro, Rildo César Souza.	Data: nov./2015 e jan. 2016
Elaboração: Rildo César Souza	Data: jan. 2016
Revisão: Minas Cidades	Data: fev. 2016

6.5. IMAGEM DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA

Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural		INV/MG
BENS MÓVEIS E BENS INTEGRADOS / ARTE APLICADA		Código: BM mun. 04/2016
1- Município: Uberlândia	2- Comunidade rural: Cruz Branca - Área Rural do Distrito Sede	
3- Acervo: Capela da Saudade		
4- Propriedade / direito de propriedade: Edésio Ferreira de Pádua		
5- Endereço: Estrada Municipal 371 – KM 30 - Saída para Araxá - BR-452, Uberlândia/MG.		
6- Responsável: Edésio Ferreira de Pádua		
7- Designação: Imagem Sagrado Coração de Maria		
8- Localização específica: altar		
9- Espécie: Imaginária		
10 – Época: meados do século XXI		
11- Autoria: sem referência		
12- Origem: sem referência		
13- Procedência: sem referência		
14- Material / técnica: Gesso, moldagem, policromia, incrustação.		
15- Marcas / inscrições / legendas: Inexistentes.		
16- Documentação fotográfica:		



Foto 01: Imagem do Sagrado Coração de Maria.

Foto: Rildo César Souza

Data: jan. 2016



Foto 02: Detalhe da imagem do Sagrado Coração de Maria.

Foto: Rildo César Souza

Data: jan. 2016



Foto 03: Rosto da imagem do Sagrado Coração de Maria.

Foto: Rildo César Souza

Data: jan. 2016



Foto 04: Vista traseira da imagem do Sagrado Coração de Maria.

Foto: Rildo César Souza

Data: jan. 2016

17. Descrição:

Escultura em gesso, representando uma figura feminina, jovem, de pé, posição frontal. Rosto delicado, olhos pintados em tom azul, sobrancelhas finas, nariz afilado, boca pequena em tom rosa. Cabelos semicoberto por um véu branco. Olhar direcionado para frente. Veste uma túnica longa em tom rosa com mangas cumpridas com detalhes dourados no pulso e na gola, cordão dourado amarrado na cintura. Em volta a túnica rosa traz um manto azul com detalhes dourado. No centro do peito, exibe coração vermelho em chamas. O coração está envolto numa coroa de espinhos em tom dourado. Deflagram raios dourados ao seu redor, dando a ideia de que o coração irradia raios de luz. Braço esquerdo flexionado com dedo apontando para o Sagrado Coração, braço direito flexionado com a mão segurando o manto azul próximo ao busto. Pés descalços que aparecem parcialmente encobertos pela túnica. Base oitavada em tom verde e marrom.

18- Condições de segurança: (X) Bom () Razoável () Ruim

19- Proteção legal existente: inexistente.

20-Proteção legal proposta: inventário para proteção prévia.

21- Dimensões

Altura: 63 cm

Largura: 23 cm

Profundidade: 18 cm

22- Estado de conservação: () Excelente (X) Bom () Regular () Péssimo

23- Análise do estado de conservação:

A imagem encontra-se em bom estado de conservação.

24- Intervenções – Responsável/ Data: Sem referência.

25- Características técnicas:

Imagem moldada em gesso, policromada.

26- Características estilísticas:

Peça datada do século XXI, de fabricação em série. A imagem possui proporções pouco definidas, traços rústicos, semblante sereno e panejamento com ligeira movimentação.

27- Características iconográficas:

A imagem do Sagrado Coração de Maria representa Maria de cabelos castanhos com um véu branco na cabeça, vestindo um manto azul sobre os ombros e uma túnica rosa, na qual, na região do peito, podemos encontrar um coração rodeado por espinhos, envolto por raios de luz e com uma chama acesa no seu topo. O significado deste é semelhante ao do Sagrado Coração de Jesus. Maria também sofre por amor, neste caso, por amor a seu Filho e à

humanidade. Daí a representação dos espinhos no redor do coração, órgão flamejante que simboliza o amor e a caridade. O Sagrado Coração de Maria trata-se de uma devoção, que ganhou grande destaque com as aparições de Nossa Senhora de Fátima, que consiste, portanto, na veneração do coração de Maria, mãe de Jesus, cujo objetivo é a salvação das almas e a conquista da paz, definidas após Nossa Senhora de Fátima revelar aos três pastorinhos o “Segredo”, dividido em três partes.

28- Dados históricos:

Segundo Darci Eurípedes de Pádua, a imagem de Sagrado Coração de Maria foi ofertada pelo Sr. Edésio Ferreira de Pádua no mês de abril de 2014.

29- Motivação do inventário: A imagem pertence ao acervo da capela da Saudade, sendo também apropriada por motivos devocional.

30- Referências:

Conversa informal com Darci Eurípedes de Pádua, 66 anos, herdeira da propriedade onde está implantada a capela da Saudade. Uberlândia/MG, realizada no dia 22 de novembro de 2015.

CUNHA, Maria José Assunção da. Iconografia Cristã (Caderno de Pesquisa). Ouro Preto: Instituto de Artes e Cultura / UFOP, 1993.

POEL, Francisco van der (Frei Chico). Dicionário da religiosidade popular: Cultura e Religião no Brasil. Paraná: Nossa Cultura, 2013.

31- Informações complementares: inexistentes.

32- Equipe técnica:

Levantamento: Andréia Ribeiro, Rildo César Souza.

Data: nov./2015 e jan. 2016

Elaboração: Rildo César Souza

Data: jan. 2016

Revisão: Minas Cidades

Data: fev. 2016

6.6. IMAGEM DE CRISTO CRUCIFICADO

Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural		INV/MG
BENS MÓVEIS E BENS INTEGRADOS / ARTE APLICADA		Código: BM mun. 06/2016
1- Município: Uberlândia	2- Comunidade rural: Cruz Branca - Área Rural do Distrito Sede	
3- Acervo: Capela da Saudade		
4- Propriedade / direito de propriedade: Edésio Ferreira de Pádua		
5- Endereço: Estrada Municipal 371 – KM 30 - Saída para Araxá - BR-452, Uberlândia/MG.		
6- Responsável: Edésio Ferreira de Pádua		
7- Designação: Imagem de Cristo Crucificado		
8- Localização específica: no centro do altar		
9- Espécie: Imaginária		
10 – Época: século XX		
11- Autoria: sem referência		
12- Origem: sem referência		
13- Procedência: sem referência		
14- Material / técnica: Gesso, moldagem, policromia, incrustação, madeira.		
15- Marcas / inscrições / legendas: Inexistentes.		
16- Documentação fotográfica:		



Foto 01: Detalhe do rosto da imagem de Cristo Crucificado.

Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016



Foto 02: Detalhe dos pés da imagem de Cristo Crucificado.

Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016



Foto 03: Imagem de Cristo Crucificado.

Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016



Foto 04: Detalhe do corpo da imagem de Cristo Crucificado.

Foto: Rildo César Souza
Data: jan. 2016

17. Descrição:

A imagem de gesso representa Cristo em uma cruz de madeira recortada pintada de marrom, com o título em cartela branca, com as inscrições latinas pretas, INRI - Iesus Nazarenus Rex Iudeorum (Jesus Nazareno Rei dos Judeus). O Cristo Crucificado é representado por uma figura masculina, jovem, cabeça tombada levemente para direita, sobrancelhas finas, olhos serrados, nariz reto, cabelos pretos longos esvoaçantes caídos sobre os ombros, barba cheia e bigode saindo das narinas, boca fechada e marcas de ferida no lado esquerdo do rosto e marcas de sangue na testa. Possui uma coroa no entorno da cabeça em tom verde com manchas vermelhas simulando sangue. Seus braços são confeccionados em partes encaixadas nos ombros e apresentam estendidos em forma de “Y”, preso na cruz por cravos que simulam pregos metálicos. Torso nu com representação detalhada da anatomia com costela salientes. Veste apenas um perizonium branco com detalhe dourado que simula uma corda. Pernas levemente flexionadas para frente, pés estão juntados, sendo pregados por simulação de cravos metálicos. Possui marca de cortes nos joelhos com sangue escorrendo até meia altura da perna e feridas no rosto, pés, mãos e no lado direito do tórax.

18- Condições de segurança: (X) Bom () Razoável () Ruim

19- Proteção legal existente: inexistente.

20-Proteção legal proposta: inventário para proteção prévia.

21- Dimensões

Cristo

Altura: 118 cm

Largura: 26 cm

Profundidade: 19 cm

Cruz

Altura: 200 cm

Largura: 122 cm

Profundidade: 3 cm

22- Estado de conservação: (X) Excelente () Bom () Regular () Péssimo

23- Análise do estado de conservação:

A imagem encontra-se em excelente estado de conservação, apresentando apenas sujidade na cruz de madeira.

24- Intervenções – Responsável/ Data: Sem referência.

25- Características técnicas:

Imagem de gesso com encaixes nos braços e possui como atributos uma cruz confeccionada

de madeira. A coroa de espinhos é feita de material sintético pintado de verde claro. A cartela branca de gesso fixa na madeira, com as inscrições latinas pretas, INRI - Iesus Nazarenus Rex Iudeorum (Jesus Nazareno Rei dos Judeus).

26- Características estilísticas:

Imagem de gesso do século XX, de fabricação em série. A imagem possui proporções pouco definidas, traços rústicos, semblante sereno e panejamento com ligeira movimentação. Consiste em uma imagem para finalidade processional.

27- Características iconográficas:

A imagem do Cristo Crucificado representa a cena do calvário, quando Jesus Cristo foi crucificado e morto. Esta cena é repetida em todos os evangelhos dos apóstolos e representa o sacrifício do filho de Deus para redenção da humanidade. A imagem é utilizada em procissões durante a Semana Santa e representa a figura de Jesus Cristo no Monte Calvário quando do episódio de sua crucificação, conforme narrado pela tradição cristã. As manchas vermelhas, representando as feridas pelo corpo, fortificam o martírio de Cristo. A coroa de espinhos e a crucificação representa o sacrifício do Filho de Deus para redenção da humanidade.

28- Dados históricos:

Segundo Darci Eurípedes de Pádua a imagem do Cristo Crucificado foi adquirido em 2014 com os recursos da festa de santa cruz. Feita em São Paulo.

29- Motivação do inventário: A imagem pertence ao acervo da capela da Saudade, sendo também apropriada por motivo devocional.

30- Referências:

Conversa informal com Darci Eurípedes de Pádua, 66 anos, herdeira da propriedade onde está implantada a capela da Saudade. Uberlândia/MG, realizada no dia 22 de novembro de 2015.

CUNHA, Maria José Assunção da. Iconografia Cristã (Caderno de Pesquisa). Ouro Preto: Instituto de Artes e Cultura / UFOP, 1993.

POEL, Francisco van der (Frei Chico). Dicionário da religiosidade popular: Cultura e Religião no Brasil. Paraná: Nossa Cultura, 2013.

31- Informações complementares: inexistentes.

32- Equipe técnica:

Levantamento: Andréia Ribeiro, Rildo César Souza.

Data: nov./2015 e jan. 2016

Elaboração: Rildo César Souza

Data: jan. 2016

Revisão: Minas Cidades

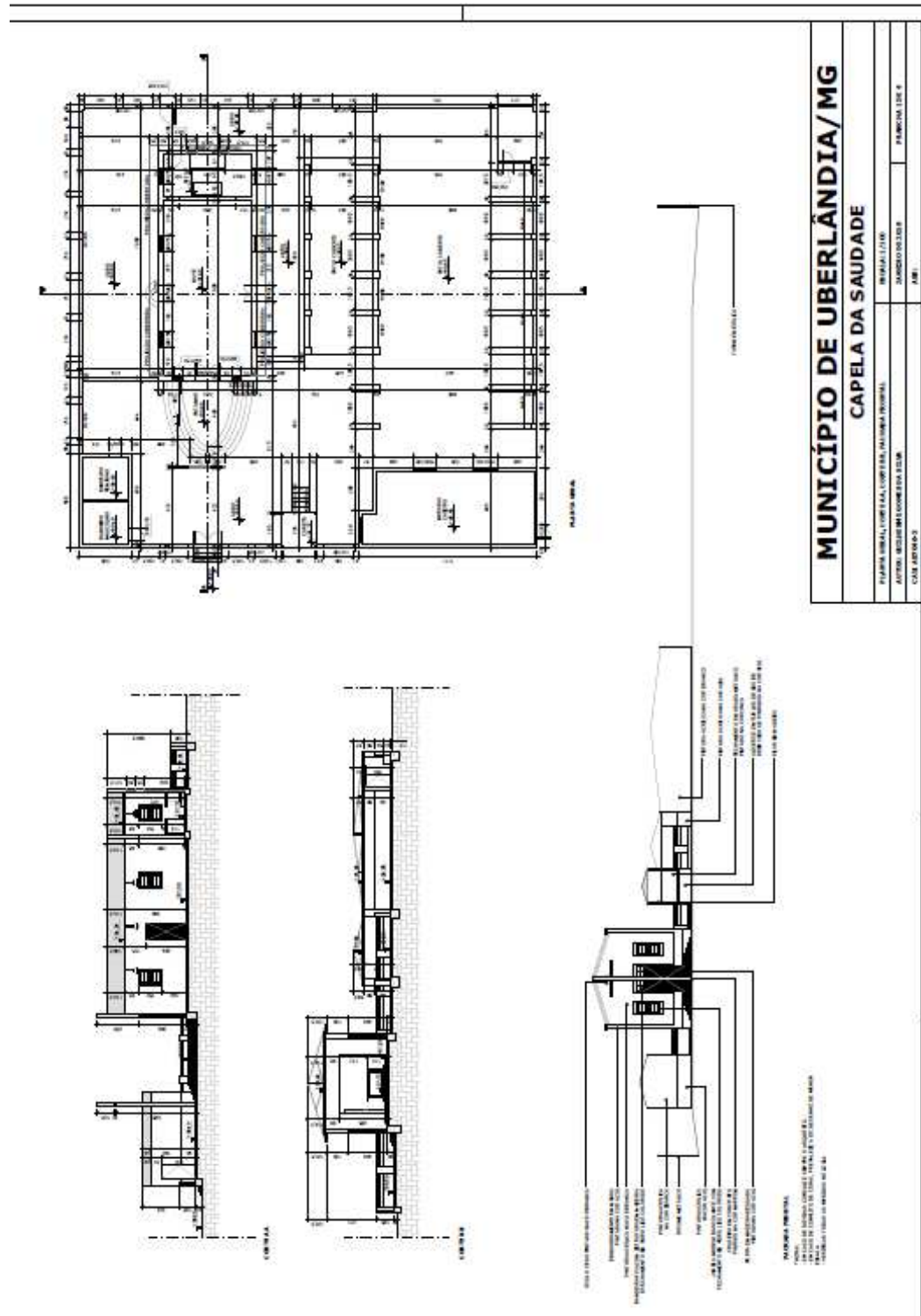
Data: fev. 2016

7. MAPA LOCALIZANDO O MUNICÍPIO EM MINAS GERAIS

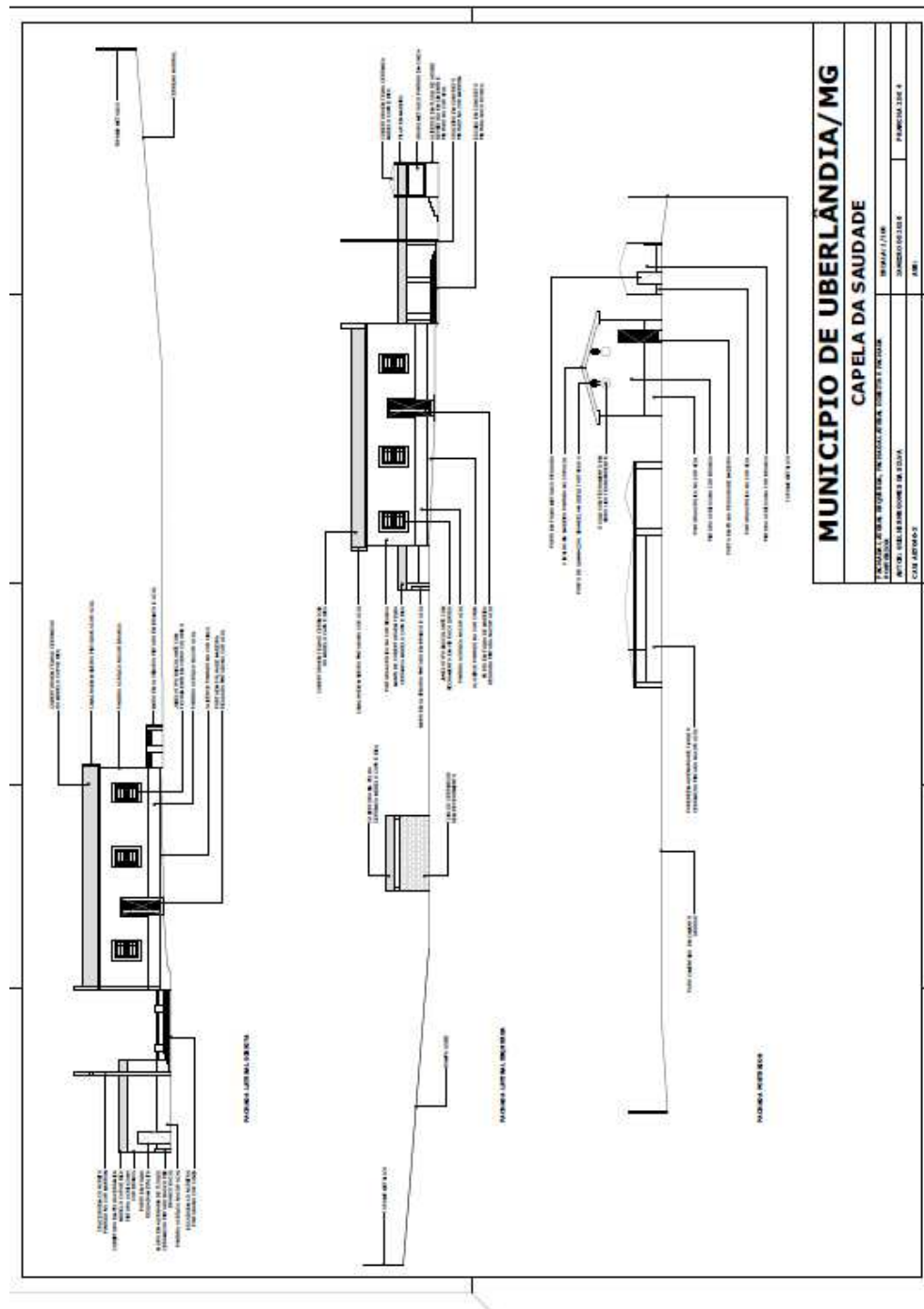


Fonte: IGA, 2016

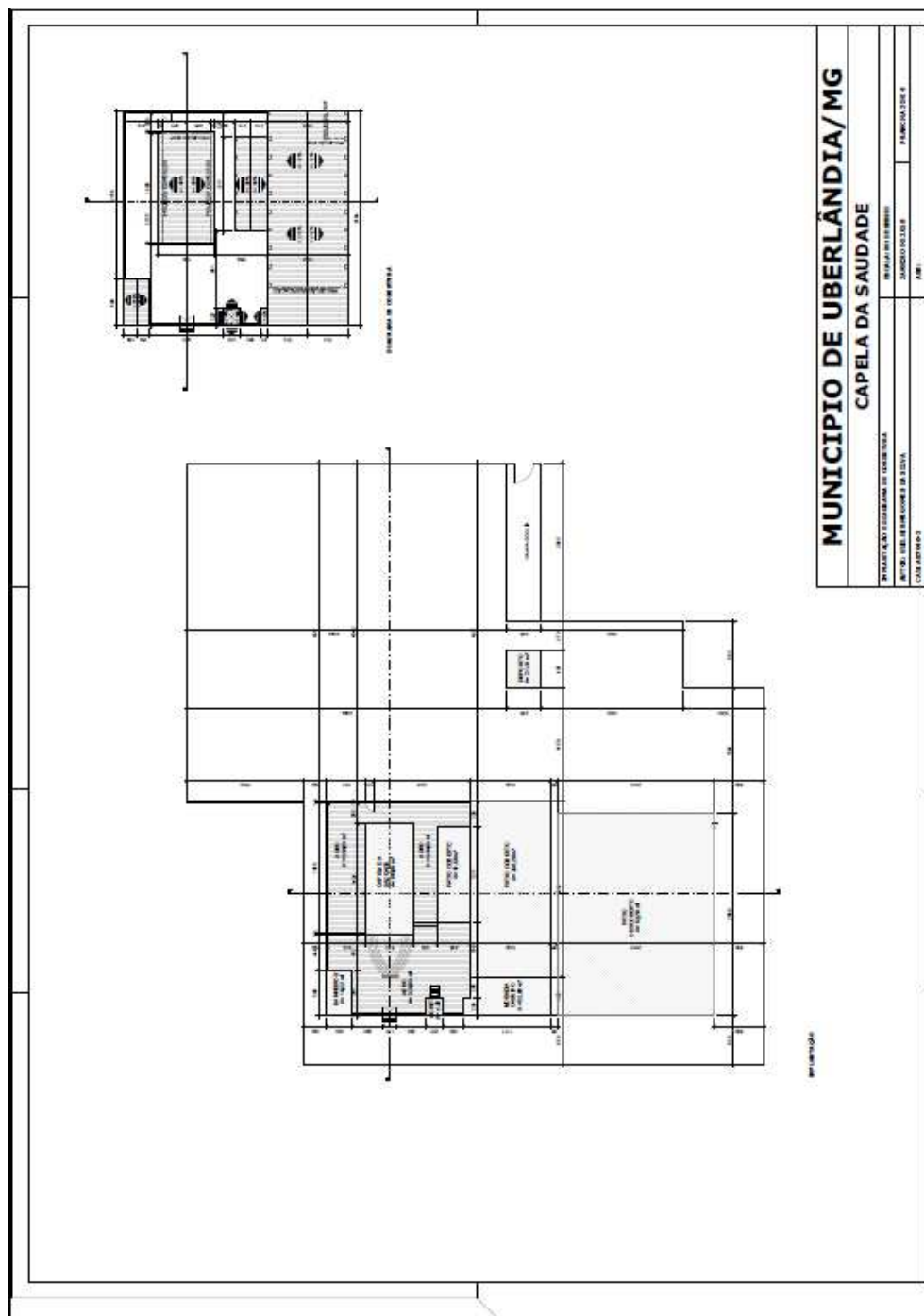
8. PLANTA GERAL, CORTE AA, CORTE BB, FACHADA FRONTAL DA CAPELA DA SAUDADE



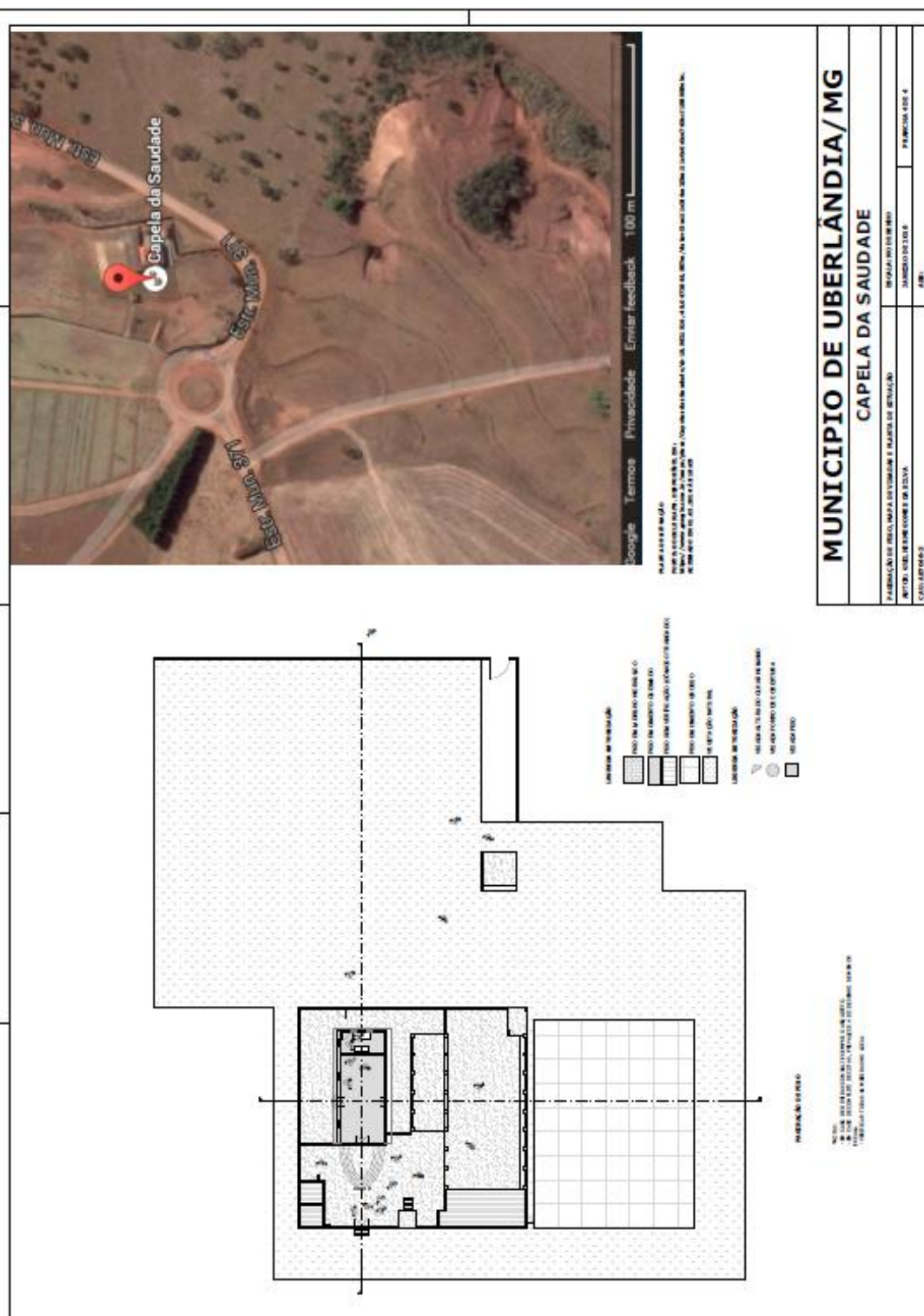
9. FACHADAS LATERAIS ESQUERDA, DIREITA E FACHADA POSTERIOR



10. IMPLANTAÇÃO E DIAGRAMA DE COBERTURA



11. PAGINAÇÃO DE PISO, MAPA DE VISADAS E PLANTA DE SITUAÇÃO



12. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA




	<p>Foto 01 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Capela da Saudade no ano de 2014.</p> <p>Data: 2014. Foto: autor desconhecido.</p>
	<p>Foto 02 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Vista do entorno da capela da Saudade marcado por vegetação natural e fazendas.</p> <p>Data: 04/01/2016 Autor: Guilherme G. da Silva</p>
	<p>Foto 03 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Vista do entorno da capela da Saudade. Nota-se o sistema de distribuição de energia.</p> <p>Data: 04/01/2016 Autor: Guilherme G. da Silva</p>



Foto 04
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista da nova entrada proposta para a capela da Saudade. Entrada projetada para acesso dos usuários dos shows e eventos que ocorrem no terreno.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 05
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Anexo construído para depósito de materiais.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 06
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Relação dos anexos com a capela da Saudade.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 07
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista do cômodo construído em madeira, funcionando como quarto.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 08
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista do cômodo que abriga a cozinha. Janelas executadas em folha metálica do tipo caracol.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 09
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista do pátio coberto. Local funciona como apoio e concentração de usuários dos eventos que ocorrem na capela da Saudade.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 10
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista do coreto. Apresenta estrutura em madeira e tijolos de adobe.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 11
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista do anexo para os banheiros. No local funcionava a antiga moradia do padre.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 12
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe do cruzeiro. Passou por reforma no ano de 2014.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 13
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista parcial da capela da Saudade.
Edificação não possui estilo
arquitetônico definido.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 14
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe do antigo portão de acesso
principal ao adro da Capela da
Saudade. Portão executado
inteiramente em ferro.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 15
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista da fachada lateral esquerda.
Possui como diferença para a
fachada lateral oposta a presença de
escada para vencer desnível entre a
porta de acesso a capela e o adro.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 16
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista da fachada posterior. Ao contrário do óculo voltado para a fachada frontal, os óculos presentes na fachada posterior possuem abertura e fechamento em vidro e gradil.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 17
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista interna da capela da Saudade. A pintura das paredes da nave dialoga com as pinturas externas.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 18
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe do forro da nave da Capela da Saudade.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 19
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista do vão de divisão entre nave e altar.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 20
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe do forro do altar. Apresenta impressão de imagem nas peças de madeira.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva



Foto 21
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe do piso em ladrilho hidráulico. Desenhos geométrizados dialogam com a soleira do vão de separação entre nave e altar.

Data: 04/01/2016
Autor: Guilherme G. da Silva

13. LAUDO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Nome do Bem cultural: Capela da Saudade			
Responsável técnico: Guilherme Gomes da Silva			
Registro Profissional: CAU A87046-3			
Localização do Bem tombado: Estrada Municipal 371 – KM 30 – Cruz Branca - Área Rural do Distrito Sede			
Coordenadas geográficas	Latitude: -18.951555	Longitude: -48.046248	
Data: 12/01/2016			
Há obra de restauração em andamento? <input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não			
Há projeto aprovado por lei de incentivo à cultura? <input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não			
Em caso positivo: <input type="radio"/> Lei Federal <input type="radio"/> Lei Estadual <input type="radio"/> Outra			
Estrutura	Estado de conservação		
	Bom (%)	Regular (%)	Ruim, demandando intervenção (%)
Estrutura autônoma de concreto armado	100%	-	-
Estrutura autônoma de madeira	-	-	-
Pilares de concreto	-	-	-
Outros:	-	-	-
Danos verificados: A estrutura da capela da Saudade apresenta bom estado de conservação, tanto no corpo principal da edificação quanto em seus anexos, mas indica-se atenção com o escurecimento e ação de umidade na parte inferior das alvenarias e alicerces.			
Cobertura	Estado de conservação		
	Bom (%)	Regular (%)	Ruim, demandando intervenção (%)
Estrutura do telhado (madeira, laje, perfil, metálico)	100%	-	-
Telhado (capa e bica, telha, francesa, fibrocimento, ardósia, metálico)	85%	10%	5%
Calhas, rufos, condutores.	-	-	-
Coroamento (platibanda, frontão, cimalha)	90%	5%	5%
Outros:	-	-	-
Danos verificados: No corpo principal e nos anexos a estrutura da cobertura é executada em madeira, apresentando bom estado de conservação. No anexo conformado pela área de convivência e pela cozinha ocorre variação do tipo de manto de cobertura: o primeiro é a telha cerâmica, que também reveste a cobertura da capela, do coreto e do anexo de banheiros,			

apresentando bom estado de conservação. O segundo modelo de manto de cobertura é a telha de fibrocimento, presente no anexo que comporta a cozinha da capela da Saudade. Indica-se atenção com o deslocamento de telhas e ação de umidade descendente no corpo principal da capela, já havendo comprometimento das pinturas externas e internas e da pintura do beiral.

Alvenarias	Estado de conservação		
	Bom (%)	Regular (%)	Ruim, demandando intervenção (%)
Tijolo	100%	-	-
Adobe	90%	5%	5%
Taipa de pilão	-	-	-
Pau a pique	-	-	-
Pedra	-	-	-
Outros: (madeira, concreto)	-	-	-
Elementos artísticos aplicados	-	-	-

Danos verificados: A alvenaria do corpo principal da capela da Saudade não apresenta danos. Indica-se atenção com a perda de reboco no alicerce do coreto, tornando aparente a alvenaria em tijolos de adobe, podendo ocasionar prejuízos à estrutura.

Revestimento	Estado de conservação		
	Bom (%)	Regular (%)	Ruim, demandando intervenção (%)
Reboco	85%	5%	10%
Caiação	-	-	-
Pintura (a óleo, à base de água)	70%	10%	20%
Cerâmica	-	-	-
Pedra (mármore, granito...)	-	-	-
Outros: Cimalha	-	-	-
Elementos artísticos aplicados	-	-	-

Danos verificados: Tanto no corpo principal da capela da Saudade quanto em seus anexos a pintura varia entre a cor azul, parte inferior das edificações, e branco, parte superior. Além das cores citadas, ocorre à pintura na cor cinza chumbo, presente na escadaria principal, no alicerce da capela e no adro do conjunto de construções principal. Deve-se ter atenção com a parte inferior da pintura em todas as edificações, principalmente no anexo conformado pela cozinha e no coreto, já ocorrendo escurecimento avançado e formação de musgos na pintura. No corpo principal da capela da Saudade ocorrem descascamentos da pintura em todas as fachadas e um caso mais grave na fachada posterior, onde houve perda do reboco e início da exposição dos tijolos, sendo indicada atenção e reparo, para que o processo não evolua.

Vãos e Vedações	Estado de Conservação		
	Bom (%)	Regular (%)	Ruim, demandando intervenção (%)
Portas	90%	10%	-
Janelas	100%	-	-
Enquadramentos (madeira, massa, pedra)	90%	5%	5%
Ferragens	80%	10%	10%
Outros:	-	-	-
Elementos artísticos aplicados			

Danos verificados: As portas do corpo principal da capela da Saudade são em folhas reguadas de madeira, pintadas na cor azul, apresentando bom estado de conservação, mas demandando atenção quanto à ação de insetos xilófagos. Nos anexos as portas são em folhas metálicas, não

apresentando danos aparentes. Tanto no corpo principal quanto nos anexos as janelas são em estrutura em ferro, sendo do tipo basculante com vidro colorido no corpo principal e do tipo de correr no anexo conformado pela cozinha. Os banheiros não possuem janelas, necessitando passar por adequação para ventilação.

Pisos	Estado de conservação		
	Bom (%)	Regular (%)	Ruim, demandando intervenção (%)
Pedra (lajeado, outro)	-	-	-
Cimentado	80%	5%	15%
Madeira	-	-	-
Cerâmica	100%	-	-
Outros: Ladrilho hidráulico	90%	10%	-
Outros: Vegetação rasteira	100%	-	-
Elementos artísticos aplicados	-	-	-

Danos verificados: Na área externa que circunda o adro da capela da Saudade ocorre a cobertura do terreno pela vegetação natural, com exceção de parte cimentada onde ficam instalados os palcos em dias de show na área da capela. O adro é revestido em cimento queimado, assim como o anexo da cozinha e o coreto. As soleiras das portas são executadas em peça única cerâmica, apresentando desgastes pelo tempo. O mesmo ocorre com o piso interno da capela, executado em ladrilho hidráulico, tendo também problemas de sujidade aderida.

Forros	Estado de conservação		
	Bom (%)	Regular (%)	Ruim, demandando intervenção (%)
Gesso	-	-	-
Esteira	-	-	-
Madeira	80%	10%	10%
Laje	-	-	-
Outros:	-	-	-
Elementos artísticos aplicados	100%	-	-

Danos verificados: Em toda a capela o forro é executado em madeira, apresentando, de forma geral, bom estado de conservação. Deve-se ter atenção com o encontro do rodapê e das peças do forro próximo a entrada principal, onde ocorre escurecimento da pintura da alvenaria, podendo indicar problemas de infiltração no manto de cobertura. Na área conformada pelo altar ocorre foto impressão de pintura de anjos, apresentando bom estado de conservação. Indica-se atenção também com o forro dos beirais, apresentando escurecimento devido à ação de umidade.

Elementos integrados externos	Estado de conservação		
	Bom (%)	Regular (%)	Ruim, demandando intervenção (%)
Rampa de acesso	-	-	100%
Balcão/sacada	-	-	-
Varanda/alpendre/terraço	80%	10%	10%
Escada	80%	10%	10%
Torre	-	-	-
Cercadura/fechamento do lote / gradil/ muro	30%	10%	60%
Portada	-	-	-

Agenciamento externo (fonte, chafariz, jardim, quintal).	100%	-	-
Outros: coreto	80%	5%	15%
Elementos artísticos aplicados	-	-	-
Danos verificados: A capela da Saudade não possui forma de acesso ao interior do seu corpo principal para pessoas com dificuldade de locomoção, necessitando passar por adequação a NBR 9050, relativa a acessibilidade a edifícios de uso coletivo. As áreas livres cobertas apresentam bom estado de conservação geral, necessitando de reparos de suas pinturas e caiação do piso. A escada apresenta problemas de trincas da caiação e perda de pintura, necessitando passar por reparo. O muro que circunda o adro da capela da Saudade apresenta problemas de escurecimento da pintura e descolamento do reboco, necessitando passar por intervenção. Houve instalação, para delimitação do lote que abriga a capela, de tapumes metálicos, esses influenciam negativamente a visibilidade da edificação, contando inclusive com outdoors fixados na parte posterior do lote. O coreto apresenta problemas de escurecimento de seus revestimentos e perda de reboco, necessitando de intervenção.			
Agenciamento externo	Estado de conservação		
	Bom (%)	Regular (%)	Ruim, demandando intervenção (%)
Jardim	-	-	-
Muro	30%	10%	60%
Gradil	-	-	-
Quintal	100%	-	-
Fonte/chafariz	-	-	-
Outros: coreto	80%	5%	15%
Danos verificados: O muro que circunda o adro da capela da Saudade apresenta problemas de escurecimento da pintura e descolamento do reboco, necessitando passar por intervenção. Houve instalação, para delimitação do lote que abriga a capela, de tapumes metálicos, esses influenciam negativamente a visibilidade e composição da edificação, contando inclusive com outdoors fixados na parte posterior do lote. O coreto apresenta problemas de escurecimento de seus revestimentos e perda de reboco, necessitando de intervenção.			
Instalações	Estado de conservação		
	Bom (%)	Regular (%)	Ruim, demandando intervenção (%)
Instalação elétrica	100%	-	-
Instalação hidráulica	100%	-	-
Danos verificados: Não foram encontrados danos nas instalações elétricas e hidráulicas.			
Existência de instalações de segurança	Estado de conservação		
	Bom (%)	Regular (%)	Ruim, demandando intervenção (%)
Instalação de prevenção e combate a incêndio: (x) Sim () Não	100%	-	-
Sistema de segurança com alarme () Sim (x) Não	-	-	100%
Análise do entorno	Estado de conservação		
	Bom (%)	Regular (%)	Ruim, demandando intervenção (%)
Bens imóveis e estruturas do entorno	90%	10%	-
Danos verificados: A capela da Saudade fica inserida na zona rural do município de			

Uberlândia, sendo seu entorno conformado por vegetação natural e glebas de terra, não afetando negativamente a edificação.

Existência de intervenções

() Sim

(x) Não

Usos: O uso da capela é feito pelo seu proprietário para execução de shows na região, sendo altamente impactante à edificação. Além desse uso, a capela conta com a realização de missas mensais e com a festa de Santa Luzia e também a de Santa Cruz.

SÍNTESE/CONCLUSÃO

Bem Cultural	Estado de Conservação		
	Bom (%)	Regular (%)	Ruim, demandando intervenção (%)
Capela da Saudade	30%	10%	60%
Os elementos estruturais e vedações que compõem a capela da Saudade não apresentam danos graves, sendo apenas indicada atenção quanto à ação de insetos xilófagos nas portas em madeira. Indica-se vistoria e reparos no manto de cobertura e no forro do beiral, sendo visíveis problemas de infiltração em suas peças de madeira. Os anexos precisam ser repintados e ter seus problemas sanados. Na capela da Saudade realiza-se missa mensal, assim como acontecem às festas de Santa Luzia e de Santa Cruz, mas seu uso possui maior associação à realização de shows musicais de grande porte, o que afeta negativamente sua composição e seus elementos. Além disso, foram instalados tapumes metálicos para delimitação de seu lote, o que colabora para desvalorização do bem cultural, juntamente com os outdoors que anunciam os shows que ocorrem em suas dependências.			

12 de janeiro de 2016.

Guilherme Gomes da Silva.

Arquiteto urbanista.

CAU: A87046-3

14. FOTOS DO LAUDO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

	<p>Foto 01 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Vista do entorno da capela da Saudade, conformato por vegetação natural e fazendas da região rural de Uberlândia.</p> <p>Autor: Guilherme G. da Silva Data: 04 de janeiro de 2016</p>
	<p>Foto 02 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Detalhe do novo acesso para a capela da Saudade, localizado na parte posterior do lote. Indica-se que sejam retirados os tapumes metálicos e que a entrada volte a ser realizada pela parte frontal da edificação.</p> <p>Autor: Guilherme G. da Silva Data: 04 de janeiro de 2016</p>
	<p>Foto 03 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Vista do outdoor instalado nos tapumes metálicos que circundam o lote da capela da Saudade. Indica-se a retirada dos outdoors e tapumes.</p> <p>Autor: Guilherme G. da Silva Data: 04 de janeiro de 2016</p>

	<p>Foto 04 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Vista do anexo para depósito de materiais. O anexo compõem as construções de apoio aos eventos que são realizados no terreno da capela da Saudade.</p> <p>Autor: Guilherme G. da Silva Data: 04 de janeiro de 2016</p>
	<p>Foto 05 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Vista da relação entre a capela da Saudade e seus anexos. Nota-se que a capela é a edificação de maior volumetria do conjunto de construções.</p> <p>Autor: Guilherme G. da Silva Data: 04 de janeiro de 2016</p>
	<p>Foto 06 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Vista lateral direita da capela da Saudade e seus anexos. Em destaque, a parte pavimentada onde ocorre a montagem de palcos nos dias de eventos.</p> <p>Autor: Guilherme G. da Silva Data: 04 de janeiro de 2016</p>



Foto 07
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista do anexo construído em madeira, funcionando como quarto. Além dele, nota-se o escurecimento da pintura do muro, devido à ação de umidade e o desbotamento da pintura.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 08
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista do pátio coberto, anexo ao pátio da cozinha. Apresenta descolamentos na pintura de seus pilares.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 09
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe do anexo que funciona como casa do caseiro da capela da Saudade. Nota-se o escurecimento e a perda de pintura na base da alvenaria.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 10
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista do manto de cobertura da capela da Saudade e seus anexos. Na edificação que abriga a capela ocorrem pontos com manchas de infiltração, recomenda-se realização de avaliação técnica do estado de conservação do manto de cobertura.

Autor: Guilherme G. da Silva

Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 11
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista do coreto. Estrutura em pilares de madeira e o manto de cobertura apresentam bom estado de conservação.

Autor: Guilherme G. da Silva

Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 12
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe do cômodo conformado pela parte inferior do coreto. A alvenaria apresenta perda de reboco e exposição dos tijolos de adobe.

Autor: Guilherme G. da Silva

Data: 04 de janeiro de 2016

	<p>Foto 13 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Detalhe do piso em cimento queimado do adro. Nota-se a formação de trincas e o escurecimento do revestimento.</p> <p>Autor: Guilherme G. da Silva Data: 04 de janeiro de 2016</p>
	<p>Foto 14 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Vista do anexo dos banheiros, antiga residência do padre da capela da Saudade. A pintura apresenta escurecimentos na base, devido à ação de umidade.</p> <p>Autor: Guilherme G. da Silva Data: 04 de janeiro de 2016</p>
	<p>Foto 15 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Detalhe da porta de acesso para o banheiro masculino. A fechadura é feita por corrente, furando a alvenaria.</p> <p>Autor: Guilherme G. da Silva Data: 04 de janeiro de 2016</p>



Foto 16
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe do anexo construído em tapumes metálicos. Faz parte da dependência do caseiro e seu ajudante.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 17
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe do ano de execução do cruzeiro da capela da Saudade. Ele passou por reforma no ano de 1999.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 18
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista parcial da capela da Saudade. Edificação apresenta problemas com à ação de umidade e perda de pintura.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 19
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista do frontão da fachada frontal. Nota-se a cruz que lhe faz coroamento e a perda de pintura, próximo à janela lateral esquerda.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 20
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe da janela voltada para a fachada lateral esquerda. Nota-se a perda de pintura no seu enquadramento e na alvenaria em que ela se insere.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 21
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe da porta de acesso a nave da Capela da Saudade, localizada na sua fachada esquerda. Nota-se a perda de pintura no espelho do degrau de acesso a porta. As folhas de madeira apresenta bom estado de conservação.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 22
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe da caixa d'água para alimentação dos banheiros. Há formação avançada de vegetação em sua base.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 23
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe de ponto da alvenaria da fachada posterior, próximo ao seu óculo direito. Nota-se a perda avançada de pintura e reboco, já expondo os tijolos que compõem a alvenaria.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 24
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe do degrau de acesso a área interna da capela da Saudade, entrada voltada para a fachada posterior. A soleira é revestida em granilite.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 27
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe da entrada de acesso à nave pela fachada lateral direita da capela da Saudade. Nota-se a perda de pintura da alvenaria e o escurecimento da pintura do alicerce.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 28
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe de ponto com perda de telha no beiral voltado para a fachada lateral direita. Indica-se que seja feita vistoria geral do manto de cobertura e troca das telhas danificadas e faltantes.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 29
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe do forro do altar. Apresenta imagem impressa, em tons de azul, em bom estado de conservação.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016

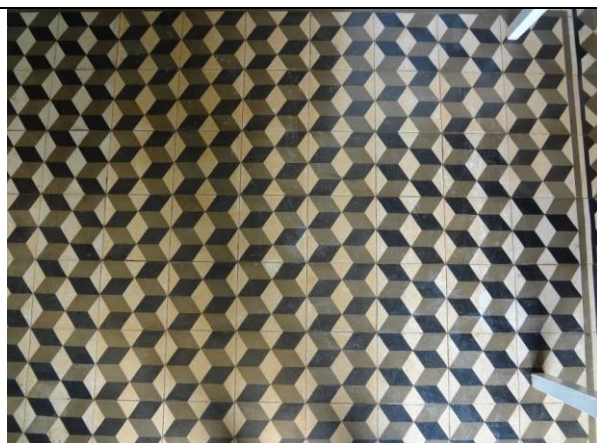


Foto 30
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe do piso em ladrilho hidráulico, presente em todo o espaço interno da capela da Saudade. Apresenta bom estado de conservação.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016

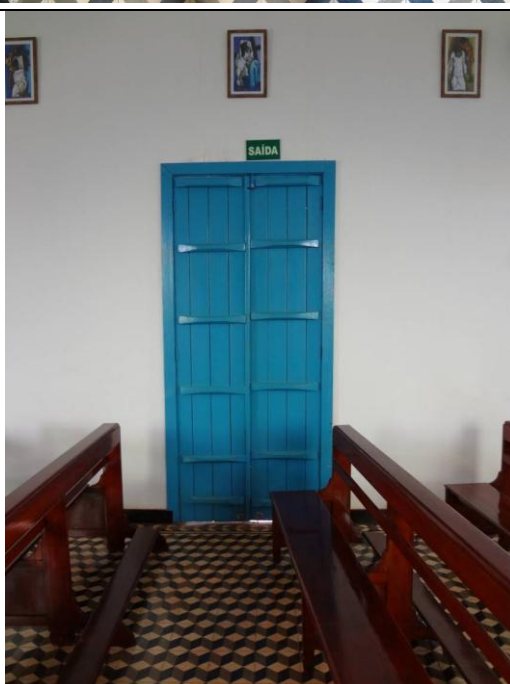


Foto 31
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe interno da porta lateral direita. Folhas de madeira apresentam bom estado de conservação.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 32
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe do sistema de ventilação da capela da Saudade e da placa indicando a rota de fuga da capela. Apresentam bom estado de conservação.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016



Foto 33
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Detalhe do ponto com infiltração no encontro entre alvenaria frontal e alvenaria lateral esquerda.

Autor: Guilherme G. da Silva
Data: 04 de janeiro de 2016

15. PARECER TÉCNICO

A capela da Saudade tem sua origem ligada à construção de um cruzeiro no ponto mais alto da fazenda homônima. Sua história tem início pela concepção de Francisco Pereira Rezende (bisavô do atual proprietário), que ergueu um cruzeiro no terreno em que o templo se insere. Teve, primeiramente, construção de caráter improvisado: tenda que foi substituída por folha de babaçu. Com o tempo e a necessidade de agregar mais pessoas, fez surgir à construção da capela em 1899 por Francisco Pereira de Rezende. Em 1954 o templo foi reformado/reconstruído por Astolfo Pereira Carneiro, quando assume o formato arquitetônico atual. Durante vários anos a capela foi espaço de celebração de missas, batizados, festas, cavalgadas e procissões.

Atualmente, a capela tem seu uso atrelado à realização de festas religiosas, de missa uma vez por mês e de eventos musicais, idealizados por um dos membros da família proprietária do terreno e da capela. Esse último uso precisa ser problematizado, principalmente quando se tem em mente o desejo de conferir a capela da Saudade o status de patrimônio cultural.

Segundo Márcia Chuva (1998, p.48), “por *patrimônio cultural* pode-se entender aquilo que se dá pela diferença, que um grupo social considera como sua cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos, incluindo-se aí a identificação com bens físicos, monumentos, objetos, e também linguagens, conhecimentos, tradições, modos de usar os bens e os espaços físicos e de se organizar no espaço físico-social, que se constitui e se transforma no tempo”. Com o êxodo rural e, principalmente, com o caráter privado de seu uso atual a capela da Saudade não encontra grupo que a aproxime ao conceito de Márcia Chuva, tendo como usuários pessoas da área urbana que vem para os eventos musicais (shows sertanejos) e para as festas religiosas, realizados no entorno da capela. A referência dos usuários são os eventos e não a edificação.

Segundo a Carta de Veneza (1964) a “noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenha adquirido, com o tempo, uma significação cultural”. A capela da Saudade carece da noção de testemunho coletivo ou mesmo de civilização particular. O templo revela-se como testemunho familiar: memórias dos membros da família, que perpassam desde concepção do cruzeiro a construção e reconstrução da capela.

A importância do reconhecimento pela comunidade local deve extrapolar os limites familiares para que seja construído o significado de patrimônio cultural, como pressupõe na Carta de Burra (1980) que “significação cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras”.

A Conferência de Nara (1994) destaca que “todos os julgamentos sobre atribuição de valores conferidos às características culturais de um bem, assim como a credibilidade das pesquisas realizadas, podem diferir de cultura para a cultura, e mesmo dentro de uma mesma cultura, não sendo, portanto, possível basear os julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos. Ao contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que as características de um determinado patrimônio sejam consideradas e julgadas nos contextos culturais aos quais pertençam”. Dessa forma, é importante perceber que a negação da condição de bem cultural para a capela da Saudade, enquanto marco representativo da história de Uberlândia, busca se referendar no esvaziamento de sentido pela coletividade, representada na comunidade rural que utilizava da capela como local de culto e convívio.

De acordo com o Manifesto de Amsterdã, (1975), “o patrimônio arquitetônico é um capital espiritual, cultural e social cujos valores são insubstituíveis. Cada Geração dá uma interpretação diferente ao passado e dele extrai novas ideias. Qualquer diminuição desse capital é, portanto, mais um empobrecimento cuja perda em valores acumulados não pode ser compensada, mesmo por criações de alta qualidade.” Portanto, o Manifesto de Amsterdã remete a perda de sentido que a capela da Saudade e o seu cruzeiro sofreu com o passar do tempo. O espaço é hoje apropriado para eventos sertanejos e não mais para as celebrações ditas como tradicionais e o seu cruzeiro não é mais referência de penitência nos períodos de seca.

Os conceitos relacionados ao patrimônio cultural, como monumento histórico, significação cultural, capital espiritual, cultural e social presente nas Cartas Patrimoniais e em Chuva (1998), evidenciam a perda de sentido, tendo em mente o uso atual empregado à capela e ao seu terreno. Assim sendo, torna-se evidente que estabelecer o instituto do tombamento no edifício da capela da Saudade e nos seus bens integrados é inadequado.

Andréia Ribeiro
Cientista social

Guilherme Gomes da Silva.
Arquiteto urbanista

Rildo César Souza
Historiador

16. REFERÊNCIAS

CARTA DE BURRA DE 1980. Conselho Internacional de monumentos e sítios, realizado na Austrália. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 12 jan. 2016.

CARTA DE VENEZA. II Congresso Internacional de Arquitetos e técnicos de monumentos históricos. Maio de 1964. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 12 jan. 2016.

CHUVA, Márcia. **A História como Instrumento na Identificação dos Bens Culturais.** *Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira.* Rio de Janeiro: Iphan/Minc, 1998.

CONFERÊNCIA DE NARA. Conferência sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial, Nov. 1994. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>> Acesso em 12 jan. 2016.

Conversa informal com Darci Eurípedes de Pádua, 66 anos, herdeira da propriedade onde está implantada a capela da Saudade. Uberlândia/MG, realizada no dia 22 de novembro de 2015.

CUNHA, Maria José Assunção da. **Iconografia Cristã** (Caderno de Pesquisa). Ouro Preto: Instituto de Artes e Cultura / UFOP, 1993.

POEL, Francisco van der (Frei Chico). **Dicionário da religiosidade popular: Cultura e Religião no Brasil.** Paraná: Nossa Cultura, 2013.

TAVARES, Jorge Campos – **Dicionário de Santos.** 2ª ed. Porto: Lello e Irmão – Editores.

MANIFESTO DE AMSTERDÃ. De outubro de 1975: Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico Ano do Patrimônio Europeu. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manifesto%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>> Acesso em 21 jan. 2016.

17. FICHA TÉCNICA

FICHA TÉCNICA



PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
DEPARTAMENTO DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO**

Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes
Diretora de Memória e Patrimônio Histórico

CONSULTORIA



MINAS CIDADES CONSULTORIA EM PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Rua Urano, 206 – Sala 06 | CEP 34.710-060 | Ana Lúcia | Sabará - Minas Gerais

minascidades@gmail.com

EXECUÇÃO TÉCNICA

Andréia Ribeiro
Cientista social

Guilherme Gomes da Silva.
Arquiteto urbanista.
CAU: A87046-3

Rildo César Souza
Históriador

18. PLANTAS DO EDIFÍCIO

PARTE ADMINISTRATIVA DO PROCESSO DE TOMBAMENTO

1. Cópia da notificação ao proprietário do bem cultural

2. Cópia do recibo da notificação ao proprietário do bem cultural

3. Cópia do parecer do Setor

4. Cópia da ata do Conselho aprovando o tombamento definitivo do bem cultural

5. Cópia do parecer do Conselho

6. Cópia da homologação do tombamento e comprovação de sua publicidade

7. Cópia da inscrição do bem cultural no Livro de Tombo

COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO CAPELA DA SAUDADE



EXERCÍCIO 2018

UBERLÂNDIA/MG

QUADRO II - PROTEÇÃO

PROCESSO DE TOMBAMENTO - CAPELA DA SAUDADE

Município: Uberlândia
Prefeito: Gilmar Machado
Nome do Chefe do Setor: Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes

SUMÁRIO

1. Introdução	107
2. Parecer Técnico aprovado pelo COMPHAC	108
3. Ata aprovando o Tombamento Definitivo	110
4. Justificativa do Perímetro de Tombamento	115
5. Descrição do Perímetro de Tombamento	116
6. Justificativa do Perímetro de Entorno	117
7. Descrição do Perímetro de Entorno	118
8. Notificação do Proprietário	120
9. Homologação	121
10. Inscrição do Livro do Tombo	122
11. Ficha Técnica	123
12. RRT	124

Município: Uberlândia

Prefeito: Gilmar Machado

Nome do Chefe do Setor: Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes

1. Introdução

O COMPHAC recebeu o pedido de tombamento da Capela da Saudade, situada na Zona Rural do Município de Uberlândia, na Fazenda da Saudade, de propriedade particular, no final do ano de 2014, tendo sido analisado pelos conselheiros em março de 2015.

Com objetivo de atender ao pedido, foi realizado processo de licitação na Prefeitura de Uberlândia para elaboração do Quadro III – Dossiê da Capela da Saudade - Estrutura Arquitetônica e Urbanística -, entregue em 2016.

Consta, no Dossiê elaborado pela equipe vencedora da licitação, Parecer Técnico - desfavorável ao tombamento da Capela da Saudade, às páginas 96/103.

Conforme determina a legislação, o Dossiê da Capela da Saudade foi apresentado para análise e aprovação do COMPHAC, que considerou importante realizar visita no local para certificar sobre o parecer apresentado pela equipe.

Após a visita dos membros do COMPHAC, ficou constatada a importância de se preservar o valor simbólico e sagrado que a Capela da Saudade representa para a comunidade local, enquanto lugar de celebração, devoção e religiosidade.

Assim sendo, o COMPHAC não acatou o Parecer Técnico desfavorável e deliberou pelo tombamento da Capela da Saudade, motivo pelo qual o Dossiê está sendo complementado.

2. Parecer Técnico do COMPHAC



*Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia*

PARECER SOBRE O PEDIDO DE TOMBAMENTO DA CAPELA DA SAUDADE.

O Patrimônio Cultural é elemento fundamental na formação da identidade cultural de um povo, portador de expressivo valor simbólico e social que se manifesta através da arquitetura, comemorações, monumentos, objetos, narrativas, dentre outros; se constituindo em alicerce sobre o qual um projeto de sociedade se assenta.

Dessa forma, as cidades que surgiram no interior do Sertão da Farinha Podre, no início do século XIX, se formaram no entorno de pequenas Capelas Curadas, com um cotidiano permeado pelo valor simbólico dos ritos religiosos, que atribuíam sentido à vida, direcionavam os hábitos e costumes, e se constituíam em referenciais na formação dos pequenos povoados que salpicavam esta região.

Uberlândia é uma cidade que se formou nesta perspectiva, pois, um dos motivos que justificou a escolha do local no qual foi edificada a sede da fazenda que deu origem à cidade de Uberlândia, Fazenda São Francisco, foi o fato de ficar próxima à Indianópolis, lugar onde já existia uma Igreja que poderia ser frequentada pelos desbravadores que vieram fixar residência nesta região.

Por outro lado, como forma de prover a assistência religiosa às suas famílias e agregados, ou mesmo para cumprir promessa feita ao santo de devoção, muitos proprietários de áreas rurais construíam em suas fazendas pequenas capelas que atendiam aos rituais cotidianos da família, pois, os eventos religiosos de maior importância exigiam que os devotos se deslocassem até à Matriz central. Assim sendo, a formação dos núcleos urbanos estava diretamente relacionada às atividades religiosas das comunidades e muitos fazendeiros construíram esses locais de devoção nos seus limites rurais.

Neste contexto, a Capela da Saudade foi erguida no ponto mais alto da Fazenda da Saudade, em um local onde havia um cruzeiro erguido no início do século XIX, pelos proprietários, para cumprir uma promessa de um membro da família Pereira que faleceu sem realizar o prometido. Os relatos dão conta de que havia um monjolo que tocava à noite sem que ninguém estivesse por perto. Outro motivo relatado para a fixação do cruzeiro foi em cumprimento de um voto feito por um membro da família que pretendia a cura de um parente que estava doente. Seja por um motivo ou por outro, o lugar estava impregnado de simbolismo e religiosidade, com uma profunda relação com o sobrenatural.



*Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia*

Assim sendo, permeado por estes sentimentos relacionados ao sagrado, foi que a família Pereira construiu na segunda metade do século XIX, nas imediações do Cruzeiro, um rancho para abrigar os fiéis que faziam penitências no pé do Cruzeiro, peregrinavam pedindo chuva na época da seca ou rezavam pelas almas.

Posteriormente, no final do século XIX, construiu-se a primeira Capela no ano de 1899. Em 1954 ela foi totalmente reconstruída e no final dos anos de 1990 o antigo cruzeiro foi substituído por outro de alvenaria. No ano 2014 ocorreu a última reforma na Capela da Saudade com a troca do telhado, do forro interno e pintura interna e externa. Atualmente, acontecem na Capela a Festa da Santa Cruz de Todos os Santos no mês de maio, celebração de missa uma vez ao mês, Procissão e a Cavalcada da Saudade. A festa na Capela da Saudade cria um momento especial no cotidiano da população rural, revelando-se como um espaço vivo, constituído pela convivência de várias gerações das famílias das fazendas próximas, que demonstram grande interesse no tombamento do bem.

Além das celebrações religiosas, em algumas ocasiões, existe uma (re) apropriação do pátio e entorno da Capela da Saudade que são ocupados com eventos de música sertaneja, idealizados por um membro da família proprietária do terreno e da capela, com participação de artistas de renome nacional, voltados para um grande público.

A Capela da Saudade não apresenta relevante valor arquitetônico, entretanto, exerce grande valor simbólico e sagrado para as comunidades do entorno e relevante influência na religiosidade rural. Dessa forma, considerando a importância da Capela da Saudade para a comunidade local enquanto lugar da celebração, devoção, religiosidade, festas e encontros, **a Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico, se manifesta favorável ao Tombamento da Capela da Saudade como Patrimônio Histórico do Município de Uberlândia.**

Uberlândia, 26 de Julho de 2016.


Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes
Diretora de Memória e Patrimônio Histórico.

3. Ata aprovando o Tombamento Definitivo



Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia

1 ATA DA 6ª (SEXTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO E
2 CONSULTIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO,
3 ARTÍSTICO E CULTURAL DE UBERLÂNDIA. No dia 09 (nove) do mês de Agosto do
4 ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos), no Salão
5 Nobre da Casa da Cultura, estiveram presentes nesta reunião os seguintes conselheiros que
6 assinarão a Ata a seguir: **Iara Helena Magalhães** – Secretária Municipal de Cultura e
7 Presidente Conselho; **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** – Conselheira Titular,
8 representante da Secretaria Municipal de Cultura; **Gleper Neto de Siqueira Júnior** –
9 Conselheiro Titular, representante da Secretaria Municipal de Administração; **Laise Lagoa**
10 **Ribeiro** - Conselheira Suplente, representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;
11 **Olga Helena da Costa** - Conselheira Titular,, representante da Comunidade; **Denise Elias**
12 **Attux** - Conselheira Suplente, representante da Secretaria Municipal de Cultura; **Júlio César**
13 **Pereira Alvim** - Conselheiro Titular - representante da Associação dos Engenheiros e
14 Arquitetos de Uberlândia (ASSENG); **Antônio Ricardo de Souza** - Conselheiro Titular,
15 representante da 13ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; **Carla Miucci**
16 **Ferraresi de Barros** - Conselheira Titular, representante do Instituto de História da
17 Universidade Federal de Uberlândia; **Patrícia Pimenta Azevedo Ribeiro** - Conselheira
18 Suplente, representante da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); **Nathália Vieira**
19 **Melo** - Conselheira Titular, representante da Procuradoria Geral do Município; **Andréia**
20 **Bernardes** – Conselheira Titular, representante da Associação de Decoradores do Triângulo –
21 ADET. A conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** justificou as ausências dos
22 conselheiros titulares e suplentes, respectivamente, Eliane de Fátima Ferreira e Luciene Alves
23 da Silva, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo. A nova
24 Secretária Municipal de Cultura **Iara Helena Magalhães**, se apresentou ao Conselho e
25 assinou o Termo de Posse de Presidente. Verificando haver quórum regimental e com a
26 presença de 12 (doze) conselheiros, entre titulares e suplentes, esta reunião convocada pelo
27 Presidente e, em conformidade com a pauta pré-estabelecida recebida pelos Conselheiros com
28 antecedência de 24 horas via email, foi iniciada com os seguintes pontos: 1º - Informes - 2º -
29 Leitura e Aprovação de Atas; 3º - Deliberação sobre parecer de Tombamento Definitivo da
30 Capela da Saudade; 4º - Análise e deliberação do ofício encaminhado pelo senhor Carlos R.
31 Sabbag – Paineis Ambientais Rurais; 5º - Analisar e deliberar sobre proposta de colocação de



Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia

32 placas de identificação nos prédios tombados; 6º - Analisar e deliberar sobre Termo de
33 Referência para licitação de projeto de restauração da Estação Sobradinho; 7º - Analisar e
34 deliberar projeto de publicidade fachada Palacete Naghettine. A conselheira **Valéria Maria**
35 **Queiroz Cavalcante Lopes** deu boas vindas a todos e iniciou a reunião com o 1º ponto da
36 pauta informando ao Conselho que o IEPHA publicou a pontuação dos municípios mineiros
37 para o exercício de 2017. A pontuação do Município no ICMS Cultural ficou em 13,62
38 pontos. Informou ainda que a arquiteta Denise Elias Attux enviou ofício ao DMAE
39 solicitando informação sobre a possibilidade de utilização do hidrante que existe no passeio
40 da Oficina Cultural, próximo ao INSS, no projeto de pânico e incêndio da Oficina Cultural e
41 fomos informados de que existe a possibilidade de utilizá-lo, portanto, não haverá a
42 necessidade de construção de torre para depósito de água no pátio da Oficina Cultural,
43 conforme previa o projeto aprovado anteriormente pelo Corpo de Bombeiros. O Conselho foi
44 consultado e aprovou que o projeto seja elaborado utilizando o hidrante da calçada. Passou-se
45 ao 2º ponto da pauta com a leitura da ata da 5ª reunião ordinária que foi aprovada com a
46 abstenção da conselheira Patrícia Pimenta Azevedo Ribeiro. **Passou-se ao 3º ponto da pauta**
47 **para deliberação sobre o Tombamento Definitivo da Capela da Saudade.** A conselheira
48 **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** fez a leitura do Parecer de Tombamento
49 Definitivo elaborado pela Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico que se manifestou
50 favorável ao Tombamento da Capela da Saudade como Patrimônio Histórico do Município de
51 Uberlândia. **Por unanimidade, o Conselho aprovou o Parecer de Tombamento Definitivo**
52 **da Capela da Saudade como Patrimônio Histórico e deliberou que seja encaminhado**
53 **ofício ao senhor Prefeito Municipal recomendando a publicação do Decreto de**
54 **Tombamento.** A conselheira **Laise Lagoa Ribeiro** questionou sobre os grandes eventos que
55 acontecem no entorno da Capela e se eles continuariam acontecendo. A conselheira **Valéria**
56 **Maria Queiroz Cavalcante Lopes** argumentou que a Capela está sendo tombada
57 considerando inclusive essa apropriação que acontece no seu entorno e lembrou ao Conselho
58 que deverá ser estudado um perímetro de tombamento e de entorno, assim como as diretrizes
59 de intervenção do bem para ser feita a complementação do Dossiê. Passou-se ao 4º ponto da
60 pauta para leitura de correspondência encaminhada ao Conselho pelo senhor Carlos Roberto
61 Sabbag, proprietário do imóvel na avenida João Pinheiro, 220, no qual está o Paineiro Ambiente
62 Rural, tombado como patrimônio histórico do Município no ano de 2011. Na correspondência
63 o senhor Carlos R. Sabbag faz a doação do painel ao município para que ele seja retirado e



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

64 colocado em local de maior circulação e acesso à comunidade. O conselheiro **Júlio César**
65 **Pereira Alvim** argumentou que, se o proprietário não tem interesse, que o painel seja retirado
66 e colocado em lugar público afirmando ainda que a parede pode ser recortada com
67 equipamento adequado e colocada na carroceria de um caminhão com a ajuda de guincho e
68 transferida para outro local. A conselheira **Patrícia Pimenta Azevedo Ribeiro** afirmou que
69 existe uma técnica de colar papel na frente das pastilhas e depois retirar uma camada grossa
70 de reboco sem que as pastilhas se desprendam. A conselheira **Valéria Maria Queiroz**
71 **Cavalcante Lopes** argumentou que o restauro do painel, sem a sua retirada, é algo mais
72 simples de ser feito. O conselheiro **Júlio César Pereira Alvim** reforçou que, se o proprietário
73 está doando o painel deve ser retirado, e argumentou ainda que, no futuro, a especulação
74 imobiliária pode provocar danos irreparáveis ao painel. A conselheira **Patrícia Pimenta**
75 **Azevedo Ribeiro** afirmou que seu mestrado foi sobre João Jorge Coury, responsável por
76 diversos projetos de arquitetura moderna em Uberlândia, nas quais a arte estava presente e
77 considerou que, na realidade, o contexto em que esses painéis foram implantados não existe
78 mais. Não tem sentido manter o painel no lugar que não dá acesso ao público pois a sua
79 relação com a arquitetura, a existência do alpendre e a obra de arte se perdeu com a alterações
80 já realizadas na edificação. A presidente **Iara Helena Magalhães** afirmou que deve ter uma
81 forma de fazer a moldagem da superfície externa e fazer a transposição. A conselheira **Valéria**
82 **Maria Queiroz Cavalcante Lopes** sugeriu às professoras da Universidade Federal de
83 Uberlândia que os cursos de arquitetura, história, artes, e outros afins, possam elaborar um
84 projeto de extensão no qual fosse possível contratar profissional habilitado nessa remoção ou
85 restauração do painel e que aos alunos pudessem receber capacitação na área. Após os debates
86 e considerações, ficou definido que as conselheiras da Universidade Federal de Uberlândia,
87 professoras **Patrícia Pimenta Azevedo Ribeiro** do curso de arquitetura e **Carla Miucci**
88 **Ferraresi de Barros** do Instituto de História irão entrar em contato com outros profissionais
89 das áreas de Arquitetura, História e Artes para estudarem a melhor solução para a preservação
90 do painel e a possibilidade de capacitação dos alunos através de um curso de extensão. O
91 projeto poderia incluir treinamento para remoção, transporte e restauração do painel. Ao
92 mesmo tempo as conselheiras **Denise Elias Attux** e **Valéria Maria Queiroz Cavalcante**
93 **Lopes** irão entrar em contato com o artista que apresentou orçamento de restauro para saber
94 das possibilidades de ele fazer a remoção. A conselheira **Nathália Vieira Melo** questionou



Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia

95 sobre os recursos do ICMS que seria utilizado para pagamento desta restauração. A
96 conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** afirmou que o dinheiro não foi
97 liberado pela Secretaria de Finanças e que esse recurso é extremamente importante para ser
98 utilizado na preservação da fachada lateral esquerda do prédio que abriga a Escola Estadual
99 Enéas Oliveira Guimarães, que está comprometida, necessitando de escoramento urgente. O
100 conselheiro **Gleper Neto de Siqueira Júnior** afirmou que devemos deixar registrado na ata
101 que os conselheiros solicitaram que a Prefeitura execute o serviço de escoramento da referida
102 parede, pois a situação é grave e as pessoas que frequentam a escola correm risco de se
103 machucarem, em caso de desabamento. A conselheira **Patrícia Pimenta Azevedo Ribeiro**
104 assegurou que o Conselho deverá dar um prazo para o Poder Público escorar a parede até que
105 se proceda a restauração do telhado. Se não for feito, a conselheira defendeu que o prédio seja
106 interditado e sugeriu que o COMPHAC enviasse ofício à Secretaria de Administração,
107 cobrando providências pois, além de ser patrimônio tombado, o prédio é de propriedade da
108 Prefeitura. O conselheiro **Antônio Ricardo de Souza** sugeriu encaminhar o ofício com
109 destaque de cópia para o Corpo de Bombeiros. A conselheira **Nathália Vieira Melo**
110 recomendou que o COMPHAC envie ofício para o Prefeito com cópia para as Secretarias de
111 Administração e Finanças, solicitando providências urgentes e liberação de orçamento para
112 proceder o escoramento. A Presidente **Iara Helena Magalhães** pediu a palavra e informou
113 que um dos motivos pelos quais o Gilberto Neves saiu da Secretaria de Cultura foi porque ele
114 não encontrava resposta para resolver algumas questões. A presidente afirmou que ela aceitou
115 ser a Secretária de Cultura com a condição de que o Governo fizesse o repasse para o PMIC e
116 isso está sendo cumprido. Assim sendo, a Presidente sugeriu ao Conselho que, primeiro, seja
117 enviado ofício ao Governo informando a urgência de realização dos trabalhos, fixando prazo
118 para resposta e somente depois procurar corpo de bombeiros ou outros órgãos de fiscalização.
119 Ainda com a palavra, e por motivos de agenda, a Presidente pediu licença para se retirar da
120 reunião. Em seguida, o Conselho votou e aprovou o encaminhamento de ofício estipulando
121 prazo máximo de 15 dias para o Governo tomar providências. Passou-se ao 5º ponto da pauta
122 para analisar proposta feita pelo conselheiro **Júlio César Pereira Alvim** para colocação de
123 placas de identificação nos prédios tombados como forma de informar à comunidade sobre a
124 importância de cada bem e também orientar os turistas. O conselheiro afirmou que fez uma
125 pesquisa de modelo de placas e relatou que o suporte pode ser de alumínio, aço, bronze, vidro
126 ou acrílico, dentre outros, e considerou que o suporte de acrílico tem durabilidade, está menos



Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia

127 sujeito a vandalismo, é de fácil manuseio, tem preço bastante acessível pois, a intenção do
128 conselheiro é também procurar patrocinadores que irão subsidiar a confecção das placas. A
129 conselheira **Patrícia Pimenta Azevedo Ribeiro** aprovou a colocação das placas, entretanto,
130 lembrou que elas não podem interferir na arquitetura e nem deixar dúvidas de que foi uma
131 intervenção posterior e, como existem alguns prédios nos quais existem placas de metal na
132 fachada com informações sobre a obra, ela defendeu que essas placas de identificação sejam
133 feitas no acrílico, com letras de fácil leitura, e que expressem a contemporaneidade. O
134 conselheiro **Júlio César Pereira Alvim** se comprometeu em levar o material para um
135 profissional fazer a arte gráfica e trará para aprovação do COMPHAC. O Conselho aprovou a
136 execução do projeto e aguardará a arte para deliberação do material, dimensões, letras, dizeres
137 e o seu local de fixação em cada edificação. Passou-se ao 6º ponto da pauta para
138 considerações do Conselho sobre o Termo de Referência, que acompanhará a licitação do
139 projeto para a restauração da Estação Sobradinho. Os conselheiros concordaram com a
140 redação e aprovaram o Termo. Tendo em vista o adiantado da hora, outras demandas da
141 comunidade serão tratadas na pauta da próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, foi
142 lavrada a presente ata que vai assinada por mim, **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes**,
143 que redigiu e dirigiu os trabalhos, pela Presidente Iara Helena Magalhães e pelos que
144 estiveram presentes na qualidade de conselheiros. Uberlândia, 09 (nove) de agosto de 2016
145 (dois mil e dezesseis). **Valéria Maria Queiroz Cavalcante**
146 **Lopes** _____
147 **Iara Helena Magalhães** _____
148 **Gleper Neto de Siqueira Júnior** _____
149 **Laise Lagoa Ribeiro** _____
150 **Olga Helena da Costa** _____
151 **Denise Elias Attux** _____
152 **Júlio César Pereira Alvim** _____
153 **Antônio Ricardo de Souza** _____
154 **Carla Miucci Ferraresi de Barros** _____
155 **Patrícia Pimenta Azevedo Ribeiro** _____
156 **Nathália Vieira Melo** _____
157 **Andréia Bernardes** _____

4. Justificativa do Perímetro de Tombamento

As cidades que surgiram no interior do Triângulo Mineiro, também conhecido como Sertão da Farinha Podre, no início do século XIX, se formaram no entorno de pequenas Capelas Curadas, com um cotidiano permeado pelo valor simbólico dos ritos religiosos, que atribuíam sentido à vida, direcionavam os hábitos e costumes, e se constituíam em referenciais na formação dos pequenos povoados que salpicavam esta região.

Assim sendo, a formação dos núcleos urbanos estava diretamente relacionada às atividades religiosas das comunidades e muitos fazendeiros construíram esses locais de devoção nos seus limites rurais.

Neste contexto, a Capela da Saudade foi construída no ponto mais alto da Fazenda da Saudade, em um local onde havia um cruzeiro erguido no início do século XIX, pelos proprietários, para cumprir uma promessa de um membro da família Pereira. De modo que o lugar estava impregnado de simbolismo e religiosidade.

A primeira capela foi construída no final do século XIX, no ano de 1899. Foi totalmente reconstruída em 1954 e o antigo cruzeiro foi substituído por outro de alvenaria no final dos anos de 1990. Em 2014 ocorreu a última reforma na Capela da Saudade, quando foi feita a troca do telhado, do forro interno e a pintura interna e externa.

Atualmente, acontecem na Capela a Festa da Santa Cruz de Todos os Santos no mês de maio, celebração de missa uma vez ao mês, Procissão e a Cavalgada da Saudade. A festa na Capela da Saudade cria um momento especial no cotidiano da população rural, revelando-se como um espaço vivo, constituído pela convivência de várias gerações das famílias das fazendas próximas, que demonstram grande interesse no tombamento do bem.

Apesar de a Capela da Saudade não apresentar valor arquitetônico relevante, ela exerce grande importância simbólica e sagrada para as comunidades do entorno e significativa influência na religiosidade rural. Assim, no perímetro de tombamento foram incluídas as edificações que dão suporte aos eventos, como pátio coberto, moradia do caseiro, coreto e banheiros, que são cercados por mureta baixa.

5. Descrição do Perímetro de Tombamento

O perímetro de tombamento compreende um polígono regular medindo 27,44m x 28,61m, perfazendo uma área total de 785,05m², que envolve o bem tombado por todos os lados.

Assim o Perímetro de Tombamento é definido por um polígono que se inicia no ponto PT1, que é determinado pelo vértice formado pelo cruzamento das linhas das fachadas norte e oeste do pátio coberto II; segue sentido leste por uma distância de 27,44 metros até atingir o ponto PT2, que é determinado pelo vértice formado pelo cruzamento das linhas das fachadas norte e leste da moradia do caseiro; segue sentido sul, em 90°, por uma distância de 28,61 metros, até atingir o ponto PT3, que é determinado pelo vértice formado pelo cruzamento das linhas das fachadas leste e sul dos banheiros; segue sentido oeste, em 90°, por uma distância de 27,44 metros até atingir o ponto PT4, que é determinado pelo vértice formado pelo cruzamento das linhas dos pontos PT3 e PT1; segue sentido norte, em 90°, por uma distância de 28,61 metros, até atingir o ponto PT1, onde teve início esta descrição.

- Ponto PT1, que é determinado pelo vértice formado pelo cruzamento das linhas das fachadas norte e oeste do pátio coberto II; segue sentido leste por uma distância de 27,44 metros até atingir o ponto PT2;
- Ponto PT2, que é determinado pelo vértice formado pelo cruzamento das linhas das fachadas norte e leste da moradia do caseiro; segue sentido sul, em 90°, por uma distância de 28,61 metros, até atingir o ponto PT3;
- Ponto PT3 que é determinado pelo vértice formado pelo cruzamento das linhas das fachadas leste e sul dos banheiros; segue sentido oeste, em 90°, por uma distância de 27,44 metros até atingir o ponto PT4;
- Ponto PT4 que é determinado pelo vértice formado pelo cruzamento das linhas dos pontos PT3 e PT1; segue sentido norte, em 90°, por uma distância de 28,61 metros, até atingir o ponto PT1, onde teve início esta descrição.

6. Justificativa do Perímetro de Entorno

A Capela da Saudade encontra-se localizada nos arrabaldes da zona rural de Uberlândia, erguida no ponto mais alto da Fazenda da Saudade.

A entrada principal da Capela está voltada para um talude que termina na estrada vicinal, que dá acesso às demais construções da fazenda. Através desta estrada, pode-se visualizar toda a fachada frontal e a ambiência do conjunto. Devido ao difícil acesso proporcionado pelo talude, a entrada para os eventos é feita pela parte posterior da Capela, onde existe, também estacionamento de veículos.

Assim, o Perímetro de Entorno tem por objetivo delimitar uma área em volta da Capela que preserve a ambiência que lhe confere um caráter particular e singelo, condizente com a simplicidade do lugar e dos eventos religiosos, além de preservar as visadas do bem.

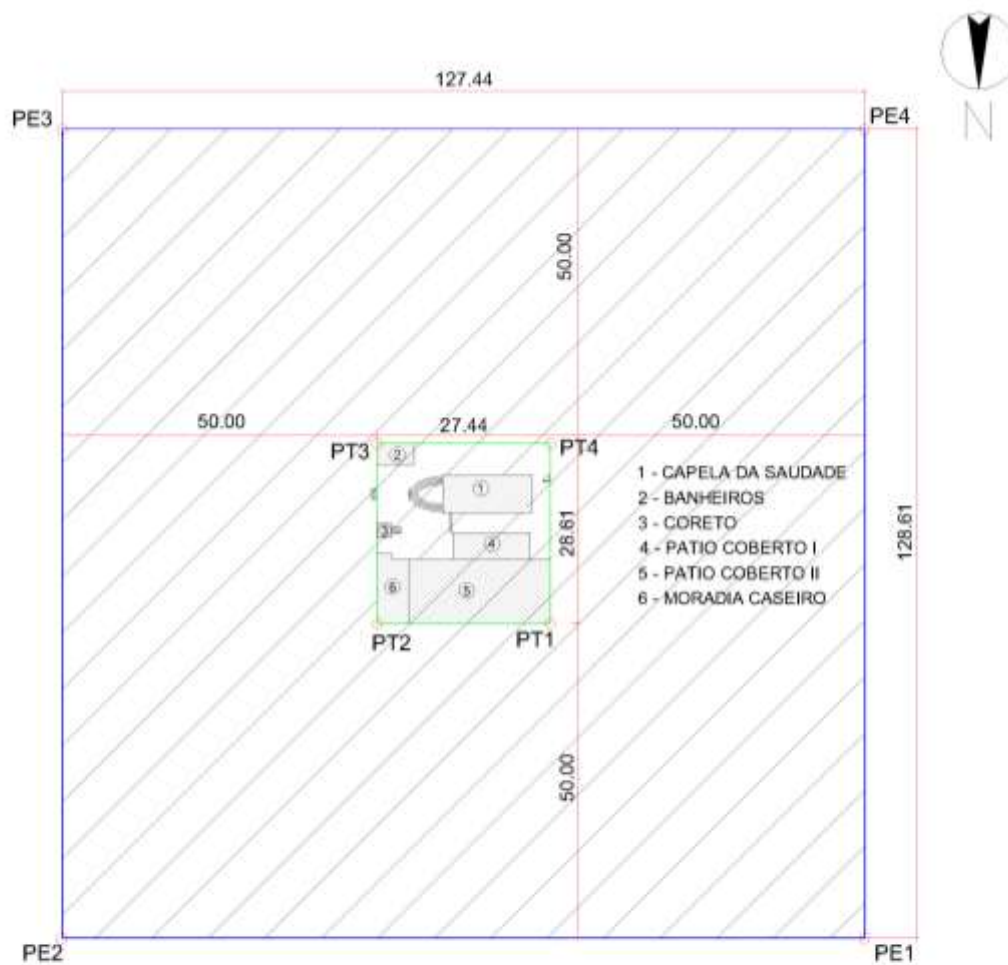
7. Descrição do Perímetro de Entorno

O Perímetro de Entorno é definido por um polígono regular medindo 127,44 metros x 128,61 metros, perfazendo uma área total de 16.390,05m², que envolve o perímetro de tombamento.



Assim o perímetro de tombamento é definido por um polígono que se inicia no ponto PE1, que é determinado pelo vértice do cruzamento de uma linha paralela, distante 50,00 metros da fachada norte do pátio coberto II e com outra linha paralela, distante 50,00 metros, da fachada oeste do pátio coberto II; segue por uma distância de 127,44 metros, sentido leste, até encontrar o ponto PE2, que é determinado pelo vértice do cruzamento de uma linha paralela, distante 50,00 metros da fachada norte da moradia do caseiro e com outra linha paralela, distando 50,00 metros da fachada leste da moradia do caseiro; segue por uma distância de 128,61 metros, em 90°, sentido sul, até encontrar o ponto PE3, que é determinado pelo vértice do cruzamento de uma linha paralela, distante 50,00 metros da fachada sul do banheiro e com outra linha paralela, distante 50,00 metros, da fachada leste do banheiro; segue por uma distância de 127,44 metros, sentido oeste, em 90°, até encontrar o ponto PE4, que é determinado pelo vértice do cruzamento de uma linha paralela, distante 50,00 metros da fachada sul do banheiro e com outra linha paralela, distante 50,00 metros, da fachada oeste do pátio coberto II; segue por uma distância de 128,61 metros, até encontrar o ponto PE1, início desta descrição.

- Ponto PE1, que é determinado pelo vértice do cruzamento de uma linha paralela, distante 50,00 metros da fachada norte do pátio coberto II e com outra linha paralela, distante 50,00 metros, da fachada oeste do pátio coberto II; segue por uma distância de 127,44 metros, sentido leste, até encontrar o ponto PE2;
- Ponto PE2, que é determinado pelo vértice do cruzamento de uma linha paralela, distante 50,00 metros da fachada norte da moradia do caseiro e com outra linha paralela, distando 50,00 metros da fachada leste da moradia do caseiro; segue por uma distância de 128,61 metros, em 90°, sentido sul, até encontrar o ponto PE3;
- Ponto PE3, que é determinado pelo vértice do cruzamento de uma linha paralela, distante 50,00 metros da fachada sul do banheiro e com outra linha paralela, distante 50,00 metros, da fachada leste do banheiro; segue por uma distância de 127,44 metros, sentido oeste, em 90°, até encontrar o ponto PE4;
- Ponto PE4, que é determinado pelo vértice do cruzamento de uma linha paralela, distante 50,00 metros da fachada sul do banheiro e com outra linha paralela, distante 50,00 metros, da fachada oeste do pátio coberto II; segue por uma distância de 128,61 metros, até encontrar o ponto PE1, início desta descrição.

PERÍMETRO DE ENTORNO E PERÍMETRO DE TOMBAMENTO



CAPELA DA SAUDADE SEM ESCALA

-  PERIMETRO DE TOMBAMENTO
-  PERIMETRO DE ENTORNO

8. Notificação do Proprietário

9. Homologação

Município: Uberlândia
Prefeito: Gilmar Machado
Nome do Chefe do Setor: Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes

10. Inscrição no Livro do Tombo

11. Ficha Técnica

Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Uberlândia

Iara Magalhães – Secretaria Municipal de Cultura
Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes - Historiadora – Divisão de Patrimônio Cultural
Denise Elias Attux - Arquiteta e Urbanista - Divisão de Patrimônio Cultural

Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes
Historiadora

Denise Elias Attux
Arquiteta e Urbanista
CAU: A8932-0

10. RRT

CAU/BR Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil		RRT SIMPLES Nº 0000005314270 INICIAL INDIVIDUAL	
Registro de Responsabilidade Técnica - RRT			
1. RESPONSÁVEL TÉCNICO			
Nome: DENISE ELIAS ATTUX			
Registro Nacional: A8932-0		Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista	
2. DADOS DO CONTRATO			
Contratante: Secretaria Municipal de Cultura			
Documento de identificação: 18431312001197			
Contrato: 020		Valor Contrato/Honorários: R\$ 0,00	
Tipo de Contratante: Órgão Público			
Celebrado em: 01/11/2016		Data de início: 02/11/2016	
Provisão de término: 30/12/2016			
Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) neste RRT não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.			
3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO			
AVENIDA AVENIDA ANSELMO ALVES DOS SANTOS 600		Nº: 600	
Complemento: BLOCO II		Bairro: SANTA MÔNICA	
UF: MG CEP: 38408900		Cidade: UBERLÂNDIA	
Coordenadas Geográficas: Latitude: 0		Longitude: 0	
4. ATIVIDADE TÉCNICA			
Atividade: 5.7 - LAUDO TÉCNICO			
Quantidade: 0,30		Unidade: h/m	
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT			
5. DESCRIÇÃO			
Elaboração dos Laudos Técnicos de Estado de Conservação dos seguintes bens tombados: Biblioteca Municipal Juscelino Kubitschek Oliveira; Casa da Cultura; Círculo Operário de Uberlândia; Escola Estadual Dr. Duarte Pimentel de Uliôa; Escola Estadual de Uberlândia; Igreja Nossa Senhora das Dores; Mercado Municipal de Uberlândia; Oficina Cultural de Uberlândia; Palacete Nagehetti; Residência Chacur; Praça Tubal Vilela; Praça Clarimundo Carneiro; Imagem Nossa Senhora do Carmo. Elaboração do complemento do dossiê da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e do complemento do dossiê da Capela da Saudade.			
6. VALOR			
Valor do RRT:		R\$ 83,58	
Total Pago:		R\$ 83,58	
Pago em:		14/12/2016	
7. ASSINATURAS			
Declaro serem verdadeiras as informações acima.			
Uberlândia, 30 de Novembro de 2016			
Local		Dia	
Mês		Ano	
Secretaria Municipal de Cultura		DENISE ELIAS ATTUX	
Documento de identificação: 18431312001197		CPF: 365.623.006-49	

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <https://sicoau.cau.br.org.br/app/view/right/indexdemo?form=Services>, com a chave: A1b2Yc. Impresso em: 18/12/2016 às 07:31:10 por: , ip: 185.15.104.52

www.cau.br

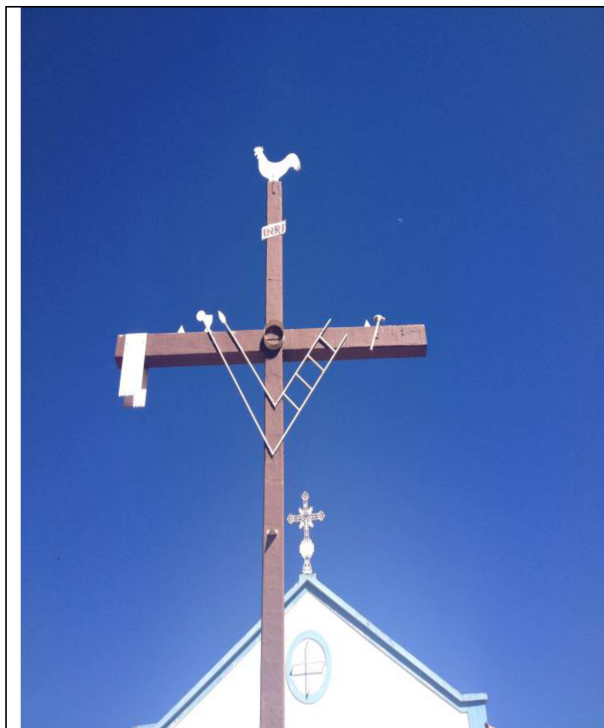
Página 1/1

B - COMPLEMENTAÇÃO DO DOSSIÊ

TOMBAMENTO DA CAPELA DA SAUDADE.

Exercício 2019.

FOLHA DE ROSTO QUADRO II - COMPLEMENTAÇÃO DOSSIÊ DE TOMBAMENTO	
DATA DE ENCAMINHAMENTO AO IEPHA: 30/11/2016	UBERLÂNDIA.
ENDEREÇO DA PREFEITURA	Avenida Anselmo Alves dos Santos, nº 600 / Bairro Santa Mônica – CEP: 38.408-150
NOME DO PREFEITO	Odelmo Leão Carneiro Sobrinho
NOME DO SETOR DE PATRIMÔNIO CULTURAL DA PREFEITURA	Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico
ENDEREÇO DO SETOR	Casa da Cultura - Praça Coronel Carneiro, 89 - Fundinho. CEP: 38400-218 - Uberlândia/MG
TELEFONE DO SETOR	(34) 3255-8252 - 3214-3266 - 3236-8011
ENDEREÇO ELETRÔNICO DO SETOR	valqueirozlopes@gmail.com diretoriadememoria@uberlandia.mg.gov.br
NOME DA SECRETÁRIA DE CULTURA	Mônica Debs Diniz

COMPLEMENTAÇÃO DE DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DE BEM IMÓVEL.**Capela da Saudade.**

SUMÁRIO GERAL		
Documentos		Pág.
	Cópia da Ficha de Análise	07
2.5	Diretrizes de proteção	09
	Cópia Ata COMPHAC aprovando Diretrizes	12
3.1	Notificações e Recibos	17
3.3	Cópia da homologação do tombamento e comprovação de publicidade	20
3.4	Cópia da Inscrição no Livro Tombo	23
	Laudos	25
	RRT	37
3.5	Ficha Técnica	39

FICHA DE ANÁLISE.


ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL
EXERCÍCIO 2018

 IEPHA/MG
 DIRETORIA DE PROMOÇÃO
 GERÊNCIA DE COOPERAÇÃO
 MUNICIPAL

QUADRO II/PROTEÇÃO				Q II-B	
Conjunto Documental B - Processos de Tombamento de Bens Materiais				TOMBAMENTO	
1 – MUNICÍPIO: UBERLÂNDIA		DISTRITO: CRUZ BRANCA – ÁREA RURAL DO DISTRITO SEDE			
BEM TOMBADO: CAPELA DA SAUDADE					
ENDEREÇO: Estrada Municipal371- KM 30/saída para Araxá – Cruz Branca					
Nº DECRETO/ DATA: -		DN/ANO: 01/2016	<input type="checkbox"/> COMPLEMENTAÇÃO	<input type="checkbox"/> REAPRESENTAÇÃO	
ATRIBUTO:					
<input type="checkbox"/> NÚCLEO HISTÓRICO		<input type="checkbox"/> CONJUNTO URBANO / PAISAGÍSTICO	<input checked="" type="checkbox"/> BEM IMÓVEL	<input type="checkbox"/> BEM MÓVEL	
Nº Estruturas Arquitetônicas:		<input type="checkbox"/> Menor que 2 hectares	<input type="checkbox"/> BEM INTEGRADO		
		<input type="checkbox"/> Maior que 2 hectares			
Apresentação do Trabalho		<input checked="" type="checkbox"/> organização por conjunto documental, <input type="checkbox"/> pasta cartonada, <input type="checkbox"/> sem plástico, <input type="checkbox"/> rubrica, <input type="checkbox"/> grampo plástico, <input type="checkbox"/> numeração das páginas, <input type="checkbox"/> legibilidade, <input type="checkbox"/> assinatura de próprio punho		<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
FICHA DE ANÁLISE (do último exercício de envio da documentação)				<input type="checkbox"/> Enviou <input type="checkbox"/> Não enviou	
2 – PARTE TÉCNICA			Não entregue	Aceito	
				Sim	Complementar Não
2.1 – Introdução				X	
2.2 – Caracterização do bem cultural					
<input type="checkbox"/> Histórico do bem e relação com o município (com fotos) <input type="checkbox"/> Descrição detalhada do bem e análise do estado de conservação (com fotos) <input type="checkbox"/> Justificativa para o tombamento				X	
2.3 – Perímetro de tombamento e de entorno				X	
2.4 – Documentação cartográfica				X	
2.5 – Diretrizes de proteção			X		
2.6 – Ficha técnica				X	
2.7 – Referências Bibliográficas				X	
3 – PARTE ADMINISTRATIVA			Não entregue	Aceito	
				Sim	Complementar Não
3.1 – Notificações e recibos			X		
3.2 – Cópia da ata aprovando o tombamento definitivo				X	
3.3 – Cópia da homologação do tombamento e comprovação de sua publicidade			X		
3.4 – Cópia da inscrição no Livro do Tombo			X		
OBSERVAÇÃO: A documentação não será pontuada se algum dos itens estruturadores (negrito) , fundamentais para a consistência técnica do trabalho, não tiver sido entregue ou não for aceito.					
CONCLUSÃO:					
<input type="checkbox"/> DOCUMENTAÇÃO ACEITA		<input type="checkbox"/> DOCUMENTAÇÃO ACEITA COM RESSALVA, a ser complementada para o próximo exercício. Refazer e reapresentar os itens listados a seguir:		<input checked="" type="checkbox"/> DOCUMENTAÇÃO NÃO ACEITA <input type="checkbox"/> Refazer e reapresentar toda a documentação segundo a Deliberação vigente. <input checked="" type="checkbox"/> Refazer e reapresentar os itens listados a seguir: 2.5; 3.1; 3.3; 3.4	

COMENTÁRIOS / OBSERVAÇÕES DO ANALISTA:	
<p>O dossiê técnico se apresenta com boa qualidade técnica, qualificando o bem de maneira precisa. Apresenta um bom levantamento histórico e contextualiza muito bem a inserção do bem em seu meio e na história local. É relevante o a ação de preservar a Capela da Saudade, indo contra um parecer de uma consultoria anteriormente contratada.</p> <p>O ponto negativo, no entanto, foi a ausência de documentos estruturadores, como: Diretrizes de proteção, Homologação do Tombamento, a notificação ao proprietário do bem e Cópia da inscrição no Livro do Tombo, dando ciência da iniciativa de tombamento.</p> <p>Pede-se, portanto, a apresentação destes documentos no próximo exercício. A análise informa que a apresentação do Processo de Tombamento não está aprovada, uma vez que não houve a entrega de documentos que são estruturadores para a análise.</p>	
CÓDIGO ALFANUMÉRICO: 1018331-7	Data: 07-03-2017
COMENTÁRIOS RECURSO:	
RECURSO: Pontuação alterada para (ou Pontuação mantida) – CÓDIGO ALFANUMÉRICO:	Data Recurso:

2.5 - DIRETRIZES DE PROTEÇÃO.

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS.

Após análise das características arquitetônicas e históricas da Capela da Saudade e de seu entorno imediato, foram traçados alguns parâmetros que se adequam às necessidades locais e que promoverão a proteção da ambiência e do patrimônio cultural.

2 –INTERVENÇÕES NO BEM TOMBADO.

Em relação ao bem tombado, a sua proteção inclui a Capela, as edificações anexas (banheiros masculino e feminino, cozinha, depósito de materiais e moradia do caseiro), os pátios cobertos, o cruzeiro, o coreto, toda a área cercada por mureta baixa e o portão do acesso original, conforme delimitação estabelecida pelo Perímetro de Tombamento. Toda essa área não poderá ser demolida e deverá ter suas características originais preservadas, recuperadas ou restauradas obedecendo aos seguintes critérios:

- os vãos em sua quantidade, proporção, alinhamento, distribuição no plano de fachada, bem como suas esquadrias, só poderão ser alterados no sentido de reverter eventuais descaracterizações, desde que mediante documentação e justificativa conceitualmente consistente;
- os materiais de revestimento e de ornamentação empregados nos planos de fachada só poderão ser alterados no sentido de reverter eventuais descaracterizações, desde que mediante documentação e justificativa conceitualmente consistente;
- a volumetria da capela, incluindo o diagrama e a inclinação da sua cobertura, só poderá ser alterada no sentido de reverter eventuais descaracterizações, desde que mediante documentação e justificativa conceitualmente consistente;
- as telhas cerâmicas, do tipo capa e bica, não deverão ser substituídas por outro tipo, mas deve-se fazer a manutenção anual da cobertura, para evitar eventuais infiltrações provenientes de destelhamentos parciais ou quebras;
- a técnica construtiva de estrutura autoportante e vedação de tijolos maciços deverá ser mantida, mesmo quando houver a necessidade de intervenções que visem a estabilidade da estrutura existente, entretanto, serão admitidos novos materiais e técnicas quando houver documentação e justificativa conceitualmente consistente;

- as portas de madeira e a estrutura da cobertura deverão passar por descupinização regularmente, de modo a prevenir sua deterioração por insetos xilófagos;
- elementos como forros, pisos e esquadrias que tiverem sido perdidos com o tempo, deverão ser refeitos à semelhança dos originais, mas somente quando houver dados suficientes que permitam sua reconstituição tal qual os elementos originais, sendo que as partes reconstruídas devem poder ser distinguidas quando examinadas de perto;
- os anexos deverão ter sua volumetria e vãos respeitados, e ambos só poderão ser alterados mediante documentação e justificativa conceitualmente consistente;
- se houver a necessidade de ampliação do corpo da capela, esta não poderá assemelhar-se a um “puxado”, mas deverá ter o volume diferenciado, sem ultrapassar a altura da capela, de modo a não falsear a identificação do bem;
- as novas edificações dentro do perímetro de tombamento não poderão ultrapassar a altura da capela, não poderão estar encostadas no bem tombado, ou prejudicar sua visibilidade, poderão utilizar materiais contemporâneos, mas sua pintura deverá ser feita em cores não conflitantes com a tipologia da capela;
- entretanto, deve-se considerar a possibilidade de não serem edificadas novas construções nessa área, pois qualquer edificação construída dentro do perímetro de tombamento tornar-se-á parte do conjunto, diminuindo a relevância visual da capela;
- qualquer intervenção no bem deverá se diferenciar da composição arquitetônica original e deverá ostentar a marca de seu tempo, ao mesmo tempo respeitando e valorizando a significação cultural do referido bem.

Todas as propostas de intervenções deverão ser elaboradas por arquiteto(a) com experiência comprovada em patrimônio histórico, apresentadas em forma de projeto com justificativas teóricas baseadas nas normas de proteção ao patrimônio edificado, acompanhado de memorial descritivo e laudo com diagnóstico do estado de conservação e levantamento fotográfico. Toda a documentação deverá primeiro ser apresentada ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia (COMPHAC), responsável pela aprovação, solicitação de adequação, ou recusa.

Todas as intervenções deverão ser documentadas através de material fotográfico e memorial descritivo que deverá ser arquivado na sede do COMPHAC.

3 – INTERVENÇÕES NO ENTORNO IMEDIATO.

A área do entorno imediato compreende o polígono descrito pelo Perímetro de Entorno, onde

qualquer intervenção deverá obedecer aos critérios a seguir:

- deve-se sempre observar a preservação do meio ambiente e a paisagem local e regional;
- deve-se retirar os tapumes metálicos que circundam o entorno do bem, visto que prejudicam sobremaneira a visibilidade do mesmo, substituindo-o por material que permita a visibilidade da capela (gradil, vidro, etc);
- não devem ser colocados outdoors no entorno imediato do bem tombado, visto que prejudicam a visibilidade e a ambiência do conjunto;
- a visibilidade da capela deve ser assegurada, de modo que, para cada edificação nova, deve-se fazer um estudo de impacto de visibilidade, contendo fotos e análise dos eventuais impactos visuais.

A aprovação de intervenções e de projetos na área do entorno ficam condicionadas à análise prévia, caso a caso, pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia (COMPHAC).

4 – OBSERVAÇÃO GERAL.

Sobre revisões e alterações nos parâmetros urbanos e diretrizes de intervenção no bem tombado e no seu entorno:

Vale salientar que estas normas são passíveis de revisões periódicas, visando a atualização e adequação às novas demandas do município. Portanto, alterações, supressões e acréscimos de diretrizes são permitidos, desde que sejam compatíveis com as condições e necessidades do município e com as normas de proteção ao patrimônio edificado, e previamente aprovadas pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia (COMPHAC).

CÓPIA ATA COMPHAC APROVANDO AS DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO

Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia

1 ATA DA 5ª (QUINTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO E
2 CONSULTIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO,
3 ARTÍSTICO E CULTURAL DE UBERLÂNDIA. No dia 03 (três) do mês de outubro de
4 2017 (dois mil e dezessete), às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos), na Sala de Reuniões
5 da Casa da Cultura, estiveram presentes nesta reunião os seguintes conselheiros que assinarão
6 a Ata a seguir: **Gláucio Henrique Chaves** – Conselheiro Titular – representante da
7 Secretaria Municipal de Planejamento Urbano; **Juliana Santana Ardel** - Conselheira
8 Suplente, representante da Comunidade; **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** –
9 Conselheira Titular - representante da Secretaria Municipal de Cultura; **Thalita Asperti**
10 **Travençolo** - Conselheira Suplente – representante da Secretaria Municipal de Cultura; **Luiz**
11 **Carlos de Laurentiz** - Conselheiro Titular – representante Universidade Federal de
12 Uberlândia; **Michelle Siqueira Oliveira** – Conselheira Suplente – representante da Secretaria
13 Municipal de Planejamento Urbano; **Olga Helena da Costa** - Conselheira Titular,
14 representante da Comunidade; **Fabiola Benfica Marra** – Conselheira Titular, representante
15 da Comunidade; **Paulo Arthur de Oliveira Cardoso** - Conselheiro Titular, representante da
16 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbanístico; **Andréia Lopes**
17 **Bernardes** - Conselheira Titular, representante da Associação de Decoradores do Triângulo
18 (ADET); **Thais Tormin Porto** - Conselheira Suplente - representante da Secretaria
19 Municipal de Cultura; **Júlio César Pereira Alvim** - Conselheiro Titular - representante da
20 Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Uberlândia (ASSENG); **Maria Regina Ribeiro**
21 **Gonçalves** - Conselheira Suplente – representante da Secretaria Municipal de Cultura;
22 **Leciane Leandra Medeiros** - Conselheira Titular - representante da Secretaria Municipal de
23 Cultura; **Rosa Maria Marra** – Conselheira Titular – representante da Secretaria Municipal de
24 Cultura. A conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** deu boas vindas a todos e
25 justificou as ausências de Ariel Luis Lazzarin e seu suplente Alexandre Bueno Sampaio,
26 representantes do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (CAU) pois, estão
27 temporariamente impedidos de representar a Instituição por estarem concorrendo à eleição; e
28 da Presidente Mônica Debs que teve um compromisso de agenda da Secretaria. Verificando
29 haver quórum regimental e com a presença de 15 (quinze) conselheiros, entre titulares e
30 suplentes, esta reunião convocada pelo Presidente e, em conformidade com a pauta pré-
31 estabelecida recebida pelos conselheiros com antecedência de 24 horas via e-mail, foi iniciada
32 com os seguintes pontos: 1º: Informes; 2º: Leitura e aprovação de ata; 3º: Posse de novos



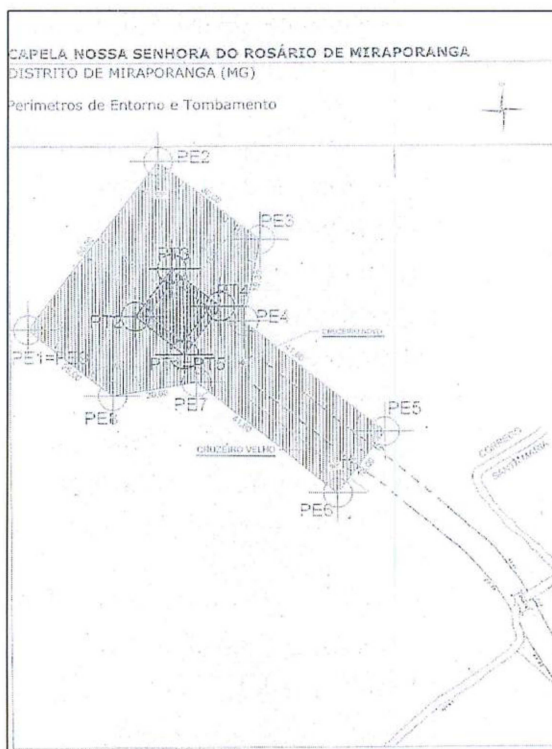
Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia

33 membros; 4º: apresentação e deliberação das Diretrizes de Intervenção na Capela da Saudade
34 para complementação de Dossiê; 5º: Deliberação Final dos gastos do recurso do ICMS
35 patrimônio cultural; 6º: Apreciação de solicitação para recolocação de Cruzeiro da Igreja de
36 Miraporanga; 7º: Apreciação e deliberação de pedido de Registro da Praça Rui Barbosa. A
37 reunião foi iniciada e o conselheiro **Luiz Carlos de Laurentiz** informou que em novembro
38 acontecerá o Seminário DOCOMOMO e que na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
39 UFU está acontecendo uma disciplina optativa que está discutindo uma ação da Conferência
40 Municipal de Cultura que sugeriu a transformação do prédio do Fórum Abelardo Pena em
41 espaço cultura, após a sua mudança para a nova sede. Este evento está aberto à comunidade e
42 convidou a todos. Passou-se ao 2º ponto da pauta para a leitura da Ata da quarta reunião que
43 foi aprovada e será assinada pelos conselheiros presentes. No 3º ponto de pauta o Conselho
44 foi informado que a Secretária de Cultura, Mônica Debs, deu posse aos novos membros
45 representantes da Secretaria Municipal de Cultura. No 4º ponto da pauta o Conselho analisou
46 as Diretrizes de Intervenção da Capela da Saudade. Este documento foi enviado
47 antecipadamente por email para que os conselheiros conhecessem a proposta apresentada pela
48 Diretoria de Memória e Patrimônio Histórico e pudessem contribuir. Dessa forma, como não
49 houve considerações para alteração, o Conselho aprovou as Diretrizes de Intervenção da
50 Capela da Saudade que serão encaminhadas ao IEPHA, exercício 2019. A conselheira
51 **Fabiola Benfica Marra** pediu para registrar em ata a sua preocupação com a utilização, pela
52 AMBEV, das águas da região da Capela da Saudade. A conselheira **Andréia Lopes**
53 **Bernardes** demonstrou preocupação com relação ao número de pessoas que frequentam a
54 Capela da Saudade por ocasião das festas e foi informada que o número de pessoas que vão
55 aos shows promovidos pelos proprietários da Fazenda da Saudade não interfere na
56 preservação da Capela e que pode ser até um ponto positivo. No futuro, se houver um
57 loteamento naquela região que está muito próxima da cidade, o COMPHAC deverá solicitar
58 que a Capela fique localizada no centro de uma praça. Passou-se ao 5º ponto da pauta e o
59 Conselho foi informado de que está sendo elaborado novos projetos de pânico e incêndio para
60 o prédio que abriga a Biblioteca Pública e Oficina Cultural. Os projetos são essenciais para
61 que as edificações continuem com o trabalho de atendimento à comunidade e cumpram a
62 legislação pertinente. A elaboração dos projetos terá um custo de R\$ 5.250,00 (cinco mil,
63 duzentos e cinquenta reais) e o Conselho aprovou que essa despesa seja paga com o
64 recurso do ICMS patrimônio cultural pois, se trata de uma ação importante para a



Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia

65 **preservação das edificações históricas.** A conselheira **Fabiola Benfica Marra** afirmou que
66 deveria ser investido recursos também na iluminação externa da Igreja do Rosário de
67 Miraporanga e a conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** afirmou que essa
68 pode ser uma demanda para o próximo ano pois, neste não é mais possível. No 6º ponto da
69 pauta o Conselho foi informado sobre a solicitação da comunidade de Miraporanga que estão
70 se mobilizando para a substituição do Cruzeiro defronte a Igreja do Rosário de Miraporanga.
71 A solicitação enviada ressalta que o atual Cruzeiro se encontra em avançado estado de
72 deterioração e que a comunidade pretende fazer a troca por outro Cruzeiro, com o
73 acompanhamento do COMPHAC. A conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes**
74 imprimiu as fotografias demonstrando as atuais condições do Cruzeiro. A conselheira **Thalita**
75 **Asperti Travençolo** ponderou que no Dossiê o Cruzeiro em questão é apontado como
76 Cruzeiro Novo e que existia outro Cruzeiro, denominado de Velho, na estrada de acesso à
77 Igreja, mais próximo do Córrego. A conselheira **Fabiola Benfica Marra** afirmou que trocar o



78

79 Cruzeiro é muito positivo. O Conselho aprovou a ideia, entretanto algumas ressalvas



Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia

80 foram feitas, dentre elas: as pedras de tapiocanga que formam a base do cruzeiro
81 deverão ser utilizadas em formato parecido; o Cruzeiro deverá ser instalado no mesmo
82 lugar em que se encontra o atual; o processo deverá ser registrado por fotografias;
83 elaborar um relatório contendo o nome das pessoas envolvidas e doadores de materiais,
84 madeira ou outro item que tornou possível esta ação; fazer o novo Cruzeiro de madeira
85 de qualidade, descupinizar o solo para dificultar a infestação de cupins na madeira que
86 será usada; realizar pesquisa ou entrevista com pessoas antigas para conhecer as
87 características do Cruzeiro histórico; guardar as partes da madeira que será retirada
88 para ser catalogada como história desta Igreja e decidir local de sua guarda. O
89 COMPHAC irá elaborar documento e enviar para o setor responsável pelos Distritos. Passou-
90 se ao 7º ponto da pauta com a leitura de correspondência enviada pela Irmandade de Nossa
91 Senhora do Rosário e São Benedito na qual a Irmandade solicita o Registro Livro dos
92 LUGARES da Praça Rui Barbosa como Patrimônio Imaterial do Município, considerando que
93 a Igreja Nossa Senhora do Rosário é um bem tombado e a Festa do Congado um Bem
94 Registrado como Patrimônio Imaterial do Município desde o ano de 2008 e que esta
95 manifestação religiosa acontece na Praça Rui Barbosa. Esta Praça é considerada pela
96 Irmandade como espaço de resistência contra o racismo e todas as formas de preconceito.
97 Dessa forma, a Irmandade solicitou que a Praça, conhecida popularmente como Praça do
98 Rosário, seja reconhecida como um bem que merece o Registro. Após a leitura do
99 documento, o Conselho teve acesso à Ficha de Inventário da Praça Rui Barbosa e a
100 conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** fez leitura de Parecer Favorável ao
101 Registro que foi aprovado pelo Conselho. **Por unanimidade, o Conselho deliberou pela**
102 **abertura do Processo de Registro da Praça Rui Barbosa.** Dessa forma, a documentação
103 necessária será providenciada e encaminhada à Secretaria Municipal de Cultura para abertura
104 do processo de Registro. O conselheiro **Júlio César Pereira Alvim** pediu a palavra e
105 ponderou sobre a necessidade de se criar um banco de dados com fotografias das edificações
106 cujos proprietários entram com pedido de alvará de demolição na Prefeitura. Segundo ele, o
107 alvará de demolição deveria vir acompanhado de documento fotográfico e isso formaria um
108 banco de dados das alterações do espaço urbano. A conselheira **Fabíola Benfica Marra**
109 considerou a inviabilidade desta ação pois, iria gerar uma quantidade muito grande de
110 documentos, muitas vezes, sem importância tendo em vista que as edificações importantes já
111 estão no Plano de Inventário. Ainda com a palavra, a conselheira solicitou ao COMPHAC

**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

112 permissão para tratar do assunto do deck que existe no entorno imediato da Igreja do Rosário,
113 na Praça Rui Barbosa. O Conselho aprovou e a conselheira questionou sobre a permanência
114 da estrutura por sobre a calçada localizada no perímetro de entorno do bem tombado e que
115 interfere de forma negativa na ambiência da Igreja e da Praça e ressaltou que esse deck deve
116 ser retirado pois, é um fator de degradação e desvalorização da Igreja Nossa Senhora do
117 Rosário e São Benedito. **Por unanimidade o Conselho aprovou a solicitação de retirada**
118 **do deck na Praça Rui Barbosa, 110 e será encaminhado ofício ao proprietário do imóvel**
119 **solicitando providências para as medidas necessárias à remoção.** Nada mais havendo a
120 tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, **Valéria Maria Queiroz**
121 **Cavalcante Lopes**, que a redigiu, lavrou e dirigiu os trabalhos e pelos que estiveram
122 presentes na qualidade de conselheiros. Uberlândia, **03 (três) de outubro de 2017 (dois mil e**
123 **dezessete).** Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes ;
124 Gláucio Henrique Chaves Gláucio H. Chaves ;
125 Juliana Santana Ardel _____ ;
126 Thalita Asperti Travençolo Thalita Asperti Travençolo ;
127 Luiz Carlos de Laurentiz _____ ;
128 Michelle Siqueira Oliveira Michelle Siqueira Oliveira ;
129 Olga Helena da Costa Olga Helena da Costa ;
130 Fabíola Benfica Marra Fabíola Benfica Marra ;
131 Paulo Arthur de Oliveira Cardoso Paulo Arthur de O. Cardoso ;
132 Andréia Lopes Bernardes Andréia Lopes Bernardes ;
133 Thais Tormin Porto _____ ;
134 Júlio César Pereira Alvim Júlio César Pereira Alvim ;
135 Maria Regina Ribeiro Gonçalves _____ ;
136 Leciane Leandra Medeiros Leciane Leandra Medeiros ;
137 Rosa Maria Marra Rosa Maria Marra .

3.1 - NOTIFICAÇÕES E RECIBOS.

**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico,
Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia**

**Termo de Anuência ao Processo de Tombamento Provisório da
Capela da Saudade**

Considerando a Notificação constante do Ofício SMC nº 0211, de 30 de novembro de 2016, e com fundamento no art. 19, inciso IV, §3º e 6º e no art. 21, ambos da Lei Municipal nº 10.622, de 13 de dezembro de 2010, e suas alterações, que dispõem sobre as normas de proteção do patrimônio cultural do Município de Uberlândia, nós, EDESIO VIEIRA DE PADUA e DARCI EURÍPEDES DE PADUA, proprietários da Capela da Saudade, **DECLARAMOS ANUÊNCIA**, para os devidos fins legais, quanto à proposta de tombamento provisório da Capela da Saudade, localizada na Fazenda da Saudade, Bom Jardim, Uberlândia/MG, por seu valor histórico e arquitetônico.

Uberlândia, 30 de novembro de 2016.

Edesio Vieira de Padua
EDESIO VIEIRA DE PADUA

Darci Eurípedes de Padua
DARCI EURÍPEDES DE PADUA

Proprietários

**NOTIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO DEFINITIVO**

NOTIFICADO(S): Sr. Edesio Vieira de Padua e Sra. Darci Eurípedes de Padua, brasileiros, casados entre si, residentes e domiciliados na Fazenda da Saudade – Bom Jardim.

Comunicamos as Vossas Senhorias, **para os fins estabelecidos no artigo 24, caput**, da Lei Municipal nº 10.662, de 13 de dezembro de 2010, que foi aprovado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia (COMPHAC), em reunião datada de 09/08/2016, em detrimento de seu valor histórico e cultural, **o tombamento definitivo** da “Capela da Saudade”, localizada na Fazenda da Saudade, Bom Jardim, Uberlândia/MG.

Dessa forma, nos termos do art. 24 *caput*, da Lei Municipal nº 10.662, de 13 de dezembro de 2010, **NOTIFICAMOS** do tombamento definitivo aprovado pelo COMPHAC, podendo Vossas Senhorias declararem anuência, caso seja de vossos interesse, nos termos do *caput* do artigo *susum*, abaixo colacionado:

“Art. 24 – O proprietário e/ou o titular de domínio útil do bem terá o prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação para anuir ao tombamento ou para se o quiser, impugnar e oferecer as razões de sua impugnação.”



Esclarecemos que os autos do Processo Administrativo PGM nº 003/2016 encontram-se a vossa disposição, na Secretaria Municipal de Cultura, para eventual consulta. Anexas, seguem cópias do Parecer sobre o tombamento definitivo da Capela da Saudade elaborado pelo COMPHAC e o Termo de anuência.

Com os nossos cumprimentos, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Uberlândia/MG, 12 de maio de 2017.


MÔNICA DEBS DINIZ
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA


Edesio Vieira de Padua

Darci Eurípedes de Padua

Recebido em 28/05/17

**PROCURADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO****PREFEITURA DE
UBERLÂNDIA****TERMO DE ANUÊNCIA AO PROCESSO DE TOMBAMENTO DEFINITIVO
DA CAPELA DA SAUDADE**

Considerando a Notificação, de 12 de maio de 2017, e com fundamento no artigo 24, *caput*, da Lei Municipal nº 10.622, de 13 de dezembro de 2010, e suas alterações, que dispõem sobre as normas de proteção do patrimônio cultural do Município de Uberlândia, nós, EDESIO VIEIRA DE PADUA e DARCI EURÍPEDES DE PADUA, proprietários da Capela da Saudade DECLARAMOS ANUÊNCIA, para os devidos fins legais, quanto ao Tombamento Definitivo da Capela da Saudade, localizada na Fazenda da Saudade, Bom Jardim, Uberlândia/MG, por seu valor histórico e cultural.

Uberlândia/MG, 12 de maio de 2017.

Edesio Vieira de Padua
EDESIO VIEIRA DE PADUA
PROPRIETÁRIO

Darci Eurípedes de Padua
DARCI EURÍPEDES DE PADUA
PROPRIETÁRIA

3.3 - CÓPIA DA HOMOLOGAÇÃO DE TOMBAMENTO E COMPROVAÇÃO DE PUBLICIDADE.

103

Diário Oficial do Município Nº 5033, sexta-feira, 16 de dezembro de 2016

EDITAL DE TOMBAMENTO PROVISÓRIO

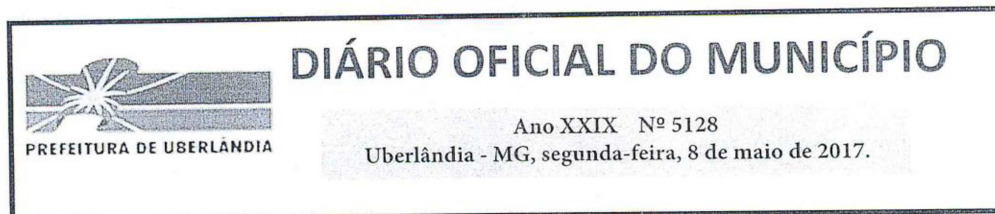
A Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia – COMPHAC e Secretária Municipal de Cultura, Iara Helena Magalhães, faz saber a todos quanto o presente edital virem, ou conhecimento tiverem e interessar possam, para os fins estabelecidos no inciso III, do art. 19, da Lei Municipal nº 10.662, de 13 de dezembro de 2010 e suas alterações, que está sob proteção do Tombamento Provisório, a Capela da Saudade, localizada na Fazenda da Saudade, Bom Jardim, em Uberlândia/MG, por seu valor simbólico e sagrado para as comunidades do entorno e relevante influência na religiosidade rural, não podendo ser demolida, mutilada ou transformada, sem prévia autorização do Município e parecer do COMPHAC, conforme art. 30 e seguintes da Lei supra.

Uberlândia, 05 de dezembro de 2016.

IARA HELENA MAGALHÃES

Secretária Municipal de Cultura

Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia



ATOS DO PODER EXECUTIVO
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
DECRETO

DECRETO Nº 17.091, DE 8 DE MAIO DE 2017.

APROVA O TOMBAMENTO DO BEM CULTURAL DENOMINADO "CAPELA DA SAUDADE" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Uberlândia, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 45, VII, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 24, § 2º, III da Lei Municipal nº 10.662, de 13 de dezembro de 2010 e suas alterações,

Considerando a proposta de tombamento da Capela da Saudade, efetivada pelo Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia – COMPHAC,

Considerando o valor histórico e cultural da Capela da Saudade, que exerce grande símbolo do sagrado para as comunidades do entorno do bem, com relevante influência na religiosidade na zona rural,

Considerando a legalidade do processo de tombamento nº 003/2016 e a homologação da decisão do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia – COMPHAC, pelo Chefe do Poder Executivo, publicada no Diário Oficial do Município nº 5124, de 02 de maio de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o tombamento do bem denominado "Capela da Saudade" no Livro do Tombo Histórico.

Parágrafo único. O tombamento de que trata o caput deste artigo, deverá ser efetivado com registro no Livro do Tombo Histórico pela Secretaria Municipal de Cultura, que o manterá sob sua guarda, em arquivo próprio.

Art. 2º São vedadas intervenções no bem de que trata o art. 1º deste Decreto sem prévia anuência do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia – COMPHAC.

§ 1º Consideram-se intervenções as ações de destruição, demolição, pintura, mutilação, alteração, abandono, ampliação, reparação ou restauração do bem e de seu entorno, assim como a execução de obras irregulares.

§ 2º Todos os elementos arquitetônicos da fachada frontal e lateral direita, tais como janelas, portas, balaustradas, vitrais, dentre outros, deverão ser preservados e só poderão ser alterados no sentido de reverter eventuais descaracterizações.

§ 3º Para efeito de proteção de ambiência do bem tombado, fica preservada a área constante do Anexo que a este integra constituindo e determinando o perímetro do entorno imediato do imóvel de que trata o art. 1º deste Decreto.

§ 4º As cores da pintura de todas as fachadas do imóvel deverão manter coerência com as características formais do prédio e de seu período construtivo.

§ 5º Qualquer proposta de projeto e de intervenção deverá ser elaborada por arquiteto com experiência e formação comprovadas na área de conservação e restauração de bens culturais imóveis.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

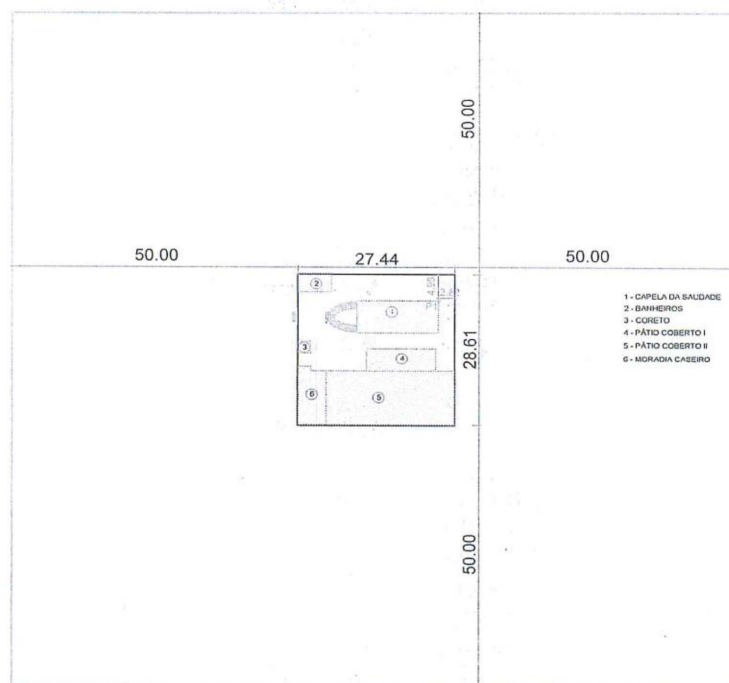
Uberlândia, 8 de maio de 2017.

Odelmo Leão
Prefeito

Mônica Debs Diniz
Secretária Municipal de Cultura

sav/NAPK/PGM Nº 14.101/2016

ANEXO – PERÍMETRO DE ENTORNO



CAPELA DA SAUDADE

— PERÍMETRO DE TOMBAMENTO

— PERÍMETRO DE ENTORNO

EXPEDIENTE
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Órgão Oficial do Município de Uberlândia/MG,
criado pela Lei Municipal nº 8485 de
24/11/2003.

Edição, impressão e disponibilização:

Procuradoria Geral do Município

Distribuição: Secretaria Municipal de
Comunicação Social

Av. Anselmo Alves dos Santos nº 600
Bairro Santa Mônica

Telefone: 34 3239-2684

Fax: 34 3235-8553

Paginação: Luiza Lozano Knychala e

Victor Grama Valentim

Cópias do Diário Oficial do Município
podem ser obtidas no portal da Prefeitura de
Uberlândia: www.uberlandia.mg.gov.br


3.4 - CÓPIA DA INSCRIÇÃO NO LIVRO TOMBO.

- Número de Inscrição: XIX
- Bem Cultural: Capela da Saudade
- Localização: localizada no Bom jardim nos arredores da Zona Rural de Uberlândia.
- Propriedade: Particular
- Natureza: estrutura arquitetônica e Urbanística.
- Caracter: Anônima
- Deliberação: decreto nº 17091, de oito de maio de 2017
- Publicação: 8 de maio de 2017.
- Descrição: O Patrimônio Cultural é elemento fundamental na formação da identidade cultural de um povo, Uberlândia é uma cidade que se formou nesta perspectiva.
- Como forma de prover a assistência religiosa às suas famílias e agregados de mesmo para cumprir promessa feita ao santo de devoção, muitos proprietários de áreas rurais construían, em suas fazendas pequenas capelas.
- Neste contexto a Capela da Saudade foi erguida no ponto mais alto da Fazenda da Saudade em um local onde havia um cruzeiro, erguido no início do século XIX pelos proprietários para cumprir uma promessa de um membro da família Pereira. Posteriormente, no final do século XIX, construiu-se a primeira Capela no ano de 1899. Em 1954 ela foi totalmente reconstruída e no final dos anos 90 o antigo cruzeiro foi substituído por outro de alvenaria. No ano de 2014 ocorreu a última reforma da Capela da Saudade.
- A entrada principal da Capela está voltada para um talude que termina na estrada rural, que dá acesso às demais construções da fazenda.
- Devido ao difícil acesso proporcionado pelo talude, a entrada para os eventos é feita pela parte posterior da Capela.
- Assim, o Perímetro do Entorno delimita uma área em volta da Capela que preserve a ambientação conferindo em caráter particular e singular, consoante

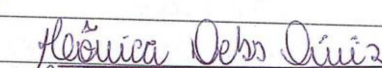
Com a simplicidade do lugar.

A Capela da Saudade não apresenta relevante valor arquitetônico, entretanto, exerce grande valor simbólico e sagrado para as comunidades do entorno e relevante influência na religiosidade rural.

Em 21 de junho de 2017


Odelmo Leão Carneiro Sobrinho.

Prefeito Municipal.


Flávia Odebo Luiz - Presidente do COMPHAC

AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA CAPELA DA SAUDADE

MUNICÍPIO: Uberlândia - MG		DISTRITO: Sede (Área Rural)
NOME DO BEM TOMBADO: Capela da Saudade		
ENDEREÇO DO BEM CULTURAL: Estrada Municipal 371 – KM 30 – Cruz Branca		
Nº DECRETO / ANO: 17.091/2017	Nº INSCRIÇÃO LIVRO DO TOMBO / ANO: Inscrição XIX, pág. 28/2017	PROCESSO ACEITO NO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DO EXERCÍCIO: 2018

NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: Thalita Asperti Travençolo	FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Arquiteta e Urbanista / Especialista em Restauro	RG OU CAU OU CREA: CAU A44891-5
CHEFE DO SETOR DA PREFEITURA RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO DA POLITICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL: Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes		DATA REALIZAÇÃO LAUDO: Outubro/2017

HÁ OBRA DE RESTAURAÇÃO EM ANDAMENTO?	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO	<input checked="" type="checkbox"/>
HÁ PROJETO APROVADO POR LEI DE INCENTIVO À CULTURA?	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO	<input checked="" type="checkbox"/>
EM CASO POSITIVO:	LEI FEDERAL	<input type="checkbox"/>	LEI ESTADUAL	<input type="checkbox"/>
			OUTRA	<input type="checkbox"/>



Foto 01: vista geral da Capela da Saudade. Autora: Thalita Asperti Travençolo. Data: 24/10/17.

1. ESTRUTURA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	PRECÁRIO
ESTRUTURA AUTÔNOMA DE MADEIRA	100%	-	-
ESTRUTURA DE CONCRETO	100%	-	-
ESTRUTURA METÁLICA	-	-	-
OUTROS (DESCREVER)	-	-	-
DANOS VERIFICADOS: A estrutura da capela da Saudade apresenta bom estado de conservação, tanto no corpo principal da edificação quanto em seus anexos. O coreto apresenta estrutura de madeira também em bom estado de conservação. O cruzeiro atual é de concreto e apresenta bom estado de conservação			

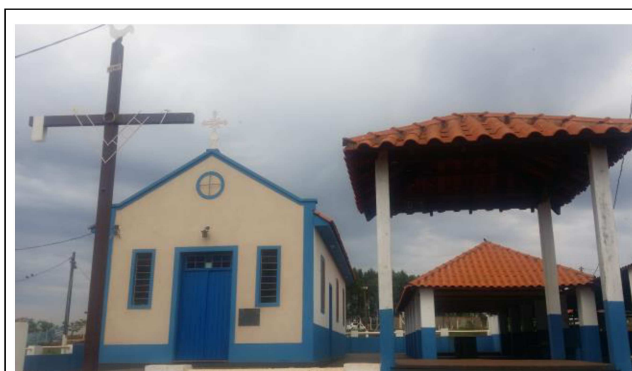


Foto 02
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Cruzeiro e Capela à esquerda. À direita, no primeiro plano está o coreto e no segundo plano está um dos galpões.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017

2. COBERTURA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	PRECÁRIO
ESTRUTURA DO TELHADO (MADEIRA)	100%	-	-
MANTO DE COBERTURA (CAPA E BICA; FIBROCIMENTO)	100%	-	-
CALHAS / RUFOS / CONDUTORES	-	-	-
COROAMENTO (FRONTÃO; BEIRAL; CIMALHA)	95%	5%	-
OUTROS (DESCREVER)	-	-	-
DANOS VERIFICADOS: No corpo principal e nos anexos a estrutura da cobertura é executada em madeira, apresentando bom estado de conservação. A telha cerâmica ocorre na cobertura da Capela, do coreto, dos banheiros e de um dos galpões. A telha de fibrocimento ocorre apenas no galpão da cozinha. Na lateral do frontão há um ponto de descascamento da pintura.			



Foto 03
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Lateral da Capela, onde pode-se ver o manto de cobertura em bom estado de conservação e o descascamento da pintura do frontão (seta vermelha).

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017



Foto 04
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista dos anexos, onde pode-se ver a cobertura de telha cerâmica do coreto e de um dos galpões e a cobertura de fibrocimento do galpão da cozinha.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017



Foto 05
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

O beiral da Capela está em bom estado de conservação.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017

3. ALVENARIAS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	PRECÁRIO
TIJOLO	100%	-	-
ADOBE	90%	10%	-
TAIPA DE PILÃO	-	-	-
PAU-A-PIQUE	-	-	-
PEDRA	-	-	-
OUTROS (CONCRETO, MADEIRA)	-	-	-
ELEMENTOS ARTÍSTICOS APLICADOS	-	-	-
DANOS VERIFICADOS: A alvenaria do corpo principal da capela da Saudade não apresenta danos. O alicerce do coreto é feito em adobe e houve perda de parte do seu reboco, tornando a alvenaria aparente, o que pode trazer prejuízos à estrutura.			



Foto 06
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

A lateral da Capela, onde pode-se ver que as paredes estão em bom estado de conservação.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017

4. REVESTIMENTO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	PRECÁRIO
REBOCO	90%	10%	-
CAIAÇÃO			
PINTURA (A BASE DE ÁGUA)	90%	10%	-
CERÂMICA	-	-	-
PEDRA (MÁRMORE; GRANITO ETC.)	-	-	-
OUTROS (ADESIVO)	100%	-	-
ELEMENTOS ARTÍSTICOS APLICADOS	-	-	-

DANOS VERIFICADOS: Todo o complexo foi recém pintado em branco e azul. Apenas a fachada da Capela e os banheiros estão pintados de areia, no lugar do branco, apesar de a cor branca harmonizar melhor com o conjunto. Há uma mancha em uma das paredes laterais da Capela, referente ao uso de uma camada muito fina de tinta branca, mas o restante da pintura do conjunto está em bom estado de conservação. No lado externo da mureta que circunda a área tombada, há alguns pontos de perda de reboco próximo ao chão e a pintura apresenta sujidade. Na parede ao fundo do altar foi colocado um adesivo ilustrado com um céu azul e nuvens, estando em bom estado de conservação.



Foto 07
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista externa da mureta que circunda a área tombada, onde pode-se ver perdas do reboco e sujidade.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017



Foto 08
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Na lateral da Capela há um local onde a pintura recente não encobriu totalmente a pintura antiga.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017

5. VÃOS E VEDAÇÕES	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	PRECÁRIO
PORTAS	100%	-	-
JANELAS, ÓCULOS, SETEIRAS	100%	-	-
ENQUADRAMENTOS (MASSA)	100%	-	-
FERRAGENS	90%	-	10%
OUTROS (TELAS)	100%	-	-

ELEMENTOS ARTÍSTICOS APLICADOS	-	-	-
<p>DANOS VERIFICADOS: As portas da Capela são em folhas reguadas de madeira, pintadas na cor azul, apresentando bom estado de conservação. Nos anexos as portas são em folhas metálicas, não apresentando danos aparentes. Tanto no corpo principal quanto nos anexos as janelas são em estrutura em ferro, sendo do tipo basculante com vidro colorido no corpo principal e do tipo de correr ou de enrolar no anexo conformado pela cozinha. Nas janelas laterais da Capela foram instaladas telas pelo lado de fora. Os banheiros não possuem janelas, necessitando passar por adequação para ventilação. As portas dos banheiros não possuem fechaduras, havendo apenas uma corrente com cadeado.</p>			



Foto 09
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Na fachada frontal pode-se ver os dois vitrais e a porta de madeira com bandeira em vitral.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017

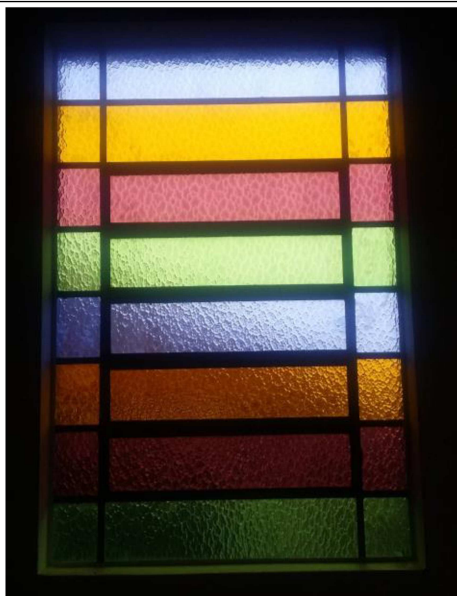


Foto 10
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista interna da janela basculante com vitral.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017



Foto 11
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Vista das janelas da cozinha.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017

6. PISOS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	PRECÁRIO
PEDRA (GRANITO)	100%	-	-
CIMENTADO	80%	5%	15%
MADEIRA	-	-	-
CERÂMICA	-	-	-
OUTROS (LADRILHO HIDRÁULICO)	90%	10%	-
OUTROS (GRANILITE)	90%	10%	-
ELEMENTOS ARTÍSTICOS APLICADOS	-	-	-

DANOS VERIFICADOS: Todo o pátio externo dentro do perímetro de tombamento tem piso cimentado, bem como todos os anexos, apresentando muitas trincas. O piso da Capela é de ladrilho hidráulico, apresentando sujeira aderida. O degrau entre a nave e o altar é revestido em granito. As soleiras da Capela são feitas em granilite, apresentando desgaste e sujeira.

	<p>Foto 12 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Piso cimentado na área externa apresentando muitas trincas.</p> <p>Autora: Thalita Asperti Travençolo Data: 24 de outubro de 2017</p>
	<p>Foto 13 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Soleira de granilite apresentando desgaste e sujeira.</p> <p>Autora: Thalita Asperti Travençolo Data: 24 de outubro de 2017</p>

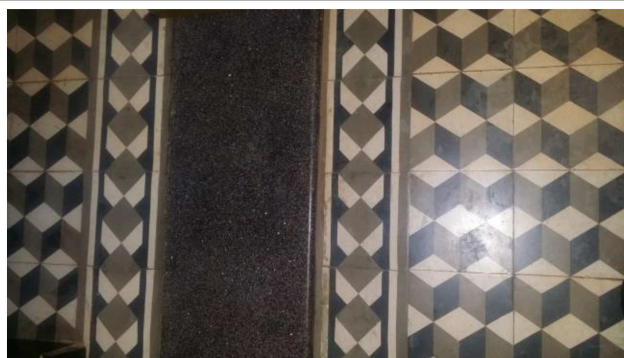


Foto 14
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Piso em ladrilho hidráulico apresentando sujidade aderida, onde se vê o degrau do altar em granito preto.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017

7. FORROS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	PRECÁRIO
ESTEIRA	-	-	-
MADEIRA	95%	5%	-
GESSO	-	-	-
LAJE	-	-	-
OUTROS (DESCREVER)	-	-	-
ELEMENTOS ARTÍSTICOS APLICADOS	100%	-	-
DANOS VERIFICADOS: A única edificação a possuir forro é a Capela. Na nave, o forro é branco, apresentando ondulação pontual, e no altar há imagem impressa de céu e anjos com predominância de tons azuis e amarelos. O rodafundo de madeira é pintado em azul.			

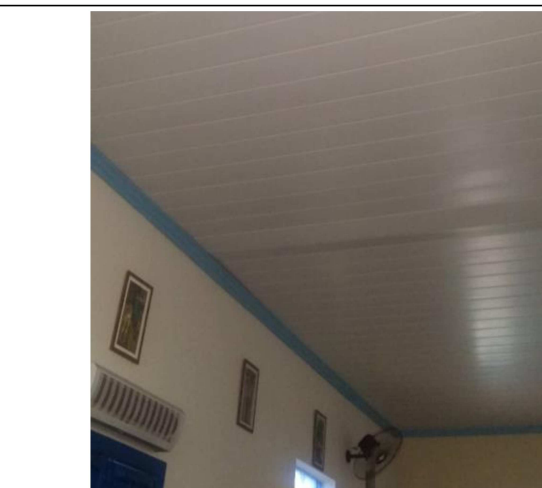



Foto 15
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Forro branco em bom estado de conservação, apresentando apenas uma pequena ondulação.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017

	<p style="text-align: center;">Foto 16 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Forro do altar com aplicação de imagem de céu e anjos em bom estado de conservação.</p> <p>Autora: Thalita Asperti Travençolo Data: 24 de outubro de 2017</p>
---	--

8. ELEMENTOS INTEGRADOS EXTERNOS	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	PRECÁRIO
BALCÃO/SACADA	-	-	-
VARANDA/ALPENDRE/TERRAÇO - CORETO	80%	10%	10%
ESCADA	80%	10%	10%
TORRE	-	-	-
PORTADA	-	-	-
FONTE / CHAFARIZ / JARDIM	-	-	-
ELEMENTOS ARTÍSTICOS APLICADOS (CRUZEIRO)	100%	-	-
OUTROS (BANCO)	100%	-	-
<p>DANOS VERIFICADOS: A escada cimentada no acesso principal da Capela apresenta trincas, necessitando de reparos e nova pintura. O coreto possui algumas perdas de reboco em seu alicerce e necessita de instalação de guarda-corpo, que deve ser aprovado previamente pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural de Uberlândia (COMPHAC).</p>			



Foto 17
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Escada de acesso à Capela.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017



Foto 18
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

O atual cruzeiro é uma representação da cruz dos martírios, no qual são pregados os instrumentos da Paixão de Cristo, também chamados de ferramentas da paixão ou martírios.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017



Foto 19
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Banco de concreto em bom estado de conservação.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017

9. AGENCIAMENTO EXTERNO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	PRECÁRIO
CERCADURA / FECHAMENTO DO LOTE / GRADIL / MURO	90%	10%	-
QUINTAL (ADRO)	80%	20%	-
PASSEIO	-	-	-
OUTROS	-	-	-
DANOS VERIFICADOS: Todo o conjunto tombado apresenta vários níveis entre adro, Capela e anexos, não possuindo rampas, de modo que há a necessidade de se fazer adequação para atender à norma NBR 9050 de acessibilidade. O adro e as áreas abertas cobertas apresentam bom estado de conservação, com exceção do piso cimentado que precisa de reparos. A mureta apresenta perda de reboco em alguns pontos de seu lado externo e sujidade, mas está em bom estado. Os portões de acesso ao espaço tombado estão em bom estado de conservação.			

	<p>Foto 20 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Vista do adro e dos galpões abertos cobertos.</p> <p>Autora: Thalita Asperti Travençolo Data: 24 de outubro de 2017</p>
	<p>Foto 21 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Vista do portão de acesso posterior, em bom estado de conservação.</p> <p>Autora: Thalita Asperti Travençolo Data: 24 de outubro de 2017</p>

10. INSTALAÇÕES	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	PRECÁRIO
INSTALAÇÃO ELÉTRICA	80%	20%	-
INSTALAÇÃO HIDRÁULICA	70%	30%	-

OUTROS	-	-	-
DANOS VERIFICADOS: As instalações elétricas apresentam alguns fios expostos na parte externa, mas na parte interna da Capela está em bom estado de conservação. Alguns canos da tubulação de caixa d'água estão expostos na parede externa posterior da cozinha, as caixas d'água estão expostas em torres próximas à cozinha e aos banheiros, precisando de cuidados.			

	<p>Foto 22 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Fiação elétrica exposta no galpão da cozinha.</p> <p>Autora: Thalita Asperti Travençolo Data: 24 de outubro de 2017</p>
	<p>Foto 23 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Torre de caixa d'água e tubulação aparente.</p> <p>Autora: Thalita Asperti Travençolo Data: 24 de outubro de 2017</p>

11. EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE SEGURANÇA	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	PRECÁRIO
INSTALAÇÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	100%	-	-
INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	-	-	-
INSTALAÇÃO DE SEGURANÇA/ ALARME <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	-	-	-

	<p>Foto 24 Capela da Saudade Uberlândia/MG</p> <p>Nave da Capela, com sinalização de rota de fuga (setas vermelhas).</p> <p>Autora: Thalita Asperti Travençolo Data: 24 de outubro de 2017</p>
---	---

12. ANÁLISE DO ENTORNO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
	BOM	REGULAR	PRECÁRIO
BENS IMÓVEIS E ESTRUTURAS DO ENTORNO	90%	10%	-
EXISTÊNCIA DE INTERVENÇÕES: <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO			
DESCRIÇÃO DAS INTERVENÇÕES: A Capela da Saudade fica inserida na zona rural do município de Uberlândia, sendo seu entorno conformado por vegetação natural e glebas de terra, não afetando negativamente a edificação. Os tapumes metálicos do entorno foram retirados e substituídos por alambrado, mas ainda permanecem alguns poucos em pontos mais afastados do conjunto tombado.			



Foto 25
Capela da Saudade
Uberlândia/MG

Entorno e Capela da Saudade no centro ao fundo.

Autora: Thalita Asperti Travençolo
Data: 24 de outubro de 2017

13. USO DO IMÓVEL

DESCREVER: Usos eclesástico, festas religiosas e eventos realizados no entorno próximo. Não há deteriorações verificadas nos imóveis em decorrência do uso.

14. CONCLUSÃO

BEM CULTURAL	ESTADO DE CONSERVAÇÃO			
	BOM (%)	REGULAR (%)	PRECARIO (%)	DESCARACTERIZADO (X)
INFORMAR NOME DO BEM	85%	15%	-	-
COMENTÁRIOS: A Capela da Saudade foi construída em 1899 e reconstruída em 1954. A sua proteção inclui a Capela, as edificações anexas (banheiros masculino e feminino, cozinha, depósito de materiais e moradia do caseiro), os pátios cobertos, o cruzeiro, o coreto, toda a área cercada por mureta baixa e o portão do acesso original, conforme delimitação estabelecida pelo Dossiê de Tombamento. Todo o conjunto apresenta bom estado de conservação, com problemas pontuais: no que diz respeito ao piso cimentado, o qual apresenta trincas; sujidade aderida no ladrilho hidráulico; perda de reboco e sujidade na mureta de fechamento externo; ausência de guarda-corpo no coreto; fiação elétrica e tubulação expostas em alguns locais; necessidade de adequação à NBR 9050.				

Data: 24/10/2017

Responsável Técnico: THALITA ASPERTI TRAVENÇOLO

Registro Profissional: CAU A44891-5

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT MÚLTIPLO MENSAL**Nº 0000006378423****INICIAL****INDIVIDUAL****1. RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Nome: THALITA ASPERTI TRAVENÇOLO

Registro Nacional: A44891-5

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

2. ATIVIDADE TÉCNICA

Atividade: 5.7 - LAUDO TÉCNICO

3. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

001	Documento de identificação: 18431312001197	Contratante: Secretaria Municipal de Cultura
	RUA RUA DOM BARRETO	Nº: 60
	Complemento:	Bairro: GENERAL OSÓRIO
	UF: MG CEP: 38400206 Cidade: UBERLÂNDIA	
	Coordenadas Geográficas: Latitude: 0	Longitude: 0
	RUA RUA VIGÁRIO DANTAS	Nº: 325
	Complemento:	Bairro: CENTRO
	UF: MG CEP: 38400202 Cidade: UBERLÂNDIA	
	Coordenadas Geográficas: Latitude: 0	Longitude: 0
	RUA RUA BERNARDO GUIMARÃES	Nº: 344
	Complemento:	Bairro: CENTRO
	UF: MG CEP: 38400198 Cidade: UBERLÂNDIA	
	Coordenadas Geográficas: Latitude: 0	Longitude: 0
	FAZENDA Saudade - Estrada Municipal 371	Nº: s/n
	Complemento: Km 30 - Cruz Branca	Bairro: Zona Rural
	UF: MG CEP: 38438899 Cidade: UBERLÂNDIA	
	Coordenadas Geográficas: Latitude: 0	Longitude: 0
	AVENIDA AVENIDA JOÃO PINHEIRO - ATÉ 618/0819	Nº: 220
	Complemento:	Bairro: CENTRO
	UF: MG CEP: 38400124 Cidade: UBERLÂNDIA	
	Coordenadas Geográficas: Latitude: 0	Longitude: 0
	RUA RUA SANTOS DUMONT - ATÉ 833/834	Nº: 174
	Complemento:	Bairro: CENTRO
	UF: MG CEP: 38400060 Cidade: UBERLÂNDIA	
	Coordenadas Geográficas: Latitude: 0	Longitude: 0
	AVENIDA AVENIDA JOÃO PINHEIRO - DE 620/621 A 1146/1147	Nº: 646
	Complemento:	Bairro: CENTRO
	UF: MG CEP: 38400126 Cidade: UBERLÂNDIA	
	Coordenadas Geográficas: Latitude: 0	Longitude: 0
	RUA RUA QUINZE DE NOVEMBRO	Nº: 743
	Complemento:	Bairro: CENTRO
	UF: MG CEP: 38400214 Cidade: UBERLÂNDIA	
	Coordenadas Geográficas: Latitude: 0	Longitude: 0
	Valor Contrato/Honorários: R\$ 0,00	Tipo de Contratante: Órgão Público
	Celebrado em: 02/10/2017	Data de Início: 10/11/2017
	Quantidade: 9.00 un	Previsão de término: 15/11/2017
	Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) neste RRT não se exige a observância das	

A autenticidade deste RRT pode ser verificada em: <http://siccau.cau.br.gov.br/app/view/sight/externo?form=Servicos>,
com a chave: 48Ax5w Impresso em: 14/11/2017 às 16:29:50 por: , Ip: 191.54.194.181

**CAU/BR**Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Brasil

Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

RRT MÚLTIPLO MENSAL**Nº 0000006378423****INICIAL****INDIVIDUAL**

regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

4. DESCRIÇÃO

Elaboração dos Laudos Técnicos de Estado de Conservação dos seguintes bens tombados: Igreja Nossa Senhora das Dores, Residência Chacur, Sede do Círculo Operário, Capela da Saudade, Painele Ambiente Rural, Painele Cena Portuguesa, Painele Ciranda das Crianças e Painele Indígena Brasileiro. Elaboração da Complementação do Dossiê da Capela da Saudade.

5. VALOR

Valor do RRT:	R\$ 89,75	Pago em: 13/11/2017
Total pago:	R\$ 89,75	

6. ASSINATURAS

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

_____, _____ de _____ de _____
Local Dia Mês Ano

Secretaria Municipal de Cultura
Documento de identificação: 18431312001197

THALITA ASPERTI TRAVENÇOLO
CPF: 224.564.468-95

3.5 – FICHA TÉCNICA.

LEVANTAMENTO/DATA: JULHO 2017

Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Uberlândia

Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes - Historiadora – Divisão de Patrimônio Cultural
Thalita Asperti Travençolo – Arquiteta e Urbanista - Divisão de Patrimônio Cultural

ELABORAÇÃO/DATA: OUTUBRO 2017

Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Uberlândia

Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes - Historiadora – Divisão de Patrimônio Cultural
Thalita Asperti Travençolo – Arquiteta e Urbanista - Divisão de Patrimônio Cultural

REVISÃO: NOVEMBRO 2017

Equipe Técnica da Prefeitura Municipal de Uberlândia

Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes - Historiadora – Divisão de Patrimônio Cultural
Thalita Asperti Travençolo – Arquiteta e Urbanista - Divisão de Patrimônio Cultural

Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes
Historiadora

Thalita Asperti Travençolo – Arquiteta e Urbanista
CAU: A44891-5



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

1 **ATA DA 1ª (PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO**
 2 **E CONSULTIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO,**
 3 **ARTÍSTICO E CULTURAL DE UBERLÂNDIA.** No dia 24 (vinte e quatro) do mês de
 4 Março do ano de 2015 (dois mil e quinze), às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos), na
 5 Sala de Reuniões da Casa da Cultura, estiveram presentes nesta reunião os seguintes
 6 conselheiros que assinarão a Ata a seguir: **Gilberto Neves** - Conselheiro Titular, Presidente
 7 do Conselho, representante da Secretaria Municipal de Cultura; **Laise Lagoa Ribeiro** -
 8 Conselheira Suplente, representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos; **Júlio**
 9 **César Pereira Alvim** - Conselheiro Titular, representante da Associação dos Engenheiros e
 10 Arquitetos de Uberlândia (ASSENG); **Denise Elias Attux** - Conselheira Suplente,
 11 representante da Secretaria Municipal de Cultura; **Marília Maria Brasileiro Teixeira do**
 12 **Vale** - Conselheira Titular, representante da Universidade Federal de Uberlândia (UFU);
 13 **Maria Regina Ribeiro Gonçalves** - Conselheira Titular, representante da Secretaria
 14 Municipal de Cultura; **Olga Helena da Costa** - Conselheira Titular, representante da
 15 Comunidade; **Janaína Garzoni Messias** - Conselheira Titular, representante da Procuradoria
 16 Geral do Município; **Daniel Gervásio Bernardes** – Conselheiro Titular, representante do
 17 Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB); **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** –
 18 Conselheira Titular, representante da Secretaria Municipal de Cultura, **Antônio Ricardo**
 19 **Souza** - Conselheiro Titular, representante da 13ª Subseção da Ordem dos Advogados do
 20 Brasil (OAB); **Adriana Cristina Resende de Oliveira** – Conselheira Suplente, representante
 21 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; **Aparecido Vanni** - Conselheiro Titular,
 22 representante da Comunidade. Assinaram também a lista de presença os convidados Eduardo
 23 Borges e Maurício Lacerda, permissionários do Mercado Municipal, Conna Raphaell,
 24 locatário Palacete Naghettine e Lindalva estudante da UFU. As conselheiras Eliane de Fátima
 25 Ferreira e Luciene Alves da Silva representantes da Secretaria Municipal de
 26 Desenvolvimento Econômico e Turismo justificaram suas ausências. Verificando haver
 27 quórum regimental e com a presença de 13 (treze) conselheiros, entre titulares de suplentes,
 28 esta reunião convocada pelo Presidente e, em conformidade com a pauta pré-estabelecida
 29 recebida pelos Conselheiros com antecedência de 24 horas via email, foi iniciada. A
 30 conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** deu boas vindas e solicitou permissão
 31 para iniciar a reunião pelo 3º ponto de pauta para atender aos interessados da comunidade que
 32 estavam presentes. A pauta da reunião tem os seguintes pontos: **1º:** Informes; **2º:** Leitura e



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

33 aprovação de atas; 3º: Deliberação sobre intervenção interna realizada em Box do Mercado
34 Municipal; 4º: Deliberação sobre solicitação de instalação de publicidade Palacete
35 Naghettine; 5º: Deliberação sobre alteração na Lei nº 10.662 que estabelece as normas de
36 proteção do patrimônio cultural do município; 6º: Apreciação sobre entorno da Igreja do
37 Rosário - Anjo Congadeiro; 7º: Deliberação sobre solicitação de Tombamento da Capela da
38 Saudade; 8º Aprovação Calendário anual; 9º: Aprovação Relatório do ano de 2014. O
39 Conselho aprovou a solicitação de inverter a pauta e a reunião foi iniciada no 3º ponto. A
40 conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** informou ao Conselho que no dia
41 11/03/2015 foi procurada pelo senhor Eduardo que locou o box 1 no Mercado Municipal e
42 solicitava autorização para executar uma reforma. As conselheiras **Valéria Maria Queiroz**
43 **Cavalcante Lopes** e **Denise Elias Attux** marcaram uma visita ao Mercado para melhor
44 entenderem as solicitações apresentadas. A visita foi realizada e o permissionário foi
45 orientado por elas de que não poderia colocar ladrilho hidráulico nas paredes, conforme o
46 projeto, porque poderia estragar o revestimento padrão interno dos boxes que é feito de
47 pastilha jatobá, branca 5x5. Solicitamos que o locatário pesquisasse algum outro revestimento
48 para substituir o ladrilho hidráulico. O permissionário não nos procurou mais e depois de
49 alguns dias constamos que ele estava retirando parte das pastilhas internas que revestem as
50 paredes do box. Nesta ocasião, conversamos novamente com ele e deixamos claro que ele não
51 poderia iniciar o projeto sem aprovação e ficamos de orientá-lo de como ele deveria proceder.
52 Assim sendo, ele pediu para participar da reunião do Conselho para apresentar os seus
53 motivos e solicitar que o seu projeto possa ser executado. Em seguida, a palavra foi dada aos
54 permissionários **Eduardo e Maurício** que alegaram não saber, na assinatura do contrato, que
55 o COMPHAC teria que aprovar o projeto; que o tempo para reformar o box é pequeno; que a
56 intenção é somente terminar a obra para abrir o comércio, que o prédio é tombado somente a
57 fachada e volumetria e que, portanto, não consideram terem cometido nenhuma
58 irregularidade. Os permissionários trouxeram projeto de interior e deixaram para análise dos
59 conselheiros. A conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** leu para eles o item
60 2.4.1 do contrato assinado, no qual informa que o COMPHAC deverá ser consultado antes de
61 qualquer intervenção e reafirmou que eles foram informados verbalmente que não poderiam
62 realizar alterações sem autorização. Os permissionários fizeram a proposta de, no final do
63 contrato, entregarem o box da forma como pegaram, ou seja, com as pastilhas recolocadas e
64 sugeriram ainda fazerem a compra antecipada e entregarem para a Secretaria de Cultura, e



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

65 solicitaram que o Conselho dê uma resposta o mais rápido pois, eles precisam terminar a obra
66 e abrir o comércio. A conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** afirmou a eles
67 que o COMPHAC deliberará nesta reunião e que no dia seguinte seriam comunicados da
68 decisão. Passamos ao 4º ponto de pauta para a participação de outra pessoa da comunidade. O
69 senhor Conna Raphaell, locatário do Palacete Naghettine, informou que recebeu visita das
70 conselheiras, **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** e **Denise Elias Attux** que lhe
71 informaram que a sua publicidade estava em desacordo com a Resolução 001, de 13 de
72 outubro de 2014, que estabelece as normas para veiculação de publicidade em imóveis
73 tombados. Conna apresentou as suas considerações com relação à publicidade colocada na
74 fachada da edificação e considera que atendeu à Resolução. Informou ainda que está
75 trabalhando para viabilizar um projeto que chama Viva Naghettine. De acordo com o senhor
76 Connan, este projeto promoverá a arte urbana pois, ele convidará artistas de vários segmentos
77 da pintura para que, uma vez por ano, realizem pinturas utilizando a parede que fica na lateral
78 esquerdo do lote, voltada para dentro do estacionamento. A conselheira **Laise Lagoa Ribeiro**
79 pediu a palavra e orientou o locatário do Palacete Naghettine, senhor Conna Raphaell, que o
80 projeto de publicidade prevê a ART e que ele deverá procurar a Secretaria Municipal de
81 Serviços Urbanos para dar entrada em seu projeto de veiculação de publicidade, pois, não é
82 permitida a colocação de publicidade sem a autorização daquela Secretaria. Ele foi informado
83 de que, após protocolar o projeto de publicidade na Prefeitura, a Secretaria de Serviços
84 Urbanos enviará o projeto para o COMPHAC para apreciação. Com relação ao projeto Viva
85 Naghettine, o COMPHAC considerou que a parede pode ser utilizada para a realização de
86 atividades artísticas pois, não será feito na arquitetura tombada e nem interferirá no bem.
87 Após as orientações os convidados se retiraram para o COMPHAC debater a interferência
88 realizada no box do Mercado pelo senhor Eduardo. O conselheiro **Antônio Ricardo Souza**
89 pediu a palavra e afirmou que, como os locatários do Mercado alegaram não terem recebido
90 esclarecimentos na hora da assinatura do contrato, deverá ser feito um adendo de que eles
91 deverão, no final do contrato, entregar o box da forma como pegou, ou seja, com as pastilhas
92 recolocadas. A conselheira **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** considera que o
93 permissionário do Mercado tem razão porque o tombamento do prédio é somente fachada e
94 volumetria e questiona sobre os motivos de se preservar as pastilhas do interior dos boxes. A
95 conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** afirmou que, desde a reforma e
96 restauração do prédio no ano de 2007 as pastilhas brancas foram colocadas em meia parede



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

97 no interior dos boxes pois, são de boa qualidade, não interferem na decoração, sendo um
98 elemento que propicia a preservação do interior do box e reconhece que a locatária antiga
99 danificou as pastilhas quando perfurou para a colocação de prateleiras e entende que é
100 necessário uma vistoria quando acabar o contrato dos locatários, da mesma forma como é
101 feito em qualquer imobiliária. O conselheiro **Antônio Ricardo Souza** considera que o
102 contrato de locação deverá então ser ampliado para assegurar que não haverá outras
103 intervenções e deverá constar no contrato as penalidades caso elas ocorram. A conselheira
104 **Denise Attux** afirmou que nós estamos abrindo um precedente com relação aos demais
105 permissionários pois, outros vão entender que podem fazer alterações sem autorização, o que
106 foi reafirmado pela conselheira **Janaína Garzoni Messias**. O conselheiro **Daniel Gervásio**
107 **Bernardes** entende que os permissionários deveriam ter sido melhor orientados e sugere
108 formar uma comissão para avaliar o projeto deles e acredita que eles não estão lesando o
109 patrimônio visto que a parte interna dos boxes não faz parte do tombamento. A conselheira
110 **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** acredita que não há necessidade de formar uma
111 comissão, pois, a decoração do interior não compete ao COMPHAC deliberar. O presidente
112 **Gilberto Neves** pediu a palavra e ponderou que existem 3 (três) questões a serem
113 consideradas. A primeira é que existe um fato concreto que foi o descumprimento do contrato
114 quando realizaram as alterações sem autorização, outra questão é considerar se esta
115 intervenção comprometeu ou desfigurou o patrimônio histórico e a outra é considerar se as
116 pastilhas podem ser recolocadas. Com relação ao descumprimento do contrato deveremos
117 pensar se haverá penalidade e considera que, ou o locatário recoloca as pastilhas ao final do
118 contrato, ou faz medida compensatória agora. A conselheira **Janaína Garzoni Messias**
119 entende que deverá ser feito um Termo de Ajuste de Conduta que possibilite a compensação
120 reconhecendo o descumprimento. O conselheiro **Júlio César Pereira Alvim** considerou que
121 se em todos os boxes existem as pastilhas brancas revestindo metade da parede, que o
122 permissionário deverá deixar visível em algum lugar essa característica como identificação do
123 interior do box. A conselheira **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** questionou sobre o
124 projeto de publicidade e a conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** disse que
125 ele foi informado verbalmente que o projeto deverá ser aprovado mas, sugere que esta
126 informação esteja no TAC a ser elaborado para que depois não haja dúvidas quando a isso. A
127 conselheira **Olga Helena da Costa** questiona se os locatários deveriam ser acompanhados por
128 algum membro do COMPHAC na compra das pastilhas e a conselheira **Valéria Maria**



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

129 **Queiroz Cavalcante Lopes** responde que, se o interior do box não é tombado então é só
130 informá-los a marca das pastilhas para que eles comprem com a mesma qualidade. Ficou
131 deliberado ao final dos debates que os locatários do **box 1 do Mercado Municipal assinarão**
132 **um Termo de Ajuste de Conduta com a Secretaria Municipal de Cultural, no qual eles**
133 **deverão comprar as pastilhas jatobá, brancas, 5x5 para serem recolocadas ao final do**
134 **contrato no interior do box e, como medida compensatória, deverão fazer o depósito na**
135 **conta do Fundo do Patrimônio no valor referente a um mês de aluguel e que deverão**
136 **também apresentar ao COMPHAC os projetos hidráulicos, elétricos e de publicidade da**
137 **obra.** Passamos então ao 5º ponto da pauta para análise da Lei nº 10.662 que estabelece as
138 normas de proteção do patrimônio cultural em Uberlândia. A lei prevê, no parágrafo 6º, do
139 Artigo 5º, que é obrigatória a renovação de 50% dos membros a cada mandato. **O Conselho**
140 **aprovou a retirada ou revogação do parágrafo 6º, do Artigo 5º** considerando que a
141 composição do Conselho é alterada sempre que as Instituições representadas solicitam
142 renovação no nome de seus representantes; que o decreto de nomeação é alterado várias vezes
143 no mesmo mandato em atendimento às solicitações enviadas pelos membros e/ou Instituições
144 representadas; que os membros não são remunerados e, entretanto, necessitam ter
145 conhecimentos amplos e diversos sobre preservação de patrimônio; que o Estatuto do
146 Conselho assegura a inclusão de novas instituições e/ou organizações mediante solicitação
147 encaminhada e aprovada pela maioria dos membros e que deverá haver a coincidência nos
148 mandatos de 2 anos. Será encaminhada justificativa ao setor jurídico da Secretaria Municipal
149 de Cultura solicitando que seja encaminhada à Procuradoria solicitação de alteração na Lei.
150 Passamos ao 6º ponto de pauta com a apresentação da solicitação do artista Alexandre França,
151 que tem uma obra denominada Anjo Congadeiro no entorno imediato da Igreja do Rosário na
152 praça Rui Barbosa. Nos últimos anos a obra foi danificada e o artista pretende refazê-la e
153 recolocá-la em um pilar com a base medindo 2.30mts (altura), 0,50cms (largura) e 0.50cms
154 (comprimento), dessa forma, o Anjo ficará fora do alcance de possíveis ações de depredação.
155 **O Conselho aprovou a alteração.** O Presidente **Gilberto Neves** acredita que o problema é
156 educativo e considera que nos dias da Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário, por
157 existir um acúmulo muito grande de pessoas, a obra fica perdida em meio aos festeiros. A
158 proposta de um local mais alto é interessante e entende que o projeto deverá ser mostrado
159 para a Irmandade para que haja também uma conscientização dos festeiros. Acredita que a
160 obra deve ficar de forma que não prejudique o espaço e que seja valorizada e finaliza



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

161 afirmando que é importante conversar com a Irmandade e encontrar formas para valorizar a
162 obra do artista. Em seguida passou-se ao 7º ponto de pauta que considerou o encaminhamento
163 do Exmo Senhor Fábio Guedes de Paula Machado, Promotor de Justiça de Uberlândia, no
164 qual solicita que o COMPHAC se manifeste sobre o tombamento da Capela da Saudade,
165 localizada na zona rural do Município. As conselheiras **Valéria Maria Queiroz Cavalcante**
166 **Lopes** e **Denise Elias Attux** fizeram uma visita ao local e produziram uma documentação
167 fotográfica para apreciação do Conselho, pois, não sabiam se todos os conselheiros
168 conheciam o local. A documentação fotográfica foi apresentada, juntamente com a Ficha de
169 Inventário elaborada no ano de 2004, na qual os responsáveis indicaram como forma de
170 proteção legal a Documentação Histórica. Na solicitação enviada ao COMPHAC não foi
171 anexado nenhum documento histórico ou fotográfico que pudesse esclarecer dúvidas do
172 Conselho sobre a importância da referida Capela e nem o que motivou o pedido. A
173 documentação fotográfica também não foi suficiente para dirimir as dúvidas. Como o
174 Conselho não tinha embasamento histórico para sustentar a deliberação, solicitaram à
175 Secretaria de Cultura que fosse elaborado um Dossiê de tombamento ou registro que pudesse
176 respaldar as suas decisões. Assim, por unanimidade, o Conselho deliberou que a decisão sobre
177 a abertura de processo de tombamento deverá ser feita após ter em mãos, para estudo, o
178 Dossiê que deverá indicar os valores imateriais do bem, seus usos e a importância social da
179 Capela da Saudade. Esse dossiê vai mostrar, inclusive, se algum destes bens imateriais
180 merecem registro, conforme a metodologia específica do IEPHA. A recomendação será feita à
181 Secretaria Municipal de Cultura e o assunto votará a ser ponto de pauta em futuras reuniões.
182 Passamos ao 8º ponto de pauta para avaliação e deliberação sobre o Calendário Anual de
183 nossas reuniões. **O Calendário foi aprovado, será assinado por todos e encaminhado por**
184 **e-mail para os conselheiros.** Tendo em vista o adiantado da hora, o 1º, 2º e 9º pontos de
185 pauta desta reunião ficarão para a próxima reunião ordinária. Nada mais havendo a tratar, foi
186 lavrada a presente ata que vai assinada por mim, **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes**,
187 que redigiu e dirigiu os trabalhos e pelos que estiveram presentes na qualidade de
188 conselheiros. Uberlândia, 24 (vinte e quatro) de março de 2015 (dois mil e quinze). **Valéria**
189 **Maria Queiroz Cavalcante Lopes**, _____,
190 **Gilberto Neves** _____,
191 **Laise Lagoa Ribeiro** _____,
192 **Júlio César Pereira Alvim** _____,



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

- 193 **Denise Elias Attux** _____,
- 194 **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** _____,
- 195 **Maria Regina Ribeiro Gonçalves** _____,
- 196 **Olga Helena da Costa** _____,
- 197 **Janaína Garzoni Messias** _____,
- 198 **Daniel Gervásio Bernardes** _____,
- 199 **Antônio Ricardo Souza** _____,
- 200 **Adriana Cristina Resende de Oliveira** _____,
- 201 **Aparecido Vanni** _____.



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

1 **ATA DA 1ª (PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO**
 2 **E CONSULTIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO,**
 3 **ARTÍSTICO E CULTURAL DE UBERLÂNDIA.** No dia 16 (dezesesseis) do mês de
 4 Fevereiro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos),
 5 na Sala de Reuniões da Casa da Cultura, estiveram presentes nesta reunião os seguintes
 6 conselheiros que assinarão a Ata a seguir: **Laise Lagoa Ribeiro** - Conselheira Suplente,
 7 representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos; **Bia Borges Faria** – Conselheira
 8 Suplente, representante da Secretaria Municipal de meio Ambiente; **Olga Helena da Costa** -
 9 Conselheira Titular, representante da Comunidade; **Carla Miucci Ferraresi de Barros** -
 10 Conselheira Titular, representante do Instituto de História da Universidade Federal de
 11 Uberlândia; **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** - Conselheira Titular, representante
 12 da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** –
 13 Conselheira Titular, representante da Secretaria Municipal de Cultura; **Maria Regina**
 14 **Ribeiro Gonçalves** - Conselheira Titular, representante da Secretaria Municipal de Cultura;
 15 **Denise Elias Attux** - Conselheira Suplente, representante da Secretaria Municipal de
 16 Cultura; **Luciene Alves da Silva**, Conselheira Suplente, representante da Secretaria
 17 Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo; **Nathália Vieira Melo** - Conselheira
 18 Titular, representante da Procuradoria Geral do Município; **Gleper Neto de Siqueira Júnior**
 19 – Conselheiro Titular, representante da Secretaria Municipal de Administração; **Antônio**
 20 **Ricardo Souza** - Conselheiro Titular, representante da 13ª Subseção da Ordem dos
 21 Advogados do Brasil (OAB); **Andréia Bernardes** , representante Titular, representante da
 22 Associação de Decoradores do Triângulo – ADET. A conselheira **Valéria Maria**
 23 **Queiroz Cavalcante Lopes** justificou as ausências do Presidente Gilberto Neves, que está de
 24 férias e do senhor Júlio César Pereira Alvim que está participando de um curso. Verificando
 25 haver quórum regimental e com a presença de 13 (treze) conselheiros, entre titulares de
 26 suplentes, esta reunião convocada pelo Presidente e, em conformidade com a pauta pré-
 27 estabelecida recebida pelos Conselheiros com antecedência de 24 horas via email, foi iniciada
 28 com os seguintes pontos: **1º:** Informes; **2º:** Posse nova Conselheira da Procuradoria; **3º:**
 29 Leitura e aprovação de atas; **4º:** Avaliação sobre limpeza e conservação das pedras do entorno
 30 imediato Museu Municipal; **5º:** Solicitação de intervenção em fachada de box no Mercado;
 31 **6º:** Discussão sobre a pintura Palacete Naghettine; **7º:** Apresentação do Dossiê Capela da
 32 Saudade; **8º:** Aprovação Calendário Anual; **9º:** Aprovação Relatório Anual de 2015. A



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

33 conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** deu boas vindas a todos e informou
34 ao Conselho que no dia 09/12/2015 foi publicado no Diário Oficial o Edital de Tombamento
35 Provisório do Teatro Grande Otelo. A conselheira **Marília Maria Brasileiro Teixeira do**
36 **Vale** questionou sobre as ações previstas para o Plano de Inventário do Município que foi
37 concluído final de 2011. **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** informou que no ano de
38 2012 houve alteração na Deliberação do CONEP que determinou que após a finalização do
39 Inventário, o município deveria elaborar um Plano de Divulgação do Inventário nos próximos
40 dois anos e após elaborar o Plano de Atualização do Inventário. Em Uberlândia a atualização
41 iniciou em 2015, conforme aprovação feita pelo COMPHAC. A conselheira **Marília Maria**
42 **Brasileiro Teixeira do Vale** solicitou que seja colocado como ponto de pauta da próxima
43 reunião uma discussão mais efetiva sobre o tombamento de alguns imóveis que foram
44 apontados para tombamento no Plano de Inventário e defende que o COMPHAC deve ter
45 uma ação mais efetiva para a preservação de algumas edificações. A conselheira **Olga Helena**
46 **da Costa** pede a palavra e expressa a sua preocupação com a Igreja São Pedro, no bairro
47 Saraiva, pois, acredita que os responsáveis pretendem alterar a fachada. A conselheira
48 **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** considera que essa é uma discussão que poderá
49 ser feita juntamente com o ponto de pauta sugerido sobre o Plano de Inventário. Continuando
50 os informes, a conselheira **Denise Elias Attux** – falou sobre a conclusão da obra do suporte
51 do Anjo Congadeiro, no entorno da Praça do Rosário, afirmando que o trabalho ficou muito
52 bem feito. Em seguida, no 2º ponto de pauta, a conselheira **Nathália Vieira Melo**,
53 representante titular da Procuradoria Geral do Município, assinou o Termo de Posse e
54 passamos ao 3º ponto da pauta. Realizamos a leitura da Ata da 8ª Reunião Ordinária do ano
55 de 2015 que foi aprovada e será assinada pelos participantes da reunião. No 4º ponto de pauta
56 foi considerada uma solicitação da Secretaria Municipal de Cultura e Museu Municipal, que
57 requerem uma avaliação do Conselho sobre as pedras que existem no entorno imediato do
58 Museu Municipal, pois, a limpeza é muito difícil de ser feita e existe um acúmulo de água
59 entre as pedras, e ainda, tendo em vista a utilização da praça em diversos eventos, a
60 população joga garrafas, copos descartáveis e também outros tipos de detritos, tornando-se
61 inviável a limpeza diária. A Secretaria de Serviços Urbanos tem auxiliado na limpeza,
62 entretanto, nem sempre esta parceria é possível, e questionam se é viável a substituição das
63 pedras por outro material e solicitam que o COMPHAC discuta outra proposta de paisagismo
64 para o local. A conselheira **Maria Regina Ribeiro Gonçalves**, funcionária do Museu,



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

65 reforçou a importância da limpeza das pedras para que não haja foco de mosquitos e lixo,
66 entretanto, defende que as pedras já estão incorporadas ao projeto de restauro feito quando o
67 prédio passou a abrigar o Museu e que as pedras também funcionam como uma barreira de
68 contenção, pois, dificulta o acesso às janelas e ainda argumentou que a utilização da praça por
69 praticantes de skates, que frequentemente usam as rampas externas na fachada posterior do
70 prédio, esta provocando danos. A conselheira **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale**
71 entende que as pedras foram colocadas para proteção e, sendo parte de um projeto
72 arquitetônico, é necessário consultar os arquitetos responsáveis pelo projeto para poder fazer
73 alguma intervenção e concorda que a manutenção da limpeza é importante, e que precisamos
74 lembrar que, no passado, existia uma infiltração nas paredes do Museu provocada pelo
75 acúmulo de umidade externa. As pedras são parte dos elementos conceituais do edifício e
76 tem, também, a função de proteger. Outra solução poderá criar um problema de infiltração
77 nas paredes, além de retirar a barreira de proteção das janelas, e afirmou não ser ético alterar o
78 projeto antes de consultar os arquitetos que o elaboraram. A conselheira **Luciene Alves da**
79 **Silva** ressalta da importância de uma conscientização das pessoas sobre a necessidade de
80 deixar o local limpo após a realização de eventos e a conselheira **Laise Lagoa Ribeiro** afirma
81 que esse trabalho é feito, que os responsáveis pelo eventos assinam termo de compromisso e
82 que já houve inclusive multas pelo descumprimento e que realmente é um problema de falta
83 de educação de alguns usuários. Dessa forma, ficou deliberado que a Secretaria Municipal de
84 Cultura deverá consultar o arquiteto responsável pelo projeto e discutir com ele uma solução
85 adequada para substituir as pedras do entorno do museu para tomar a decisão. Passamos ao 5º
86 ponto da pauta para considerar a solicitação da permissionária do box de número 13 do
87 Mercado Municipal que solicitou a instalação de um anteparo em estrutura metálica com
88 policarbonato no local onde foi aberta uma janela. O Conselho avaliou e considerou que já
89 existe uma deliberação sobre a comunicação visual da edificação e que os toldos já foram
90 padronizados. Desde então, todos deverão seguir o padrão já deliberado por esse Conselho no
91 ano de 2009, ou seja na cor palha e, nesse caso, deverá ter o tamanho proporcional à janela.
92 Passamos ao 6º ponto da pauta. Alguns conselheiros solicitaram esclarecimentos sobre a
93 pintura da fachada do Palacete Naghettine que, desde o ano passado, foi pintado de cinza
94 chumbo, considerada cor inadequada, pois, não é compatível com a arquitetura eclética.
95 Segundo a arquiteta **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale**, é necessário considerar a
96 tipologia arquitetônica do bem tombado e a cor atual descaracteriza a edificação e não realça



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

97 os elementos decorativos que justificaram o tombamento. As cores contrastantes combinam
98 com o eclético, entretanto, o cinza chumbo não está adequado. A conselheira **Denise Elias**
99 **Attux** lembrou que em março de 2015 o locatário da Loja Salt Store procurou a Diretoria de
100 Memória e Patrimônio Histórico para solicitar autorização para a pintura da fachada e a cor
101 apresentada era cinza bem claro de toda a fachada com os frisos azuis e que ele foi autorizado
102 a fazer a pintura, entretanto, posteriormente, sem fazer nenhuma consulta ao Conselho, ele
103 alterou a cor para o cinza chumbo. Ainda com a palavra, a conselheira ponderou sobre a
104 pintura da Loja GUIDA'S LINE, em cor rosa choque, pois, em se tratando de uma mesma
105 edificação, a pintura deverá ser adequada e lembrou que uma das diretrizes de intervenção
106 contida no Dossiê de Tombamento do Palacete Ângelo Naghettine assegura que: “*os*
107 *materiais de revestimento e de ornamentação empregados nos planos de fachada só poderão*
108 *ser alterados no sentido de reverter eventuais descaracterizações, desde que mediante*
109 *documentação e justificativa conceitualmente consistente*”, assim sendo, a edificação deverá
110 ter as cores compatíveis com o estilo do imóvel e que a loja Salt Store deverá retornar a cor,
111 conforme orientação que ele recebeu do COMPHAC em 2015. Ressalta-se ainda que a lei nº
112 10.662 que estabelece as normas de proteção do patrimônio cultural do Município determina
113 no Capítulo IV, parágrafo 1º, que a pintura é considerada uma intervenção de ação de
114 destruição e no Decreto nº 13.453, de 05 de junho de 2012, artigo 3º, item “d”, que aprovou
115 o Estatuto do COMPHAC determina que compete ao COMPHAC emitir parecer prévio para
116 a pintura de bens tombados. A conselheira **Laise Lagoa Ribeiro** apresentou ao Conselho
117 documentos que foram emitidos para os dois proprietários para adequação da publicidade,
118 tendo em vista que não estão atendendo à resolução para publicidade em fachadas de bens
119 tombados. A notificação datada de 02/10/2015 e os responsáveis, tendo em vista o parágrafo
120 1º, do Artigo 11, da Resolução 001/2014 COMPHAC a adequação deverá ser executada no
121 prazo de 6 (seis) meses, dessa forma, o prazo limite será abril/2016. Após as considerações, o
122 COMPHAC deliberou que o proprietário do Palacete Naghettine e os dois inquilinos acima
123 citados sejam notificados para realizarem o trabalho de adequação da pintura do prédio
124 Palacete Naghettine. Passamos ao 7º ponto de pauta para discutir sobre o Dossiê de
125 Tombamento da Capela da Saudade que foi enviado pela consultora para análise do
126 Conselho. Como o arquivo já foi enviado por email para todos os conselheiros, ficou definido
127 que terão um prazo de 15 dias para apresentarem suas contribuições, caso considerem
128 necessárias, que serão enviadas para a consultora. Após as contribuições dos membros do



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

129 Conselho a consultora enviará a redação final que será analisada para a deliberação final de
130 tombamento. No 8º ponto de pauta o calendário anual foi aprovado por unanimidade e será
131 assinado por todos. Em seguida, 9º ponto da pauta, o relatório das atividades do ano de 2015
132 foi analisado e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente
133 ata que vai assinada por mim, **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes**, que presidiu,
134 redigiu e dirigiu os trabalhos e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros.
135 Uberlândia, 16 (dezesseis) de fevereiro de 2016 (dois mil e dezesseis). **Valéria Maria**
136 **Queiroz Cavalcante Lopes**, _____,
137 **Laise Lagoa Ribeiro** _____,
138 **Bia Borges Faria** _____,
139 **Olga Helena da Costa** _____,
140 **Carla Miucci Ferraresi de Barros** _____,
141 **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** _____,
142 **Maria Regina Ribeiro Gonçalves** _____,
143 **Denise Elias Attux** _____,
144 **Luciene Alves da Silva** _____,
145 **Nathália Vieira Melo** _____,
146 **Gleper Neto de Siqueira Júnior** _____,
147 **Antônio Ricardo Souza** _____,
148 **Andréia Bernardes** _____.



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

1 **ATA DA 2ª (SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO**
 2 **E CONSULTIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO,**
 3 **ARTÍSTICO E CULTURAL DE UBERLÂNDIA.** No dia 15 (quinze) do mês de Março do
 4 ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos), na Sala de
 5 Reuniões da Casa da Cultura, estiveram presentes nesta reunião os seguintes conselheiros que
 6 assinarão a Ata a seguir: **Gilberto Neves** - Conselheiro Titular, representante da Secretaria
 7 Municipal de Cultura; **Laise Lagoa Ribeiro** - Conselheira Suplente, representante da
 8 Secretaria Municipal de Serviços Urbanos; **Guilherme Augusto Soares da Mota** -
 9 Conselheiro Titular, representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano; **Bia**
 10 **Borges Faria** - Conselheira Suplente, representante da Secretaria Municipal de meio
 11 Ambiente; **Olga Helena da Costa** - Conselheira Titular, representante da Comunidade;
 12 **Gleper Neto de Siqueira Júnior** - Conselheiro Titular, representante da Secretaria
 13 Municipal de Administração; **Nathália Vieira Melo** - Conselheira Titular, representante da
 14 Procuradoria Geral do Município; **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** - Conselheira
 15 Titular, representante da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); **Valéria Maria**
 16 **Queiroz Cavalcante Lopes** - Conselheira Titular, representante da Secretaria Municipal de
 17 Cultura; **Eliane de Fátima Ferreira** - Conselheira Titular, representante da Secretaria
 18 Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo; **Aparecido Vani** - Conselheira Titular,
 19 representante da Comunidade; **Denise Elias Attux** - Conselheira Suplente, representante da
 20 Secretaria Municipal de Cultura; **Carla Miucci Ferraresi de Barros** - Conselheira Titular,
 21 representante do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia; **Daniel**
 22 **Gervásio Bernardes** - Conselheiro Titular, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil
 23 - IAB; **Andréia Bernardes** - Conselheira Titular, representante da Associação de
 24 Decoradores do Triângulo - ADET. A conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante**
 25 **Lopes** justificou as ausências dos conselheiros Antônio Ricardo Souza, Maria Regina Ribeiro
 26 Gonçalves, Rosane Ribeiro Borges e Júlio César Pereira Alvim. Verificando haver quorum
 27 regimental e com a presença de 15 (quinze) conselheiros, entre titulares de suplentes, esta
 28 reunião convocada pelo Presidente e, em conformidade com a pauta pré-estabelecida recebida
 29 pelos Conselheiros com antecedência de 24 horas via email, foi iniciada com os seguintes
 30 pontos: **1º:** Informes; **2º:** Leitura e aprovação de atas; **3º:** Deliberação do Parecer de
 31 Tombamento Definitivo da Capela da Saudade; **4º:** Discussão sobre a Plano de Inventário. A
 32 conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** deu boas vindas a todos e a reunião



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

foi aberta com o 1º ponto da pauta. O conselheiro **Gleper Neto de Siqueira Júnior** informou que no dia 07 de maio a tocha olímpica estará em Uberlândia e que alguns eventos culturais acontecerão no pátio o do Teatro Municipal. A tocha percorrerá 16 quilômetros nas ruas da cidade. A conselheira **Bia Borges Faria** convidou a todos para participarem do evento Hora do Planeta, um ato mundial para despertar a atenção da população para os problemas ambientais. O evento será dia 19/03, a partir das 19:30 hs, na Praça Tubal Vilela, com apresentações musicas. A população está convidada a apagar as luzes por uma hora. O presidente **Gilberto Neves** informou sobre a abertura de exposição em comemoração ao centenário do artista Geraldo Queiroz que acontecerá na Casa da Cultura em abril. A conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** informou sobre os problemas de infiltração na parede da fachada lateral esquerda do prédio da Escola Estadual Enéas Oliveira Guimarães que está comprometida, tendo em vista problemas do telhado. A Secretaria de Obras está providenciando a planilha orçamentária para que os responsáveis pela edificação façam o conserto do telhado, entretanto, em visita realizada por engenheiro estrutural, foi constatada a necessidade de fazer o escoramento da cimalha até que o problema do telhado seja resolvido. A conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** informou ao Conselho que o locatário do box 37, no Mercado Municipal, solicitou a substituição do balcão de alvenaria por outro de madeira, dentro dos padrões exigidos pela vigilância sanitária, e também a colocação de 3 elementos vazados na parede do fundo do Mercado, no local onde ficam os depósitos. A solicitação foi atendida. Outro informe é sobre os danos existentes no painel parietal Ambiente Rural do artista Geraldo Queiroz no restaurante Sahppen. A conselheira **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** disse que o professor Juscelino da UFU, que solicitou o tombamento dos painéis ao COMPHAC, tem contato de profissional em São Paulo que trabalha com mosaicos e que poderia pegar orçamento para a restauração, citou ainda a professora Zezé do curso de Artes da UFU que trabalha com cerâmica e também uma servidora da Secretaria Municipal de Cultura que trabalha no setor de restauro de peças do Museu Municipal e que também trabalha com cerâmica. A Conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** irá pesquisar esses contatos. O presidente **Gilberto Neves** informou que na reunião do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC – houve questionamento sobre o repasse dos recursos do ICMS patrimônio cultural para a Secretaria de Cultura. O Presidente esclareceu que o município precisa repassar ao Fundo de Patrimônio o valor de aproximadamente R\$ 765.000,00 (setecentos e sessenta e cinco mil reais) que



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

65 precisam ser utilizados para a manutenção da Estação Sobradinho, em atendimento aos prazos
66 fixados no Termo de Compromisso assinado com o Ministério Público Federal para a
67 preservação do prédio da estação e também para a manutenção do prédio que abriga a Escola
68 Estadual Enéas Oliveira Guimarães. O CMPC enviou ofício ao Prefeito, à Secretaria de
69 Governo e à Secretaria de Finanças solicitando informações sobre este repasse. A conselheira
70 **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** questionou sobre o que seria da Estação
71 Sobradinho e o presidente lhe informou que poderá ser um anexo da Escola Municipal
72 Sobradinho, que funciona nas proximidades. Disse ainda que, nas imediações tem uma
73 ocupação de sem terra e, se for efetivada a desapropriação da área para reforma agrária, a
74 estação poderia abrigar uma creche mas que isso deverá ser discutido no futuro. Em seguida,
75 no 3º ponto da pauta a conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** fez a leitura de
76 seu Parecer de Tombamento Definitivo da Capela da Saudade concordando com os
77 argumentos do parecer técnico do dossiê que aponta para o não tombamento da edificação. A
78 conselheira **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** pediu a palavra e afirma não estar
79 convencida do não tombamento tendo em vista que na capela acontecem algumas atividades
80 religiosas e que entende que é necessário olhar mais de perto como isso acontece, qual a
81 influência dessas atividades na vida das pessoas que frequentam a capela antes de deliberar. A
82 conselheira **Andréia Bernardes** sugere que façamos uma visita no dia de missa pois, assim,
83 teremos maior certeza da importância que a capela exerce na vida das pessoas que a utilizam.
84 O presidente concorda com a ideia de se fazer uma visita na capela. A conselheira **Marília**
85 **Maria Brasileiro Teixeira do Vale** argumenta que o dossiê informa sobre as festas e sobre
86 uma arquitetura considerada sem qualidade mas, pondera que as festas acontecem
87 regularmente e isso precisa ser melhor esclarecido. Também alega que nas entrevistas do
88 dossiê não contém o ponto de vista dos frequentadores sobre o tombamento da capela, e
89 considera a necessidade de entender melhor a sua reapropriação nos dias em que não
90 acontecem festas religiosas. A conselheira **Denise Elias Attux** afirma que, nesse caso, seria
91 então Registro. A conselheira **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** argumenta que as
92 atividades demonstram que a capela exerce alguma importância para os moradores e lembra
93 que foi pedido o tombamento de uma capela que tem valor para os fiéis e questiona quais as
94 outras capelas que tem no município? Esta é a única capela que existe no campo? Se ela
95 desaparece quais serão os registros desta religiosidade? O presidente afirma que foi procurado
96 pelo Ministério Público e outras pessoas que demonstraram interesse na Capela da Saudade



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

97 e que no local existem manifestações religiosas como procissão, cavalgada, demonstrando
98 que existe algum interesse da população local nas festas e rodeios que acontecem no seu
99 entorno. A conselheira **Carla Miucci Ferraresi de Barros** afirma que o dossiê apresentou
100 várias informações mas, no final, ficou mais focado no aspecto material da capela. A
101 conselheira **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** retoma a palavra e afirma que os
102 eventos acontecem em função da igreja e ela tem referência na vida rural e que essa
103 informação é relevante pois, é necessário perceber se realmente existe algum vínculo forte
104 com a comunidade pois, o fato das pessoas manterem essa capela é porque ela é importante. A
105 conselheira citou ainda o artigo “O Campo do Patrimônio Cultural: Uma Revisão de
106 Premissas” de Ulpiano T. Bezerra de Meneses no qual o autor faz algumas reflexões sobre o
107 patrimônio ligado às pessoas e considera que precisamos ponderar melhor essas questões.
108 Após as considerações ficou deliberado que o parecer de tombamento definitivo será
109 discutido após a visita que será marcada na Capela da Saudade. Faremos uma consulta pra
110 saber qual o dia da missa e marcaremos um carro para levar os conselheiros para conhecer e
111 perceber melhor a importância da Capela da Saudade para as pessoas. No último ponto de
112 pauta sobre o Plano de Inventário a conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes**
113 esclareceu que o nosso plano foi executado de 2006 – 2011 e que no ano de 2012 a
114 Deliberação CONEP instruiu aos Municípios que deveriam fazer um plano de divulgação e
115 atualização das fichas. Estamos cumprindo os prazos determinados pelo IEPHA e iniciamos
116 em 2015 a executar o Plano de Atualização das fichas que deverão ser atualizadas até 2020.
117 Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, **Valéria**
118 **Maria Queiroz Cavalcante Lopes**, que redigiu e dirigiu os trabalhos e pelos que estiveram
119 presentes na qualidade de conselheiros. Uberlândia, 15 (quinze) de março de 2016 (dois mil e
120 dezesseis). **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes**, _____,
121 **Gilberto Neves** _____,
122 **Laise Lagoa Ribeiro** _____,
123 **Guilherme Augusto Soares da Mota** _____,
124 **Bia Borges Faria** _____,
125 **Olga Helena da Costa** _____,
126 **Gleper Neto de Siqueira Júnior** _____,
127 **Nathália Vieira Melo** _____,
128 **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** _____,



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

- 129 **Eliane de Fátima Ferreira** _____,
- 130 **Aparecido Vani** _____,
- 131 **Denise Elias Attux** _____,
- 132 **Carla Miucci Ferraresi de Barros** _____,
- 133 **Daniel Gervásio Bernardes** _____,
- 134 **Andréia Bernardes** _____.



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

1 **ATA DA 5ª (QUINTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO E**
 2 **CONSULTIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO,**
 3 **ARTÍSTICO E CULTURAL DE UBERLÂNDIA.** No dia 14 (quatorze) do mês de Junho
 4 do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos), no Salão
 5 Nobre da Casa da Cultura, estiveram presentes nesta reunião os seguintes conselheiros que
 6 assinarão a Ata a seguir: **Gilberto Neves** - Conselheiro Titular, representante da Secretaria
 7 Municipal de Cultura; **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** – Conselheira Titular,
 8 representante da Secretaria Municipal de Cultura; **Carla Miucci Ferraresi de Barros** -
 9 Conselheira Titular, representante do Instituto de História da Universidade Federal de
 10 Uberlândia; **Bia Borges Faria** – Conselheira Suplente, representante da Secretaria Municipal
 11 de Meio Ambiente; **Maria Regina Ribeiro Gonçalves** - Conselheira Titular, representante
 12 da Secretaria Municipal de Cultura; **Júlio César Pereira Alvim** - Conselheiro Titular -
 13 representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Uberlândia (ASSENG); **Iraci**
 14 **José da Silva Filho** - Conselheiro Suplente, representante da Secretaria Municipal de
 15 Planejamento Urbano; **Olga Helena da Costa** - Conselheira Titular,, representante da
 16 Comunidade; **Gleper Neto de Siqueira Júnior** – Conselheiro Titular, representante da
 17 Secretaria Municipal de Administração; **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** -
 18 Conselheira Titular, representante da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); **Denise**
 19 **Elias Attux** - Conselheira Suplente, representante da Secretaria Municipal de Cultura;
 20 **Aparecido Vani** - Conselheiro Titular, representante da Comunidade; ; **Nathália Vieira Melo**
 21 - Conselheira Titular, representante da Procuradoria Geral do Município; **Bruno Felipe dos**
 22 **Santos** – Conselheiro Suplente, representante da Associação Decoradores do Triângulo
 23 (ADET); **Maísa Pereira Gonçalves** - Conselheira Suplente, representante da 13ª Subseção
 24 da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. A conselheira **Valéria Maria Queiroz**
 25 **Cavalcante Lopes** justificou as ausências dos conselheiros titulares e suplentes,
 26 respectivamente, Eliane de Fátima Ferreira e Luciene Alves da Silva, da Secretaria Municipal
 27 de Desenvolvimento Econômico e Turismo e do senhor Eduardo Arnolde Afonso de Castro e
 28 Laise Lagoa Ribeiro da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Verificando haver quórum
 29 regimental e com a presença de 15 (quinze) conselheiros, entre titulares e suplentes, esta
 30 reunião convocada pelo Presidente e, em conformidade com a pauta pré-estabelecida recebida
 31 pelos Conselheiros com antecedência de 24 horas via email, foi iniciada com os seguintes



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

32 pontos: **1º** - Informes - **2º** - Leitura e Aprovação de Atas; **3º** - Deliberar sobre solicitação de
33 isenção de IPTU da Residência Chacur; **4º** - Deliberar sobre Tombamento Definitivo da
34 Capela da Saudade; **5º** - Deliberar sobre gastos dos recursos do ICMS Cultural 2016. A
35 conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** deu boas vindas a todos e o
36 Presidente Senhor **Gilberto Neves** informou que no próximo dia 16/06 (dezesesseis de junho)
37 acontecerá no Espaço Cultural do Mercado Municipal uma consulta pública para discutir o
38 melhor modelo de gestão para o Teatro Municipal, pois, o Secretário de Cultura defendeu que
39 o Teatro necessita ter autonomia para agilizar as demandas do espaço. Informou também que
40 no dia 01/07 será realizada uma consulta pública sobre a função social da Estação
41 Sobradinho. A comunidade sobradinho será convidada, juntamente com os Promotores de
42 Justiça Federal e Estadual além de pessoas e instituições interessadas na destinação da
43 Estação Sobradinho, que foi cedida pela União ao município e precisa ter uma função social
44 após passar por processo de restauro. Seguindo a pauta passamos ao **2º** ponto fazendo a
45 leitura da ata da 4ª Reunião que foi aprovada e será assinada em seguida. No **3º** ponto da
46 pauta a conselheira **Denise Elias Attux** fez a leitura do relatório de visita técnica na
47 “Residência Chacur”, tendo em vista que os proprietários encaminharam solicitação de
48 isenção de IPTU. Após a leitura do relatório a conselheira fez também a leitura de parecer
49 favorável à isenção para este ano de 2016. O parecer foi aprovado por unanimidade pelo
50 Conselho. Assim sendo, a documentação será anexada ao processo a ser encaminhado ao
51 Núcleo de Protocolo da Prefeitura. Passamos ao **4º** ponto da pauta para discutir e deliberar
52 sobre o tombamento da Capela da Saudade tendo em vista que na 2ª Reunião Ordinária, no dia
53 15/03/2016, a conselheira Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes apresentou ao Conselho um
54 parecer contrário ao tombamento da referida Capela, concordando com a argumentação do Dossiê de
55 Tombamento elaborado pela empresa contratada. O parecer não foi aprovado, pois, a conselheira
56 **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale**, argumentou não estava convencida do não
57 tombamento por compreender que existiam algumas atividades religiosas que aconteciam na Capela
58 e considerou que, antes de deliberar, era necessário olhar mais de perto como isso se dava e
59 qual era a influência dessas atividades na vida das pessoas que frequentam a Capela. Naquela
60 ocasião, a conselheira **Andréia Bernardes** sugeriu que o COMPHAC fizesse uma visita na
61 Capela. Os conselheiros concordaram com o argumento e a visita foi realizada no dia 01
62 (primeiro) de maio. O conselheiro **Gleper Neto de Siqueira Júnior** questionou qual foi a
63 percepção dos conselheiros com relação à visita realizada e a festa. A conselheira **Marília**



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

64 **Maria Brasileiro Teixeira do Vale** relatou que, na ocasião, todos os assentos da Capela
65 estavam ocupados pelos fiéis e que ainda algumas pessoas ficaram de pé nos fundos da
66 Capela e outras do lado externo. Somente os membros do COMPHAC estavam participando
67 pela primeira vez da Festa. Após a missa os devotos realizaram uma procissão no entorno da
68 Capela e na sequência teve bingos, leilões, cavalgada, com a participação de muitos jovens,
69 almoço coletivo, apresentação de grupo de Folia de Reis e concluiu afirmando que ela teve a
70 percepção de ser um espaço vivo, constituído pela convivência das famílias das fazenda
71 próximas, que a festa na Capela da Saudade cria um momento especial no cotidiano da
72 população rural, afirmando ainda que há o interesse dessas famílias no tombamento do bem.
73 Com relação às rendas do bingo nós não questionamos aos responsáveis pela festa sobre a
74 sua destinação. O conselheiro **Aparecido Vani** afirmou que percebeu a presença de muitas
75 gerações das famílias presentes na festa. Novamente com a palavra, a conselheira **Marília**
76 **Maria Brasileiro Teixeira do Vale** lembrou que na festa havia publicidade para um grande
77 show sertanejo que iria acontecer nos dias seguintes e que esses eventos também são parte da
78 apropriação da Capela e seu entorno. Lembrou ainda que, no Dossiê, não há limite de
79 entorno e que precisamos entender melhor qual o sentido do percurso feito pela procissão, os
80 motivos que o justificam pois se o Conselho entender como passível de tombamento será
81 necessário a complementação do dossiê com o entorno do bem. O conselheiro **Júlio César**
82 **Pereira Alvim** afirmou que a topografia da área foi alterada quando, há anos atrás, foi
83 construída a COALBRA e entende que o perímetro deve ser maior para que haja o recuo para
84 futuras construções pois, acredita que em breve a região será urbanizada, por isso, ressaltou
85 que deverá haver uma área de proteção e que a rotatória deverá ser mais afastada da Capela.
86 O presidente **Gilberto Neves** relembra que existem algumas instituições empenhadas no
87 tombamento da Capela. O pedido foi feito pelo Ministério Público Estadual, a Câmara já
88 demonstrou ter atenção pelo assunto e no ano de 2014 houve interesse de permuta de área no
89 entorno da Capela da Saudade. O Secretário informou que parece haver área pública no
90 entorno da Capela e considerou que deve haver o Tombamento e depois o Conselho estuda o
91 perímetro de entorno. O conselheiro **Júlio César Pereira Alvim** salientou que o Conselho
92 deve pesquisar a história com as famílias que por muitas gerações são proprietárias das
93 fazendas do entorno porque elas tem fotografias antigas e documentos sobre a história da
94 Capela e as reuniões de sociabilidade que aconteciam no passado e defendeu que os



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

95 proprietários deveriam construir um espaço físico para a guarda desta documentação e dos
96 objetos relacionados à história do local e informou que, normalmente, parte das rendas
97 advindas dos bingos e leilões são destinadas à manutenção da Capela. Após os debates e
98 esclarecimentos o **Conselho aprovou o Tombamento Provisório da Capela da Saudade e**
99 sinalizou para a complementação do Dossiê com informações sobre um perímetro de entorno
100 que preserve a sua integridade e do seu entorno, assim como as diretrizes de intervenção.
101 Passando para o último ponto de pauta o presidente **Gilberto Neves** informou ao Conselho
102 que a Secretaria de Finanças enviou Memorando nº 298/2016-SMF/GS, datado de 25 de maio
103 de 2016, no qual assumiu o compromisso de creditar na ficha do Fundo o valor de total de
104 \$973.161,34 (novecentos e setenta e três mil, cento e sessenta e um reais e trinta e quatro
105 centavos) dividido em seis parcelas de \$162.193,56 (cento e sessenta e dois mil, cento e
106 noventa e três reais e cinquenta e seis centavos), todo o dia 20 (vinte) de cada mês, sendo a
107 primeira em junho/2016. Dessa forma, o **Conselho deliberou que este recurso seja utilizado**
108 **para fazer restauração do piso em madeira, esquadrias, corrimão e guarda corpo da**
109 **varanda da Casa da Cultura, tendo em vista os danos provocados pelas intempéries do**
110 **tempo e utilização do espaço, no valor orçado em R\$107.120,22 (cento e sete mil, cento e**
111 **vinete reais, vinte e dois centavos); do escoramento da parede da fachada lateral direita**
112 **do prédio que abriga a Escola Estadual Enéas Oliveira Guimarães no valor de**
113 **R\$4.106.87 (quatro mil, cento e seis reais e oitenta e sete centavos); restauração do**
114 **Painel Ambiente Rural para conter os danos provocados pelo tempo que está**
115 **provocando o desprendimento das pastilhas, no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais);**
116 **e, em atendimento à legislação, executar o projeto de pânico e incêndio da Casa da**
117 **Cultura e Museu Municipal** cujo valor será apresentado pelos responsáveis que estão
118 elaborando a planilha orçamentária. Em julho o recurso do ICMS cultural deverá ser investido
119 na recuperação das esquadrias do Museu Municipal pois, necessitam de manutenção. Será
120 feita a planilha orçamentária para saber os custos do projeto. A conselheira **Denise Elias**
121 **Attux** lembrou que os projetos da Oficina Cultural e Biblioteca terão custos para serem
122 refeitos e isso será analisado oportunamente pelo Conselho. Nada mais havendo a tratar, foi
123 lavrada a presente ata que vai assinada por mim, **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes,**
124 que redigiu e dirigiu os trabalhos, pelo Presidente Gilberto Neves e pelos que estiveram
125 presentes na qualidade de conselheiros. Uberlândia, 14 (quatorze) de junho de 2016 (dois mil
126 e dezesseis). **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes**_____



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

- 127 **Gilberto Neves** _____,
- 128 **Carla Miucci Ferraresi de Barros** _____,
- 129 **Bia Borges Faria** _____,
- 130 **Maria Regina Ribeiro Gonçalves** _____,
- 131 **Júlio César Pereira Alvim** _____,
- 132 **Iraci José da Silva Filho** _____,
- 133 **Olga Helena da Costa** _____,
- 134 **Gleper Neto de Siqueira Júnior** _____,
- 135 **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** _____,
- 136 **Denise Elias Attux** _____,
- 137 **Aparecido Vani** _____,
- 138 **Nathália Vieira Melo** _____,
- 139 **Bruno Felipe dos Santos** _____,
- 140 **Maísa Pereira Gonçalves** _____.



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

1 **ATA DA 9ª (NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO E**
 2 **CONSULTIVO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO,**
 3 **ARTÍSTICO E CULTURAL DE UBERLÂNDIA.** No dia 22 (vinte e dois) do mês de
 4 Novembro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos),
 5 no Salão Nobre da Casa da Cultura, estiveram presentes nesta reunião os seguintes
 6 conselheiros que assinarão a Ata a seguir: **Fabíola Benfica Marra** – Conselheira Titular,
 7 representante da Comunidade e seu suplente **Rafael Augusto Fachini; Olga Helena da**
 8 **Costa** – Conselheira Titular, representante da Comunidade e sua suplente **Juliana Santana**
 9 **Ardel; João Paulo Campos Peixoto** – Conselheiro Titular, representante da Comunidade e
 10 seu suplente **Paulo Ferreira de Carvalho Neto; Elias Ferreira Bento** - Conselheiro Titular,
 11 representante da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos; **Denise Elias Attux** -
 12 Conselheira Suplente, representante da Secretaria Municipal de Cultura. **Marília Maria**
 13 **Brasileiro Teixeira do Vale** - Conselheira Titular, representante da Universidade Federal de
 14 Uberlândia (UFU); **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** – Conselheira Titular,
 15 representante da Secretaria Municipal de Cultura; **Carla Miucci Ferraresi de Barros** -
 16 Conselheira Titular, representante do Instituto de História da Universidade Federal de
 17 Uberlândia; **Maísa Pereira Gonçalves** - Conselheira Suplente, representante da 13ª
 18 Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; **Júlio César Pereira Alvim** -
 19 Conselheiro Titular - representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de
 20 Uberlândia (ASSENG); **Eliane de Fátima Ferreira** - Conselheira Titular, representante da
 21 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo; **Andréia Bernardes** –
 22 Conselheira Titular, representante da Associação de Decoradores do Triângulo – ADET,
 23 **Gleper Neto de Siqueira Júnior** – Conselheiro Titular, representante da Secretaria
 24 Municipal de Administração. Verificando haver quórum regimental e com a presença de 16
 25 (dezesseis) conselheiros, entre titulares e suplentes, esta reunião convocada pelo Presidente e,
 26 em conformidade com a pauta pré-estabelecida recebida pelos Conselheiros com antecedência
 27 de 24 horas via e-mail, foi iniciada com os seguintes pontos: **1º** - Informes; **2º** - Leitura e
 28 Aprovação de Atas; **3º** - Posse de novos conselheiros comunidade; **4º** - Deliberar sobre o
 29 Tombamento do Centro de Fiação e Tecelagem; **5º** - Deliberação sobre Tombamento e
 30 entorno da Capela da Saudade para complementação de Dossiê de Tombamento. A
 31 conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes** deu boas vindas a todos e justificou a



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

32 ausência da Presidente Iara Helena Magalhaes que, por motivos de agenda, não poderá
33 participar desta reunião. Em seguida, informou que o 4º ponto de pauta não poderá ser
34 considerado, visto que a ficha de inventário do Centro de Fiação e Tecelagem ainda não foi
35 concluída e o assunto deverá ser colocado em pauta nas primeiras reuniões do próximo ano,
36 quando o COMPHAC retomar as suas atividades. Assim sendo, a conselheira **Valéria Maria**
37 **Queiroz Cavalcante Lopes** solicitou autorização para inserir na pauta de hoje a análise de
38 projeto para a instalação de exaustão do Box 2 do Mercado Municipal pois, somente no final
39 da tarde é que o locatário do box entregou as plantas com as adequações que foram
40 solicitadas. O Conselho aprovou a inclusão deste ponto de pauta e a reunião foi iniciada pelos
41 informes. A conselheira **Eliane de Fátima Ferreira** informou que acontecerá no Centro de
42 Fiação e Tecelagem a 1ª Mostra do Artesão Empreendedor e que irá encaminhar email a todos
43 com o folder da programação. A conselheira **Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes**
44 informou que acontecerá no dia 23 de novembro a abertura do processo de licitação para a
45 contratação de profissionais que deverão elaborar o projeto de restauro da Estação
46 Sobradinho. Na sequência, antes que fosse feita a leitura da ata da 8ª reunião procedeu-se a
47 apresentação dos novos membros eleitos representantes da comunidade, para a gestão
48 2016/2018 do Conselho. Foi dada a palavra a cada um e todos os conselheiros se
49 apresentaram. Em seguida foi realizada a leitura da ata da 8ª reunião para aprovação. Houve
50 solicitação de alteração na redação e será assinada posteriormente. Passamos ao 3º ponto da
51 pauta para a posse aos novos membros da comunidade que assinaram o Termo de Posse. A
52 conselheira **Fabíola Benfica Marra** questionou uma informação da ata da 8ª reunião que foi
53 lida, na qual foi mencionado o trabalho de manutenção necessário na Praça do Rosário após a
54 Festa em Louvor Nossa Senhora do Rosário e considerou que a instalação das arquibancadas
55 impede o acesso da população ao ritual da festa e que esta interação do público com a festa
56 faz parte da cultura popular e defendeu uma conversa com a Irmandade para saber sobre a
57 possibilidade de não colocação das arquibancadas nos dias de Festa. A conselheira **Valéria**
58 **Maria Queiroz Cavalcante Lopes** afirmou que essas considerações deverão ser retomadas,
59 oportunamente, no dia em que for debatido o uso de praças tombadas para a realização de
60 eventos. Em seguida, a conselheira **Denise Elias Attux** apresentou a documentação enviada
61 pelo locatário do Box 2 do Mercado Municipal que solicitou a instalação de uma saída de
62 exaustão para o box. A proposta encaminhada pelo locatário foi a retirada de grades da
63 esquadria da fachada voltada para a Avenida Getúlio Vargas para a instalação de saída de



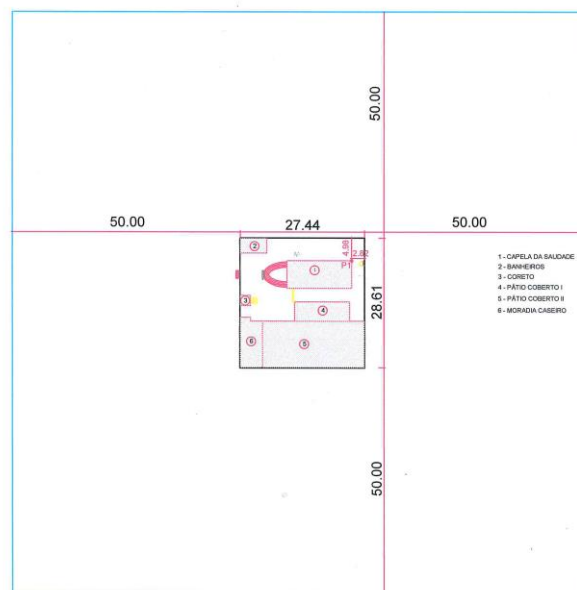
**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

64 exaustão. A conselheira **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** sugeriu que o locatário
65 apenas retire o vidro da esquadria existente e direcione para esta abertura a exaustão,
66 colocando internamente uma tela de proteção contra insetos, sem fazer qualquer alteração ou
67 a retirada de componentes da esquadria, dessa forma, a intervenção será interna ao box e não
68 será necessário alterar o padrão da esquadria, e nem quebrar a parede. Após análises e
69 considerações o Conselho deliberou favorável à sugestão apresentada. O locatário será
70 avisado da deliberação. Passamos ao 6º ponto da pauta para debates sobre o tombamento e
71 perímetro de entorno da Capela da Saudade. A conselheira **Denise Elias Attux** apresentou ao
72 Conselho a planta que está no dossiê de tombamento e a conselheira **Marília Maria**
73 **Brasileiro Teixeira do Vale** esclareceu as informações sobre a localização da Capela da
74 Saudade, o acesso, o desnível do terreno e a existência de algumas construções no entorno
75 imediato como sanitários, cozinha e barracão. Após as observações, discussões e
76 esclarecimentos a Conselheira **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** apresentou a
77 proposta para que o Perímetro de Tombamento seja a área que cerca a Capela da Saudade.
78 Colocado em votação, por unanimidade, **ficou aprovado o Perímetro de Tombamento**
79 **sendo o perímetro delimitado pela mureta de alvenaria existente que engloba a Capela,**
80 **os banheiros, o Cruzeiro, o pátio coberto I e II, a moradia do caseiro e o coreto,**
81 **conforme área delimitada no croqui que acompanha essa ata.** Ficou deliberado que nas
82 diretrizes de intervenção sejam colocadas as informações pertinentes sobre as alterações
83 possíveis de serem feitas nesse perímetro, de modo que mantenha as características e a
84 integridade da Capela. Em seguida, iniciou-se os debates sobre o perímetro de entorno. O
85 conselheiro **Júlio César Pereira Alvim** propôs que fosse resguardado uma área circular com
86 raio de 50 metros em volta da Capela, pois considera que num futuro próximo haverá
87 loteamento daquela área, por isso, é importante as visadas da Capela ficarem resguardadas e
88 ainda que a estrada que passa na frente da Capela deveria ser retirada pois o trânsito pode
89 provocar danos na edificação. A conselheira **Fabíola Benfica Marra** argumentou que a ideia
90 de avanço urbano é real. A conselheira **Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale** sugeriu
91 que o perímetro de entorno poderia ser definido a partir do Perímetro de Tombamento,
92 formando um polígono retangular, distando 50 metros da fachada frontal da Capela e 30
93 metros das demais empenas (laterais e fundo); e argumentou que a proximidade da estrada
94 pode funcionar como um fator positivo pois garante a perpetuação do uso e da memória.



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

95 Citou exemplo em que a remoção de estrada próxima à capela rural de Santa Cruz, no
96 Município de Indianópolis, levou ao total abandono e degradação da mesma. Finalizando
97 considerou ainda que as diretrizes de intervenção sejam elaboradas posteriormente, podendo
98 haver alteração nesse entorno, mas garantindo a preservação e valorização da Capela e a
99 utilização da área de forma controlada nos dias de shows sertanejos. **Após as considerações**
100 **ficou deliberado que o perímetro de entorno deverá alcançar 50 metros de cada lado, a**
101 **partir do perímetro de tombamento, conforme demonstrado no croqui que acompanha**
102 **essa ata.**



CAPELA DA SAUDADE

— PERÍMETRO DE TOMBAMENTO
— PERÍMETRO DE ENTORNO

Valéria
30/11/2016

103
104 Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, **Valéria**
105 **Maria Queiroz Cavalcante Lopes**, que redigiu e dirigiu os trabalhos e pelos que estiveram
106 presentes na qualidade de conselheiros. Uberlândia, 22 (vinte e dois) de Novembro de 2016



**Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico,
Artístico e Cultural de Uberlândia**

- 107 (dois mil e dezesseis). Valéria Maria Queiroz Cavalcante Lopes Lopes _____,
- 108 Fabíola Benfica Marra _____,
- 109 Rafael Augusto Fachini _____,
- 110 Olga Helena da Costa _____,
- 111 Juliana Santana Ardel _____,
- 112 João Paulo Campos Peixoto _____,
- 113 Paulo Ferreira de Carvalho Neto _____,
- 114 Elias Ferreira Bento _____,
- 115 Denise Elias Attux _____,
- 116 Marília Maria Brasileiro Teixeira do Vale _____,
- 117 Carla Miucci Ferraresi de Barros _____,
- 118 Maísa Pereira Gonçalves _____,
- 119 Júlio César Pereira Alvim _____,
- 120 Eliane de Fátima Ferreira _____,
- 121 Andréia Bernardes _____,
- 122 Gleper Neto de Siqueira Júnior _____.